REINALDO VELLOSO DOS SANTOS

Apontamentos sobre o protesto notarial

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de Direito Comercial

Orientador: Professor Associado Mauro Rodrigues Penteado

São Paulo

2012

Banca examinadora:

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Mauro Rodrigues Penteado, agradeço a oportunidade concedida, a confiança depositada e os ensinamentos de Direito Comercial.

Ao Professor Paulo Salvador Frontini, agradeço o pronto acolhimento, a inestimável colaboração e os sábios conselhos.

Aos Professores Alcides Tomasetti Júnior e Marcos Paulo de Almeida Salles, agradeço as preciosas sugestões apresentadas no exame de qualificação.

Ao tabelião José Carlos Alves e ao registrador Sérgio Jacomino, agradeço os subsídios de cunho histórico, a permanente disposição e as indicações bibliográficas.

Aos tabeliães Alexandre Augusto Arcaro, Andre de Oliveira Guimarães, Márcio Pires de Mesquita, Sérgio Luiz José Bueno e Thiago Lobo Bianconi, agradeço a constante troca de ideias a respeito do tema.

À Sarah Raziel Orlof de Marco e demais substitutos, escreventes e auxiliares, agradeço a incessante colaboração no dia-a-dia do tabelionato.

À minha mãe, Judith, vocacionada professora, agradeço a sugestão do curso de Pós-Graduação, o incentivo ao estudo e à conclusão do trabalho.

Ao meu pai, Dermeval; ao meu sogro, Adherbal; ao meu irmão, Marcelo; e ao amigo Mário de Camargo Carvalho Neto, profissionais exemplares egressos das Arcadas, agradeço a revisão do texto e as modificações sugeridas.

À Ludmila, grande amor da minha vida, agradeço a compreensão e o apoio incondicional.

E agradeço, acima de tudo, a Deus, que me permitiu realizar este sonho.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre o protesto notarial de títulos e outros documentos de dívida, por meio da sistematização da literatura existente sobre o assunto. A parte inicial contempla breves linhas sobre a função notarial e o estudo do tema sob a perspectiva histórica e de Direito Comparado. Em seguida, é delineado o panorama atual do instituto no Brasil. Ao final do trabalho, o autor traz reflexões sobre o tema, incluindo a análise econômica, o cotejo com o Direito Comparado e o estudo dos desafios e perspectivas. Ao longo do estudo verifica-se que o protesto se caracteriza como meio célere e eficaz para a comprovação do inadimplemento e do descumprimento de obrigações, propiciando ao devedor o conhecimento da apresentação feita em caráter oficial pelo credor, com a possibilidade de pagamento ou oferecimento de resposta, no prazo de três dias úteis. O ato é de incumbência de um tabelião, profissional do Direito aprovado em concurso público e dotado de fé pública, que atua sob a fiscalização do Poder Judiciário. O protesto exerce relevante função econômica no Brasil, servindo como confiável parâmetro para a concessão do crédito no mercado, meio de estímulo à pontualidade no cumprimento das obrigações e instrumento para recuperação do crédito. Dessa forma, o instituto tem contribuído para a construção de um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento da atividade econômica no Brasil.

Palavras-chave: Direito Notarial. Tabeliães. Título de crédito (Direito Cambiário). Protesto. Inadimplemento. Prova (Processo Civil).

ABSTRACT

The purpose of this study is to present an analysis of the notarial protest of negotiable instruments, contracts and other types of documents, based on a compilation of knowledge on mentioned subject. The initial part is dedicated to the notarial activity, followed by the study of the theme from a historical and Comparative Law perspective. The next chapter provides an overview of the current regulation of notarial protest in Brazil. Finally, there are some personal reflections regarding the theme, including economic analysis, a Comparative Law approach and the study of current challenges and future perspectives on the subject. The notarial protest is a fast and effective procedure used to obtain formal proof of dishonor. Moreover, it gives the debtor an opportunity to pay or to declare the reason why it is excused, in three business days. The act is drawn up by a public notary, an independent legal professional appointed by the State, who acts under the supervision of the court. The notarial protest plays a relevant economic role in Brazil, providing reliable information to the credit market and encouraging prompt payment. Furthermore, it is a useful debt recovery tool. In conclusion, the notarial protest is an important element in the Brazilian legal system that contributes to improve the quality of the institutional environment.

Keywords: Notarial Law. Public Notaries. Negotiable instruments. Notarial protest. Dishonor. Evidence (Law).

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	1
2 – BREVES LINHAS SOBRE A FUNÇÃO NOTARIAL	4
2.1. Considerações iniciais	4
2.2. Função notarial	7
2.3. Princípios da função notarial	12
2.4. Qualificação e recusa notarial	15
2.5. Protesto como função notarial	18
3 – O PROTESTO NO DIREITO COMPARADO	21
3.1. Perspectivas para introdução ao tema	21
3.2. Origem e evolução histórica	22
3.3. Panorama da legislação estrangeira	34
3.3.1. Itália	34
3.3.2. Portugal	43
3.3.3. França	49
3.3.4. Espanha	54
3.3.5. Inglaterra	58
3.3.6. Estados Unidos da América	61
3.3.7. Argentina e América Latina	65
3.4. Considerações sobre a experiência do Direito Comparado	69

4 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL	72
4.1. Considerações preliminares	72
4.2. Fase inicial (até 1890)	75
4.2.1. Lei de 15 de novembro de 1827	76
4.2.2. Projeto de Lei de 16 de junho de 1838	77
4.2.3. Código Comercial de 1850	78
4.3. Fase de desenvolvimento (1890-1994)	80
4.3.1. Lei falimentar de 1890	81
4.3.2. Decreto nº 2.044/1908	83
4.3.3. Código Civil de 1916	86
4.3.4. Legislação sobre duplicatas	87
4.3.5. Decreto nº 22.626/1933	89
4.3.6. Código de Processo Civil de 1939	89
4.3.7. Lei falimentar de 1945	92
4.3.8. Lei do mercado de capitais	93
4.3.9. Lei Uniforme de Genebra	94
4.3.10. Lei das duplicatas de 1968	95
4.3.11. Código de Processo Civil de 1973	96
4.3.12. Sustação de protesto na doutrina e jurisprudência	97
4.3.13. Averbação de pagamento e cancelamento de protesto	99
4.3.14. Lei do cheque de 1985	102

4.3.15. Normas técnicas editadas pelo Poder Judiciário	104
4.4. Fase atual (a partir de 1994)	105
4.4.1. Lei nº 8.935/1994	106
4.4.2. Lei nº 9.492/1997	108
4.4.3. Alterações da Lei nº 9.492/1997	110
4.4.4. Medida Provisória nº 2.200-2 de 2001	111
4.4.5. Código Civil de 2002	114
4.4.6. Legislação sobre a Cédula de Crédito Bancário	119
4.4.7. Lei de recuperação de empresas e falência	120
4.4.8. Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	122
4.4.9. Lei sobre a informatização do processo judicial	123
5 – PANORAMA ATUAL DO PROTESTO NO BRASIL	126
5.1. Visão geral do procedimento	126
5.2. Delimitação do conceito de “títulos e outros documentos de dívida”	148
5.2.1. Contexto histórico da edição das Leis nº 8.935/1994 e nº 9.492/1997	149
5.2.1.1. Unificação do direito obrigacional	151
5.2.1.2. Normas com conceitos abertos	153
5.2.1.3. Efetividade do processo	156
5.2.1.4. Extrajudicialização de procedimentos	158
5.2.2. Análise da expressão “títulos e outros documentos de dívida”	163
5.2.2.1. Veto ao artigo 62 da Lei nº 10.931/2004	171

6 – REFLEXÕES SOBRE O PROTESTO NOTARIAL NO BRASIL	173
6.1. Análise da função econômica do protesto no Brasil	173
6.2. Reflexões sobre o protesto no Brasil e no Direito Comparado	186
6.3. Desafios e perspectivas	188
7 – CONCLUSÕES	198
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	201

APONTAMENTOS SOBRE O PROTESTO NOTARIAL

1 – INTRODUÇÃO

O tema desenvolvido nesta dissertação é o protesto notarial de títulos e outros documentos de dívida, atualmente disciplinado pela Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994,¹ e pela Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.²

Inicialmente, é oportuno mencionar que o protesto é tradicionalmente tratado no âmbito do Direito Comercial,³ não apenas porque sua disseminação esteve historicamente relacionada à intensificação do uso da letra de câmbio, mas também pela larga aplicação aos títulos de crédito, com repercussões “por todo o ordenamento mercantil”,⁴ e, mais recentemente, aos contratos empresariais.

Desde a sua origem é ato praticado perante um notário, profissional que formaliza juridicamente a manifestação de vontade do interessado, servindo para comprovação da falta de aceite ou de pagamento. Nesse contexto, o desenvolvimento do tema exige o prévio estudo da função notarial, suas características, princípios e finalidades.

Além disso, faz-se necessária, para melhor compreensão do assunto, a análise do protesto por meio de uma abordagem histórica, com sua evolução no Direito Comparado e no Brasil. É interessante observar que, ao longo desse processo histórico, houve uma sensível ampliação do campo de aplicação do protesto que, embora costumeiramente atrelado ao direito cambiário, se irradiou para obrigações tipicamente tratadas no âmbito civil.

¹ Cuja epígrafe tem o seguinte teor: “Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro”.

² “Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências”.

³ Conforme terminologia consagrada no art. 22, inciso I, da Constituição Federal.

⁴ Como afirmou Paulo Afonso de Sampaio Amaral: “o protesto não gera efeitos apenas em matéria cambial, que é sua sede jurídica e onde devem ser buscados os próprios e típicos do instituto. Suas repercussões irradiam-se por todo o ordenamento mercantil, refletindo o papel central que neles cabe aos títulos de crédito”. **Alguns aspectos jurídicos do protesto cambiário.** p. 58.

Por tal razão, propõe-se neste trabalho a substituição da tradicional terminologia “protesto cambiário”, consagrada na Súmula 153 do Supremo Tribunal Federal,⁵ por “protesto notarial”,⁶ expressão mais abrangente e adequada à atual regulamentação.

Feita a análise histórica, será delineado um panorama geral da atual regulamentação do protesto no Brasil, seguindo-se reflexões sobre o tema, incluindo a análise econômica, o confronto com o Direito Comparado e o estudo dos desafios e perspectivas.

A dissertação tem por objetivo a sistematização da literatura existente sobre o tema tratado, com as reflexões de cunho pessoal do autor, que, desde maio de 2005, exerce a função de 3º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de Campinas, no Estado de São Paulo.

Por um lado, há o interesse do autor em aprofundar os conhecimentos teóricos a respeito do tema, contribuindo para o desenvolvimento da instituição notarial do país, especialmente no que concerne ao protesto.

Mas, por outro lado, o trabalho tem por objetivo compartilhar o conhecimento teórico e a experiência prática adquirida no exercício da atividade, permitindo aos profissionais do Direito e pesquisadores em geral uma melhor compreensão do tema, muitas vezes restrita aos casos que são levados à apreciação do Poder Judiciário.

O protesto notarial é uma importante ferramenta jurídica à disposição de qualquer interessado, caracterizando-se como meio célere e eficaz para a comprovação do inadimplemento e do descumprimento de obrigações.

Além disso, propicia ao devedor não só o conhecimento da apresentação do título ou documento feita em caráter oficial pelo credor, como também a possibilidade de pagamento, o oferecimento de resposta fundamentada ou até mesmo a sustação judicial. Cabe, aliás, ressaltar que diariamente os tabelionatos de protesto do país recebem das instituições financeiras, por meio eletrônico, um elevado número de títulos, especialmente duplicatas, sendo que expressiva parcela é paga diretamente nos tabelionatos, com repasse do montante no dia útil seguinte.

⁵ O artigo 202, inciso III, do Código Civil de 2002, que dispõe em sentido diametralmente oposto à Súmula, por sua vez, faz referência a “protesto cambial”.

⁶ Em contraposição ao “protesto judicial”, previsto no Código de Processo Civil (artigos 867 a 872).

O procedimento ocorre em período relativamente curto, qual seja, de três dias úteis contados da protocolização do título ou documento de dívida. O protesto se caracteriza assim como um relevante instrumento para recuperação de créditos, contribuindo para a redução da inadimplência e a diminuição de litígios judiciais.

Trata-se de atividade de incumbência de um agente dotado de fé pública, profissional do Direito aprovado em concurso público e fiscalizado pelo Poder Judiciário, que goza de independência no exercício de suas atribuições e, obrigatoriamente, examina os títulos e documentos apresentados em seus caracteres formais, além de seguir o procedimento minuciosamente disciplinado pela lei.

Acresça-se que o protesto é fonte confiável de informação para a análise e concessão de crédito no mercado. Caracteriza-se como informação revestida de ampla publicidade, acessível a qualquer interessado, a qual também é fornecida às diversas entidades de proteção ao crédito e representativas da indústria e do comércio.

Contudo, o tema geralmente é apenas tratado em capítulos dos livros sobre títulos de crédito. Além disso, as dissertações e obras escritas sobre o tema são, na sua maioria, anteriores às Leis nº 8.935/1994 e nº 9.492/1997, que trataram de forma sistemática o instituto e que trouxeram inovações ao ordenamento jurídico nacional. Como exemplo, a expressa menção à possibilidade de protesto de títulos e outros documentos de dívida, introduzida pelas referidas leis, que representou marco significativo no ordenamento jurídico nacional. A amplitude da previsão legal, aliás, ficou bem evidenciada nas razões do veto parcial, do Presidente da República, ao projeto que resultou na Lei nº 10.931, de 4 de agosto de 2004.

Convém mencionar, ainda, o surgimento de discussões sobre alguns novos temas relacionados ao assunto, como os títulos e documentos de dívida eletrônicos, a cédula de crédito bancário, as mudanças introduzidas pela vigente lei falimentar, os reflexos da informatização do processo judicial, dentre outros.

Dessa forma, a presente dissertação contém uma pesquisa aprofundada sobre o tema, incluindo aspectos pouco desenvolvidos pela doutrina e jurisprudência, com uma abordagem que pretende ensinar a reflexão, a discussão e a difusão do conhecimento.

2 – BREVES LINHAS SOBRE A FUNÇÃO NOTARIAL

2.1. Considerações iniciais

O atual panorama do protesto notarial de títulos e outros documentos de dívida no Brasil é resultado de um longo processo de evolução histórica, permeado por uma série de fatores econômicos, culturais e jurídicos.

Referido instituto, surgido de uma necessidade social, foi consolidado pelo dinamismo da prática mercantil. E, na medida da intensificação e disseminação de seu uso, paulatinamente foi aperfeiçoado, passando a merecer a atenção do legislador.

A análise da atual regulamentação do protesto depende, assim, da exata compreensão de suas raízes, os motivos de sua disseminação e as influências sofridas, especialmente do Direito Comparado.

Tais subsídios serão fundamentais para o enfrentamento das principais questões acerca da matéria e conclusão do presente estudo.

Feitas as necessárias considerações iniciais, é importante salientar que, no Brasil,⁷ o protesto está incluído no âmbito dos serviços notariais e de registro, que são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público (Constituição Federal de 1988, art. 236), sendo que o ingresso nessa atividade depende de aprovação em concurso público de provas e títulos (§ 3º).

A Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispõe que notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, aos quais é delegado o exercício da função notarial e de registro (art. 3º). Referida lei definiu como notariais as atribuições e competências dos tabeliães de protesto de títulos (art. 5º, inciso III, e art. 11).

Assim, o estudo da função notarial deve ser o ponto de partida do presente estudo.

⁷ Como em diversos outros países, conforme se verá adiante.

Inicialmente, deve-se anotar que a população em geral – incluindo alguns profissionais do Direito – não tem a clara ideia do que seja essa atividade, fato que não está circunscrito ao Brasil.⁸ O desconhecimento tem contribuído para a difusão de conceitos equivocados, dentre os quais a caracterização dos serviços notariais como vetusta instituição, de caráter eminentemente burocrático, existente apenas no Brasil, como herança da colonização portuguesa.

É oportuna a afirmação de João Figueiredo Ferreira de que no “imaginário público, o notário pertence a uma categoria profissional de privilégios: recebe a função por herança, ganha muito e desfruta de prestígio na sociedade local”.⁹ Também merece menção a reflexão de Tullio Formicola: “Lamentavelmente, em nosso país, há uma profunda ignorância sobre o que é o notário, o que ele representa, o porquê da sua existência e da instituição em que se alberga”.¹⁰

Na verdade, como bem definiu Antonio Augusto Firmo da Silva, a “função notarial é um fato histórico e uma aspiração da consciência jurídica. Por isso não existe nenhum país e nem civilização que a desconheça”.¹¹ E, como bem observou Marcelo Figueiredo: “Parece indubitável que todas as sociedades que baseiam sua vida econômica na produção, na circulação de bens, na vida contratual e ainda, naturalmente, na propriedade privada dos meios de produção necessitem mais fortemente da existência e da atuação de notários”.¹²

João Mendes de Almeida Júnior, em primoroso estudo, identificou a presença da instituição notarial entre os principais povos da antiguidade, como os hebreus, assírios, medos, persas, egípcios, gregos e romanos.¹³

⁸ Nesse sentido, a afirmação de Jean-François Pillebout e Jean Yaigre de que: “c’est une activité qui est généralement mal connue quand elle n’est pas totalement mystérieuse”. **Droit professionnel notarial**. p. 1.

⁹ **Para onde vão os cartórios?** p. 129.

¹⁰ **O notariado no Brasil e no mundo**. p. 88.

¹¹ **Compêndio de temas sobre direito notarial**. p. 38. Por sua vez, Leonardo Brandelli afirmou que a atividade notarial não é uma criação acadêmica, “tampouco uma criação legislativa. É, sim, uma criação social, nascida no seio da sociedade, a fim de atender às necessidades desta diante do andar do desenvolvimento voluntário das normas jurídicas”. **Teoria geral do direito notarial**. p. 4.

¹² E na sequência do texto: “De fato, as sociedades que se organizam economicamente com esta dimensão exigem uma estrutura jurídica que assegure a *segurança* da realização e do cumprimento dos atos negociais privados em geral. Redigir, dar autenticidade e credibilidade aos vínculos constituídos pelos atos jurídicos do mundo privado, arquivar e guardar os documentos que o aperfeiçoam é garantir o bom funcionamento de uma organização econômica baseada na propriedade privada e também na produção e troca de bens. Quanto mais um modo de vida econômico necessite de atividades negociais e pressuponha a propriedade privada, maior será a necessidade da existência de notários que aperfeiçoem as relações jurídicas negociais e assegurem a sua autenticidade e existência”. **Análise da importância da atividade notarial na prevenção dos litígios e dos conflitos sociais**. p. 38.

¹³ **Órgãos da fé pública**. p. 5-23.

Mas é notadamente com Justiniano I,¹⁴ que o notariado passa a adquirir maior importância. No período, segundo Cláudio Martins, houve “a transformação da rudimentar atividade tabelioa em profissão regulamentada”.¹⁵

Nas Idades Média e Moderna houve notável evolução no notariado, como evidenciam os estudos desenvolvidos na Universidade de Bolonha no Século XIII.¹⁶

Finalmente, com a Revolução Francesa iniciou-se um processo de reorganização do notariado no mundo, na esteira da reforma preconizada na Lei francesa de 16 de março de 1803,¹⁷ que definiu algumas características atuais da função notarial¹⁸ nos países que seguem o modelo de notariado latino.¹⁹

A função notarial, dessa forma, está presente em todas as sociedades para atender a necessidade de segurança jurídica, com a participação de um profissional do Direito, o notário ou tabelião, em uma série de atos.

Nesse sentido, é precisa a conclusão de Francisco Martinez Segovia, para quem: “la necesidad social creó la función notarial y que ésta precedió al órgano haciéndolo evolucionar y terminó por diferenciarlo, especializarlo y caracterizarlo. Parece [...] que esa evolución continúa en el presente”.²⁰

¹⁴ *Flavius Petrus Sabatius Justinianus*, imperador bizantino no período de 527 a 565.

¹⁵ **Teoria e prática dos atos notariais**. p. 7.

¹⁶ Nesse sentido, mencione-se a *Summa artis notariae* de Rolandino de Passeggeri.

¹⁷ **Loi contenant organisation du notariat (loi 25 ventôse an XI)**. Disponível em: <<http://www.legifrance.gouv.fr>>. Acesso em: 18 ago. 2010.

¹⁸ Anotou Marcelo Figueiredo que: “com o advento da Revolução Burguesa de 1789 na França, a atividade notarial foi reestruturada em moldes mais modernos e eficientes. [...] A atividade notarial ganhou [...] nova importância, nova estruturação e nova regulação jurídica, lastreada agora em padrões de conhecimentos científicos formulados através dos séculos”. **Análise da importância da atividade notarial na prevenção de litígios e dos conflitos sociais**. p. 39.

¹⁹ O assunto será melhor abordado adiante. As entidades do notariado de sistema latino fundaram em 1948 a União Internacional do Notariado Latino, que congrega entidades das Américas – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, Estado da Louisiana (Estados Unidos da América), México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, Província de Quebec (Canadá), República Dominicana, Uruguai, Venezuela; África – Argélia, Benin, Burkina Fasso, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Guiné, Mali, Marrocos, Maurício, Niger, República Centro-Africana, Senegal, Togo; Ásia – China, Indonésia, Japão; e Europa – Albânia, Alemanha, Andorra, Armênia, Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, França, Grécia, Geórgia, Holanda, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Londres (Inglaterra), Luxemburgo, Macedônia, Malta, Moldávia, Mônaco, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia, Rússia, San Marino, Suíça, Turquia, Vaticano. Informação disponível em <<http://www.uinl.org>>. Acesso em: 23 ago. 2010.

²⁰ **Función notarial**. p. 32.

2.2. Função notarial

A atuação do notário envolve uma série de atividades tendentes a assegurar adequada proteção jurídica ao usuário do serviço. Essa participação nem sempre é obrigatória,²¹ ficando ao crivo do usuário optar pela intervenção do oficial público, com vistas à obtenção de prova simples²² e fidedigna.

Tal opção geralmente leva em consideração diversos fatores, como a experiência e conhecimento do notário para a redação dos atos, requisição e encaminhamento de documentos; a facilidade de acesso ao serviço; o menor custo; e, principalmente, a diminuição do risco quanto à autoria do documento e à livre manifestação da vontade das partes. Por tais motivos, muitas vezes a forma pública é escolhida para outorgar uma procuração ou formalizar o reconhecimento de um filho, a existência de união estável ou o divórcio consensual, dentre outros atos.

Em determinadas hipóteses, no entanto, o ordenamento jurídico prevê a forma pública como medida tendente a resguardar interesses relevantes²³ e prevenir futuros litígios. Como exemplos, a emancipação voluntária, a procuração para a celebração de casamento, o pacto antenupcial²⁴ e o protesto especial para fins falimentares,²⁵ casos em que a intervenção do notário assegura não só a tutela de interesses privados, como também da própria sociedade.²⁶

Nesse contexto, dispõe o art. 6º, inciso II, da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que compete aos notários formalizar juridicamente a vontade das partes; intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade, autorizando a redação ou redigindo os instrumentos adequados, conservando os originais e expedindo cópias fidedignas de seu conteúdo; e autenticar fatos.

²¹ O art. 107 do Código Civil dispõe que: “A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir”.

²² Como na hipótese do art. 96 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo qual: “Se a companhia tiver sido constituída por escritura pública, bastará o arquivamento de certidão do instrumento”.

²³ José Frederico Marques ressaltou que: “No campo da autonomia privada, a interferência administrativa do Estado é excepcional e, quando ela se faz sentir, o princípio da liberdade dos sujeitos privados é submetido a um controle, extrínseco ou intrínseco, atribuído a órgãos particulares do Estado”. **Ensaio sobre a jurisdição voluntária**. p. 98.

²⁴ Hipóteses previstas nos artigos 5º, parágrafo único, inciso I; 1.542 e 1.653 do Código Civil.

²⁵ Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, art. 94, inciso I.

²⁶ A tutela dos interesses públicos e privados na atividade do Tabelião de Protesto é reconhecida expressamente no art. 3º da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.

Tal disposição está diretamente relacionada a inúmeros dispositivos do Código Civil, especialmente aqueles relativos à prova documental,²⁷ e do Código de Processo Civil. Nesse sentido, merecem menção as disposições que conferem força probante diferenciada aos documentos produzidos ou submetidos à chancela notarial,²⁸ desde que feitos por oficial público competente e com a observância das formalidades legais.²⁹

Essa qualificação especial concedida a tais documentos decorre da fé pública atribuída ao notário pelo art. 3º da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994,³⁰ e definida por Eduardo J. Couture como “*la calidad propia que la intervención notarial acuerda a los instrumentos expedidos en el ejercicio regular de esa función*”.³¹

Não é outro o entendimento de Cláudio Martins, para quem a fé pública notarial caracteriza-se “pelo fato de ser chancelada pela confiança coletiva que o povo deposita no ato praticado por notário, que tem sua função, como asseverado, regulamentada pelo Estado e suas atribuições deferidas pela lei”.³²

Adriana Abella, por sua vez, complementou a definição de fé pública salientando a presunção de veracidade relativa ao conteúdo e autoria do documento.³³

²⁷ Como, por exemplo, os artigos 215, 217 e 223.

²⁸ “Art. 364. O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o tabelião, ou o funcionário declarar que ocorreram em sua presença. Art. 365. Fazem a mesma prova que os originais: [...] II – os traslados e as certidões extraídas por oficial público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas; III – as reproduções dos documentos públicos, desde que autenticadas por oficial público ou conferidas em cartório, com os respectivos originais. [...] Art. 369. Reputa-se autêntico o documento, quando o tabelião reconhecer a firma do signatário, declarando que foi aposta em sua presença. [...] Art. 372. Compete à parte, contra quem foi produzido documento particular, alegar no prazo estabelecido no art. 390, se lhe admite ou não a autenticidade da assinatura e a veracidade do contexto; presumindo-se, com o silêncio, que o tem por verdadeiro. Parágrafo único. Cessa, todavia, a eficácia da admissão expressa ou tácita, se o documento houver sido obtido por erro, dolo ou coação”.

²⁹ Segundo o art. 367 do Código de Processo Civil: “O documento, feito por oficial público incompetente, ou sem a observância das formalidades legais, sendo subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia probatória do documento particular”.

³⁰ “Art. 3º Notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro”.

³¹ **El concepto de fe pública.** p. 36.

³² **Teoria e prática dos atos notariais.** p. 35.

³³ “La fe pública es potestad legal atribuida a ciertos funcionarios que tienen por objeto presenciar y representar en los documentos hechos evidentes la expresión documental se presumen verdaderos o auténticos. Como calidad jurídica, es el carácter auténtico que el ejercicio de la potestad de dar fe comunica al documento autorizado, con respecto a su contenido y autoría”. **Derecho notarial.** p. 92-93.

De fato, existe uma necessidade social de que os documentos produzidos por certos agentes no regular exercício de suas funções sejam admitidos como plenamente válidos.

Em regra, os fatos constantes de documentos expedidos pela Administração Pública gozam dessa presunção de veracidade, como os atestados e as certidões das repartições públicas. Para Maria Sylvia Zanella Di Pietro, referida prerrogativa, como todas as demais dos órgãos estatais, é inerente “à idéia de ‘poder’ como um dos elementos integrantes do conceito de Estado, e sem o qual este não assumiria a sua posição de supremacia sobre o particular”.³⁴

A atribuição de fé aos documentos públicos é medida de extrema relevância para a estabilidade das relações sociais, sendo consagrada nas Constituições editadas em nosso País desde 1891.³⁵

Ressalte-se que não são apenas os documentos expedidos por funcionários públicos no exercício de suas atribuições que estão revestidos de fé pública.

A legislação atribui tal força a uma série de documentos expedidos por outras categorias profissionais, como aqueles produzidos por particulares em colaboração com o Poder Público, como notários e registradores, além dos agentes auxiliares do comércio, especialmente os leiloeiros, tradutores públicos e intérpretes comerciais.³⁶

³⁴ **Direito Administrativo**, p. 164.

³⁵ “Art. 66. É defeso aos Estados: 1º) recusar fé aos documentos públicos de natureza legislativa, administrativa ou judiciária da União, ou de qualquer dos Estados”. Disposição similar constou das Constituições de 1934 (art. 17, inciso V); de 1937 (art. 33); de 1946 (art. 31, inciso IV); e de 1967 (art. 9º, inciso III), repetido no texto da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Na vigente Constituição, de 5 de outubro de 1988, está disposto que: “Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: [...] II – recusar fé aos documentos públicos”.

³⁶ Quanto aos leiloeiros: “Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932. [...] Art. 35. As certidões ou contas que os leiloeiros extraírem de seus livros, quando estes se revestirem das formalidades legais, relativamente à venda de mercadorias ou de outros quaisquer afeitos que pela lei são levados a leilão, teem fé pública”. Quanto aos tradutores públicos e intérpretes comerciais: “Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943 [...] Art. 20. Os tradutores públicos e intérpretes comerciais terão jurisdição em todo o território do Estado em que forem nomeados ou no Distrito Federal quando nomeados pelo Presidente da República. Entretanto, terão fé pública em todo o país as traduções por eles feitas e as certidões que passarem”. O Código Comercial (Lei nº 556, de 25 de junho de 1850), por sua vez, trazia disposições semelhantes nos arts. 21, 52 e 62. A esse respeito, aliás, Marcos Paulo de Almeida Salles, ao comentar a Lei nº 6.385/1976, ponderou: “A tênue porta que se abre, novamente, a este tipo de especialização, dá-nos a esperança de poder ver o sistema de distribuição do Mercado de Valores Mobiliários novamente consciente de seu valor, com o peso que tinham os corretores, que eram, inclusive, dotados de ‘fé-pública’ semelhante à dos ‘tabeliães’ (Cód. Comercial Art. 52) e que hoje se reduziram a executivos de sociedades corretoras, onde o fator trabalho foi substituído pelo capital”. **Mercado de valores mobiliários e Comissão de Valores Mobiliários**, p. 4.

A atribuição de fé pública aos atos praticados por tais agentes está diretamente relacionada ao acesso por concurso público, meio de verificação não só da capacidade intelectual como também de idoneidade moral; à rigorosa e contínua fiscalização por órgãos do Poder Público; e à previsão de responsabilidade nos âmbitos civil, administrativo e penal.³⁷

Ou seja, existe uma rígida estrutura legal³⁸ que permite à sociedade atribuir especial confiança aos atos praticados por algumas categorias de agentes no exercício regular de suas funções, eliminando dúvidas quanto a tais atos, conferindo maior segurança e, portanto, reduzindo a possibilidade de conflitos.³⁹

Nesse sentido, é bastante oportuna a homilia-mensagem do Papa Paulo VI, de 3 de outubro de 1965, por ocasião do Congresso da União Internacional do Notariado Latino realizado no México, reconhecendo a estima e o respeito conquistados pelos notários.⁴⁰

³⁷ A necessidade de concurso público para ingresso na atividade, a fiscalização dos atos pelo Poder Judiciário e a responsabilidade de notários e registradores são contornos estabelecidos no art. 236 da Constituição Federal de 1988, que foi regulamentado pela Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994. É interessante anotar que a Constituição do Império, de 1824, já previa que: “Todo o cidadão pode ser admittido aos Cargos Publicos Civis, Politicos, ou Militares, sem outra differença, que não seja dos seus talentos, e virtudes” (art. 179, inciso XIV).

³⁸ Charles Patriau, na tese de doutorado **Du protêt faute de paiement**, defendida na Faculdade de Direito de Paris em 1896, com banca presidida por Thaller e composta ainda por Lyon-Caen e Massigli, afirmou: “Le notaire ou l’huissier qui commet un faux dans un acte de protêt s’expose à une condamnation aux travaux forcés à perpétuité (art. 146 C. pénal). Cette rigueur est une conséquence de la présomption de véracité que la loi attache au dire des officiers publics dans l’exercice de leurs fonctions”. p. 136. Observe-se que ainda mais rigorosa era a punição prevista no Título LIII do Quinto Livro das Ordenações Filipinas: “Os tabelliães, ou Scrivães, que fizerem scripturas, ou actos falsos, mandamos que morrão morte natural, e percão todos seus bens para a Coroa de nossos Reinos”.

³⁹ É exatamente nesse sentido a Resolução do Parlamento Europeu sobre as profissões jurídicas e o interesse geral no funcionamento da ordem jurídica: “[...] K. Considerando que a delegação parcial da autoridade do Estado é um elemento original inerente ao exercício do notariado, que é actualmente exercida regularmente e que representa uma parte importante das actividades de um cartório notarial; [...] 3. Regista as elevadas qualificações exigidas para o acesso às profissões jurídicas, a necessidade de proteger essas qualificações, que caracterizam as profissões jurídicas, no interesse dos cidadãos europeus e a necessidade de estabelecer uma relação específica baseada na confiança entre os profissionais do Direito e os respectivos clientes; 4. Reafirma a importância das normas que são necessárias para assegurar a independência, competência, integridade e responsabilidade dos membros das profissões jurídicas com vista a garantir a qualidade dos seus serviços, em benefício dos clientes e da sociedade em geral, e a fim de salvaguardar o interesse público”. **Jornal Oficial da União Europeia**, 1 dez. 2006. JO C 292E, p. 105-109. Disponível em <<http://eur-lex.europa.eu>>. Acesso em: 16 ago. 2010.

⁴⁰ Afirmou o Sumo Pontífice: “esta profesión, que, por las dotes que supone de ciencia, diligencia, probidad y rectitud, y por el compromiso con que os sella de mentores y custodios del orden legal, os confiere una misión nobilísima y os hace acreedores de la estima y respeto de la sociedad. [...] Mediadores entre el orden jurídico establecido y la sociedad, y ricos de experiencia humana, no os limitáis a una simple intervención formalista. ¡Cuántas veces desde vuestro Estudio podéis devolver la paz a las familias, apagar rencores, arreglar pleitos, defender patrimonios, evitar dispendios en litigios inútiles, tutelar a los débiles en sus intereses morales y materiales! De este modo vuestro trabajo se transforma y eleva más y más; así os convertís en ejecutores de un programa superior de bondad y de justicia; vuestra vida se hace testimonio de la benevolencia y de la justicia misma de Dios”. **Homilia-mensaje del Santo Padre Pablo VI al Congreso de la Unión Internacional del Notariado Latino**. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/homilies/1965>. Acesso em: 16 ago. 2010.

Todos esses fatores, reafirmados em diversas disposições legais que atribuem presunção de veracidade aos atos notariais e de registro, transmitem à população uma sensação de tranquilidade em relação aos documentos passados ou registrados em cartório.

A intervenção notarial e registral, nesse contexto, resulta em pacificação social, prevenção de litígios e, com isso, conduz à realização da Justiça.⁴¹

Segundo Hércules Alexandre da Costa Benício, a função “notarial e registral é, essencialmente, um mister de prudência, justamente por esse sentido cautelar que a rege. E não se pode negar que a forma autônoma e pacífica de solução dos conflitos é preferível à óptica heterônoma do litígio judicial”.⁴²

Assim, a segurança proporcionada pela intervenção prévia desses agentes reduz drasticamente a possibilidade de eventual discussão posterior.

E, embora o âmbito de intervenção do notário e registrador seja distinto daquele atribuído ao magistrado, a eficaz atuação daqueles acaba por reduzir a necessidade de se recorrer a este.⁴³

Dessa forma, é pertinente a conclusão de Francesco Carnelutti, de que: “quanto più notaro, tanto meno giudici (dove il *più* riferito al notaro va inteso non solamente in senso quantitativo, ma qualitativo!); quanto più *consiglio del notaro*, quanto più *consapevolezza del notaro*, quanto più *cultura del notaro*, tanto meno *possibilità di lite*”.⁴⁴

⁴¹ Para Leonardo Brandelli: “uma vez que o direito é fórmula de convivência social, é instrumento que viabiliza a convivência em sociedade, o ordenamento jurídico deve colocar à disposição dos indivíduos a possibilidade de um desenvolvimento espontâneo e eficaz; deve priorizar a realização voluntária do direito, prevenindo litígios. O indivíduo deve ter a faculdade de, voluntariamente, seguir os preceitos normativo-jurídicos, alcançando a consequência daí resultante, sem coação alguma, pois nessa situação reside o maior fator de pacificação social. Impossível seria concebermos uma sociedade baseada no conflito, ancorada em um direito sempre desobedecido e necessariamente aplicado pelos juízes; seria uma sociedade sempre doente, rumo ao caos, à auto-destruição. A paz social ancora-se fundamentalmente na realização voluntária do direito, que constitui, inegavelmente, a maior parte das relações jurídicas emergidas no seio social”. **Teoria geral do direito notarial**. p. 82.

⁴² **Responsabilidade civil do Estado decorrente de atos notariais e de registro**. p. 27.

⁴³ Ricardo Dip afirmou que no âmbito do direito notarial e do direito registrário, as soluções de forma “são nucleares: é pela forma que as notas e os registros atuam como excludores de conflitos. Essa característica formal elimina do ambiente notarial-registral certas questões que – importantes embora, remanescem para a jurisdição [...] as instituições notariais e registrárias buscam, pela forma, não só a exclusão de conflitos, mas sim preexcluí-los. É que não têm por objetivo excluir conflitos já instalados, mas, pela forma, evitar que se instaurem”. O notário e o registrador “são como que os juízes da concórdia social. Acautelam. Previnem. Aconselham. Instrumentam a segurança jurídica. Guardam-na. Difundem-na”. **O estatuto profissional do notário e do registrador**. p. 136.

⁴⁴ **La figura giuridica del notaro**. p. 928.

Essa característica da função notarial, ressalte-se, é verificada em maior intensidade onde é adotado o modelo de notariado latino ou de tradição romano-germânica,⁴⁵ nos quais o notário é um profissional do Direito que não exerce uma função meramente autenticante,⁴⁶ o que é vantajoso também sob o aspecto econômico.⁴⁷

Com o advento da Constituição Federal de 1988 e a regulamentação de seu art. 236 pela Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, nosso País passou a adotar, em sua plenitude, o modelo de notariado do tipo latino, devendo ser enfatizada a profissionalização da função notarial e o consequente incremento na elaboração científica a respeito do tema.

2.3. Princípios da função notarial

O legislador brasileiro não teve a preocupação em definir expressamente na lei quais são os princípios que norteiam a função notarial.⁴⁸ No entanto, alguns princípios podem ser extraídos do texto constitucional e da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994. Outros, por sua vez, decorrem da natureza da função notarial,⁴⁹ anteriormente analisada.

⁴⁵ Da consagrada obra de Richard Brooke, editada originalmente em 1839 e atualizada por N. P. Ready, extrai-se o seguinte: “The office of a notary public had its origin in the civil institutions of ancient Rome. [...] When the civil law experienced its renaissance in medieval Italy from the twelfth century onwards, the notary was able to establish his position as a central institution of that law, a position which, in countries whose legal systems are derived from the civil law, he has not since yielded. The common law developed largely in isolation from the influences of Roman law, with the result that the introduction of notaries into England did not take place until a much later stage. Even then, the notary never obtained the same prominence in the English legal system as that enjoyed by his counterparts in continental Europe”. **Brooke’s Notary**. p. 1.

⁴⁶ Como acontece em grande parte da Inglaterra e em diversos Estados norte-americanos, exceção feita ao Estado da Louisiana e, mais recentemente, nos Estados da Flórida e Alabama. Na obra de Richard Brooke consta que: “certain other States are introducing a ‘civil law notary’ qualification. In Florida, for example, attorneys-at-law who practise international law and have a need to authenticate an act or attest to the validity of a document may apply for a civil law notary appointment after undertaking special training and sitting an examination. A similar qualification has been introduced in Alabama”. **Op. cit.** p. 43.

⁴⁷ Segundo Leonardo Brandelli: “O notariado latino, ao lado da importante função jurídica que exerce, tem uma função econômica bastante importante. As características das quais é dotado, consistentes no assessoramento jurídico imparcial das partes, permite que haja agilização dos negócios jurídicos importantes e redução dos custos da transação e de custos derivados de litígios”. **Teoria geral do direito notarial**. p. 70.

⁴⁸ Em Portugal, pelo contrário, consta expressamente do Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, que: “Art. 10.º O notário exerce as suas funções em nome próprio e sob sua responsabilidade, com respeito pelos princípios da legalidade, autonomia, imparcialidade, exclusividade e livre escolha”.

⁴⁹ Nesse particular, é interessante a opinião de José Homem Correa Telles, constante da edição de 1842 do **Manual do tabellião**: “As principaes virtudes do Tabellião consistem em ser verdadeiro, desinteressado, diligente, e perito”. p. 12.

Embora a doutrina nacional não seja unânime quanto à sua enumeração,⁵⁰ pode-se arrolar como princípios que norteiam a função notarial: a independência do notário; a legalidade; a imparcialidade; a rogação e a livre escolha.

Primeiramente, deve-se mencionar o princípio de independência do notário, ligado à profissionalidade da atividade, para a qual se exige aprovação em concurso público (art. 236, § 3º, da Constituição Federal). Referida independência está assegurada por inúmeras disposições da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, dentre as quais a definição do notário como profissional do direito (art. 3º), a atribuição de competência para formalizar juridicamente a vontade das partes (art. 6º, inciso I), as regras quanto ao concurso público de provas e títulos (art. 14 e seguintes), a liberdade no gerenciamento administrativo e financeiro (art. 21), a garantia à independência no exercício de suas atribuições (art. 28) e a dispensa de autorização para as providências necessárias à organização e execução dos serviços (art. 41).

Outro princípio, diretamente relacionado ao da independência, é o da legalidade da atuação do notário, profissional do direito que formaliza juridicamente a vontade das partes, que deve manter em arquivo as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade, além de observar normas técnicas estabelecidas pelo juízo competente (Lei nº 8.935/1994, art. 30, incisos IV e XIV).

Por outro lado, seus atos estão sujeitos à fiscalização pelo Poder Judiciário, com a possibilidade de representação de qualquer interessado ao juízo competente, quando da inobservância de obrigação legal por parte de notário (Lei nº 8.935/1994, art. 37).

Pelo princípio da legalidade, compete ao notário apreciar a viabilidade de todos os atos cuja prática lhe é requerida, em face das disposições legais aplicáveis e dos documentos apresentados ou exibidos, verificando especialmente a legitimidade dos interessados, a regularidade formal e substancial dos referidos documentos e a legalidade substancial do ato solicitado.⁵¹

⁵⁰ Pode-se mencionar, nesse sentido, as obras **Teoria geral do direito notarial**, de Leonardo Brandelli; **Tabelionato de notas e o notário perfeito**, de Carlos Fernando Brasil Chaves e Afonso Celso F. Rezende; e **Ata Notarial**, de Paulo Roberto Gaiger Ferreira e Felipe Leonardo Rodrigues.

⁵¹ Estatuto do Notariado de Portugal (Decreto-lei nº 26/2004 de 4 de fevereiro), art. 11.º, 1.

Em nosso ordenamento tal diretriz está consagrada no art. 215, § 1º, incisos II e V, do Código Civil, segundo o qual a escritura pública deve conter o reconhecimento da identidade e capacidade das partes e de quantos hajam comparecido ao ato, por si, como representantes, intervenientes ou testemunhas; além da referência ao cumprimento das exigências legais e fiscais inerentes à legitimidade do ato.

Também na Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, há disposições que realçam a legalidade da atuação do tabelião de protesto, como o exame de todos os títulos e documentos de dívida apresentados em seus caracteres formais (art. 9º), ficando obstado o registro do protesto quando observada pelo tabelião qualquer irregularidade formal (parágrafo único).

Outro princípio extremamente relevante é o da imparcialidade, considerado por Francisco Martinez Segovia como um pressuposto necessário da atuação cautelar do notário.⁵²

O notário, como bem definido no Estatuto do Notariado de Portugal, tem o dever de manter equidistância relativamente a interesses particulares suscetíveis de conflitar, abstendo-se, designadamente, de assessorar apenas um dos interessados num negócio.⁵³ As previsões contidas na Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, quanto aos impedimentos⁵⁴ corroboram o caráter de imparcialidade da atuação do notário.

Além disso, o notário está sujeito ao princípio da rogação ou instância. Sua atuação depende, em regra, da solicitação dos interessados. Mas, uma vez solicitado o ato, o notário tem dever de atuar, só podendo abster-se de atender a solicitação quando vislumbrar violação à ordem jurídica.

Mesmo nas hipóteses em que a lei prevê a iniciativa de ofício do próprio notário, como no caso do art. 25 da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, relativo à retificação de erros materiais pelo serviço de protesto, a aplicação do princípio não está sendo excepcionada.

⁵² “La *imparcialidad* es un presupuesto necesario de la actuación cautelar, para la conservación en depósito de los documentos de ambas partes, o sea para la *permanencia* y también para que la *seguridad jurídica* se estructure a favor de todas las partes y no de una sola. De allí la particular incompatibilidad de parentesco que es propia del Notariado, como en la tarea del juez y, en cambio, innecesaria en la del abogado”. **Función notarial**. p. 236.

⁵³ Decreto-lei nº 26/2004 de 4 de fevereiro, art. 13.º, 1.

⁵⁴ “Art. 27. No serviço de que é titular, o notário e o registrador não poderão praticar, pessoalmente, qualquer ato de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau”.

Pelo contrário, nesse caso o notário age exatamente para preservar a manifestação de vontade do usuário,⁵⁵ adequando o ato lavrado à solicitação do apresentante.

Por fim, tem-se o princípio da livre escolha, consagrado no art. 8º da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, em relação ao tabelião de notas,⁵⁶ mas inaplicável em regra para a atividade de protesto, cujas regras de competência territorial⁵⁷ e de distribuição⁵⁸ restringem a livre escolha do tabelião.

2.4. Qualificação e recusa notarial

Aos princípios da independência e da legalidade da função notarial está atrelada a ideia de qualificação notarial, consistente em uma série de procedimentos intelectivos pelos quais o tabelião aprecia livremente, de acordo com sua convicção, a viabilidade da prática do ato solicitado, tanto no aspecto subjetivo, como objetivo; analisa a documentação apresentada; considera as disposições legais e normativas; e, ao final, emite um juízo valorativo, admitindo ou recusando a prática do ato, ou condicionando-a ao atendimento de exigências.⁵⁹

⁵⁵ Nesse sentido, a opinião de Leonardo Brandelli. Segundo ele: “por força do princípio rogatório da função notarial, tem o tabelião o dever de prestar seu mister no estrito cumprimento da vontade manifestada pelas partes, e de maneira correta, e, parece-nos, mais, que por força de uma interpretação ampla do mesmo princípio, tem ele o direito de corrigir os erros materiais que porventura cometa, provados documentalmente, sem a participação nem a oneração das partes, uma vez que o erro em nada altera o negócio jurídico nem tampouco a vontade das partes, e uma vez que o notário tem o dever de corretamente dar vazão formal à vontade das partes”. **Ata notarial**. p. 66.

⁵⁶ “Art. 8º É livre a escolha do tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio”.

⁵⁷ Em algumas situações, porém, o apresentante pode eventualmente fazer opção entre tabelionatos de localidades distintas. É o que ocorre, por exemplo, na hipótese do título indicar praças de pagamento alternativas, conforme disposto no art. 20, § 1º, do Decreto nº 2.044/1908; em relação ao protesto de cheque, que pode ser feito no lugar de pagamento ou do domicílio do emitente (Lei nº 7.357/1985, art. 48; e Lei nº 9.492/1997, art. 6º); e o protesto de sentenças judiciais, que pode ser feito na Comarca de tramitação do feito ou de domicílio do executado (Código de Processo Civil, art. 475-P, inciso II e parágrafo único).

⁵⁸ Dispõe a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, no art. 11, parágrafo único, que: “Havendo mais de um tabelião de protestos na mesma localidade, será obrigatória a prévia distribuição dos títulos”. Por sua vez, prevê o art. 7º da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, que: “Os títulos e documentos de dívida destinados a protesto somente estarão sujeitos a prévia distribuição obrigatória nas localidades onde houver mais de um Tabelionato de Protesto de Títulos”.

⁵⁹ Nesse ponto, é pertinente a observação de Paulo Roberto Gaiger Ferreira e Felipe Leonardo Rodrigues: “Ao legitimar os atos dos particulares, submetidos ao seu ofício, o tabelião converte-se em artesão jurídico, dando forma ao ato. [...] Na função legitimadora, o tabelião trabalha com a qualificação notarial em três momentos: inicialmente, admite o ato dando-se por requerido; após, verifica a capacidade das partes para o ato solicitado, bem como todos os demais elementos substantivos das partes, do objeto e do próprio ato; e, finalmente, dota-o de uma forma reconhecida pelo direito, redigindo o instrumento público adequado”. **Ata notarial**. p. 20.

A qualificação é uma característica marcante da atuação notarial, pela qual a norma geral e abstrata é aplicada ao fato concreto,⁶⁰ conferindo-lhe caráter de autenticidade.⁶¹

Luís Paulo Aliende Ribeiro acentuou que o “exercício independente e responsável dessa atuação jurídica tem por pressuposto a capacitação jurídica dos notários e registradores, requisito que se apresenta em todas as especialidades e se verifica pelo desempenho de uma atividade de qualificação”.⁶²

Por sua vez, Vicente de Abreu Amadei anotou que os notários “são operadores do direito, vocacionados ao juízo prudencial no universo do direito (do *agire*), que qualificam. Isso, é verdade, confere independência jurídica, mas também se agrega maior responsabilidade”.⁶³

Pois bem. Como os atos notariais estão sujeitos à fiscalização do Poder Judiciário, compete ao notário, se houver recusa ou formulação de exigências para a prática do ato, entregar ao interessado, quando solicitada, nota escrita fundamentada,⁶⁴ recomendando-se o arquivamento de cópia com o recibo de entrega.

E, caso o interessado pretenda questionar a recusa da prática do ato pelo tabelião, o meio adequado para tanto é a representação ao juízo competente incumbido da fiscalização, na forma do art. 37 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, e não o procedimento de dúvida, por não se tratar de ato registrário.⁶⁵

⁶⁰ Para Leonardo Brandelli: “A norma jurídica é geral e abstrata, abrange uma série de situações hipotéticas [...]. Nesta operação, o notário pensa o caso particular como contido na norma geral e abstrata, ensaia inscrevê-lo em seu esquema, e logo, conforme ao resultado, positivo ou negativo, de tal confrontação, qualifica a situação submetida a seu ditame: emite sua qualificação”. **Teoria geral do direito notarial**. p. 230.

⁶¹ Luiz Egon Richter salientou que a “qualificação do ato jurídico ou do negócio jurídico compete ao Notário. Há uma intervenção externa, a partir da qual não participa do negócio como parte ou comparecente, mas legitima-o no plano da validade. É uma intervenção autenticadora”. E mais adiante: somente “após a qualificação com emissão de juízo positivo dos fatos, sujeitos, do negócio e dos documentos é que o Notário então formalizará em instrumento público o negócio jurídico proposto pelas partes. É desta forma que o Notário atribui qualidade ao negócio jurídico”. **Da qualificação notarial e registral e seus dilemas**. p. 216.

⁶² **Regulação da função pública notarial e de registro**. p. 86.

⁶³ **Princípios de protesto de títulos**. p. 98.

⁶⁴ A Resolução nº 35, de 24 de abril de 2007, do Conselho Nacional de Justiça preceitua que: “Art. 32. O tabelião poderá se negar a lavrar a escritura de inventário ou partilha se houver fundados indícios de fraude ou em caso de dúvidas sobre a declaração de vontade de algum dos herdeiros, fundamentando a recusa por escrito. [...] Art. 46. O tabelião poderá se negar a lavrar a escritura de separação ou divórcio se houver fundados indícios de prejuízo a um dos cônjuges ou em caso de dúvidas sobre a declaração de vontade, fundamentando a recusa por escrito”.

⁶⁵ O art. 296 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, prevê a aplicação das disposições relativas ao processo de dúvida no registro de imóveis apenas às especialidades definidas no art. 1º, § 1º, incisos I, II e III, da Lei.

Nesse sentido, aliás, o Código de Processo Civil, ao tratar do protesto notarial, prevê a possibilidade de reclamação do interessado.⁶⁶

É oportuno observar que, mesmo após a edição da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997,⁶⁷ a reclamação – e não a dúvida – continua sendo o procedimento adequado para questionar as exigências do tabelião de protesto, porquanto sistemática processual fixada pela legislação respectiva.⁶⁸ Ressalte-se que o art. 18 da Lei nº 9.492/1997, que faz menção às dúvidas do tabelião, está inserido no Capítulo atinente à sustação de protesto, e não da apresentação e protocolização. Trata-se, portanto, de mera providência administrativa ordinária, conforme entendimento firmado tanto pela Corregedoria Geral da Justiça,⁶⁹ como pelo Conselho Superior da Magistratura do Estado de São Paulo.⁷⁰

Assim, pode-se concluir que compete ao interessado, na hipótese de recusa notarial, formular reclamação, sendo descabido o levantamento de dúvida registrária, seja para a atividade de tabelião de notas, seja para a de protesto.

Tal distinção é extremamente relevante, visto que na hipótese de dúvida registrária julgada improcedente admite-se nova apresentação dos documentos pelo interessado, a fim de que se proceda ao registro (Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, art. 203, inciso II).

⁶⁶ “Art. 884. Se o oficial opuser dúvidas ou dificuldades à tomada do protesto ou à entrega do respectivo instrumento, poderá a parte reclamar ao juiz. Ouvido o oficial, o juiz proferirá sentença, que será transcrita no instrumento”.

⁶⁷ Segundo a qual: “Art. 18. As dúvidas do Tabelião de Protesto serão resolvidas pelo Juízo competente”.

⁶⁸ A Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, estabelece que: “Art. 30. São deveres dos notários e dos oficiais de registro: [...] XIII – encaminhar ao juízo competente as dúvidas levantadas pelos interessados, obedecida a sistemática processual fixada pela legislação respectiva”.

⁶⁹ Ao apreciar o Processo CG 1.134/97, o então Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Márcio Martins Bonilha, aprovou, em 19 de dezembro de 1997, o seguinte parecer: “8) O artigo 18 da Lei Federal 9.492/97, por seu turno, cuida das denominadas dúvidas do Tabelião de Protestos. Não se confunde esse expediente, todavia, com o procedimento de dúvida previsto na Lei Federal 6.015/73, que sequer trata do serviço de protesto de títulos. Neste caso a dúvida é providência administrativa ordinária, que cumprirá ao Corregedor Permanente da respectiva unidade do serviço decidir, depois de verificar o seu cabimento, em cada caso. Não versando acerca de matéria administrativa que exija a intervenção ou a regulamentação por parte do órgão correcional competente, cumprirá ao Juízo não conhecer da dúvida. Sempre que apresentada dúvida, cumprirá ao Juízo Corregedor Permanente encaminhar cópia da provocação à Corregedoria Geral da Justiça, a fim de que seja a questão acompanhada até final decisão, tendo em vista o potencial interesse da Corregedoria Geral nessas decisões, que por seu caráter normativo, haverão de ser compatíveis com a orientação geral imposta para todo o Estado de São Paulo”. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 23 dez. 1997. Poder Judiciário, Caderno 1 – Parte I, p. 4.

⁷⁰ Como na decisão proferida na Apelação Cível no Processo DJ-512-6/9. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 26 jan. 2006. Poder Judiciário, Caderno 1 – Parte I, p. 3.

Por outro lado, é interessante observar que, em princípio, a qualificação notarial desempenhada pelo Tabelião não dá margem a reexame ou reconsideração,⁷¹ em decorrência da independência que lhe é assegurada para o exercício de suas atribuições.

Esse princípio só é afastado se houver expressa previsão legal em sentido contrário.

Nesse sentido, a legislação notarial de Buenos Aires prevê a lavratura do ato sempre que a decisão de uma instância revisora seja contrária ao notário.⁷²

O mesmo ocorre em relação ao protesto no Brasil, por força do disposto no art. 884 do Código de Processo Civil, que dispõe: “Se o oficial opuser dúvidas ou dificuldades à tomada do protesto [...], poderá a parte reclamar ao juiz. Ouvido o oficial, o juiz proferirá sentença, que será transcrita no instrumento”.

2.5. Protesto como função notarial

É controvertida na doutrina a definição da natureza jurídica do ato de protesto. Alguns situam o instituto no âmbito notarial,⁷³ enquanto outros afirmam que se trata de atividade mista, notarial e registral.⁷⁴

⁷¹ É o que ficou assentado na decisão do **Processo nº 583.00.2005.097158-7**, da lavra do Dr. Márcio Martins Bonilha Filho, Juiz de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos da Capital do Estado de São Paulo. Segundo o magistrado: “a qualificação notarial desempenhada pelo Tabelião não dá margem reexame ou reconsideração. No exercício da atividade desenvolvida, o Tabelião, de forma independente e soberana, executa a verificação formal da possibilidade de lavrar ou não o ato notarial. É certo que a recusa não resultou de desleixo, má vontade ou desídia, mas está lastreada em defensável convencimento jurídico assumido pelo titular da delegação, em quadro de tema controvertido, como bem enfatizado pela D. representante do Ministério Público (fl. 66). Logo, diante da posição assumida pelo Tabelião, mediante as razões invocadas a fls. 55/56, inviável, nesta quadra, transpor o óbice notarial. Vale dizer, a recusa não é desarrazoada, restando à interessada a utilização de alguma eventual opção, como o suprimimento da outorga em procedimento judicial, certo que possível subsequente impasse registrário deverá ter curso perante a Corregedoria Permanente da Comarca do bem imóvel (Indaiatuba/SP)”.

⁷² Anota Carlos Nicolás Gattari que: “Frente a la rogación, las leyes han establecido en forma clara y terminante la obligación funcional de prestar asistencia, salvo los motivos válidos de excusación. [...] Si la decisión es contraria al notario, éste quedará obligado a actuar y facultado para dejar constancia del pronunciamiento recaído en el documento que autorice”. **Manual de Derecho Notarial**. p. 95.

⁷³ Nesse sentido, o entendimento, adiante exposto, de Carlos Luiz Poisl, Cláudio Martins, Rubem Garcia e Míriam Comassetto Woffenbüttel.

⁷⁴ Essa foi a opinião manifestada por Mauro Grinberg e Vicente de Abreu Amadei.

A Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, incluiu os tabeliões de protesto de títulos na Seção II do Capítulo II, que trata das atribuições e competências dos notários, e uniformizou a designação desses profissionais em todo o território nacional.⁷⁵

Essa opção do legislador foi, de fato, bastante adequada. Carlos Luiz Poisl ressaltou que “receber, interpretar e formalizar declarações de vontade, criando atos jurídicos autênticos e plenamente eficazes, é função tipicamente notarial e exclusivamente notarial. O protesto cambial assim criado é, portanto, ato notarial”.⁷⁶

O protesto visa à criação de uma prova, o instrumento de protesto, formalizando o tabelião a manifestação de vontade do credor.⁷⁷

Ademais, o procedimento de protesto é marcado pelo dinamismo próprio da função notarial, abrangendo a recepção do título, a expedição da intimação, o recebimento do pagamento ou formalização da eventual resposta do devedor e, por fim, a lavratura do instrumento.

E não é só isso. O instrumento de protesto constitui documento que interessa principalmente ao credor,⁷⁸ pois comprova a sua diligência e produz inúmeros efeitos em seu favor, tais como a constituição em mora do devedor, a interrupção da prescrição e a possibilidade de promover a execução ou requerer a falência do devedor.

⁷⁵ A designação contida nos diplomas legais anteriores era muito variada. Como exemplo, o art. 375, § 1º, do Decreto nº 737, de 25 de novembro de 1850, mencionava o “escrivão privativo dos protestos creado por Lei Geral ou Provincial onde o houver”. Por sua vez, o Decreto nº 135, de 10 de Janeiro de 1890, criou “o lugar de official privativo dos protestos de letras na Capital Federal, ao qual deverão os escrivães do commercio, que exercem actualmente essas funções, entregar os respectivos livros por inventario”. No Estado de São Paulo, o Decreto nº 199, de 6 de junho de 1891, criou na Comarca da Capital um officio de “tabellião privativo de protesto de letras e títulos”. A Lei nº 6.268, de 24 de novembro de 1975, fazia menção a “título protestado perante notário ou official público”. Já na Lei nº 6.690, de 25 de setembro de 1979, era previsto o cancelamento de protesto pelo próprio “official do cartório”.

⁷⁶ **Em testemunho da verdade**. p. 69. O referido autor concluiu o trabalho propondo ao relator do Projeto de Lei que veio a se converter na Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, a substituição da designação “Official de Registro de Protestos” para “Tabelião de Protestos”, incluindo-o na categoria dos tabeliões.

⁷⁷ Cláudio Martins afirmou: “Sem sombra de dúvida, quem protesta é o portador. O notário se limita a interpretar, formalmente, sua vontade, dele, portador, diligenciando para que o sacado, emitente ou aceitante, tome conhecimento do fato e tenha oportunidade de defender-se, se acaso julgar a providência improcedente ou desarrazoada”. **Teoria e prática dos atos notariais**. p. 290. Nesse mesmo sentido, Rubem Garcia defendeu que: “Não resta qualquer dúvida acerca da natureza notarial do protesto. O Serventuário testemunha, atesta, certifica, ante o pedido do portador, a ocorrência do não aceite ou do não pagamento. Sem dúvida que o portador é quem protesta; o tabelião lavra um termo desse protesto”. **Protesto cambial**. p. 7.

⁷⁸ Para Francisco Martínez Segovia: “La actuación notarial interesa a las partes, protege y da valor a sus derechos, instantáneamente. La actuación registral interesa a los terceros”. **Función notarial**. p. 145.

Para Vicente de Abreu Amadei, porém, como há registro, o protesto é ato de natureza mista, notarial e registral, com dupla função: “dar forma escrita e pública ao protesto, instrumentando-o, bem como inscrevê-lo para proclamar publicamente a nova situação jurídica do título”.⁷⁹

Mas, como bem ponderou Míriam Comassetto Wolffenbüttel, “o ato de registrar o protesto tem caráter secundário. O principal é o processamento do protesto, o registro é decorrência deste, com intuito apenas de conferir publicidade e conservação a este ato específico”.⁸⁰

Aliás, a maior parte dos atos notariais é assentada em livros,⁸¹ como as escrituras, as procurações, os testamentos e as atas notariais,⁸² sendo, em regra, revestidos de publicidade, franqueando-se a qualquer pessoa a possibilidade de solicitar certidão.

Mesmo a previsão de averbação de cancelamento não afasta o caráter notarial do protesto, porquanto outros atos notariais, como o instrumento público de substabelecimento de procuração ou de revogação de mandato, são averbados à margem do ato revogado ou substabelecido.⁸³

Por fim, é de se ressaltar que em expressiva parcela dos apontamentos o protesto sequer chega a ser lavrado, seja pelo pagamento do título no tríduo, seja pela desistência do apresentante. Nesses casos, embora não tenha havido registro e a publicidade seja restringida, é inegável a atuação do tabelião de protesto. Conclui-se, assim, que o protesto é um ato notarial.⁸⁴

⁷⁹ **Princípios de protesto de títulos.** p. 89. Na mesma esteira, Mauro Grinberg definiu o protesto “como um ato misto notarial/registral; é ato notarial pois quem o pratica exerce atividade pública não estatal, portanto notarial, mas com função de publicidade, logo registral”. **Protesto cambial.** p. 15.

⁸⁰ **O protesto cambiário como atividade notarial.** p. 69.

⁸¹ Francisco Martinez Segovia afirmou: “La formación del protocolo, de los índices y repertorios, el uso de elementos indelebiles de escritura, el buen estado permanente, son tareas materiales, pero no despreciables que están esencialmente ligadas a la función notarial”. **Función notarial.** p. 224-225.

⁸² João Teodoro da Silva, aliás, incluiu, na esteira da doutrina estrangeira, os instrumentos de protesto entre as modalidades de ata notarial: “Outra modalidade de ata notarial praticada no Brasil é o conhecido instrumento de protesto de título cambial, que o tabelião de protesto lavra e registra em livro. Tal experiência já permite uma idéia de ata notarial como relato de fato ou fatos que o tabelião ‘vê, ouve ou percebe com seus próprios sentidos’ e, portanto, leva à noção de documento qualificado pela fé pública”. **Ata notarial.** p. 25-26.

⁸³ Itens 22.1 e 22.2 do Capítulo XIV das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo.

⁸⁴ Esse também foi o entendimento do Dr. Marcelo Fortes Barbosa Filho, então Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, no **Processo CG nº 2.273/96**: “Num primeiro plano, é preciso assentar constituir o protesto um ato notarial. O portador do título, ao apresentar um título de crédito ao tabelião, manifesta sua vontade no sentido de que seja lavrado um instrumento específico de protesto. O tabelião, então, recepciona o documento exibido, o interpreta e pratica um ato jurídico em sentido estrito, capaz de produzir efeitos previamente delimitados pela lei. Nesta atividade, não se retrata, portanto, pura e simplesmente, uma realidade já existente, como é próprio aos atos registraes, mas, pelo contrário, persiste a criação de algo novo, um instrumento, que reproduz declarações de vontade pretéritas e comprova a falta de aceite, a falta de data de aceite ou a recusa, total ou parcial, de pagamento”.

3 – O PROTESTO NO DIREITO COMPARADO

3.1. Perspectivas para introdução ao tema

Após uma breve análise da função notarial, em cujo âmbito o protesto está inserido, é imprescindível o estudo do tema proposto sob a perspectiva histórica e de Direito Comparado.

Quanto ao primeiro aspecto, o Professor Mauro Rodrigues Penteado anotou o seguinte: “É inegável a utilidade da análise de todo e qualquer instituto jurídico sob a perspectiva histórica, na medida em que revela seu perfil original e as exigências de ordem econômica e social que ditaram a sua criação, e, também, as mutações operadas na respectiva disciplina legal”.⁸⁵ Tal análise é ainda mais importante no âmbito do Direito Comercial. Segundo Waldirio Bulgarelli, “é justamente no evoluir da história que se devem ir buscar os elementos que possibilitam compreender a formação desse ramo jurídico do direito privado”.⁸⁶

Referido elemento histórico, como bem observado por José Xavier Carvalho de Mendonça, abrange “a indagação *histórico-comparada*, de modo a serem estudados os institutos do direito comercial no *tempo* e no *espaço*, indagação indispensável, pois a verdade é que o direito comercial não se formou numa só época, nem no meio de um só povo”.⁸⁷

Nesse particular, é bastante oportuna a lição de Tullio Ascarelli, para quem a “formação dessas normas, originalmente italianas, é basicamente uniforme no campo internacional e independente dos limites geográficos. [...] Isto ocorre mesmo além das fronteiras que permanecem hostis à penetração do direito romano comum, ou seja, mesmo na Inglaterra”.⁸⁸ Dessa forma, há que se considerar o “caráter internacional e cosmopolita do direito comercial”.⁸⁹

Por tais razões, a análise de qualquer instituto desse ramo do Direito deve ser feito não só pela perspectiva histórica, como também de Direito Comparado.

⁸⁵ **Dissolução e liquidação de sociedades.** p. 35.

⁸⁶ **Direito Comercial.** p. 25.

⁸⁷ **Tratado de Direito Comercial Brasileiro.** v. 1. p. 47.

⁸⁸ **O desenvolvimento histórico do Direito Comercial e o significado da unificação do Direito Privado.** p. 239. Outras obras de referência sobre o tema são: **Storia universale del Diritto Commerciale**, de Levin Goldschmidt; **Lex mercatoria**, de Francesco Galgano; e **A evolução do Direito Comercial brasileiro**, de Paula A. Forgioni.

⁸⁹ **Manual de Direito Comercial.** Vera Helena de Mello Franco. p. 22.

O Direito Comparado, como foi bem salientado por Tullio Ascarelli, “permite-nos, através do enriquecimento de nossa experiência, entender e avaliar melhor os diversos sistemas jurídicos, e, pois, reconstruir os traços fundamentais do direito na civilização atual ou em determinada época histórica, e as linhas básicas do seu desenvolvimento”.⁹⁰

Enfim, para uma adequada análise de qualquer instituto é necessário, na forma preconizada por Carlos Maximiliano, “verificar o desenvolvimento que tiveram no passado os institutos jurídicos, e também a sua evolução contemporânea, dentro e fora do país; toda a elaboração do Direito Positivo, as suas tendências recentes, os seus objetivos”.⁹¹

A análise histórica e de Direito Comparado é ainda mais relevante para o estudo do protesto, instituto que se consolidou pela intensificação do comércio entre diversas regiões, sendo evidente a influência recíproca nos usos e na disciplina legislativa, como se verá adiante.

3.2. Origem e evolução histórica

O protesto, como muitos institutos do Direito Comercial, não foi uma criação da lei, mas fruto da reiteração dos usos do comércio, especialmente a partir do Século XIV, com a evolução e consolidação da letra de câmbio no continente europeu.

Aliás, como bem afirmou Mario Battaglini, não é fácil definir com exatidão o momento em que surge o protesto cambiário, mas os precedentes podem ser encontrados no campo mais amplo das obrigações, como a *contestatio*, ato praticado perante testemunhas no caso de inadimplemento, já no fim do Século IX.⁹²

⁹⁰ E mais adiante: “auxilia-nos a compreender as relações entre as normas jurídicas e a subjacente realidade social; dá-nos as razões das diferenças jurídicas; leva-nos à modéstia e à tolerância que decorrem do ampliamto da experiência”. **Problemas das sociedades anônimas e Direito Comparado**. p. 4.

⁹¹ **Hermenêutica e aplicação do direito**. p. 113.

⁹² “Non è facile stabilire con esattezza il momento in cui sorge l’istituto del protesto cambiario. Tuttavia quasi sicuramente ciò avvenne quando la accettazione della lettera di cambio (che da principio era obbligatoria) divenne facoltativa, per cui il trattario poteva anche rifiutarsi di accettare la lettera e, quindi, negare il pagamento. I precedenti, tuttavia debbono ricercarsi nel campo più generale delle obbligazioni. Infatti, è noto che fin dal secolo IX se una obbligazione non veniva adempiuta, se ne prendeva atto dinanzi a testimoni. Questa ‘contestatio’ passò poi (divenendone ben presto caratteristica) al campo della lettera di cambio”. **Il protesto**. p. 3.

Nesse mesmo sentido, Miguel G. Giron asseverou que o protesto é anterior à letra de câmbio, encontrando-se antecedentes não só no antigo Direito Romano, como também a partir do período justinianeu.⁹³

Pode-se mencionar também que na Catalunha, durante o período visigótico, o devedor era interpelado publicamente, no caso de falta de pagamento, antes da ação judicial, conforme relato de Rosa-Maria Gelpi e François Julien-Labruyère.⁹⁴

Cumprе, ainda, trazer à colação o relato de José Frederico Marques. Segundo ele, com a ampliação das trocas de dinheiro entre as cidades italianas, o notário passou a ser incumbido do *preceptum de solvendo*, meio para se obter a confissão de dívida pelo devedor.⁹⁵

Por sua vez, Enrico Tullio Liebman indicou como uma das prováveis causas para a equiparação da confissão perante o tabelião àquela feita perante o juiz, a necessidade do próspero comércio nas grandes comunas italianas, “sempre desejoso de rápida decisão das pendências e de pronta recuperação dos créditos”.⁹⁶

⁹³ “Entre los romanos, los *tabularii* levantaban constancias para verificar el incumplimiento de las obligaciones por parte de los deudores. En tiempos de Justiniano, y aún después de él, era corriente establecer por actos solemnes estos hechos. El protesto, como formalismo, fue anterior a la letra de cambio, aunque hoy día, y teniendo en cuenta como se verifica, puede decirse – como se ha expresado – que es originado principalmente por la letra de cambio y los papeles de comercio en general”. **Regimen legal del protesto**. p. 2-3.

⁹⁴ “Le recouvrement, en cas de non-remboursement, est réglementé de façon précise par le code de Réceswinth. Le créancier doit accorder un délai minimal de dix jours après l’échéance, puis adresser une sommation publique. Si le débiteur ne rembourse pas, il peut alors déposer une plainte en justice”. **Histoire du crédit à la consommation**. p. 53-54.

⁹⁵ “Como o Direito Romano não reconhecia outro título executivo além da sentença, para servir de fundamento à actio judicati, usavam os credores do processo fictício de pedir ao devedor que confessasse a dívida em juízo, com o que obtinham o preceptum de solvendo, que dava ao credor o direito de propor aquela ação. Numa segunda fase, suprimiu-se a necessidade de demanda, de forma a admitir-se que, se as partes confessassem a dívida ante o juiz, a requerimento do credor, e mesmo sem propositura da ação, o magistrado pronunciaria o preceito com eficácia bastante para posterior ação do julgado. Com a ampliação das trocas de dinheiro entre as cidades italianas, o número dessas intervenções judiciais aumentou grandemente e, se tornou imprescindível que o preceito de solvendo fosse ditado rapidamente, incumbindo essa função ao notário”. **Ensaio sobre a jurisdição voluntária**. p. 110-111.

⁹⁶ “Na alta Idade Média, a necessidade de oferecer a determinadas categorias de créditos uma tutela mais rápida e mais fácil do que a do processo ordinário provocou o nascimento dos *instrumenta guarentigiata* ou *confessionata*, aos quais os Estatutos comunais reconheceram a *executio parata*, análoga à da sentença. Fôsse este instituto um resíduo e um substitutivo do antigo uso germânico da auto-tutela, fôsse criação nova e espontânea da prática para corresponder às necessidades do comércio, tão próspero nas grandes comunas italianas e sempre desejoso de rápida decisão das pendências e de pronta recuperação dos créditos, certo é que ele se difundiu em toda a Europa e acabou por ser acolhido pela doutrina, que o justificou com o antigo princípio romanístico que equiparava o *confessius* ao *iudicatus* [...] e admitiu que a confissão feita perante o tabelião (*iudex chartularius*) equivalia à feita perante o juiz”. **Execução e ação executiva**. p. 222.

Por outro lado, é interessante observar o surgimento e a evolução da própria letra, oriunda do contrato de câmbio. De acordo com Gustavo Bonelli, tal contrato era formalizado por escrito, por meio da *cautio*, instrumento lavrado por um notário,⁹⁷ que era acompanhado de uma carta emitida pelo banqueiro e dirigida ao seu correspondente no local de pagamento, a *lettera di pagamento*. Essa carta posteriormente suplantou a necessidade do instrumento.⁹⁸

Além disso, tais letras passaram de ser dirigidas não só ao correspondente, como a qualquer devedor do sacador. E, na hipótese de falta de pagamento, o portador deveria promover um ato solene perante o notário e testemunhas, a *protestatio*,⁹⁹ para prova e ressalva de seus direitos.

Verifica-se assim que, desde o antigo direito romano, era bastante comum a intervenção de um notário para prova, tanto da constituição, como do descumprimento de uma obrigação.

No entanto, o termo protesto só passou a ser difundido no início do Século XIV, conforme asseverado por Mario Battaglini¹⁰⁰ e Charles Patriau.¹⁰¹ É exatamente nessa época que, segundo Levin Goldschmidt, o instituto passa a ser utilizado com maior frequência.¹⁰²

⁹⁷ “Alla cambiale precede storicamente, e dà il nome, il *contratto di cambio* [...] In sostanza l’obbligazione del banchiere era di far avere in altro luogo la moneta consegnata al suo banco; ciò che implicava *trasporto, movimento* della moneta da un luogo all’altro (*cambio trajettizio*). Questo cambio *de pecunia praesenti cum pecunia absentis* si faceva normalmente col rilascio d’uno scritto, *cambium per literas*, si ridigeva cioè un instrumento (*cautio*) per mano di notaio contenente la promessa di pagare, come per qualunque altro contratto”. **Della cambiale, dell’assegno bancario e del contratto di conto corrente**. p. 2-3.

⁹⁸ “A questo documento notarile [...] si accompagnò [...] un altro documento, consistente in una lettera privata diretta dal banchiere al corrispondente nel luogo ove dovea avvenire il pagamento e contenente una delegazione o incarico di pagamento (*lettera di pagamento*), la quale si consegnava sigillata allo stesso prenditore, come sua carta di riconoscimento verso il corrispondente a cui era diretta [...] poco a poco la lettera supplantò la *cautio* notarile. [...] Cosicché l’azione del creditore contro il traente poté da allora basarsi sulla lettera, con tutti gli effetti annessi agli strumenti mercantili”. **Op. cit.** p. 3-4.

⁹⁹ “se nei primi tempi il trattario era sempre mandatario o *socius* del traente, più tardi si trovano costituire due unità giuridiche distinte, ed allora la tratta si giustifica o in quanto il trattario è già debitore del traente o in quanto ha ricevuto da lui il valsente (la *provvista* dei fondi). [...] Di fronte al mancato pagamento del trattario (accettante o no), il presentatore doveva farne constare entro breve termini con atto speciale e solenne dinanzi a notaro e testimoni (*protestatio*)”. **Op. cit.** p. 6-7.

¹⁰⁰ “Non è facile nemmeno dire in quale momento sia intervenuto il notaio a levare il protesto: tuttavia, mentre Rolandino nella sua *Summa artis notariae* non ne parla, sucessivamente, e già nel 1305, si ha un cenno alla *praesentatio* e alla *protestatio* a Pisa per opera del notaio”. **Il protesto**. p. 4.

¹⁰¹ “Cependant déjà au XIV^e siècle, en Italie, nous trouvons mentionnée dans la législation la règle suivante: si le tiré refuse l’acceptation ou le paiement, ce refus est constaté au moyen d’un prôtet, dressé dans des formes solennelles par un notaire assisté de témoins. L’existence de cette règle est prouvée non seulement par les dispositions des statuts des principales villes italiennes, mais encore par les plus anciens modèles des protêts que la législation italienne nous ait conservés”. **Du protêt faute de paiement**. p. 31-32.

¹⁰² “Il protesto, cioè la dichiarazione notarile del possessore della cambiale [...], si trova in uso generale a cominciare dal XIV sec”. **Storia universale del Diritto Commerciale**. p. 347.

Aliás, na obra de Levin Goldschmidt sobre a história do Direito Comercial encontra-se farta referência bibliográfica,¹⁰³ incluindo um protesto lavrado em Pisa no ano de 1335.¹⁰⁴

¹⁰³ “Il protesto è in generale una dichiarazione solenne, e nella sua origine un atto conservativo. Il protesto di una cambiale consta in origine di tre atti: praesentatio literarum, requisicio (domanda, richiesta), protestatio (atto conservativo). – Cfr. per es. Arch. stor. ital., IV, p. 4 e segg.; Lib iur., II, n. 227; Chérueil, Hist. de Rouen, II, pag. 75 e segg.; Summa notarie, di Giov. da Bologna (Rockinger, pag. 697); Bonaini, I, pag. 276, nota 1, III, pag. 742. Tassa dei notarii per la protestatio: Stat. merc. Veronae, I, c. 26, Degli affari dei notarii fa parte anche la presentatio e protestatio literarum: Breve coll. notar., di Pisa del 1305, c. 46. Vedi anche Baldo, De constituto, n. 3. Esempi di protesti di cambiali: 1335 (Bonaini, III, pag. 202 nota); 1339 (eod., pag. 203, nota); 1359 (Archivio Veneto, XIV, pag. 378); 1413 (sopra nota 136), Protesto di Londra di una cambiale tratta da Venezia su Londra nel 1416 (nel Mas-Latrie, loc. cit., t. III, pag. 9, 10); molti protesti di Londra di questa specie sono riferiti, per lo più in traduzione o in registi (Randon Brown, Calendar of state papers, II, n. 1302 e segg., I, n. 317, 321, 354, 391, 392, 400 e segg. – vedi nota 160); altri protesti del 1463, 1473, ecc. Cfr. anche Scaccia, § 7, gl. 2, n. 16. Bologna, Stat. civil., del 1454, c. 43, merc., del 1509, rub. 21, del 1550, rub. 2. Ferrara, Stat., del 1566, VIII, 5. Lucca, Stat. merc., del 1577, II, 21, 22; 1610, II, 24, 25. Genova, Stat., del 1588, IV, 15. Decr. Napol., del 1607, n. 10; 1617, n. 2. Siena, 1619, Dist. II, rub. 92 – ‘levare protesto’, vedi Brunner, Rechtsgesch. der Urk. (St. giur. dei docum.), I, pag. 104 e segg., 271, 303”.

Storia universale del Diritto Commerciale. p. 347-348.

¹⁰⁴ “Nicolaus quondam Iacobi Vitaluccii, civis et mercator lucanus, procurator ad hec et alia facienda Francisci quondam ser Stephani Mangialmacchi, civis et mercatoris lucani, et sociorum suorum, per cartam ipsius procurationis scriptam a Nicolao Cecii Bonaiunte de Luca notario, anno a Nativitate MCCCXXXIII, indictione secunda, die prima iunii, procuratorio nomine pro eis, existens in presentia mea Andree notarii et testium infrascriptorum presentavit et consignavit Gherardino domini Buctis de Florentia, de societate Bardorum de Florentia, pro se et Bonaiuto Boninsegne de societate Bardorum suprascripta, et aliis sociis dicte societatis, licteram quamdam, cuius tenor talis erat: ‘Al nome di Dio, ame. Bonaiuto, Iacobo Romei salute. Di Maiolicha Sappiate che per la nave di Diegho Romei vi mandai XVI saccha di lana, uno saccho di rotame daora: la quale vi mandamo, che chome la detta lana fosse costà, che voi la dovete vendere al fôro de la tera: se none l’aveste venduta, si la vendete al fôro della tera. La detta lana fue segnata di vostro segnale, e per contrasegno uno nove per ambaco. Preghovi che per questa lettera voi dobiare pagare per me a Francesco Mangialmachi e a compagni di Lucha fiorini cento d’oro di buno peso, a uno mese vista la lettera. Preghovi sella lana non fosse venduta, che voi la vendiate, per tale che voi ne facciate buono pagamento al detto Francescho. L’altra moneta lasciate in sul bancho, tanto ch’io vi mando a dire quello che ne facciate. Altro non vi dico. Quando pagate li ditti cento fiorini d’oro, fatene fare una lettera che venga qua a compagni de Peruczi, chome li detti denari abbia ricevuto per Cecchino Avocati e compagni di Luccha; chè il valore de ditti cento fiorini d’oro avemo auto qua da detti compagni de Peruczi, de’ denari che avemo dal detto Cecchino e compagni: sì che ci faremo fare fino du (sic) carta c’avemo fatta a detti Peruczi, ricevente per lo detto Cecchino et compagni. S’io posso fare cosa che vi piaccia, scrivetelo: farò volentieri. A Dio v’acomando. Fatta a die XXII di magio’. Set in suprascriptione ipsius litere continebatur sic: ‘Bonaiuto Boninsegna e Compagni, in Pisa’. In replicatione superficie capitis lictere interclusi continebatur sic: ‘Prima di fiorini c d’oro, uno mese vista’. Et que litera desuper signata erat tali signo ☞. Inquirens et requirens eundem Gherardinum in persona, pro se et dictis Bonaiuto et aliis eius sociis, ut dictum est, quod det et solvat eidem Nicholao dicto nomine florenos centum de auro in ipsa litera comprehensos, secundum formam et tenorem ipsius litere; protestans eidem quod per eum vel dictum Franciscum Mangialmacchi et socios non stat quin ipsos florenos recipiant, et omne dannum et incomodum quod ipsum Franciscum sequetur, si dictam solutionem florenorum centum facere obmiserint, ipsis Iacobo Romei et sociis imputabunt. Et taliter me Andream notarium hanc inde cartam scribere rogavit. Actum Pisis in capella Sancte Christine, in fundaco Bardorum suprascriptorum; presentibus Cosciolino quondam Venture de Luca, et Coluccio Benamati de Pistorio, et Panfolia quondam Banduccii Persone de Luca, testibus ad hec rogatis. Dominice Incarnationis anno MCCCXXXV, indictione secunda, septimo kalendas iulli. Quam quidem literam incontinenti, presentibus suprascriptis testibus, eisdem die et loco, idem Gherardinus accepit, et in terram proiecit, dicens: *Scribe, o notarie, quod nichil habeo facere cum Bonaiuto Boninsegne, vel cum Iacobo Romei; neque ipsa litera venit ad societatem Bardorum, nec est signata signo dicte societatis Bardorum*”. **Statuti inediti della città di Pisa.** Francesco Bonaini. p. 201-202. Aproveito a oportunidade para agradecer a gentileza do envio de cópia digitalizada do trecho a Angela Dressen, da Biblioteca Berenson do Centro de Estudos do Renascimento da Universidade de Harvard, em Florença, Itália.

Há outro ato do ano de 1339¹⁰⁵ e o relato de um protesto lavrado na França em 1345.¹⁰⁶

¹⁰⁵ “Landus Busdraghius de Luca, pro se et sociis eius de Luca, existens in presentia mea Andree notarii etc., presentavit Bartalo Casini de Florentia, qui moratur Pisis in capella Sancti Sebastiani Kinthice, in persona, pro se et sociis, quandam literam clausam, in cuius superscriptione continebatur sic: ‘*Bartalo Casini e compagni, in Pisa*’; et erat signata tali signo ; et iuxta ipsum signum scriptum erat hoc verbum ‘*Prima*’; et sigillatam eodem superscripto signo in cera rubea: quam quidem superscriptam licteram, quia predictus Bartalus eam accipere recusavit, dictus Landus aperuit, et legit totam in presentia ipsius Bartali et mea Andree notarii etc. Cuius litere tenor talis erat: ‘*Al nome di Dio, amen. Bartalo e compagni, Barna da Lucha e compangni salute. Di Vignone. Pagherete per questa lettera a di XX di novembre CCCXXXVIII a Landuccio Busdraghi e compagni da Lucha fiorini trecentododici e tre quarti d’oro, per cambio di fiorini trecento d’oro, che questo di della fatta n’avemo da Tancredi Bonagiunta e compangni a raxione di IIII e quarto per c alloro vantaggio; e ponete a nostro conto e ragione. Fatta di V d’ottobre 339. Francesco Falconetti ci a mandati a paghare per voi a gli Acciaiuoli schudi CCXXX d’oro*’. Inquirens et requirens superscriptum Bartalum in persona, pro se et sociis, quatenus superscriptos florenos trecentos duodecim et tres quartos de auro superscripto Landuccio et sociis dent et solvant in termino in littera superscripta contento, prout in dicta litera continetur, dicens et protestans eidem Bartalo in persona, pro se et sociis, si predicta non servaverit, quod omne damnum et interesse quod dicti Landuccius et socii propterea paterentur et sustinerent ad ipsum Bartalum et socios et Barnam et socios imputabunt. Et taliter me Andream notarium etc. Actum Pisis, in carraria de Garofalis, ante domum habitationis Matthei Andree Guidi de Florentia, positam in capella Sancti Sebastiani Kinthice, presentibus Francisco Brunicardi de Luca conmorante Pisis in dicta capella Sancti Sebastiani, et Duccio Vitellucci de Luca conmorante Pisis in capella Sancte Christine, testibus ad hec rogatis, superscripto die. Cassa est superscripta carta presentationis, requisitionis et protestationis in totum post cartam firmatam parabula superscripti Landi Busdraghi, ad petitionem et instantiam superscripti Bartali Casini dicentis et offerentis se esse paratum solvere superscriptos florenos in superscripta litera contentos, secundum formam superscripta litere, data mihi Andree notario superscripto, Pisis, in apotheca companilis ecclesie Sancte Christine; presentibus Davino Iohannis notario, et Pino Mondelli notario, pisanis civibus, testibus ad hec rogatis; superscriptis anno et indictione, decimo kalendas novenbris”. **Statuti inediti della città di Pisa**. Francesco Bonaini. p. 202-203.

¹⁰⁶ “au jour fixé, 3 avril 1345, leur procureur, Jacques de Croisset, requit deux notaires de Paris de l’accompagner au change de Pierre Néel. Il leur donna lecture de l’engagement contracté par le comte de Flandres, et, au soleil levant, se rendit avec eux sur le grand pont de Paris, au change indiqué. Ils y attendirent, avec plusieurs autres personnes, l’arrivée du comte, jusqu’à heure de prime (vers six heures du matin). A cette heure, maître Jean Chaubbart, procureur général de Louis de Nevers, et Jean Guy, son receveur, se présentèrent. Jacques de Croisset dit à maître Jean Chaubbart: ‘Vous êtes le procureur du comte de Flandres. Je suis ici pour attendre le paiement de deux mille tournois qu’il doit rendre en ce jour aux bonnes gens de Rouen, ou pour paier, au nom des Rouennais, cinq cents livres tournois, comme il est contenu en ces lettres;’ et il montrait la charte du comte. – ‘Je crois, répondit Jean Chaubbart, que vous aurez promptement nouvelles du comte, mais je ne recevrai pas les cinq cents livres; je n’y suis point autorisé.’ Il se retira ensuite avec Jean Guy. Vers l’heure de tierce (environ neuf heures du matin), le conseil ou avocat de la ville de Rouen vint sur le pont, à la requête de Jacques de Croisset, et là, en présence des notaires et des autres témoins, il exposa l’engagement contracté par le comte et les privilèges promis aux bourgeois si le paiement n’était pas effectué au jour indiqué, et il requit les notaires de dresser acte de tout ce qui s’était passé. Il se retira ensuite, et Jacques de Croisset resta toujours au change avec les notaires. A l’heure de vêpres chantées (vers trois heures), vinrent le connétable de Flandres, maître de l’hôtel du comte, Godefroy de Berelle, son clerc et secrétaire, accompagnés de Jean Chaubbart et de Jean Guy. Le connétable dit à Jacques de Croisset: ‘Prorogez le terme du paiement à monseigneur jusques à la St.-Jean-Baptiste, et lors, ou auparavant, vous seres païés des deux mille livres. – Sire, lui répondit Jacques de Croisset, je suis procureur de Commune, et vous savez bien ce que c’est que Commune, et combien je serais blâmé si je consentais à votre requête; ne me le demandez pas, je n’ai pas pouvoir pour ce faire. Mais, s’il vous plaît recevoir cinq cents livres pour Monseigneur le comte de Flandres, voyez-les à ce change. Je suis prêt à vous les donner, et les offre à vous tous, puisque vous ne paiez ni ne déposez la somme de deux mille livres tournois. – Nous ne sommes pas venus pour recevoir cet argent, répondirent les gens du comte; nul, parmi nous, n’a pouvoir de le faire.’ Jacques de Croisset leur rappela alors la promesse de Louis de Nevers, et l’engagement solennel contracté sur tous ses biens et ceux de sa femme. Mais le connétable de Flandres et les autres persistèrent dans leur refus de recevoir l’argent, et se retirèrent. Jacques de Croisset resta encore, avec les deux notaires, jusqu’à l’heure où le couvre-feu sonna à la chapelle royale (Sainte-Chapelle), où les étoiles parurent au ciel, et où l’on ne put distinguer, à la lueur du jour, un tournoi d’un paris. Le procureur des bourgeois se retira alors, et fit dresser acte par les notaires de tout ce qui s’était passé. Cet acte est parvenu jusqu’à nous, conservé dans les archives de l’hôtel de ville”. **Histoire de Rouen**. A. Chérueil. p. 75-77.

Nesse período inicial, o protesto era essencialmente regido pelos usos comerciais, não havendo uma uniformidade de procedimentos,¹⁰⁷ nem mesmo qualquer imposição legal para a prática do ato.¹⁰⁸

Em 1664, algumas regras foram editadas na França, como a definição do oficial público competente para o ato e a necessidade de ciência do sacado, com a entrega de cópia do ato.¹⁰⁹

Com a edição da Ordenação de Comércio de 1673,¹¹⁰ referidas regras foram mantidas. A par disso, o diploma previu que o protesto não podia ser suprido por nenhuma outra formalidade,¹¹¹ tendo sido conferida à letra protestada força de título executivo.¹¹²

No mais, o protesto poderia ser lavrado tanto pelos oficiais públicos incumbidos dos atos de execução, os *huissiers*, como por dois notários ou então por um notário e duas testemunhas, variando os usos nas diferentes localidades.¹¹³

¹⁰⁷ “dans notre ancien droit, les formes des protêts nous pouvons poser, en principe que, du moins jusqu’en 1664, les usages commerciaux seuls faisaient loi sur ce point. Avant cette date, en effet, le protêt était un acte sans forme bien déterminée, émanant en général du ministère ordinaire des huissiers. La *déclaration* du mois de janvier 1664 exigea la première qu’un officier public, notaire ou huissier, intervint dans la rédaction de l’acte de protêt”. **Du protêt faute de paiement**. Charles Patriau. p. 34.

¹⁰⁸ “Car encore qu’avant l’année 1664, il n’y eût aucun Règlement qui portât obligation de protester les lettres de change dans un certain tems limité”. **Le parfait négociant**. Jacques Savary. p. 21.

¹⁰⁹ “Conformément à l’arrêt que le Parlement avait rendu sur cette requête, la déclaration de janvier 1664 disposa que: ‘tous actes de protêt, pour être réputés bons et valables, seront dorénavant faits par devant deux notaires ou un notaire et deux témoins, lesquels notaires et témoins seront tenus de se transporter au domicile de ceux sur lesquels les lettres de change seront tirées, ou qui auront fait les billets, et desdits protêts laisser copie. [...] Ainsi, au moment où fut rendue la grande ordonnance de mars 1673, les protêts étaient déjà soumis, depuis peu de temps il est vrai, à une réglementation minutieuse”. **Du protêt faute de paiement**. Charles Patriau. p. 35.

¹¹⁰ “Ainda que os usos e costumes continuassem apresentando grande relevância como fontes do Direito Comercial, as leis estatais passaram a ocupar cada vez maior importância – das quais são exemplos acabados as Ordenações Francesas”. **Curso de Direito Comercial**. Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa. v. 1. p. 38. E mais adiante: “O soberano retira dos comerciantes a primazia da criação do Direito Comercial por meio de usos e costumes e seu caráter internacional, para torná-lo um Direito nacional e predominantemente legislado. Este é o papel das Ordenações publicadas por Luís XIV”. **Op. cit.** p. 40.

¹¹¹ “le protêt ne pourra être suppléé par aucun autre acte”. **Du protêt faute de paiement**. Charles Patriau. p. 36.

¹¹² “Les lettres de change font fi favorables, qu’encore que ce ne soit que de simples écritures privées, elles ont pourtant les mêmes droits que les titres d’exécution parée; car lorsqu’elles sont protestées fautes de paiement [...] c’est la disposition précise de l’art. 12, du tit. 5, de l’Edit de Commerce. Ce qui s’observe non seulement en France, par la disposition de l’Edit de Commerce; à Gènes & à Bologne par celle de leurs Statuts; mais encore dans toutes les places par une coutume généralement reçue, comme fondée sur l’utilité publique”. **Le parfait négociant**. Jacques Savary. p. 73.

¹¹³ “Lors que la lettre de change est présentée à celui sur qui elle est tirée, s’il fait refus de l’accepter par écrit, le porteur la fait protester par deux Notaires, ou un Notaire & deux Témoins, ou par un Huissier ou Sergent avec deux Recors, suivant l’art. 8, du tit 5, de l’Edit du Commerce di mois de Mars 1673. Il faut entendre cet article suivant les différents usages des lieux pour la passation des actes: car à Paris tous les actes authentiques pour être valables doivent être reçus par deux Notaires; ainsi si l’on faisoit faire un protêt par un Notaire & deux Témoins, il ne feroit pas bon. De même à Lion, où les actes sont reçus par un Notaire en présence de deux témoins”. **Op. cit.** p. 22.

A atribuição de competências aos *huissiers*,¹¹⁴ anote-se, sempre ensejou controvérsia quanto à natureza da função desempenhada e até mesmo quanto à possibilidade de requisição de força policial. Mas, de fato, o protesto não pode ser caracterizado como um ato de execução.¹¹⁵ Um ato não perde a natureza de notarial apenas por ter sido legalmente atribuído a outro oficial.¹¹⁶

Embora em Lyon fosse comum, à época, a lavratura do ato por um notário acompanhado de duas testemunhas,¹¹⁷ os notários franceses, com o passar do tempo, praticamente deixaram de exercer tal atribuição.¹¹⁸

Na mesma época, na Itália, alguns usos se consolidavam, como a realização de diligências na tentativa de localização do devedor ou de seu legítimo representante antes da lavratura do protesto, fazendo-se remissão circunstanciada no instrumento respectivo.¹¹⁹

¹¹⁴ Cândido Rangel Dinamarco anotou o seguinte: “Em outros tempos, na França vigorou o *princípio da autonomia dos oficiais de justiça* e estes, sendo funcionários ligados ao rei e não ao juiz (*sergents du roy*), realizavam os atos executivos por incumbência recebida do exequente e não do magistrado. Esse fenômeno teve origem nos *costumes* da França setentrional (*patria juris consuetudinarii*), vindo depois a influenciar a Alemanha (v. ZPO, § 753) e a Itália (v. art. 41 do c.p.c. de 1.865)”. **Execução civil**. p. 87. Em Portugal, o Decreto-lei n.º 38/2003, de 8 de março, alterou o Código de Processo Civil, reformulando o processo de execução e instituindo uma nova figura, o solicitador de execução, profissional sujeito a regime disciplinar específico e com remuneração definida na legislação, que exerce “as competências específicas de agente de execução, efectuando todas as diligências do processo executivo junto do executado, de organismos oficiais ou de terceiros, nomeadamente actos de penhora, venda, pagamento ou outros de natureza executiva e, ainda, citações, notificações e publicações”. Informação disponível em <<http://www.mj.gov.pt>>. Acesso em: 27 set. 2010. Referida reforma seguiu tendência verificada em outros países. Nesse sentido, constou do relatório *Doing Business 2007*, do Banco Mundial, que: “A Croácia fez uma reforma [...] em 2005, permitindo que os credores apresentassem reclamações incontestáveis diretamente perante um tabelião público e solicitassem uma ordem de execução”. Informação disponível em <<http://www.doingbusiness.org>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

¹¹⁵ “L’huissier, lorsqu’il rédige un protêt, a des pouvoirs analogues à ceux qu’il possède lorsqu’il fait une sommation ou une notification quelconque [...] nous ne croyons pas que l’huissier ait le droit de requérir la force publique afin de pénétrer au domicile du tiré et d’y rédiger son protêt. Nous estimons, en effet, que la loi envisage le protêt comme une sommation et non comme un acte d’exécution”. **Du protêt faute de paiement**. Charles Patriau. p. 104-105.

¹¹⁶ Os cônsules, por exemplo, lavram atos notariais (art. 18 da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro).

¹¹⁷ “à Lion l’ordinaire est de les faire par un Notaire & deux témoins, à peu près en cette forme: En la présence du Notaire Roial souffigné, & des témoins après nommez, ... Sieur ... à Sieur ... une lettre, de laquelle la teneur s’enfuit (*u*) ... fommant & interpellant ledit Sieur ... de la vouloir accepter presentement, pour la paier à la forme d’icelle, protestant au refus de tous dépens, damages & intérêts, change & rechange, de prendre ladite somme au cours de la Place de cette Ville, sur & contre qui il appartiendra, & de s’en prévaloir sur telle Place qu’il avisera bon être, & ce parlant à ... qui a fait réponse ... dont ledit Sieur persiflant en ses protestations a demandé acte, & a été donné copie. Fait à Lyon, &c”. **Le parfait negociant**. Jacques Savary. p. 22.

¹¹⁸ “les protêts sont presque toujours l’œuvre des huissiers. Les notaires estiment en général que la mission de dresser protêt est peu conforme à leur dignité: c’est évidemment un préjugé, puisque la loi leur confie le monopole des actes respectueux, mas c’est un préjugé fort répandu”. **Du protêt faute de paiement**. Charles Patriau. p. 135.

¹¹⁹ “allorchè il Trattario fosse fuori di paese, e non si trovasse chi avesse legittima facoltà di accettare per lui: E ciò si fa dopo aver ricercato di lui [...] il Portatore, ed il Notaro, prima di procedere all’atto del Protesto, deve usare la diligenza di ricercare alle persone di relazione del Trattario, come sono i Commessi del Banco, la Moglie, il Padre, il Figlio, il Fratello, o altro della di lui Casa, per vedere se vi fosse alcuno, che volesse accettarla, o per esserne legittimamente autorizzato, o per onore del Trattario medesimo; e la risposta, che si ricavi in conseguenza di simili diligenze, deve essere inserita nel Protesto”. **Leggi e costumi del cambio**. Pompeo Baldasseroni. p. 158.

O protesto por falta de aceite ou de pagamento, por um costume verificado em muitas cidades italianas, era formalizado em um instrumento público lavrado por um notário.¹²⁰ Ressalte-se que em algumas localidades existiam notários privativos para a prática desse ato.¹²¹

Outras peculiaridades podiam ser verificadas em determinadas regiões. Em Veneza, por exemplo, fazia-se um registro, com ampla publicidade, permitindo-se a quem quisesse compulsá-lo que o fizesse a qualquer tempo,¹²² regra que veio a inspirar posteriormente diversas legislações.

A influência, tanto dos usos e costumes, como das leis estrangeiras, estava diretamente relacionada à intensificação das relações comerciais entre diferentes regiões da Europa e do Novo Mundo. Em Portugal e, por conseguinte, no Brasil colonial, esse fenômeno também se observou.

Como exemplo, a Lei de 18 de agosto de 1769, conhecida como Lei da Boa Razão, que autorizava “a utilização, segundo seus próprios termos, a título subsidiário, para solução das controvérsias mercantis, das leis ‘das Nações Cristãs, iluminadas e polidas, que com elas estavam resplandecendo na boa, depurada e sã jurisprudência’”.¹²³

¹²⁰ “La riduzione predetta si fa in Livorno nei termini seguenti [...] ‘Al Nome di Dio Amen. Gli Anni del Nostro Signor Gesù Christo mille settecento ottantaquattro, ed il dì quattro del mese di Febbraio. Sedendo Pio VI. Sommo Pontefice Romano, e regnando S. A. R. il Serenissimo Arciduca Pietro Leopoldo primo, Gran-Duca Nono di Toscana. Fatto in Livorno, e nel Banco dell’ infrascritto Sig. Protestato. Ivi presenti, e Testimoni li Sigg. Cajo, e Sempronio, ambi di Livorno. Io Notaro infrascritto ad istanza del Sig. Mevìo Pubblico Negoziante Banchiere in questa Piazza di Livorno presentai al Sig. Tizio Negoziante Banchiere della medesima Piazza l’ appiè notata Lettera di Cambio; e ricercatolo dell’ accettazione, dopo di averla letta e considerata, mi rispose non accettarla per le ragioni, che scrive al Traente; e stante detta denegazione d’ accettazione, ad istanza che sopra, mi protestai contro detto Sig. Tizio, Traente, Giranti, ed altri di ragione obbligati, di ogni Spesa, Danno, Interesse, Cambio, Ricambio, Provvisione &c. secondo l’ uso delle Piazze, ove bisognasse valersi del presente atto, a senso e beneficio di chi attiene &c. in ogni &c. protest. &c.’ Segue il tenore della detta di Cambio. ‘Parigi 12. Gennajo 1784. Per pezze mille da 8. reali. A uso pagherete per questa prima di Cambio all’ ordine S. P. delli Sigg. Marco e Antonio di Giovanni di Genova Pezze mille da 8. reali valuta cambiata coi medesimi, che passerete secondo l’ avviso di Filippo di Stefano, al Sig. Tizio di Livorno.’ Ed a tergo segue l’ appresso Gira, cioè: E per me pagate all’ ordine S. P. del Sig. Mevio di Livorno. Genova 31. Gennajo 1784, Marco, e Antonio di Giovanni. Et ita rogans &c.’ **Leggi e costumi del cambio.** Pompeo Baldasseroni. p. 173-174.

¹²¹ “È una consuetudine universale, che i *Protesti* di non accettazione, o di non pagamento si levano per mezzo di pubblico Istrumento rogato per mano di pubblico Notaro, colla sola differenza, che in alcune Piazze vi sono alcuni Notari privativamente destinati a simili atti, onde il tal caso ad essi unicamente conviene ricorrere; ed in altre qualunque Notaro può rogarsi di un’atto simile”. **Op. cit.** p. 170.

¹²² “In Venezia si fanno i Protesti avanti uno dei Fanti, o sia Donzelli del Magistrato di Commercio di quella Repubblica; e questi hanno in questa parte tutta la fede pubblica. In detto Uffizio però si tiene un registro di questi Protesti, ove dai Fanti sono riportati e trascritti *per extensum* uno dopo l’ altro, essendo a tutti permesso il vederli in qualunque tempo”. **Op. cit.** p. 171.

¹²³ **Curso de Direito Comercial.** Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa. v. 1. p. 58.

No que concerne aos títulos cambiais e protesto, além das Ordenações de 1673 da França, tiveram grande influência as Ordenações de Bilbao, na Espanha, especialmente a de 1737.¹²⁴

Nesse contexto, o Alvará sobre “a necessidade dos Protestos e suas denúncias ao Passador e Endossadores, pena de perder o Portador a acção em garantia”, de 19 de outubro de 1789, expressamente considerou o “estyllo, Leis, e Estatutos das Praças de todas as Nações mais commerciantes, e illuminadas” e a “prática actualmente observada”.¹²⁵

Pois bem. Naquele tempo, a lavratura do instrumento de protesto em Portugal¹²⁶ era precedida do apontamento da letra, expedição de aviso ao aceitante, que podia pagar a letra ou oferecer resposta,¹²⁷ sendo em muitas localidades “apregoadada em Praça trez dias successivos pelo Porteiro publico, para se vêr se há alguém que acceite, ou pague a mesma”.¹²⁸

¹²⁴ “La dispersa legislación española en materia de letra de cambio y de comercio en general aparejan las dificultades propias de la falta de un cuerpo legal aplicable al mismo tiempo que no faltan normas contradictorias. Todas ellas se recopilaron en las Ordenanzas de Bilbao, clasificadas em primitivas, antiguas y nuevas. Las primitivas remontan al año 1459, las antiguas a 1560, adicionadas en 1565 y las nuevas datan del año 1737. Estas últimas rigieron nuestro derecho patrio con las modificaciones impuestas por leyes especiales, hasta que se sanciona el Código de Comercio”. **El protesto y la ley mercantil**. Samuel Bajarlia. p. 33.

¹²⁵ **Princípios de Direito Mercantil e Leis de Marinha**. José da Silva Lisboa. p. 421-422.

¹²⁶ “Protesto. Saibão quantos este publico Instrumento de Protesto de Letra virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de m. aos dias do mez de do dito anno nesta Cidade de me foi apresentada por F. a Letra, cujo theor he o seguinte: Letra. (*Cópia da Letra*) á qual Letra me reporto, em virtude do que notifiquei ao dito F. para que a pagasse, por a ter acceito, e estar vencida, e isto por Carta, que lhe escrevi, e lhe foi entregue em seu domicilio, da qual não me dêo resposta alguma em vista do que a sua revelia lhe houve a dita Letra por protestada por falta de pagamento. Do que dei conta ao dito F. pelo qual me foi dito que elle protestava, e com effeito protesta haver do Acceitante da dita Letra, ou de quem mais direito tiver, toda a importancia della com custas, despezas, perdas, damnos, e interesses, como de Mercador a Mercador na fôrma costumada, de que me pedio este Instrumento, que por mim lhe foi dado em dito dia, mez, e anno acima declarado. F”. **Op. cit.** p. 398.

¹²⁷ “Tal Apontamento he huma simples nota que algum Tabellião ou Notario público ou Escrivão dos Protestos (se o há privativo) toma em livro competente do exacto theor da Letra, para constar que lhe foi levada pelo portador nesse dia e requerido o seu protesto em tempo e fôrma, afim de lhe não ser imputavel. Como nas grandes Praças há muitas vezes grande concurrencia de Portadores, que vem requerer protestos de Letra ao pôr do Sol, e pela estreiteza do tempo, não he possivel expedir a todos, estabeleceu-se o uso do dito *Apontamento*, o qual tem lugar em todos os casos em que se faz necessario o protesto. He porém de notar que, depois de huma Letra ser apontada, e antes de se tirar o Protesto, o Acceitante pode acudir a pagal-a, requerendo que não se tire o mesmo protesto. Segundo a prática de Lisbôa, logo que o Portador leva a Letra a casa do Escrivão dos Protestos, requerendo que a aponte e lhe dê o seu protesto, o mesmo Escrivão, depois de fazer o apontamento, avisa por carta ao Sacado ou Acceitante, requerendo-lhe que dê a razão porque não acceita ou não paga no vencimento; e conforme a resposta, ou sem ella, lavra o Protesto e o entrega á parte que faz a diligencia”. **Op. cit.** p. 369.

¹²⁸ “Resta observar a differença de estylos sobre o modo de tirar os Protestos, conforme a antiga prática do Reino, que se acha no nosso Praxista *Pegas*. Sendo apontada a Letra pelo Portador em casa do Tabellião, he apregoadada em Praça trez dias successivos pelo Porteiro publico, para se vêr se há alguém que acceite, ou pague a mesma por honra do Passador ou Endossadores: e não comparecendo, se passa o Protesto ao Portador com as clausulas do estylo, para poder haver de quem de direito fôr o Cambio e o Recambio, e mais interesses legítimos. Sem duvida esta prática he optima, para se prevenir o descredito dos Garantes da Letra, achando por este modo pessoas, que urgir aos Sacados a acceitarem, sendo reaes devedores dos Passadores. Porém em Lisbôa não está em uso semelhante rigor”. **Op. cit.** p. 371.

Em 1807 foi editado o Código de Comércio da França,¹²⁹ que revogou a Ordenação de 1673.¹³⁰ Referido Código manteve a necessidade de protesto¹³¹ e a regra de escolha entre *huissiers* e notários.¹³² No mais, praticamente foram mantidas as mesmas regras concernentes ao protesto. E, em 1848, foi suprimida a necessidade de testemunhas para o ato feito por notário.¹³³

O Código francês influenciou outros editados posteriormente, como o espanhol, o português e o italiano, bem como o Código Comercial brasileiro de 1850. Nesse sentido, aliás, a lição de Oscar Barreto Filho: “Inspirou-se o nosso vetusto Código Comercial notadamente no modelo do Código de Comércio Francês de 1807, e, em menor grau, no Código espanhol de 1829 e no Código português de 1833”.¹³⁴

Deve-se ressaltar que o fenômeno da Codificação acentuou a diferenciação entre as vertentes francesa, alemã e inglesa. Os inconvenientes resultantes da coexistência de diversos sistemas reforçaram a necessidade de uniformização das regras cambiárias.¹³⁵

Ao longo do Século XIX houve também uma nítida tendência à simplificação do protesto, pelo significativo aumento na quantidade de atos que se verificou em diversos países, como decorrência da expansão generalizada da atividade econômica.

¹²⁹ Diploma que teve quase dois séculos de vigência. Foi o “Novo Código Comercial Francês, baixado pela Ordenação n. 2.000-912, de 18.9.2000, que revogou o Código Napoleônico e toda a legislação expressamente indicada naquele texto”. **Curso de Direito Comercial**. v. 1. Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa. p. 45.

¹³⁰ “Les règles portées par l’ordonnance de 1673, en matière de protêts, furent conservées jusqu’à la rédaction du Code de commerce, et beaucoup ont passé dans ce Code”. **Du protêt faute de paiement**. Charles Patriau. p. 41.

¹³¹ “L’obligation de protester qu’en cas de non paiement la loi impose au porteur, est tellement rigoureuse que ce porteur n’en est dispensé ni par le protêt faute d’acceptation, ni par la mort ou la faillite de celui sur qui la lettre de change est tirée (art. 163, C. com.), et que nul acte de sa part ne peut, hors le cas de perte de l’effet, suppléer l’acte de protêt (art. 175, C. com.)”. **Op. cit.** p. 42.

¹³² “Aux termes de l’article 173, le protêt était dressé soit par deux notaires, soit par un notaire et deux témoins, soit par un huissier”. **Op. cit.** p. 104.

¹³³ “Le Code de commerce reproduisait ainsi les règles de l’ancien droit. Mais le décret du 23-26 mars 1848 a modifié comme il suit l’article 173: ‘Provisoirement et jusqu’à ce qu’il en soit autrement ordonnée. Les actes de protêt seront désormais dressés sans assistance de témoins’ [...] le notaire et l’huissier sont aujourd’hui sur le même pied”. **Op. cit.** p. 104-105.

¹³⁴ **Síntese da evolução histórica do Direito Comercial brasileiro**. p. 24.

¹³⁵ “Per alcuni secoli la disciplina del protesto manifestò una regolamentazione unitaria dovuta alla permanenza del diritto romano, che era stato ampiamente studiato e modellato alle nuove esigenze dai grandi giuristi mediaveali, e all’influenza del diritto canonico. Nel secolo XVII appaiono le prime differenziazioni: Francia, Inghilterra e Germania regolano il diritto cambiario in modo diverso e originale. Il secolo XIX accentuò questa differenziazione soprattutto attraverso l’opera delle varie codificazioni, tant’è che la trattazione del fenomeno cambiario in una delle maggiori opere di tale secolo l’Enciclopedia Giuridica si svolge secondo tre indirizzi, il francese, il tedesco e l’inglese. Ben presto però gli inconvenienti di un simile sistema apparvero chiari per cui si fece più viva l’esigenza di un sistema uniforme”. **Protesto cambiario e responsabilità del pubblico ufficiale**. Michele Ciarcià. p. 7.

Na França, por exemplo, muitos procedimentos do protesto foram aprimorados para melhor aplicação prática, verificando-se a consolidação de diversos usos, como a entrega de carta contendo as indicações necessárias para identificação do título, ao invés da cópia do ato de protesto;¹³⁶ a intimação de pessoa presente no endereço indicado, na hipótese de ausência do sacado;¹³⁷ a afixação de edital na impossibilidade de se encontrar devedor;¹³⁸ e o pagamento por intervenção, especialmente nas grandes cidades.¹³⁹

Essa tendência à simplificação influenciou também o legislador, sendo exemplo a Lei belga de 1877, que previu a utilização de livro-talão e formulário resumido.¹⁴⁰ Na Alemanha, a grande reforma em 1908 permitiu a utilização do serviço postal para protesto, suprimiu a necessidade do ato em determinadas hipóteses e simplificou alguns procedimentos.¹⁴¹

¹³⁶ “Au moment où l’huissier (ou le clerc, ou l’auxiliaire) se présente chez le débiteur, celui-ci peut payer. [...] Supposons maintenant que l’effet ne soit pas payé. Après avoir interpellé la personne rencontrée, et avoir pris note de la réponse, l’huissier se retire, remportant l’effet qui doit toujours porter l’acquit du porteur pour le cas où il y aurait paiement. Il ne laisse presque jamais copie du protêt, surtout à Paris. Il laisse seulement une fiche ou une carte contenant les indications indispensables pour que le débiteur puisse reconnaître l’effet présenté. Pour expliquer cette infraction à la loi on dit qu’il y a impossibilité matérielle à agir autrement”. **Du protêt faute de paiement**. Charles Patriau. p. 114.

¹³⁷ “La mention que l’huissier n’a trouvé personne au domicile remplit le vœu de la loi et l’on considère de même, comme absent, celui qui fait répondre par un domestique qu’il n’est pas visible; le protêt sera dressé: parlant à un homme à son service”. **Op. cit.** p. 117.

¹³⁸ “Au cas de fausse indication du domicile de celui indiqué pour payer l’effet, le protêt doit être précédé d’un acte de perquisition (art. 173). Cette perquisition est une sorte d’enquête et la pratique en fournit quelques exemples; l’huissier interroge le concierge, le propriétaire de la maison, les différents locataires, les voisins, tous ceux qui pourraient lui donner des renseignements utiles sur la résidence actuelle du tiré. Si ces recherches ne sont pas, à ce moment, couronnées de succès, il consulte les livres d’adresses, il va à la poste, à la Bourse, au tribunal de commerce, partout enfin où il croit possible de retrouver la trace de la personne recherchée. C’est alors seulement qu’il dressera l’acte de perquisition, procès verbal ayant pour but de démontrer l’inutilité de ses efforts; cet acte est suivi du protêt rédigé dans les formes ordinaires [...] l’huissier doit afficher une copie de l’acte dressé à la porte du tribunal de commerce et en remettre une autre au Procureur de la République, qui vise l’original”. **Op. cit.** p. 126-128.

¹³⁹ “il est possible qu’il y ait paiement par intervention: ce paiement se fait souvent à Paris. Il se fait aussi dans les grandes villes où les banquiers ont des correspondants. Le paiement par intervention est alors constaté à la suite du protêt et par un seul et même acte”. **Op. cit.** p. 120.

¹⁴⁰ “la législation belge (Loi du 10 juillet 1877) a tout spécialement attiré l’attention des réformateurs. Aux termes de l’article 3 de cette loi, l’acte de protêt est inscrit à sa date dans un carnet à souche. Il est attaché sous forme d’allonge à l’effet protesté. L’employé des postes, ou l’huissier qui dresse le protêt, laisse au domicile où cet acte a été fait, un bulletin exempt de la formalité du timbre, mentionnant le nom et le domicile du porteur qui aura requis le protêt, le nom de l’huissier ou de l’employé instrumentant et la désignation de l’effet protesté”. **Op. cit.** p. 182.

¹⁴¹ “Per semplificare le forme del protesto sorse recentemente in Germania un vivo movimento [...] Questo movimento ha messo capo alla legge 30 maggio 1908, che ha introdotto insieme con altre minori le seguenti innovazioni nella Ordinanza cambiaria: 1° ha stabilito la competenza degli ufficiali postali a fare i protesti (art. 87); 2° ha soppresso l’obbligo di elevare il protesto nelle cambiale domiciliate per conservare l’azione contro l’accetante (art. 44); 3° ha semplificato le forme del protesto stabilendo che il protesto per mancato pagamento debba scriversi sulla cambiale o su di un foglio attaccato alla cambiale, dopo l’ultima girata (art. 88 a) e gli altri protesti devano scriversi su di un foglio contenente una trascrizione della cambiale o della copia, e delle girate ad essa apposte (art. 88 b)”. **Trattato di Diritto Commerciale**. v. III. Cesare Vivante. p. 491.

A par dessa simplificação, que deve ser sempre almejada visando o aperfeiçoamento do instituto, com sua adequação às novas tecnologias,¹⁴² houve um grande movimento pela uniformização das regras cambiárias, iniciado em 1863 com a formulação de proposta em Congresso realizado em Gent, Bélgica, e que culminou com a realização da Conferência Internacional de Haia, em 1912, e a aprovação das Leis Uniformes de Genebra de 1930 e 1931.¹⁴³

Especificamente quanto ao protesto, a Lei Uniforme em matéria de letras de câmbio previu a possibilidade de inclusão da cláusula “sem despesas”, “sem protesto” ou equivalente, para dispensar o portador do ato (Anexo I, art. 46). Além disso, abriu a possibilidade do legislador nacional substituir o protesto por uma declaração datada, escrita na própria letra e assinada pelo sacado (Anexo II, art. 8º), a fixação do prazo para o protesto necessário (art. 9º) e a introdução de um sistema de avisos pelo notário ou oficial público incumbido pelo serviço (art. 12).¹⁴⁴ Foi nítida a influência da tendência alemã, no que concerne ao protesto.¹⁴⁵

Enfim, as Convenções, atendendo às exigências de uniformidade do comércio internacional, instituíram princípios e regras gerais, por um lado, mas ressaltaram as peculiaridades de cada ordenamento jurídico, por outro.¹⁴⁶

¹⁴² “Si bien es mayoritaria la opinión de que el protesto es necesario, resulta unánime el deseo de simplificarlo, para lograr que sus formas sean más sencillas. Esta tendencia, que viene de largo tiempo atrás, es tanto nacional como extranjera, habiéndose exteriorizado en una serie de proyectos”. **El protesto**. Osvaldo S. Solari. p. 27.

¹⁴³ “Da qui la richiesta e la ricerca di un sistema uniforme che trovò la sua più antica formulazione nel Congresso di Gand del 1863 e sboccò nella Conferenza internazionale dell’Aja del 1912 che formulò il progetto definitivo. Nel 1930 e nel 1931 si ebbero, infine, le due Convenzioni di Ginevra che sanzionarono la nascita di una legge uniforme in materia. Non si creda, però, che la Convenzione di Ginevra abbia dato vita ad un sistema nuovo ed originale: si cercò, anzi di rispettare il più possibile le tradizioni locali dei vari paesi, cercando di amalgamarle senza distruggerle”. **Il protesto**. Mario Battaglini. p. 5.

¹⁴⁴ No Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966, consta que o Governo brasileiro aderiu à Convenção com reserva do art. 9º do Anexo II, sem mencionar o art. 8º e o art. 12.

¹⁴⁵ “in materia di protesto furono lasciate alle singole legislazioni: la possibilità di sostituire il protesto con la dichiarazione di rifiuto, la fissazione dei termini in cui il protesto doveva essere levato, la possibilità di introdurre o meno il sistema dell’avviso del protesto da parte dall’ufficiale precedente. La maggiore influenza però che si ebbe sulla Convenzione di Ginevra in materia di protesto fu quella germanica, attraverso una tendenza che si era affermata soprattutto in quel paese, tendente a semplificare, se non addirittura a sopprimere il protesto”. **Il protesto**. Mario Battaglini. p. 5-6.

¹⁴⁶ “il carattere uniforme del diritto cambiario, affermatosi storicamente nella sostanziale uniformità del commercio internazionale, e sancito con l’approvazione di una legge uniforme, comune a tutti gli Stati aderenti alla Convenzione di Ginevra [...] l’interprete deve temperare con adeguata sensibilità le due esigenze: quella di intendere lo spirito animatore della Convenzione, che postula la uniformità del diritto adottato dei vari Stati aderenti, e che consiglia, nel dubbio, una interpretazione conforme ai principi comuni, a cui sono state sacrificate le tendenze dei singoli diritti nazionali; e quella di coordinamento logico della legge con tutte le altre norme di diritto interno, che debbono essere interpretate nell’ambito del sistema, a cui tutte appartengono”. **La cambiale e il vaglia cambiario**. Vittorio Angeloni. p. 34.

3.3. Panorama da legislação estrangeira

Feitas as necessárias considerações de cunho histórico até a edição das Leis Uniformes de Genebra, passa-se ao estudo do protesto no âmbito do Direito Comparado.

Em muitos países,¹⁴⁷ como a Itália, Portugal e Brasil, o protesto tem exercido importante papel, como se verá adiante.

Noutros, o instituto tem sido utilizado com menor frequência, especialmente onde a prática é restrita às cambiais.¹⁴⁸ Dentre as possíveis causas pode-se mencionar: a dispensa do protesto necessário em algumas hipóteses, na esteira das reformas do início do Século XX;¹⁴⁹ a diminuição na circulação dos títulos de crédito na forma cartular;¹⁵⁰ e a utilização de outras técnicas de contratação, especialmente na compra e venda internacional.¹⁵¹

3.3.1. Itália

Na introdução de recente obra, Fabio Fiorucci salientou que o protesto na Itália é um tema bastante atual, diante do grande volume de atos lavrados naquele País.¹⁵² E, segundo dados divulgados pelo Istat,¹⁵³ no ano de 2009 foram lavrados mais um milhão e quinhentos mil protestos na Itália, com valor médio de aproximadamente três mil euros.

¹⁴⁷ Dentre os analisados neste trabalho.

¹⁴⁸ “É comum ouvir-se o argumento, segundo o qual, no plano do Direito Comparado, o instituto do protesto estaria perdendo certa importância. A assertiva, contudo, não é de todo procedente”. **Comentários sobre o Projeto de Lei n. 1.734, de 1979, do Dep. Federal Jorge Arbage**. Newton de Lucca. p. 203.

¹⁴⁹ No Brasil, por exemplo, além das previsões nesse sentido contidas na legislação sobre letras de câmbio e cheques, o protesto necessário para exercício do direito de regresso foi dispensado para outros títulos, conforme disposto no Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, sobre títulos de crédito rural (art. 60); no Decreto-lei nº 413, de 9 de janeiro de 1969, sobre títulos de crédito industrial (art. 52); na Lei nº 6.840, de 3 de novembro de 1980, sobre títulos de crédito comercial (art. 5º); na Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, sobre a Cédula de Produto Rural (art. 10, inciso III); na Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, sobre a Cédula de Crédito Bancário (art. 44); e na Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, sobre os títulos de crédito do agronegócio (art. 2º, inciso III, e art. 44, inciso II).

¹⁵⁰ Nesse sentido o excelente artigo **Títulos de crédito e títulos circulatórios**: que futuro a informática lhes reserva? de Paulo Salvador Frontini.

¹⁵¹ Waldirio Bulgarelli, por exemplo, salientou a “necessidade de nas operações internacionais adotarem-se fórmulas mais adequadas para a salvaguarda do exportador e do importador, que as mais simples não conseguiram”. **Contratos mercantis**. p. 230.

¹⁵² “La tematica appare di perdurante attualità – i protestati ‘legittimi’ sono stimati in nove milioni nei lavori preparatori della l. 18.8.2000 n. 235 (Norme in materia di cancellazione dei protesti cambiari) – e, soprattutto, di marcato interesse per il giurista”. **Il protesto illegittimo**. p. XIII.

¹⁵³ L’Istituto nazionale di statistica. Informação disponível em <<http://www.istat.it>>. Acesso em: 6 out. 2010.

Na Itália, a letra (*cambiale* ou *cambiale-tratta*) e a nota promissória (*vaglia cambiario* ou *pagherò*) são disciplinadas pela Lei Cambiária de 1933, que incorporou ao ordenamento as disposições da Lei Uniforme de Genebra.¹⁵⁴ O cheque (*assegno bancario*), por sua vez, é regido por lei editada no mesmo ano.¹⁵⁵

Referência na doutrina italiana, Vittorio Angeloni definiu o protesto como ato autêntico que constata a falta de aceite ou de pagamento e, com isso, assegura ao portador o direito de exigir dos obrigados de regresso o pagamento da cambial.¹⁵⁶ Nesse sentido, como bem apontado por Ugo Sorani, é o relato de um fato, contendo a narração das circunstâncias da apresentação do título, da intimação pelo notário, da resposta oferecida e de sua formalização,¹⁵⁷ estando dessa forma inserido no âmbito de aplicação do art. 2700 do Código Civil italiano.¹⁵⁸

Lá o protesto é feito por um notário ou um *ufficiale giudiziario*, conforme disposto no art. 68 da Lei Cambiária.¹⁵⁹ E nas localidades onde não exista nenhum desses profissionais, o ato é de incumbência do *segretario comunale*. Acresça-se que o ato dispensa a presença de testemunhas.¹⁶⁰ Por fim, tais regras se aplicam igualmente ao cheque.¹⁶¹

¹⁵⁴ “La cambiale nel nostro ordinamento giuridico, è stata disciplinata dal Regio Decreto del 14 dicembre 1933 n. 1669 (meglio definito “Legge cambiaria”), che ha reso esecutive in Italia le convenzioni stipulate a Ginevra il 7 giugno 1930 e si uniforma al diritto internazionale in materia cambiaria”. **L’atto di protesto e la cancellazione**. Angelo Capalbo e Antonio Ciccio. p. 18.

¹⁵⁵ “L’assegno bancario nell’ordinamento giuridico italiano trova fondamento con l’emanazione del R.D. n. 1736 del 21 dicembre 1933, meglio definitiva ‘Legge sull’assegno’, a seguito dell’esecutività delle convenzioni sull’assegno bancario stipulate a Ginevra il 19 marzo 1931, tra l’Italia ed altri Stati”. **Op. cit.** p. 29.

¹⁵⁶ “Il rifiuto dell’accettazione e il rifiuto del pagamento, che fanno sorgere a favore del portatore il diritto di pretendere il pagamento della cambiale dagli obbligati di rigresso, devono essere constatati con un atto *autentico*, che conserva tradizionalmente il nome caratteristico di *protesto*, in quanto si chiude normalmente, per quanto non necessariamente, con la protesta contro l’interpellato che ha risposto negativamente, o non ha risposto affatto alla richiesta”. **La cambiale e il vaglia cambiario**. p. 367.

¹⁵⁷ “il protesto è, come abbiamo detto, la *storia di un fatto*, così deve contenere la narrazione delle circostanze nelle quali avviene la presentazione del titolo, la domanda notarile, la risposta avuta e la compilazione dell’atto”. **Della cambiale e dell’assegno bancario**. p. 266.

¹⁵⁸ “Art. 2700. Efficacia dell’atto pubblico. L’atto pubblico fa piena prova, fino a querela di falso della provenienza del documento dal pubblico ufficiale che lo ha formato, nonché delle dichiarazioni delle parti e degli altri fatti che il pubblico ufficiale attesta avvenuti in sua presenza o da lui compiuti”. Anote-se que tal disposição é semelhante ao art. 364 do Código de Processo Civil brasileiro.

¹⁵⁹ Em 1973 a competência foi estendida à categoria de *aiutante ufficiale giudiziario*, como se verá adiante.

¹⁶⁰ “Regio decreto 14 dicembre 1933, n. 1669. Modificazioni alle norme sulla cambiale e sul vaglia cambiario. [...] Art. 68. Il protesto deve essere fatto con un solo atto da un notaro o da un ufficiale giudiziario. Nei comuni nei quali non esista notaro o ufficiale giudiziario il protesto può essere levato dal segretario comunale. Non è richiesta l’assistenza di testimoni per levare protesto”.

¹⁶¹ “Regio decreto 21 dicembre 1933, n. 1736. [...] Art. 60. Il protesto dev’essere fatto con un solo atto da un notaro o da un ufficiale giudiziario. Nei comuni nei quali non esista notaro o ufficiale giudiziario il protesto può essere levato dal segretario comunale. Non è richiesta l’assistenza di testimoni per levare protesto”.

Antes da edição da vigente lei cambiária, houve um movimento para estender ao serviço postal a incumbência de lavrar protestos, o que segundo Mario Battaglini poderia até representar algumas vantagens, embora, por outro lado, pudesse ensejar uma série de problemas.¹⁶²

Quanto à competência para o ato, Ugo Evangelisti¹⁶³ ressaltou que referida incumbência foi atribuída ao notário pela natureza de sua função.¹⁶⁴

E concluiu: “Egli tuttavia è la persona più qualificata all’esercizio della funzione di cui si parla, senza diminuire con questa affermazione la validità e l’efficacia degli atti di protesti levati dall’Ufficiale giudiziario e dal Segretario comunale, quando a questo è permesso”.¹⁶⁵

De fato, a função notarial na Itália é exercida por profissionais especializados, sendo a atividade regulamentada de forma minuciosa pela Lei nº 89, de 16 de fevereiro de 1913,¹⁶⁶ e alterações posteriores. Exige-se para o exercício da função o diploma universitário de Direito e a aprovação em concurso, por meio de avaliação em provas escritas e exame oral, que versam, dentre outras disciplinas, sobre Direito Comercial.¹⁶⁷

Os títulos apresentados para protesto são analisados em seus aspectos formais,¹⁶⁸ o que corrobora a necessidade de formação profissional e exigência de aprovação em concurso.

¹⁶² “anteriormente alla emanazione della legge cambiaria vi fun un movimento, di cui si fece autorevole portavoce il Vivante per estendere anche agli ufficiali postali il potere di levare i protesti: ma non sembra che si possa riprendere ora, dopo che la stessa legge ha volutamente ignorato il problema, la discussione della proposta, la quale, del resto, come sempre avviene, conteneva accanto al alcuni innegabili vantaggi, non pochi pericoli”. **Il protesto**. p. 35.

¹⁶³ Na obra **I titoli di credito ed il protesto cambiario**, escrita quando exercia a função de *Segretario comunale*.

¹⁶⁴ “la funzione della levata del protesto dalla legge è attribuita al Notaio in maniera preminente, giacchè è di lui che essa parla per primo (art. 68, L. C. e art. 60 R. D. N. 1736 del 1933). Questa funzione è stata attribuita al Notaio perchè, quale pubblico funzionario per eccellenza, egli attribuisce agli atti ricevuti pubblica fede, sia pure limitatamente all’esistenza ed all’intrinseca veridicità delle dichiarazioni e non però alla intrinseca verità di queste”. **Op. cit.** p. 104.

¹⁶⁵ **Op. cit.** p. 104.

¹⁶⁶ Ordinamento del notariato e degli archivi notarili.

¹⁶⁷ “Decreto Legislativo 24 aprile 2006, n. 166. Norme in materia di concorso notarile, pratica e tirocinio professionale, nonché in materia di coadiutori notarili in attuazione dell’articolo 7, comma 1, della legge 28 novembre 2005, n. 246. [...] Art. 6. Prove scritte. 1. L’esame scritto del concorso per notaio consta di tre distinte prove teorico-pratiche, riguardanti un atto di ultima volontà e due atti tra vivi, di cui uno di diritto commerciale. 2. In ciascun tema sono richiesti la compilazione dell’atto e lo svolgimento dei principi attinenti agli istituti giuridici relativi all’atto stesso. Art. 7. Prove orali. 1. L’esame orale del concorso per notaio consta di tre distinte prove sui seguenti gruppi di materie: a) diritto civile, commerciale e volontaria giurisdizione, con particolare riguardo agli istituti giuridici in rapporto ai quali si esplica l’ufficio di notaio; b) disposizioni sull’ordinamento del notariato e degli archivi notarili; c) disposizioni concernenti i tributi sugli affari”.

¹⁶⁸ “Il notaio è tenuto al controllo del testo del titolo e deve rifiutarsi di procedere al protesto ove lo stesso sai nullo per evidente vizio di forma e non possa, pertanto, valere come cambiale o vaglia cambiario”. **Il protesto per mancato pagamento**. Roberto Triola. p. 67-68.

Como os demais atos notariais, o protesto é escriturado,¹⁶⁹ em um livro específico,¹⁷⁰ regra que se aplica aos demais oficiais públicos,¹⁷¹ facultada a extração de certidão, com pleno valor probatório.¹⁷² Quanto à forma, o protesto pode ser lavrado em um instrumento apartado, que é entregue ao apresentante, com anotação da circunstância no título,¹⁷³ ou, ainda, pode ser escrito na própria cambial, sua cópia ou folha de alongamento.¹⁷⁴

E, de acordo com a Lei Cambiária, admite-se que o protesto seja substituído por uma declaração datada escrita na própria letra e assinada pelo sacado, exceto quando o sacador tenha mencionado na letra a exigência de protesto.¹⁷⁵

¹⁶⁹ “Legge 16 febbraio 1913, n. 89. Ordinamento del notariato e degli archivi notarili. [...] Art. 62. Il notaro deve tenere, oltre i registri prescritti da altre leggi, due repertori a colonna, uno per gli atti tra vivi, il quale servirà anche agli effetti della legge sulle tasse di registro, e l’altro per gli atti di ultima volontà. In essi deve prender nota entro il giorno successivo, senza spazi in bianco ed interlinee, e per ordine di numero di tutti gli atti ricevuti rispettivamente tra vivi e di ultima volontà, compresi tra i primi quelli rilasciati in originale, le autenticazioni apposte agli atti privati, e i protesti cambiari. [...] Il notaro non è tenuto a dar visione del repertorio, nè copia, certificato od estratto, se non a chi è autorizzato a chiederli dalla legge, dall’autorità giudiziaria avanti la quale verta un giudizio, o, negli altri casi, dal presidente del tribunale, da cui il notaro dipende”. Texto com as alterações do “Decreto Legislativo 2 luglio 2010, n. 110”. Disponível em <<http://www.normattiva.it>>. Acesso em: 03 out. 2010.

¹⁷⁰ “Legge 12 giugno 1973, n. 349. [...] Art. 13. Annotazione dei protesti in repertorio speciale. L’annotazione dei protesti cambiari sarà fatta da notai in un repertorio speciale, debitamente numerato e firmato in ciascun foglio dal capo dell’archivio notarile distrettuale, prima di essere posto in uso, e non nel repertorio degli atti tra vivi, come previsto nell’articolo 62 della legge 16 febbraio 1913, n. 89. Il repertorio speciale di cui al comma precedente sarà tenuto, e le relative annotazioni effettuate, secondo le modalità e forme previste dagli articoli 62 e seguenti della legge 16 febbraio 1913, n. 89, in quanto applicabili”.

¹⁷¹ “Regio decreto 14 dicembre 1933, n. 1669. Modificazioni alle norme sulla cambiale e sul vaglia cambiario. [...] Art. 73. I notari, gli ufficiali giudiziari e i segretari comunali debbono tener nota, nel repertorio, dei protesti, indicando i requisiti di cui agli articoli precedenti, giorno per giorno e per ordine di data. L’originale del protesto fatto per atto separato deve essere consegnato al portatore della cambiale”.

¹⁷² Segundo Roberto Triola, a Suprema Corte da Itália assentou: “deve riconoscersi valore di prova legale all’estratto del repertorio notarile nella parte attestante l’annotazione della levata di un protesto, com l’indicazione dei requisiti di legge”. **Il protesto per mancato pagamento**. p. 85.

¹⁷³ “Del protesto deve rimanere traccia presso il pubblico ufficiale attraverso l’annotazione di uno speciale repertorio in cui sono indicati in ordine di data gli elementi essenziali del protesto stesso. Quanto all’originale esso deve essere immediatamente consegnato al richiedente”. **Il protesto**. Mario Battaglini. p. 50.

¹⁷⁴ “Il diritto uniforme ha lasciato, com’è noto, la forma del protesto ai diritti nazionali, ma nella legge italiana le due forme di protesto, separato e racchiuso nella cambiale, sono elevate allo stesso rango. Tutte e due le forme originano un atto pubblico, che riveste carattere notarile e di amministrazione giudiziaria, a seconda che l’autore è notaio, ufficiale giudiziario o segretario comunale. Non vi è sostanzialmente differenza per la sola posizione professionale dell’autore, né per la distinzione di atto separato o atto racchiuso nella cambiale. Qualora però il protesto sia fatto con atto separato, affinché la cambiale protestata e il relativo atto completino a vicenda, la legge aggiunge (art. 69, comma 1) che, chi vi procede, deve farne menzione sulla cambiale o sul duplicato o sulla copia o sul foglio de allungamento”. **Protesto cambiario e responsabilità del pubblico ufficiale**. Michele Ciarcià. p. 70.

¹⁷⁵ “Art. 72. A meno che il traente non abbia prescritto sullo stesso titolo l’obbligo del protesto, questo può essere sostituito, se il portatore lo consente, da una dichiarazione di rifiuto dell’accettazione o del pagamento, scritta e datata sulla cambiale o sul foglio di allungamento o su atto separato e firmata dal trattario. Questa dichiarazione per avere gli effetti del protesto deve essere sottoposta a registrazione nei termini del protesto medesimo. Nei capi previsti nel primo comma la girata senza data si presume fatta anteriormente alla dichiarazione”.

A competência é do oficial público do lugar de pagamento do título¹⁷⁶ que, ao lavrar o protesto, deve mencionar os elementos previstos no art. 71 da Lei Cambiária, incluindo a transcrição da cambial quando o protesto constar de instrumento apartado.¹⁷⁷

Ao comentar tal disposição, Roberto Triola anotou que, ao contrário da disciplina anteriormente vigente, a menção às diligências efetuadas somente é exigida no caso de falta de indicação do lugar de pagamento no título, e não de erro ou falsidade.¹⁷⁸

Outro aspecto interessante no Direito italiano é a discussão quanto à possibilidade de pagamento diretamente ao oficial público, a qual era afastada em princípio por Cesare Vivante¹⁷⁹ e Mario Battaglini,¹⁸⁰ exceto na hipótese de expressa manifestação nesse sentido e entrega do título com a quitação do portador.¹⁸¹

¹⁷⁶ “Art. 70. Il protesto si deve fare nei luoghi indicati dall’art. 44 contro le persone ivi rispettivamente indicate, anche se non presenti. Se il domicilio di dette persone non si può rintracciare, il protesto può esser fatto in qualsiasi località nel luogo di pagamento a scelta di chi vi procede. L’incapacità delle persone alle quali la cambiale deve essere presentata non dispensa dall’obbligo di levare il protesto contro di esse, salvo quanto è disposto nell’ultimo comma dell’art. 51. Se la persona alla quale la cambiale deve essere presentata è morta, il protesto si leva egualmente al suo nome secondo le regole precedenti”.

¹⁷⁷ “Art. 71. Il protesto deve contenere: 1) la data; 2) il nome del richiedente; 3) l’indicazione dei luoghi in cui è fatto e la menzione delle ricerche eseguite a termine dell’art. 44; 4) l’oggetto delle richieste, il nome delle persone richieste, le risposte avute o i motivi pei quali non se ne ebbe alcuna; 5) la sottoscrizione del notaio o dell’ufficiale giudiziario o del segretario comunale. Il protesto per atto separato deve contenere la trascrizione della cambiale. Per più cambiali da pagarsi dalla stessa persona nello stesso luogo, il creditore può levare protesto con unico atto separato”.

¹⁷⁸ “infatti, il codice di commercio, nell’ultima parte dell’art. 304, stabiliva testualmente che ‘in caso di errore o di falsità nella indicazione dei luoghi suddetti il notaio deve dichiarare nel protesto le ricerche fatte per ritrovarli’, l’art. 44 l.c. stabilisce, invece, che particolari ricerche il notaio deve compierle soltanto quando manchi sul titolo l’indicazione del luogo e dell’indirizzo per pagamento, ipotesi ben diversa da quella in cui tali indicazioni esistano, ma non rispondono a verità”. **Il protesto per mancato pagamento**. p. 71.

¹⁷⁹ Segundo o tratadista: “Il notaio e l’usciere incaricati del protesto non sono autorizzati ad esigere, perchè dall’incarico di compiere un mero atto conservativo, qual’è il protesto, non si può argomentare quello di riscuotere liberando il debitore. [...] nè l’usciere, nè il notaio sono da considerarsi mandatari, allorquando compiono in proprio nome un ufficio del loro magistero, sia pure nell’interesse del richiedente; essi sono locatori d’opera e il servizio locato per compiere un protesto non può estendersi ad un ufficio essenzialmente diverso, qual’è quello di riscuotere e de liberare il debitore”. **Tratado di Diritto Commerciale**. v. III. p. 506.

¹⁸⁰ Que afirmou: “il protesto (o meglio l’atto di protesto) ha una funzione probatoria e una funzione conservatrice, dal che deriva che è da escludersi nel modo più assoluto che presupposto necessario dell’atto di protesto sia una richiesta di pagare, ma anzi, com si è accennato se mai proprio il contrario, e cioè il mancato pagamento alla scadenza”. **Il protesto**. p. 42.

¹⁸¹ Para Cesare Vivante: “L’ufficiale che eseguisce il protesto dovrebbe essere fornito della cambiale quietanzata ed essere autorizzato ad esigerla. Altrimenti il debitore, che ha diritto di pagare soltanto verso la restituzione della cambiale quietanzata (art. 295), può rifiutare il pagamento”. **Op. cit.** p. 496-497. Já para Mario Battaglini: “La questione è più semplice nel caso in cui egli sia stato fornito dal richiedente di una cambiale già quietanzata. È evidente infatti che in tal caso può avvenire senza alcuna difficoltà lo scambio del denaro e del titolo: è anzi da ritenere che il Pubblico Ufficiale sia, in tal caso, obbligato a ricevere il pagamento del denaro e che non possa perciò levare un protesto che sarebbe illegittimo”. **Op. cit.** p. 40.

Diversa era a opinião de Vittorio Angeloni, para quem: “Se la persona, a cui è rivolta la richiesta, si dichiara pronta a pagare e offre il pagamento, il pubblico ufficiale deve ricervolo, e omettere di levare il protesto (anche se avesse già cominciato a redigerlo), consegnando la cambiale quietanzata a chi paga”.¹⁸²

A possibilidade de pagamento ao oficial público era admitida pela jurisprudência¹⁸³ e, posteriormente, passou a ser prevista na legislação.¹⁸⁴

No mais, prevê a legislação italiana ampla publicidade do protesto. O revogado Código do Comércio previa a remessa, pelo oficial público, de uma relação dos protestos lavrados por falta de pagamento, de caráter público e periodicamente publicada em jornais, com a possibilidade de decretação da falência do comerciante, a qual era destinada ao Presidente do Tribunal.¹⁸⁵ Atualmente, essa relação é remetida à Câmara de Comércio da Província.¹⁸⁶

¹⁸² **La cambiale e il vaglia cambiario.** p. 501.

¹⁸³ “La Suprema Corte ha statuito: ‘Poiché il protesto è la formale constatazione del rifiuto di pagamento di una cambiale, esso presuppone necessariamente un invito a pagare (o ad accettare) rimasto insoddisfatto. Pertanto, poiché il pubblico ufficiale incaricato del protesto deve rivolgere detto invito, e se il debitore vi aderisce, non può non dar corso al pagamento (o all'accettazione), è inerente alla funzione demandata all'ufficiale stesso la riscossione e la restituzione del titolo (ovvero la presentazione della cambiale al trattario per l'accettazione). In conseguenza, quando riscuote l'importo di una cambiale, il pubblico ufficiale viene in possesso della somma per ragioni del suo ufficio’”. **Protesto cambiario e responsabilità del pubblico ufficiale.** Michele Ciarcià. p. 150-151.

¹⁸⁴ “Legge 12 giugno 1973, n. 349. Modificazioni alle norme sui protesti delle cambiali e degli assegni bancari. [...] Art. 9. [...] I pubblici ufficiali versano l'importo dei titoli pagati il giorno non festivo successivo a quello del pagamento e restituiscono i titoli protestati entro i due giorni non festivi successivi all'ultimo giorno consentito per la levata del protesto. Per il tempo in cui i titoli e le somme riscosse restano presso i pubblici ufficiali è vietato alle aziende di credito ricevere da chiunque sotto qualsiasi forma anche indiretta compensi o altre utilità”. No mesmo sentido: “Legge 15 dicembre 1990, n. 386. Nuova disciplina sanzionatoria degli assegni bancari. [...] Art. 8. Pagamento dell'assegno emesso senza provvista dopo la scadenza del termine di presentazione. 1. Nei casi previsti dall'articolo 2, le sanzioni amministrative non si applicano se il traente, entro sessanta giorni dalla data di scadenza del termine di presentazione del titolo, effettua il pagamento dell'assegno, degli interessi, della penale e delle eventuali spese per il protesto o per la constatazione equivalente. 2. Il pagamento può essere effettuato nelle mani del portatore del titolo o presso lo stabilimento trattario mediante deposito vincolato al portatore del titolo, ovvero presso il pubblico ufficiale che ha levato il protesto o ha effettuato la constatazione equivalente. 3. La prova dell'avvenuto pagamento deve essere fornita dal traente allo stabilimento trattario o, in caso di levata del protesto o di rilascio della constatazione equivalente, al pubblico ufficiale tenuto alla presentazione del rapporto mediante quietanza del portatore con firma autenticata ovvero, in caso di pagamento a mezzo di deposito vincolato, mediante attestazione della banca comprovante il versamento dell'importo dovuto”.

¹⁸⁵ “l'art. 689 obbliga notai ed uscieri a trasmettere al Presidente del Tribunale um elenco dei protesti levati per mancato pagamento dell'obbligazione cambiaria, che questi elenchi sono pubblici e pubblicati dai giornali periodicamente, che in seguito ai protesti il Tribunale può pronunciare il fallimento dei commercianti”. **Tratado de Direito Commercial.** v. III. Cesare Vivante. p. 505.

¹⁸⁶ “Legge 12 febbraio 1955, n. 77. Pubblicazione degli elenchi dei protesti cambiari. Art. 1. Alla pubblicazione ufficiale dell'elenco dei protesti cambiari per mancato pagamento di cambiali accettate, di vaglia cambiari e di assegni bancari, nonchè delle dichiarazioni di rifiuto di pagamento fatte in conformità della legge cambiaria, provvedono soltanto le Camere di commercio, industria e agricoltura”.

Nada mais razoável, haja vista a pulverização dos atos de protesto, pela incumbência atribuída a diversos oficiais públicos. A remessa da relação de protestos à Câmara de Comércio, órgão encarregado do registro público de empresas,¹⁸⁷ permite a centralização das informações de protesto em um único registro, atualmente mantido em meio eletrônico.¹⁸⁸

A relação transmitida deve conter a identificação do devedor, na hipótese de protesto por falta de pagamento de letra aceita, nota promissória ou cheque. Além disso, são informados os protestos por falta de aceite e razões de recusa, para fins estatísticos.¹⁸⁹

A publicação do rol de devedores, como ressaltado por Fabio Fiorucci, está relacionada à necessidade de conferir maior correção e transparência às relações comerciais e creditícias.¹⁹⁰

Por outro lado, com a reforma legislativa de 1973, previu-se a possibilidade de exclusão do nome do devedor do registro de protesto na hipótese de pagamento do título no prazo de cinco dias da lavratura do protesto.¹⁹¹

Essa reforma modificou profundamente a disciplina do protesto. Primeiramente, estendeu ao *aiutante ufficiale giudiziario* a competência para protesto de cambiais e cheques.¹⁹²

¹⁸⁷ Legge 29 dicembre 1993, n. 580. Riordinamento delle camere di commercio, industria, artigianato e agricoltura.

¹⁸⁸ Decreto Ministeriale 9 agosto 2000, n. 316. Regolamento recante le modalità di attuazione del registro informatico dei protesti.

¹⁸⁹ “Art. 3. 1. I pubblici ufficiali abilitati a levare protesti cambiari devono trasmettere al presidente della camera di commercio, industria, artigianato e agricoltura competente per territorio, il giorno successivo alla fine di ogni mese, l’elenco dei protesti per mancato pagamento di cambiali accettate, di vaglia cambiari e di assegni bancari nonché l’elenco dei protesti per mancata accettazione di cambiali, con l’eventuale motivazione del rifiuto. Uguale obbligo hanno gli uffici del registro per le dichiarazioni di rifiuto di accettazione delle cambiali. 2. Nell’atto di protesto di cambiali accettate e di vaglia cambiari il debitore contro il quale il protesto é levato deve essere identificato con l’indicazione del nome, del domicilio, del luogo e della data di nascita. Tali dati devono essere integralmente riportati nell’elenco dei protesti trasmessi [...] e trascritti a fianco del nome del debitore protestato nel registro informatico [...] le camere di commercio, industria, artigianato e agricoltura sono autorizzate ad elaborare le statistiche relative ai protesti per mancata accettazione”.

¹⁹⁰ “Dottrina e giurisprudenza hanno bene inquadrato le finalità perseguite con la pubblicazione dell’elenco dei nominativi dei debitori protestati, compendiabili nella necessità di realizzare una maggiore correttezza e trasparenza delle relazioni commerciali e creditizie”. **Il protesto illegittimo**. p. 52.

¹⁹¹ “L’art. 12, primo comma, legge 12 giugno 1973 n. 349 stabilisce che il debitore che esegue il pagamento di una cambiale o di un vaglia cambiario nel termine di cinque giorni dalla levata del protesto può chiedere la cancellazione del proprio nome dai due esemplari dell’elenco previsti dal precedente art. 2, proponendo, entro il giorno seguente al pagamento, formale istanza al presidente del tribunale competente, corredata dal titolo quietanzato e dall’atto di protesto”. **Il protesto per mancato pagamento**. Roberto Triola. p. 97.

¹⁹² “Legge 12 giugno 1973, n. 349. Modificazioni alle norme sui protesti delle cambiali e degli assegni bancari. Art. 1. Pubblici ufficiali abilitati alla levata del protesto. Il protesto di cambiali e assegni bancari é levato dal notaio, dall’ufficiale giudiziario e dell’aiutante ufficiale giudiziario, nonché dal segretario comunale [...] La competenza relativa al protesto di cambiali e assegni bancari é pertanto estesa agli aiutanti ufficiali giudiziari”.

Além disso, permitiu a designação de auxiliares pelo notário e pelo *ufficiale giudiziario*, os quais são denominados *presentatori*,¹⁹³ com competência para uma série de atos.¹⁹⁴

Foram ainda estipuladas regras quanto aos prazos¹⁹⁵ e possibilitou-se a introdução de sistema para distribuição dos títulos entre os oficiais,¹⁹⁶ providência que visa ao interesse público, de forma a assegurar que a atividade de protesto seja prestada de forma mais racional e justa.¹⁹⁷

¹⁹³ “Art. 2. Presentatori. Il notaio e l’ufficiale giudiziario sotto la propria responsabilità possono provvedere alla presentazione del titolo, ai sensi dell’articolo 44 delle norme approvate con il regio decreto 14 dicembre 1933, n. 1669, e dello articolo 32 delle disposizioni approvate con il regio decreto 21 dicembre 1933, n. 1736, a mezzo di presentatori. I presentatori sono nominati ed autorizzati a svolgere la loro funzione con provvedimento del presidente della corte d’appello, o del presidente del tribunale competente appositamente delegato, a richiesta del notaio o dell’ufficiale giudiziario. Il segretario comunale, quando particolari esigenze di servizio lo richiedono, può essere autorizzato dal pretore competente per territorio a servirsi, per la presentazione del titolo, di un messo comunale. Il presentatore del notaio, il presentatore dell’ufficiale giudiziario e il messo comunale, nel compimento degli atti previsti dalla presente legge, sono equiparati al pubblico ufficiale ai sensi e per gli effetti delle disposizioni del titolo II del libro II del codice penale”.

¹⁹⁴ “Art. 4. Attribuzioni dei presentatori. Il presentatore del notaio, il presentatore dell’ufficiale giudiziario e il messo comunale compiono a nome, rispettivamente, del notaio, dell’ufficiale giudiziario e del segretario comunale l’attività loro rimessa e sono legittimati all’incasso totale o parziale del titolo e degli emolumenti di cui agli articoli 7 e 8, nonché al rilascio della quietanza. L’atto di protesto, redatto anche nell’ipotesi di cui agli articoli precedenti, conformemente a quanto stabilito nell’articolo 71 delle norme approvate con il regio decreto 14 dicembre 1933, n. 1669, e nell’articolo 63 delle disposizioni approvate con il regio decreto 21 dicembre 1933, n. 1736, deve contenere l’indicazione del presentatore ed essere anche da questi sottoscritto; esso fa piena prova, ai sensi dell’articolo 2700 del codice civile, anche delle dichiarazioni del debitore e degli altri fatti che il presentatore riferisce avvenuti in sua presenza o da lui compiuti”.

¹⁹⁵ “Art. 9. Termini e modalità di consegna dei titoli ai pubblici ufficiali. È fatto divieto alle aziende di credito di consegnare ed ai pubblici ufficiali abilitati alla levata del protesto di accettare i titoli provenienti dalle aziende stesse fuori del tempo utile e in ogni caso oltre le ore 18 del primo giorno non festivo successivo alla data di scadenza. La disposizione del primo comma dell’articolo 104 dell’ordinamento degli ufficiali giudiziari e degli aiutanti ufficiali giudiziari, approvato con il decreto del Presidente della Repubblica 15 dicembre 1959, n. 1229, modificato dalla legge 11 giugno 1962, n. 546, non si applica per la consegna dei titoli da protestare. Nessun diritto o indennità spetta all’ufficiale giudiziario per tale attività oltre gli emolumenti previsti dagli articoli 7 e 8 della presente legge. La consegna è effettuata mediante distinta compilata dall’azienda di credito in almeno due esemplari, uno dei quali destinato a rimanere presso il pubblico ufficiale. Dalla distinta devono risultare la data e l’ora dell’avvenuta consegna. I pubblici ufficiali versano l’importo dei titoli pagati il giorno non festivo successivo a quello del pagamento e restituiscono i titoli protestati entro i due giorni non festivi successivi all’ultimo giorno consentito per la levata del protesto. Per il tempo in cui i titoli e le somme riscosse restano presso i pubblici ufficiali è vietato alle aziende di credito ricevere da chiunque sotto qualsiasi forma anche indiretta compensi o altre utilità”.

¹⁹⁶ “Art. 10. Ripartizione dei titoli tra i pubblici ufficiali. I pubblici ufficiali abilitati ai protesti possono, d’intesa con le aziende di credito, per i titoli da esse consegnati, concordarne la ripartizione. In mancanza di tale accordo il presidente della corte d’appello, o il presidente del tribunale competente da lui delegato, sentiti le aziende di credito, i consigli notarili, i dirigenti degli uffici unici nonché i rappresentanti degli ufficiali giudiziari e degli aiutanti ufficiali giudiziari presso gli stessi uffici unici, e tenute presenti le situazioni locali ed ogni altro utile elemento, determina la ripartizione dei titoli tra le categorie dei notai, degli ufficiali giudiziari e degli aiutanti ufficiali giudiziari. La ripartizione, nell’ambito della categoria dei notai, avviene previa intesa fra le aziende di credito e i consigli notarili”.

¹⁹⁷ “La ripartizione va effettuata anche avendo di mira in via immediata lo specifico interesse pubblico connesso alla esigenza di assicurare il più razionale e corretto svolgimento del servizio dei protesti cambiari”. **Il protesto per mancato pagamento.** Roberto Triola. p. 20.

Após a reforma de 1973 foram promovidas outras mudanças na legislação italiana, especialmente quanto ao cancelamento do registro do protesto, como bem evidenciado na Lei editada no ano de 2000,¹⁹⁸ que definiu novas regras nessa matéria.

Atualmente o cancelamento é admitido na hipótese de pagamento nos doze meses seguintes à lavratura do protesto.¹⁹⁹ A par disso, a lei passou a prever expressamente a exclusão de protesto indevido,²⁰⁰ incorporando a solução já reconhecida pela jurisprudência, por meio de processo cautelar para suspensão da publicação do protesto ilegítimo ou errôneo.²⁰¹

Outra relevante modificação foi a inclusão de dispositivo permitindo o cancelamento do registro de protesto na hipótese de reabilitação, medida cuja concessão depende do pagamento do título protestado e da inexistência de protesto lavrado no período sucessivo mínimo de um ano.²⁰²

¹⁹⁸ “Con la Legge n. 235/2000 si è attuata una radicale modifica nella disciplina della cancellazione dei protesti cambiari. Tale evoluzione legislativa, tuttavia, è anche frutto della profonda trasformazione operata nel sistema di pubblicazione degli elenchi dei protestati”. **L’atto di protesto e la cancellazione**. Angelo Capalbo e Antonio Ciccia. p. 87.

¹⁹⁹ “Legge 12 febbraio 1955, n. 77. Pubblicazione degli elenchi dei protesti cambiari. [...] Art. 4. 1. Il debitore che, entro il termine di dodici mesi dalla levata del protesto, esegua il pagamento della cambiale o del vaglia cambiario protestati, unitamente agli interessi maturati come dovuti ed alle spese per il protesto, per il precetto e per il processo esecutivo eventualmente promosso, ha diritto di ottenere la cancellazione del proprio nome dal registro informatico di cui all’articolo 3-bis del decreto-legge 18 settembre 1995, n. 381, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 novembre 1995, n. 480. Il debitore che provveda al pagamento oltre il redetto termine, può chiederne l’annotazione sul citato registro informatico”.

²⁰⁰ “Art. 4. [...] 2. Istanza analoga a quella di cui al comma 1 può essere presentata da chiunque dimostri di aver subito levata di protesto, al proprio nome, illegittimamente od erroneamente, nonché dai pubblici ufficiali incaricati della levata del protesto o dalle aziende di credito, quando si è proceduto illegittimamente od erroneamente alla levata del protesto. 3. Il responsabile dirigente dell’ufficio protesti provvede sull’istanza non oltre il termine di venti giorni dalla data di presentazione della stessa. Sulla base dell’accertamento della regolarità dell’adempimento o della sussistenza della illegittimità o dell’errore del protesto, il responsabile dirigente dell’ufficio protesti accoglie l’istanza e, conseguentemente, dispone la cancellazione richiesta, curando sotto la sua personale responsabilità l’esecuzione del provvedimento, da effettuare non oltre cinque giorni dalla pronuncia dello stesso, mediante la cancellazione definitiva dal registro dei dati relativi al protesto, che si considera, a tutti gli effetti, come mai avvenuto. In caso contrario, decreta la reiezione dell’istanza. 4. In caso di reiezione dell’istanza o di mancata decisione sulla stessa, da parte del responsabile dirigente dell’ufficio protesti, entro il termine di cui al comma 3, l’interessato può ricorrere all’autorità giudiziaria ordinaria”.

²⁰¹ “in via interpretativa, la giurisprudenza aveva ammesso la possibilità, per il debitore incolpevoli, di ottenere dal Giudice ordinario la sospensione, ex art. 700 C.P.C., della pubblicazione del protesto erroneo o illegittimo e la definitiva cancellazione all’esito del giudizio di merito, nonché la possibilità di ottenere la pubblicazione della successiva rettifica sull’elenco ufficiale. Il Legislatore, quindi, si è limitato ad esplicitare una soluzione ormai pacifica in giurisprudenza”. **L’atto di protesto e la cancellazione**. Angelo Capalbo e Antonio Ciccia. p. 96.

²⁰² “Legge 7 marzo 1996, n. 108. Disposizioni in materia di usura. [...] Art. 17. 1. Il debitore protestato che abbia adempiuto all’obbligazione per la quale il protesto è stato levato e non abbia subito ulteriore protesto ha diritto ad ottenere, trascorso un anno dal levato protesto, la riabilitazione. [...] 6-bis. Il debitore protestato e riabilitato ha diritto di ottenere la cancellazione definitiva dei dati relativi al protesto anche dal registro informatico”.

A doutrina e a jurisprudência majoritária entendem que tal medida se aplica às letras aceitas, notas promissórias e cheques, e a quaisquer devedores, não se restringindo apenas às vítimas de usura.²⁰³

Dessa forma, a notícia do protesto é mantida no registro eletrônico até o cancelamento ou reabilitação. Afora tais hipóteses, o registro é mantido pelo período de cinco anos contados da inscrição.²⁰⁴

Cumprе salientar, ainda, que na Itália as informações de protestos são disponibilizadas também por empresas privadas que atuam na proteção ao crédito,²⁰⁵ as quais, no exercício de suas atividades, devem observar os critérios definidos para a divulgação de dados.²⁰⁶

3.3.2. Portugal

O regime jurídico das letras e livranças²⁰⁷ é definido pela Lei Uniforme de Genebra, na forma das Convenções “aprovadas em Portugal pelo DL nº 23.721, de 29 de Março de 1934, confirmadas e ratificadas pela Carta de 10 de Maio desse mesmo ano”.²⁰⁸

O protesto, por sua vez, é regulamentado de forma minuciosa e sistemática pelo Código do Notariado (Decreto-Lei n.º 207/95 de 14 de Agosto).

²⁰³ “La previsione dell’art. 17 l. 108/1996, per dottrina e giurisprudenza prevalenti si applica, condivisibilmente, alle tratte accettate, ai vaglia cambiari e agli assegni [...] La norma deve altresì intendersi riferita a qualsiasi debitore protestato, non necessariamente implicato in fatti d’usura; in tal senso depone la generica espressione utilizzata dal legislatore nell’articolo in esame, ‘debitore protestato’. **Il protesto illegittimo**. Fabio Fiorucci. p. 74.

²⁰⁴ “La notizia di protesto è conservata nel registro informatico fino alla sua cancellazione o all’intervenuta riabilitazione del protestato ovvero, in assenza di cancellazione o riabilitazione, per cinque anni dalla data di iscrizione”. **Op. cit.** Fabio Fiorucci. p. 44.

²⁰⁵ “l’accesso alla Banca Dati consente, con un’unica interrogazione, di verificare per il nominativo interessato la presenza di informazioni relative a: protesti, interdizioni di firma, sentenze relative a Procedure Concorsuali, movimenti immobiliari pregiudizievoli, controllo del numero telefonico, finanziamenti concessi (credito al consumo, prestiti personali e carte di credito) e relativa situazione dei pagamenti”. **I sistemi di informazioni creditizie e la tutela del consumatore**. Erminia Cesario. p. 90-91.

²⁰⁶ “La normativa sulla *privacy* contempla una serie di previsioni in grado di offrire una adeguata tutela al soggetto protestato, il quale ha diritto di ottenere che i dati che lo riguardano siano trattati in modo lecito e secondo correttezza, aggiornati e, al bisogno, rettificati. L’Autorità garante ha espressamente affermato che le informazioni afferenti il debitore protestato adempiente devono essere cancellate, oltre che dal registro informatico dei protesti, da ogni ulteriore banca dati o archivio parallelo privati”. **Il protesto illegittimo**. Fabio Fiorucci. p. 99.

²⁰⁷ Termo utilizado pela legislação portuguesa para as notas promissórias.

²⁰⁸ **Das letras: aval e protesto**. Nuno Madeira Rodrigues. p. 18.

Da exposição de motivos do aludido Código, aliás, constou que “a regulamentação dos instrumentos de protesto de títulos de crédito foi adequada à realidade presente, tendo-se abolido, por desnecessário, o procedimento de fazer constar do instrumento de protesto a cópia literal ou fotocópia do título”.

A lavratura do protesto é, portanto, de competência do notário,²⁰⁹ havendo cartórios privativos.²¹⁰ Tal fato foi ressaltado por Nuno Madeira Rodrigues, para quem a “criação dos Cartórios Notariais de Protesto de Letras é sem dúvida uma demonstração clara da importância que a lei atribui ao instituto, evitando que o mesmo seja um expediente formal de reduzida importância”.²¹¹

E, prestigiando a função notarial de qualificação dos títulos apresentados, dispõe o Código do Notariado português que não são admitidas a protesto as letras “a que falte algum dos requisitos do artigo 1.º da Lei Uniforme Relativa às Letras e Livranças, quando a falta não possa ser suprida nos termos do artigo 2.º do mesmo diploma” (art. 119.º, a).²¹²

Outro aspecto definido pela legislação notarial é a competência territorial para o protesto, atribuída em princípio ao cartório do lugar de pagamento.²¹³

Por outro lado, o Código do Notariado prevê a possibilidade de protesto mesmo após o decurso do prazo para protesto necessário. Nesse sentido, dispõe o artigo 123.º que: “A apresentação de letras depois de expirado o prazo legal não é fundamento de recusa de protesto”.

²⁰⁹ “O facto de mencionarmos a importância da figura do Notário nesta função certificativa vai para além dos argumentos referidos, mormente relativos à fé pública de que este se encontra dotado. Outra questão sobre a qual nos parece útil debruçarmos embora a título meramente teórico, é a da própria responsabilização do Notário em matérias relacionadas com o protesto, situação que embora não se coloque em Portugal, encontra eco noutros países”. **Das letras: aval e protesto.** Nuno Madeira Rodrigues. p. 59-60.

²¹⁰ Em Lisboa e no Porto. Aproveito a oportunidade para agradecer os subsídios oferecidos para a elaboração deste trecho à Notária Maria de Fátima C. Azevedo Jorge, do Cartório Notarial de Protesto de Letras de Lisboa.

²¹¹ **Das letras: aval e protesto.** p. 60.

²¹² A disposição menciona ainda: “ Artigo 119.º [...] 1 – Não são admitidas a protesto: [...] b) As letras escritas em língua que o notário não domine, quando o apresentante não as fizer acompanhar de tradução; 2 – A tradução das letras deve ser devolvida ao apresentante, não se aplicando à mesma o disposto no n.º 3 do artigo 44.º” A qualificação notarial é referida em outras disposições do Código.

²¹³ “Artigo 120.º Lugar de protesto. 1 – A letra deve ser protestada no cartório notarial da área do domicílio nela indicado para o aceite ou pagamento ou, na falta dessa indicação, no cartório notarial do domicílio da pessoa que a deve aceitar ou pagar, incluindo a que for indicada para aceitar em caso de necessidade. 2 – Se for desconhecido o sacado ou o seu domicílio, a letra deve ser protestada no cartório a cuja área pertença o lugar onde se encontre o apresentante ou portador no momento em que devia ser efectuado o aceite ou o pagamento. 3 – Nos casos previstos nos artigos 66.º e 68.º da Lei Uniforme Relativa às Letras e Livranças, a letra deve ser protestada no cartório do domicílio da pessoa que for indicada como detentora do original”.

Ao comentar referida disposição, Alexandre de Soveral Martins ponderou que: “O apresentante pode ter interesse em obter *meio de prova* da falta de aceite ou de pagamento. Por outro lado, pode ainda obter vantagens decorrentes das *notificações* que sejam realizadas”.²¹⁴

Ainda quanto à fixação do prazo, merece menção a salutar disposição no sentido de que “os protestos produzem efeitos desde a data da apresentação”.²¹⁵

Com efeito, a legislação portuguesa distingue a apresentação, que “é registada no livro próprio, segundo a ordem da sua entrega” (artigo 124.º, 3), do protesto propriamente dito. “Apresentada a letra, nela devem ser anotados o número e a data da apresentação e aposta a rubrica do notário” (artigo 124.º, 3). Ou seja: “É assim claro que uma coisa é a apresentação da letra a protesto, e outra o instrumento de protesto”.²¹⁶

É interessante observar que, tanto em Portugal, como no Brasil,²¹⁷ a legislação vigente prevê expressamente o registro da apresentação, providência conhecida como apontamento, a qual foi originada da prática tabelioa.²¹⁸

²¹⁴ **Títulos de crédito e valores mobiliários.** p. 104.

²¹⁵ “Artigo 121.º Prazo. 1 – A apresentação para protesto deve ser feita até uma hora antes do termo do último período regulamentar de serviço, nos prazos seguintes: a) Por falta de aceite de letras pagáveis em dia fixo ou a certo termo da data, ou de letras sacadas a certo termo de vista, até ao dia em que podem ser apresentadas ao aceite; b) Por falta de data no aceite de letras pagáveis a certo termo de vista ou que, por estipulação especial, devam ser apresentadas ao aceite no prazo determinado, até ao fim do prazo para a apresentação a protesto por falta de aceite; c) Por falta de pagamento de letras nas condições da alínea a), num dos dois dias úteis seguintes àquele ou ao último daqueles em que a letra é pagável; d) Por falta de pagamento de letras pagáveis à vista, dentro do prazo em que podem ser apresentadas a pagamento; e) Nos casos dos artigos 66.º e 68.º da Lei Uniforme Relativa às Letras e Livranças, quando o portador quiser; 2 – Os protestos produzem efeitos desde a data da apresentação. Artigo 122.º Diferimento do prazo. 1 – Nos casos previstos na primeira alínea do artigo 24.º e na parte final da terceira alínea do artigo 44.º da Lei Uniforme Relativa às Letras e Livranças, se a apresentação da letra para aceite ou pagamento tiver sido feita no último dia do prazo, a apresentação a protesto pode fazer-se ainda no dia imediato. 2 – O fim do prazo para apresentação e protesto é transferido para o dia útil imediato, sempre que coincida com dia em que estejam encerrados os cartórios notariais ou as instituições de crédito. 3 – O fim de todos os prazos a que se reportam o presente artigo e o artigo anterior é diferido, para os estabelecimentos bancários e respectivos correspondentes nacionais, até ao dia imediato”.

²¹⁶ **Títulos de crédito e valores mobiliários.** Alexandre de Soveral Martins. p. 106.

²¹⁷ “Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997. [...] Art. 32. O livro de Protocolo poderá ser escriturado mediante processo manual, mecânico, eletrônico ou informatizado, em folhas soltas e com colunas destinadas às seguintes anotações: número de ordem, natureza do título ou documento de dívida, valor, apresentante, devedor e ocorrências. Parágrafo único. A escrituração será diária, constando do termo de encerramento o número de documentos apresentados no dia, sendo a data da protocolização a mesma do termo diário do encerramento”.

²¹⁸ Conforme indicado na edição de 1842 da obra de José Homem Correa Telles: “Se o Escrivão dos Protestos, ou Tabellião, a que a Letra he apresentada, não pode por embaraços notificar o Protestado no dia da apresentação della, deve tomar apontamento deste dia, em que o Protesto lhe he pedido, para se não seguir prejuízo ao Protestante. Chama-se a isto apontar a Letra. He cautela necessaria, porque as Letras devem ser protestadas em tempo determinado”. **Manual do tabellião.** p. 202.

Pois bem. Feita a apresentação, com o respectivo registro, e a qualificação do título, “o notário deve notificar o facto a quem deva aceitar ou pagar a letra, incluindo todos os responsáveis perante o portador”. Ou seja, como salientou Nuno Madeira Rodrigues, a legislação portuguesa permite expressamente a notificação do avalista, propiciando, com isso, o efetivo conhecimento da falta de pagamento do título.²¹⁹

Essas notificações “são feitas mediante a expedição, sob registro do correio, das cartas-aviso que tiverem sido entregues juntamente com a letra, sendo arquivados no maço próprio os talões dos registos” (artigo 125.º).

Decorrido o prazo de “cinco dias sobre a expedição da carta para notificação, e até ao 10.º dia a contar da apresentação, devem ser lavrados, pela ordem da apresentação, os instrumentos de protesto das letras que não tenham sido retiradas pelos apresentantes” (artigo 126.º, 1).

O Código do Notariado não prevê a possibilidade de pagamento na serventia, mas apenas a retirada pelo apresentante antes do protesto, caso em que é mencionado “o levantamento e a respectiva data, ao lado do registro da apresentação” (artigo 128.º).

A legislação disciplina, ainda, a apresentação, pelo notificado, de declaração escrita, contendo as razões da falta de aceite ou de pagamento (artigo 127.º, 2).²²⁰

O notário deve lavrar o protesto contra todos os obrigados cambiários (artigo 126.º, 2), sendo que o instrumento de protesto deve, dentre outros elementos, conter a identificação do título e dos obrigados cambiários, além do relato das diligências efetuadas.²²¹

²¹⁹ “Diversas vezes somos confrontados com casos nos quais o portador não efectua o protesto e acciona judicialmente o avalista [...] o avalista pode até ser surpreendido por uma penhora sem sequer ter conhecimento do que se passa, situação que, a nosso ver, se afigura como manifestamente estranha e penalizadora. Mais se diga que acreditamos que, a se feito o protesto, muitas vezes o avalista procederá ao pagamento voluntário da dívida, evitando assim o congestionamento dos nossos Tribunais”. **Das letras: aval e protesto.** p. 66.

²²⁰ Artigo 127.º [...] 2 – As razões da falta de aceite ou de pagamento podem ser indicadas em declaração escrita, que os notificados devem remeter ao notário, ficando arquivada”

²²¹ “Artigo 127.º O instrumento de protesto deve conter os seguintes elementos: a) Identificação da letra mediante a menção da data de emissão, nome do sacador e montante; b) Anotação das notificações a que se refere o artigo 125.º ou a menção das que não foram efectuadas por falta de cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 124.º; c) Menção da presença ou da falta das pessoas notificadas e, bem assim, das razões que tenham dado para não aceitar ou não pagar; d) Declaração do notário, relativamente ao fundamento do protesto, e indicação das pessoas a requerimento de quem e contra quem ele é feito; e) Data da apresentação da letra; f) Assinatura das pessoas notificadas que tenham comparecido, ou declaração de que não assinam por não saberem, não poderem ou não quererem fazê-lo.”.

A lavratura do instrumento de protesto é mencionada, por meio de uma anotação, junto ao *registo* de apresentação.²²² Assim sendo, existe apenas um livro de protestos,²²³ que se destina “ao registo da apresentação de títulos a protesto e dos respectivos instrumentos de protesto, bem como à menção do seu levantamento” nos termos previstos no artigo 128.º (artigo 14.º).

A legislação portuguesa, ressalte-se, seguiu a sistemática, prevista no art. 12 do Anexo II da Lei Uniforme de Genebra, de comunicação pelo notário aos demais obrigados pela letra.²²⁴

Com efeito, prevê o art. 124.º do Código do Notariado que o apresentante da letra deve “entregar também no cartório notarial as ‘cartas-aviso necessárias às notificações a efectuar, devidamente preenchidas e estampilhadas’. Essas cartas-aviso [...] são expedidas, sob registo do correio, pelo notário”.²²⁵

Há, contudo, importante exceção a essa regra: “Não é assim nos casos em que o protesto é efectuado por estabelecimento bancário: cfr. o art. 129º-B do Código do Notariado”.²²⁶

²²² “Artigo 142.º Registo relativo ao protesto de títulos. 1 – Do registo de apresentação de títulos a protesto devem constar a data da apresentação, os nomes e a residência ou sede do apresentante, do aceite ou sacado e do sacador e, ainda, a espécie do título e o montante da obrigação nele contida. 2 – O registo dos instrumentos de protesto consiste na anotação, junto ao registo da apresentação, do fundamento e da data de protesto”.

²²³ No Brasil, além do livro de Protocolo, no qual é anotada, na coluna de ocorrências, a lavratura do protesto, existe um livro de Registro de Protestos, que contém os mesmos elementos do instrumento de protesto, previstos no art. 22 da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.

²²⁴ “Fazemos saber aos que a presente Carta de Confirmação e Ratificação virem que, aos sete de Junho de mil novecentos e trinta, foi assinada em Genebra uma Convenção com anexos e protocolo, estabelecendo uma lei uniforme em matéria de letras e livranças, cujo teor é o seguinte: [...] Artigo 12.º Por derrogação do artigo 45.º da lei uniforme, qualquer das Altas Partes Contratantes tem a faculdade de manter ou de introduzir o sistema de aviso por intermédio de um agente público, que consiste no seguinte: ao fazer o protesto por falta de aceite ou por falta de pagamento, o notário ou o funcionário público incumbido dêse serviço, segundo a lei nacional, é obrigado a dar comunicação por escrito dêse protesto às pessoas obrigadas pela letra, cujos endereços figuram nela, ou que sejam conhecidos do agente que faz o protesto, ou sejam indicados pelas pessoas que exigiram o protesto. As despesas originadas por êsses avisos serão adicionadas às despesas do protesto”. Informação disponível em <<http://www.dgpj.mj.pt>>. Acesso em: 15 out. 2010.

²²⁵ **Títulos de crédito e valores mobiliários.** Alexandre de Soveral Martins. p. 105.

²²⁶ **Op. cit.** p. 105. De fato, dispõe o Código Notarial que: “Artigo 129.º-A Estabelecimento bancário. 1 – Quando a apresentação para protesto seja efectuada por estabelecimento bancário em cartório privativo do protesto de letras, deve ser entregue uma relação dos títulos a protestar [...]. 2 – A relação referida no número anterior pode ser elaborada por processo informático e deve conter espaços reservados para a anotação do número de ordem e da data da apresentação, da data do protesto ou do levantamento da letra e da respectiva data. [...] Artigo 129.º-B Notificações a efectuar pelos estabelecimentos bancários. 1 – Incumbe ao estabelecimento bancário promover a notificação de quem deva aceitar ou pagar a letra, incluindo todos os responsáveis perante o portador, no dia em que a letra foi apresentada ou no 1.º dia útil imediato. 2 – As notificações são efectuadas mediante expedição, sob registo do correio, de cartas-aviso contendo os elementos essenciais do modelo referido no n.º 2 do artigo 124.º 3 – No prazo de três dias a contar da expedição das cartas-aviso, o estabelecimento bancário deve apresentar no cartório privativo cópias das mesmas, acompanhadas dos respectivos talões de registo”.

Complementando a matéria, dispõe o Código do Notariado que podem ser destruídos, desde que tenham mais de cinco anos os “recibos dos registos das notificações e documentos relativos ao serviço de protestos” (artigo 31.º, 2, a).

No mais, define o Código que as “informações referentes aos registos lavrados no livro de protestos de título de crédito, desde que sejam solicitadas por instituições de crédito ou seus agentes, podem ser fornecidas sob forma sumária, por escrito” (art. 32º, 5).

Cumprе consignar, ainda, que a Instrução nº 12/2005, do Banco de Portugal, instituiu o “Regulamento da Central de Protestos de Efeitos”. Por essa Central, conhecida com CPE, a instituição assegura os serviços de centralização “da recolha e divulgação periódica de informação relativa a protestos de efeitos”, apresentados nos Cartórios Notariais do País pelas entidades participantes. E, com isso, “proporciona-se às entidades financeiras participantes na CPE instrumentos de informação que lhes permitem avaliar melhor os riscos das suas operações activas”.²²⁷

Por fim, a legislação notarial preceitua que ao protesto de “livranças, cheques, extractos de factura, ou de outros títulos que a lei sujeite a protesto, é aplicável o disposto nos artigos anteriores, em tudo o que não seja contrário à natureza desses títulos e à disciplina especial a que estão sujeitos” (artigo 130.º).

Quanto às livranças, convém salientar que o conteúdo dos artigos 75 a 78 da Lei Uniforme é bastante similar ao relativo às notas promissórias no Brasil,²²⁸ não obstante pequenas variações de forma na tradução feita em Portugal.

Por sua vez, o *extracto de factura*, criado pelo Decreto nº 19.490, de 21 de março de 1931, é um “título de crédito, *obrigatoriamente* emitido em representação de todas as vendas a prazo entre comerciantes, sempre que o preço não seja representado por letras”.²²⁹

²²⁷ Informação disponível em <<http://www.bportugal.pt>>. Acesso em: 15 out. 2010.

²²⁸ A versão em língua inglesa menciona “Promissory Notes”; a legislação anterior brasileira (Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908), por sua vez, tratava da “nota promissória”.

²²⁹ **Títulos de crédito.** Fran Martins. p. 411. A solução da legislação portuguesa é diametralmente oposta à da duplicata no Brasil. O art. 2º da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, não admite além da duplicata “qualquer outra espécie de título de crédito para documentar o saque do vendedor pela importância faturada ao comprador”.

3.3.3. França

Na França, a Lei Uniforme de Genebra foi introduzida em 1935.²³⁰ A atual disciplina da letra de câmbio (*lettre de change*), da nota promissória (*billet à ordre*) e do protesto foi estabelecida pelo Código editado no ano 2000 (*Code de commerce*), que consolidou a matéria.²³¹

O protesto é definido por Christian Gavalda e Jean Stoufflet como um ato especial lavrado por um oficial público que faz prova do não pagamento da letra de câmbio ou da falta de aceite, o qual, em princípio, é necessário para o exercício do direito de ação contra os coobrigados. O instituto é útil por propiciar a obtenção de prova incontestável da temporânea apresentação e a oportunidade de liquidação pelo sacado solenemente notificado. É, ademais, um meio eficaz em virtude da publicidade conferida. Por fim, a existência de protestos é reconhecida pela jurisprudência como um elemento característico do estado de cessação de pagamentos.²³²

De fato, o artigo L511-39 do Código dispõe que a recusa de aceite ou de pagamento deve ser comprovada por um ato autêntico denominado protesto por falta de aceite ou falta de pagamento, que deve ser feito num dos dois dias úteis seguintes àquele em que a letra é pagável, disposição similar ao art. 44 da Lei Uniforme de Genebra.²³³

²³⁰ “En France, cette loi a été introduite dans la législation nationale par un décret-loi du 30 octobre 1935 qui a refondu les articles 110 à 189 du Code de commerce (nouv. C. com., art. 511-1 et s.). Certaines réserves ont accompagné la ratification”. **Instruments de paiement et de crédit**. Christian Gavalda e Jean Stoufflet. p. 85.

²³¹ “Rapport au Président de la République du 18 septembre 2000 relatif à l’ordonnance n° 2000-912 du 18 septembre 2000 relative à la partie Législative du code de commerce [...] Le titre Ier de ce livre est consacré aux effets de commerce (lettre de change et billet à ordre). Il codifie, d’une part, les articles 110 à 182 de l’ancien code de commerce sur la lettre de change, les article 3 à 7 de la loi no 49-1093 du 2 août 1949 relative à la publicité des protêts, l’article 1er de la loi du 27 janvier 1910 relative à la prorogation des délais des protêts et des actes destinés à conserver les recours en matière de valeurs négociables et, d’autre part, les articles 183 à 189 bis A de l’ancien code consacrés au billet à ordre (repris aux articles L. 512-1 à L. 512-8)”. Informação disponível em <<http://www.legifrance.gouv.fr>>. Acesso em: 16 out. 2010.

²³² “Pour être admis à exercer les recours cambiaux, le porteur doit, en principe, faire constater par un acte spécial, dénommé protêt, le non-paiement de la lettre de change et, éventuellement, de défaut d’acceptation. L’utilité du protêt est multiple. D’abord il prouve d’une manière indiscutable puisque l’acte est dressé par un officier public, que le porteur a présenté l’effet à bonne date ainsi qu’il y est tenu à l’égard des garants. Ensuite, son établissement offre au tiré, solennellement averti, une dernière chance de se libérer. Il est, enfin, un moyen de pression d’autant plus efficace qu’il est soumis à publicité. On ajoutera que souvent l’existence de protêts est considérée par les tribunaux comme un élément caractéristique de la cessation des paiements”. **Instruments de paiement et de crédit**. p. 141.

²³³ “Code de commerce. [...] Article L511-39. Le refus d’acceptation ou de paiement doit être constaté par un acte authentique dénommé protêt faute d’acceptation ou faute de paiement. [...] Le protêt faute de paiement d’une lettre de change payable à jour fixe ou à un certain délai de date ou de vue doit être fait l’un des deux jours ouvrables qui suivent le jour où la lettre de change est payable. S’il s’agit d’une lettre payable à vue, le protêt doit être dressé dans les conditions indiquées à l’alinéa précédent pour dresser le protêt faute d’acceptation. Le protêt faute d’acceptation dispense de la présentation au paiement et du protêt faute de paiement”.

No entanto, existe a possibilidade de aposição da cláusula ‘sem despesas’, ‘sem protesto’ ou equivalente,²³⁴ dispensando com isso o portador do ato, na forma do art. 46 da Lei Uniforme de Genebra, a qual é extremamente frequente na França.²³⁵

Outro aspecto relevante foi a introdução, em 1973, da *Lettre de Change-Relevé*, com a remessa do título ao banco, o qual passa a circular em meio eletrônico,²³⁶ mas tais letras não são passíveis de protesto.²³⁷

Nesse contexto, seja pela disseminação da cláusula de dispensa, seja pela intensificação da intermediação bancária e expansão do sistema eletrônico de circulação das letras de câmbio, o protesto na França passou a ser utilizado com menor frequência.²³⁸

O protesto, como visto anteriormente, pode ser feito por um notário ou por um *huissier*,²³⁹ oficial público incumbido dos atos de execução, que é a hipótese mais comum.²⁴⁰

²³⁴ “Article L511-43. Le tireur, un endosseur ou un avaliseur peut, par la clause ‘retour sans frais’, ‘sans protêt’ ou toute autre clause équivalente inscrite sur le titre et signée, dispenser le porteur de faire dresser, pour exercer ses recours, un protêt faute d’acceptation ou faute de paiement. Cette clause ne dispense pas le porteur de la présentation de la lettre de change dans les délais prescrits ni des avis à donner. La preuve de l’inobservation des délais incombe à celui qui s’en prévaut contre le porteur”.

²³⁵ René Roblot salientava já em 1975: “Il est très fréquent au surplus qu’une clause de la lettre, ou une convention extérieure au titre, dispense le porteur de faire dresser protêt”. **Les effets de commerce**. p. 316. No mesmo sentido, Newton de Lucca afirmou: “Tivemos algumas informações verbais segundo as quais mais de 90% dos títulos circulam com a cláusula”. **A cambial-extrato**. p. 61.

²³⁶ Em aprofundado estudo do tema, Newton de Lucca relatou que: “No dia 2.7.1973, era lançada a *Lettre de Change-Relevé*. [...] Foram previstas duas modalidades de *lettre de change-relevé*: a LCR-papel e a LCR-fita magnética. Na sua forma papel, a LCR é muito semelhante à letra de câmbio clássica [...] a inovação básica consiste no fato de que o título não vai mais circular materialmente: após a remessa da LCR-papel ao banco do sacador, todos os dados são transportados para a fita magnética. O título é conservado em poder do banco do sacador. Passa a circular somente a fita magnética: do banco do sacador ao ‘computador da compensação’ do Banco do França e deste ao Banco do sacado. Somente no banco do sacado é que o papel vai reaparecer: é o extrato da LCR (*relevé*)”. E complementou: “A LCR-fita magnética representa o estágio ulterior da inovação proposta, ensejando um novo campo para a pesquisa jurídica nas suas relações com o fato cibernético”. **Op. cit.** p. 27-29.

²³⁷ Newton de Lucca afirmou o seguinte: “gostaríamos, apenas, de tecer umas poucas considerações em torno da filosofia adotada pelos criadores das LCRs no que respeita ao fato de não serem tais letras protestáveis”. **Op. cit.** p. 61. Segundo Michel Vasseur: “le recours au protêt demeure exceptionnel. La philosophie de la L.C.R. est la simplicité. La remarque vaut pour la L.C.R.-papier; elle est encore plus vraie en ce qui concerne la L.C.R.-bande magnétique, mais on n’en relèvera pas moins au passage comment la L.C.R.-papier subit l’attraction irrésistible des procédures de la lettre classique, en la circonstance du protêt”. **La lettre de change-relevé**. p. 74.

²³⁸ “En pratique les protêts deviennent de plus en plus rares”. **Traité de Droit Commercial**. Georges Ripert e René Roblot. p. 250.

²³⁹ “Article L511-52. Les protêts faute d’acceptation ou de paiement sont faits par un notaire ou par un huissier”.

²⁴⁰ Como visto no trecho sobre a história do protesto. Em complementação, tem-se a afirmação de Georges Ripert e René Roblot: “En fait, les notaires ont abandonnée cette charge et les protêts sont fait par acte huissier”. **Traité de Droit Commercial**. p. 252. No mesmo sentido a lição de Christian Gavalda e Jean Stoufflet: “En pratique ce sont les huissiers qui assurent aujourd’hui ce service”. **Instruments de paiement et de crédit**. p. 142.

A competência para o ato é definida em princípio pelo domicílio do sacado,²⁴¹ podendo ser precedido de buscas.²⁴² O conteúdo do instrumento de protesto é definido pelo Código, abrangendo a transcrição literal da letra e os motivos de recusa de pagamento, dentre outros.²⁴³

A função de publicidade do protesto é relevante na França.²⁴⁴ A legislação anterior, editada em 1949, organizou um sistema de ampla publicidade dos protestos, com a remessa pelos notários e *huissiers* de uma relação dos protestos por falta de pagamento de letras aceitas e de notas promissórias, ao *greffier* do Tribunal de Comércio, profissional incumbido não só da função de escrivão como também do Registro Público de Empresas Mercantis,²⁴⁵ que mantém um registro único de caráter público dos protestos lavrados, facultada a exclusão por quitação,²⁴⁶ e remete uma via ao representante do Ministério Público (*Parquet*), órgão que, dentre outras atribuições, atua perante o Tribunal do Comércio nas causas de recuperação judicial e falência.²⁴⁷

²⁴¹ “En règle générale, le protêt doit être établi à *domicile*, en entendant par là le centre des affaires commerciales, qui peut être distinct du domicile civil”. **Les effets de commerce**. René Roblot. p. 323.

²⁴² “Le protêt est dressé au domicile du tiré ou au dernier domicile connu et, en outre, le cas échéant, au domicile du recommandataire ou de l’accepteur par intervention [...] en cas de fausse indication de domicile, le protêt est précédé d’un acte de perquisition, c’est-à-dire d’une recherche par l’huissier du domicile du tiré”. **Instruments de paiement et de crédit**. Christian Gavalda e Jean Stoufflet. p. 142-143.

²⁴³ “Le contenu du protêt est déterminé à l’article L. 511-53 du Code de commerce: transcription littérale de la lettre de change, y compris l’acceptation, les endossements et les recommandations qui y figurent, sommation de payer, indication de la présence ou de l’absence de celui qui doit payer, motifs du refus de payer, éventuellement mention de l’impossibilité ou du refus de signer”. **Op. cit.** p. 143.

²⁴⁴ Em outros países também, como salientado por René Roblot: “une publicité des protêts est organisée dans certaines législations: ainsi l’article 443 du Code de commerce belge (loi du 18 avr. 1851 sur les faillites) prescrit aux receveurs de l’enregistrement l’obligation d’adresser chaque mois un tableau des protêts de lettres de change acceptées et des billets à ordre aux présidents des tribunaux de commerce dans le ressort desquels ces protêts ont été établis; tout intéressé peut en prendre connaissance et s’en faire délivrer des copies”. **Les effets de commerce**. p. 55-56.

²⁴⁵ “Le greffe du tribunal de commerce assure des fonctions diverses et spécifiques: il conserve les actes et délivre les copies des décisions du tribunal permettant leur exécution, tient le Registre du Commerce et des Sociétés, assure la cote et le paraphe des livres des commerçants et sociétés commerciales”. Informação disponível em <<http://www.justice.gouv.fr>>. Acesso em: 16 out. 2010.

²⁴⁶ “Une loi du 2 août 1949 modifiée par celle du 28 novembre 1955 a organisé une large publicité des protêts pour les effets de commerce et les chèques [...] Les notaires et les huissiers sont tenus de remettre au greffier du tribunal de commerce deux copies des protêts faute de paiement des traites acceptées et des billets à ordre; l’une est destinée au Parquet et l’autre doit rester au greffe. [...] Le greffier doit tenir un état nominatif des protêts par ordre alphabétique (art. 3). Après l’expiration d’un délai d’un mois après le protêt et dans l’année de la date du protêt, tout requérant peut se faire délivrer un extrait (art. 4), mais toute publication de cet état est interdite (art. 6). La radiation de l’inscription est faite par le greffier sur la remise par le débiteur de l’effet et d’une quittance constatant le paiement (art. 5)”. **Traité de Droit Commercial**. Georges Ripert e René Roblot. p. 253-254.

²⁴⁷ “Le ministère public ou parquet représente les pouvoirs publics devant le tribunal de commerce. Il s’exprime obligatoirement en matière de défaillance d’entreprise (redressement ou liquidation judiciaire) et, dans les autres cas, chaque fois qu’il le souhaite”. Informação disponível em <<http://www.justice.gouv.fr>>. Acesso em: 16 out. 2010.

Atualmente, a publicidade dos protestos está prevista no art. L511-55 e seguintes,²⁴⁸ com regulamentação no art. R511-2 e seguintes,²⁴⁹ todos do Código do ano 2000, que basicamente seguiu, nessa matéria, os parâmetros da legislação anterior.

A disciplina jurídica do cheque (*chèque*), por sua vez, foi alterada em 1935, quando foram incorporados os preceitos da Lei Uniforme de Genebra. Em 2000 o assunto passou a ser regulamentado pelo *Code monétaire et financier*, nos artigos L. 131-1 a L. 131-87.²⁵⁰

Houve, no entanto, uma significativa reforma no início da década de 1990, que dentre outros aspectos implantou medidas para coibir a emissão de cheques sem fundos.²⁵¹

²⁴⁸ “Article L511-55. Les notaires et les huissiers sont tenus, à peine de destitution, dépens, dommages-intérêts envers les parties, de laisser copie exacte des protêts. Sous les mêmes sanctions, ils sont également tenus de remettre contre récépissé au greffier du tribunal de commerce ou du tribunal de grande instance statuant commercialement du domicile du débiteur, ou de lui adresser par lettre recommandée avec accusé de réception, une copie exacte des protêts faute de paiement des traites acceptées et des billets à ordre. Cette formalité doit être accomplie dans la quinzaine de l’acte. Article L511-56. Le greffier du tribunal de commerce tient régulièrement à jour d’après les dénonciations qui lui sont faites par les notaires et huissiers, un état nominatif et par débiteur des protêts faute de paiement des lettres de change acceptées, des billets à ordre et des chèques ainsi que des certificats de non-paiement des chèques postaux qui lui sont dénoncés par les centres de chèques postaux. Cet état comporte des énonciations dont la liste est fixée par décret”.

²⁴⁹ “Article R511-2. Les notaires et les huissiers de justice remettent, conformément à l’article L. 511-55 du code de commerce et à l’article L. 131-64 du code monétaire et financier, deux copies des protêts, faute de paiement de lettres de change acceptées ou de billet à ordre, et trois copies des protêts, faute de paiement de chèques, ou envoient par lettre recommandée, sous pli distinct pour chacun d’eux, une copie des protêts, faute de paiement de lettres de change acceptées ou de billet à ordre, et deux copies des protêts, faute de paiement des chèques, au greffier du tribunal de commerce dans le ressort duquel est situé le domicile de l’accepteur de la lettre de change, du souscripteur du billet à ordre ou du tireur du chèque. Article R511-3. Sur les copies des protêts, le nom de famille de l’accepteur de la lettre de change, du souscripteur du billet à ordre ou du tireur du chèque est porté en lettres capitales. [...] Article R511-4. Il est ouvert par chaque greffier un registre dans lequel sont inscrits, par ordre de date et sous un numéro d’ordre, les protêts reçus. [...] Article R511-6. Pour chaque protêt dont il a été reçu copie, le greffier établit en outre une fiche [...] Chaque fiche est classée par le greffier dans un fichier alphabétique qui constitue l’état nominatif des protêts, prévu à l’article L. 511-56. [...] Article R511-10. S’il n’existe aucune inscription correspondant à l’identité du débiteur signalé ou si l’inscription portée au nom de ce dernier concerne un protêt dont la date est antérieure de plus d’un an ou de moins d’un mois au jour où le greffier est saisi de la demande ou au jour pour lequel l’extrait a été spécialement demandé, le greffier délivre au requérant une attestation reproduisant les indications fournies par celui-ci et indiquant qu’il n’a pas été trouvé d’inscription au registre des protêts. Si plusieurs inscriptions sont susceptibles de correspondre à l’identité de la personne pour laquelle la recherche est demandée, le greffier délivre tous les extraits pouvant se rapporter à cette personne. Article R511-11. Sur dépôt des pièces mentionnées à l’article L. 511-58, le greffier procède à la radiation de l’inscription sur la fiche et porte à la colonne 9 du registre chronologique la mention de radiation prévue à l’article R. 511-4”.

²⁵⁰ “La législation en matière de chèque et notamment le Décret-loi du 30 octobre 1935 a été intégrée par une Ordonnance du 14 décembre 2000 (JO 16 déc. 2000), dans le nouveaux Code monétaire et financier. Les articles L. 131-1 à L. 131-87 de ce Code sont consacrés au chèque”. **Instruments de paiement et de crédit**. Christian Gavalda e Jean Stoufflet. p. 198.

²⁵¹ “Le décret-loi de 1935 a été à nouveau remanié par une loi du 30 décembre 1991 complétée par un décret du 22 mai 1992. Ces nouveaux textes accentuent la dépenalisation et renforcent la prévention des émissions de chèque sans provision. La mise en œuvre du dispositif de prévention est confiée à la Banque de France et au système bancaire”. **Op. cit.** p. 198.

Caso o cheque não seja pago, o banco fornece gratuitamente ao portador um documento (*attestation de rejet*), além de comunicar o incidente ao *Banque de France*,²⁵² ficando o emitente proibido de emitir cheques por até cinco anos, enquanto não regularizada a situação. Decorridos trinta dias o interessado pode solicitar um outro documento (*certificat de non-paiement*),²⁵³ com a notificação do emitente, pelo *huissier*, para pagamento no prazo de quinze dias. Decorrido o prazo é emitido o *certificat de non-paiement*, conferindo força executiva ao cheque.²⁵⁴

Diante da possibilidade de obtenção do *certificat de non-paiement*, o protesto do cheque, embora menos frequente,²⁵⁵ é admissível, estando disciplinado pelo *code monétaire et financier*, de forma bastante similar à prevista para a letra de câmbio. O ato, porém, deve ser feito até o dia seguinte à expiração do prazo de apresentação.²⁵⁶

²⁵² “Code monétaire et financier [...] Article L131-72. [...] Les dispositions du présent article doivent être observées par le banquier qui a refusé le paiement d’un chèque pour défaut de provision suffisante et par tout banquier qui a été informé de l’incident de paiement, notamment par la Banque de France, en application de l’article L. 131-85. [...] Article L131-84. Le tiré qui a refusé le paiement d’un chèque pour défaut de provision suffisante ou qui a clôturé un compte sur lequel des formules de chèque ont été délivrées ou qui a enregistré une opposition pour perte ou vol de chèques ou de formules de chèque en avise la Banque de France [...] Article L131-85. La Banque de France informe les établissements et les personnes sur lesquels peuvent être tirés des chèques, les organismes mentionnés au 5 de l’article L. 511-6, les établissements de paiement ainsi que, sur sa demande, le procureur de la République, des incidents de paiement de chèque, des interdictions prononcées en application de l’article L. 163-6 et des levées d’interdiction d’émettre des chèques. Seule la Banque de France assure la centralisation des informations prévues à l’alinéa précédent. [...] Les dispositions de l’article L. 163-11 ne font pas obstacle à ce que les établissements de crédit, les organismes mentionnés au 5 de l’article L. 511-6 et les établissements de paiement utilisent ces informations comme élément d’appréciation avant d’accorder un financement ou une ouverture de crédit. [...] Article L141-4. La Banque de France veille au bon fonctionnement et à la sécurité des systèmes de paiement dans le cadre de la mission du Système européen de banques centrales relative à la promotion du bon fonctionnement des systèmes de paiement”.

²⁵³ “Le présentateur du chèque impayé reçoit gratuitement une *attestation de rejet* du chèque (D. 1992, art. 34. – C. monét. fin., art. R. 131-46 et R. 131-47). Cet attestation indique, notamment, que le tireur est privé de la faculté d’émettre des chèques et ne la recouvrera qu’à l’issue d’un délai de dix ans (délai réduit à cinq ans par une loi du 15 mai 2001) à défaut de régularisation. Elle précise que si la provision n’est pas constituée dans un délai de trente jours à compter de la première présentation, un *certificat de non-paiement* pourra être délivré sur demande du bénéficiaire”. **Instruments de paiement et de crédit**. Christian Gavalda e Jean Stoufflet. p. 287.

²⁵⁴ “Le certificat de non-paiement joue un rôle essentiel pour le recouvrement du chèque impayé. Sa notification ou sa signification au tireur par ministère d’huissier vaut commandement de payer. Si l’huissier n’a pas reçu justification du paiement du montant des chèques et des frais dans une délai de quinze jours à compter de la notification ou de la signification, il délivre un titre exécutoire (C. monét. fin., art. L. 131-73)”. **Op. cit.** p. 287.

²⁵⁵ “Le protêt en matière de chèque a sans doute une utilité moindre depuis que la loi de 1991 a institué le certificat de non-paiement mais il conserve un intérêt. On ne revient pas sur la nécessité de présenter dans le délai légal le titre. Faute de paiement, le porteur doit faire constater officiellement la défaillance du tiré par un protêt s’il veut exercer un recours contre les garants”. **Op. cit.** p. 297.

²⁵⁶ “Le protêt – acte authentique – doit être dressé par huissier (ou par notaire) au plus tard le lendemain du dernier jour du délai légal de la présentation du chèque [...] Cet acte authentique fait l’objet de dispositions spéciales (C. monét. fin., art. L. 131-61 à 65). Il comporte la transcription littérale du titre, des endos et de la sommation de payer. L’huissier doit aussi y mentionner la présence ou l’absence du tireur, les raisons du refus, l’impuissance ou le refus de signer du débiteur”. **Op. cit.** p. 298.

A sistemática do protesto dos cheques, também no que concerne à publicidade, é similar à das letras de câmbio, com a remessa de informação ao *greffier* do Tribunal do Comércio, admitindo-se a solicitação de um extrato, por qualquer interessado, pelo período de um ano.²⁵⁷

Outro aspecto relevante do protesto na França foi a instituição, em 1967, de título similar à duplicata (*factures protestables*), no bojo de uma série de medidas tendentes à modernização das técnicas utilizadas para o crédito a empresas.²⁵⁸ Contudo, o diploma legal que instituiu o título foi revogado em 1981.²⁵⁹

3.3.4. Espanha

Na Espanha, a letra de câmbio (*letra de cambio*), a nota promissória (*pagaré*) e o cheque (*cheque*) estão regulados na *Ley 19/1985, de 16 julio, Cambiaria y del Cheque*,²⁶⁰ que modificou profundamente o sistema jurídico dos Códigos de 1829 e 1885.²⁶¹

Referida lei inspirou-se na Lei Uniforme de Genebra e teve por objetivos a atenuação de alguns formalismos e o fortalecimento da posição do credor.²⁶²

²⁵⁷ “La publicité applicable aux protêts des chèques bancaires et postaux est analogue à celle prévue pour les traites [...] L’huissier (ou le notaire) rédacteur doit remettre deux copies du protêt au greffier du tribunal de commerce du domicile du débiteur. L’une est conservée au greffe et l’autre adressée au parquet. [...] Un état nominatif des protêts est tenu par ordre alphabétique au greffe (L. 1949, art. 3). Cette publicité est très large. Tout requérant peut un mois après le protêt et durant une année obtenir un extrait”. **Instruments de paiement et de crédit**. Christian Gavalda e Jean Stoufflet. p. 298.

²⁵⁸ “l’ordonnance n° 67-838, du 28 septembre 1967, complétée par le décret n° 67-1243 du 22 décembre 1967, a institué en France les factures et bordereaux protestables, en liaison avec les techniques nouvelles touchant à la modernisation du crédit à court term. L’institution est assez proche du duplicata de facture qui existe depuis longtemps déjà au Brésil [...] Les techniques imaginées à cette fin sont ingénieuses, mais compliquées, et laissent subsister de nombreuses difficultés”. **Les effets de commerce**. René Roblot. p. 507.

²⁵⁹ “Ces titres ont été supprimés par une loi du 2 janvier 1981, votée sur la proposition du sénateur Dailly, qui consacre une nouvelle forme de transmission et de nantissement des créances de sommes d’argent à l’aide d’un *bordereau dénomée acte de cession ou acte de nantissement de créance professionnelle*”. **Instruments de paiement et de crédit**. Christian Gavalda e Jean Stoufflet. p. 14.

²⁶⁰ **Boletín Oficial del Estado**, 19 jul. 1985. Núm. 172, p. 22936. Disponível em <<http://www.boe.es>>. Acesso em: 17 out. 2010.

²⁶¹ “En España la letra de cambio aparece regulada en la vigente Ley Cambiaria y del Cheque, de 16 de julio de 1985, que rompió con el sistema causalista heredado del Código francés a través sucesivamente de los Códigos de Comercio de 1829 y 1885”. **Derecho Cambiario**. Rafael Gimeno-Bayón Cobos e Luis Garrido Espa. p. 35.

²⁶² “la vigente Ley Cambiaria y del Cheque, de 16 de julio de 1985 [...] Inspirada, según de forma expresa indica la Exposición de Motivos, en la Ley ginebrina, ha supuesto una atenuación de ciertos formalismos y un reforzamiento de la posición del acreedor”. **Op. cit.** p. 35-36.

Em relação ao protesto, antes mesmo da edição dessa lei, houve uma grande reforma no ano de 1967, considerando o notável aumento na utilização da letra de câmbio e, por conseguinte, na quantidade de protestos.²⁶³ Segundo o relato de Alberto Bercovitz Rodrigues-Cano, alguns problemas podiam ser enumerados em relação ao protesto, como o elevado volume de atos, os reduzidos prazos, o pequeno número de profissionais habilitados ao ato e, para agravar, o acúmulo do serviço em certas datas.²⁶⁴

A Lei de 1967 modificou disposições do Código então vigente. A reforma teve como objetivos facilitar a realização do protesto, reforçar a posição do credor e ampliar o prazo estabelecido para o pagamento ou declarações do sacado.²⁶⁵

Em decorrência da reforma, o protesto passou a ser uma declaração feita na sede do serviço notarial, que se notifica posteriormente ao aceitante ou ao sacado, conferindo-lhe prazo para pagamento ou aceite, ou então para declarar porque não o faz.²⁶⁶

Com isso deixou-se de apresentar a letra, permanecendo o título na serventia, por um determinado prazo após a notificação,²⁶⁷ à disposição dos interessados, para que possam examinar o título, fazer declarações, pagar ou aceitar, arcando com as despesas do protesto.²⁶⁸

²⁶³ “la emisión de letras de cambio se ha incrementado de una manera fabulosa [...] Naturalmente, el incremento del número de letras en circulación tenía que reflejarse en el incremento del número de protestos”. **La reforma del protesto**. Alberto Bercovitz Rodrigues-Cano. p. 26-27.

²⁶⁴ “el principal problema que plantea en la práctica la institución del protesto: muchísimos protestos a realizar en plazos muy cortos y un número relativamente muy pequeño de funcionarios autorizados para realizarlos [...] la práctica de los protestos no se distribuye de manera homogénea todos los días, sino que existen fechas tales como los días 15 y 30 ó 31 de cada mes, en que se agolpan masivamente los vencimientos de las letras”. **Op. cit.** p. 28.

²⁶⁵ “Ley 47/1967, de 22 de julio, de modificación de determinados artículos del Código de Comercio sobre protestos de letras de cambio [...] La reforma se orienta en una triple dirección: facilitar la realización del protesto, reforzar la posición del tenedor de la letra, y conceder al librado de buena fe unas posibilidades de defensa legítima hasta ahora más bien teóricas [...] se amplía el plazo para que el librado pueda pagar la letra o alegar lo que tuviere por conveniente”. **Boletín Oficial del Estado**, 24 jul. 1967. Núm. 175, p. 10460. Disponível em <<http://www.boe.es>>. Acesso em 17 out. 2010.

²⁶⁶ Segundo Alberto Bercovitz Rodrigues-Cano: “En la actualidad, el protesto es una declaración realizada en el despacho del notario, que se notifica *a posteriori* al librado o aceptante, dándole un plazo para que pueda pagar o aceptar la letra, abonando los gastos del protesto, o para que haga las manifestaciones que estime convenientes, todo ello en el despacho del notario”. **La reforma del protesto**. p. 15.

²⁶⁷ Cumpre observar que a vigente legislação, adiante comentada, estendeu o prazo por mais um dia útil.

²⁶⁸ “El notario retiene en su poder la letra, sin entregar ésta ni testimonio alguno del protesto al tenedor, hasta las catorce horas del primer día hábil siguiente al término máximo fijado para la notificación. Durante ese tiempo y en horas de despacho los interesados pueden acudir a la notaría para examinar la letra y hacer manifestaciones congruentes con el protesto o pagar o aceptar la letra, según los casos, abonando los gastos”. **Op. cit.** p. 136.

Na opinião de José Maria Viguera Rubio, o protesto, com a reforma de 1967, deixou de ter a unicidade que o revestia, transformando-se em um ato complexo que compreende três etapas, quais sejam, o protesto propriamente dito, lavrado na serventia pelo notário, a comunicação do ato, pelo notário ou por quem esse designar, e as eventuais ocorrências posteriores, como as declarações oferecidas pelo sacado²⁶⁹ ou o pagamento no prazo definido em lei. Com isso, passou-se a oferecer uma nova oportunidade para cumprimento da obrigação.²⁷⁰

Ou seja, enquanto a legislação anterior girava em torno de um único ato, com a intimação realizada pessoalmente pelo notário, após a reforma o protesto passou a ser lavrado com antecedência na serventia, sendo posteriormente comunicado.²⁷¹

Com a edição da vigente legislação cambiária, em 1985, praticamente manteve-se a sistemática, com a regulamentação do procedimento de protesto no art. 52 e seguintes.²⁷²

²⁶⁹ “a partir de la Ley de reforma de 1967, el protesto ha de considerarse, no como un único acto, sino como un acto complejo que comprende tres períodos sucesivos: 1º El protesto en sentido estricto o ‘protesta’; es decir, la declaración de quedar protestada la letra, practicada en la notaría a solicitud del portador de la cambial [...] 2º La notificación de la declaración anterior, practicada por el Notario o por la persona que éste designe, a su destinatario [...] 3º Todas las demás diligencias practicadas, como [...] las manifestaciones que ante el Notario se hagan en el plazo”. **La notificación del protesto**. p. 98-99.

²⁷⁰ “el levantamiento del protesto por falta de pago supone para las personas frente a las que se realiza, otra posibilidad de solucionar su obligación o de cumplir la orden recibida; mediante la diligencia de notificación se persigue una nueva oportunidad de satisfacer el importe de la letra, que no fue realizado tras la reclamación privada practicada por el tenedor”. **Op. cit.** p. 133.

²⁷¹ “Si la normativa sobre el protesto anterior a 1967 giraba en torno al requerimiento realizado personalmente por el Notario, actualmente la esencia de la misma radica en esa notificación practicada *a posteriori* por el Notario o la persona designada por él. Esta es la diferencia principalísima existente entre la derogada y la vigente regulación sobre el protesto”. **Op. cit.** p. 48.

²⁷² “Ley 19/1985, de 16 de julio. Cambiaria y del Cheque. [...] *Artículo cincuenta y dos*. La declaración de quedar protestada la letra se hará por el Notario, dentro de los plazos previstos en el artículo anterior mediante acta en la que se copiará o reproducirá la letra. En los dos días hábiles siguientes, el Notario notificará el protesto al librado, mediante cédula extendida en papel común en la que figurarán su nombre, apellidos y la dirección de su despacho. En la cédula se copiará o reproducirá la letra y se indicará al librado el plazo de que dispone, conforme al artículo 53, para examinar el original, que estará depositado en la Notaría, para aceptar o pagar la letra. según los casos, o hacer manifestaciones congruentes con el protesto. La cédula de notificación será entregada por el Notario, o por quien éste designe para ello, al librado, sus dependientes o parientes, o cualquier persona que se encuentre en el domicilio que corresponda. No hallando a ninguno de ellos, la notificación se considerará válidamente realizada con su entrega a cualquier vecino de dicho domicilio. La negativa a recibir la cédula no afectará a la validez de la notificación. Todo ello se hará constar por diligencia en el acta de protesto. [...] *Artículo cincuenta e tres*. Sea cual fuere la hora en que se hubiera hecho la notificación, el Notario retendrá en su poder la letra sin entregar ésta ni testimonio alguno del protesto al tenedor hasta las catorce horas del segundo día hábil siguiente al de la notificación. Durante ese tiempo y en horas de despacho podrán los interesados examinar la letra en la Notaría y hacer manifestaciones congruentes con el protesto. Si éste fuere por falta de pago y el pagador se presentare en dicho plazo a satisfacer el importe de la letra y los gastos del protesto, el Notario admitirá el pago, haciéndole entrega de la letra con diligencia en la misma y en el acta de haberse pagado y cancelado el protesto”.

Por outro lado, a Lei de 1985 introduziu a dispensa do protesto em uma série de hipóteses,²⁷³ como na declaração de recusa firmada na própria letra,²⁷⁴ e permitiu a cláusula “sem despesas” ou “sem protesto”.²⁷⁵ No mais, ficou mantida a atribuição notarial para o ato.²⁷⁶

Atualmente, o protesto deve ser solicitado no prazo de oito dias úteis seguintes ao vencimento, com a lavratura da ata respectiva, a qual deve incluir a transcrição ou reprodução da letra.²⁷⁷ Na hipótese de pagamento, que pode ser efetuado até as quatorze horas do segundo dia útil seguinte à notificação, o título é entregue ao interessado, fazendo-se remissão na ata.²⁷⁸

Por fim, deve-se ressaltar que, não obstante as reformas introduzidas em 1985, notou-se desde então uma diminuição na utilização das letras de câmbio na Espanha.²⁷⁹

²⁷³ “es necesario precisar que la Ley de 1985, como ya señalamos anteriormente, no exige la formalización del protesto para el ejercicio de la acción directa y regula, junto a los ordinarios, los llamados protestos especiales, además de la declaración equivalente y los supuestos de exclusión”. **Los títulos-valor**. Enrique Gadea. p. 87.

²⁷⁴ “*Artículo cincuenta y uno*. La falta de aceptación o de pago deberá hacerse constar mediante protesto levantado conforme previene el presente capítulo. Producirá todos los efectos cambiarios del protesto la declaración que conste en la propia letra, firmada y fechada por el librado en la que se deniegue la aceptación o el pago, así como la declaración, con los mismos requisitos, del domiciliatario o, en su caso, de la Cámara de Compensación, en la que se deniegue el pago, salvo que el librador haya exigido expresamente en la letra de el levantamiento del protesto notarial. En todo caso la declaración del librado, del domiciliatario o de la Cámara de Compensación deberá ser hecha dentro de los plazos establecidos para el protesto notarial en el artículo siguiente”.

²⁷⁵ “*Artículo cincuenta y seis*. Mediante la cláusula de ‘devolución sin gastos’, ‘sin protesto’, o cualquier otra indicación equivalente escrita en el título y firmada, el librador, el endosante o sus avalistas podrán dispensar al tenedor de hacer que se levante protesto por falta de aceptación o por falta de pago para poder ejercitar sus acciones de regreso, tanto por la vía ordinaria como ejecutiva. Esta cláusula no dispensará al tenedor de presentar la letra dentro de los plazos correspondientes ni de las comunicaciones que haya de dar. La prueba de la inobservancia de los plazos incumbirá a quien lo alegue contra el tenedor. Si la cláusula hubiere sido escrita por el librador, producirá sus efectos con relación a todos los firmantes; si hubiere sido insertada por un endosante o avalista, sólo causará efecto con relación a éstos. Cuando a pesar de la cláusula insertada por el librador, el portador mande levantar el protesto, los gastos que el mismo origine serán de su cuenta. Si la cláusula procediere de un endosante o de un avalista, los gastos del protesto, en caso de que se levante, podrán ser reclamados de todos estos firmantes”.

²⁷⁶ “Aún cuando la nueva Ley 19/1985 de 16 julio haya establecido instrumentos sustitutivos del protesto, tales como la declaración en la propia letra del librado, del domiciliatario o de la Cámara de Compensación (Art. 51 LC), e incluso permita la exención convencional del protesto mediante las cláusulas ‘devolución sin gastos’ e ‘sin protesto’ (Art. 56), sigue manteniendo, incluso en forma más rigurosa, la exigencia de que el protesto sea autorizado notarialmente”. **Intervención exclusiva de los notarios en el protesto cambiario**. Manuel Serra Domínguez. p. 15.

²⁷⁷ “La Ley diferencia entre el levantamiento del protesto y su notificación y regula [...] deberá hacerse en uno de los ocho días hábiles siguientes al del vencimiento de la letra de cambio [...] la declaración de quedar protestada la letra se hará por el Notario, dentro de aquellos plazos, mediante acta en la que se copiará o reproducirá la letra”. **Derecho Cambiario**. Rafael Gimeno-Bayón Cobos e Luis Garrido Espa. p. 118-119.

²⁷⁸ “Hasta las 14 horas del segundo día hábil siguiente a la notificación, el Notario retendrá la letra en la Notaría, donde los interesados podrán examinarla. Si se pagasen la letra y los gastos de protesto, el pago se documentará mediante acta y se hará entrega de la letra al pagador”. **Op cit.** p. 120.

²⁷⁹ “En el momento actual, transcurridos más de quince años desde la entrada en vigor de la Ley Cambiaria, la aparición de productos más adaptados a las exigencias del moderno tráfico económico – a las que no es ajena la ‘revolución informática’ – y con menores costes tributarios, han dado lugar a una disminución de su incidencia en el mercado, al extremo de que algún autor apunta a su crisis”. **Op. cit.** p. 32-33.

3.3.5. Inglaterra

Como visto anteriormente, a formação das normas do Direito Comercial ocorreu de modo uniforme, “mesmo além das fronteiras que permanecem hostis à penetração do direito romano comum”, na Inglaterra inclusive.²⁸⁰

Ao comparar o sistema continental ao anglo-americano, Domingos Franciulli Neto afirmou: “Diferentes, sim, antagônicos, não. Em matéria de títulos de crédito, não se pode fugir de realidades comuns e todas gravitam em torno dos mesmos princípios gerais básicos, ou sejam, circulabilidade do título e proteção ao portador de boa-fé”.²⁸¹

Por outro lado, o notariado na Inglaterra apresenta algumas características que o distinguem do modelo latino,²⁸² não obstante as recentes exigências introduzidas em Londres para exercício da função de *scrivener notary*.²⁸³

Nesse contexto, o protesto apresenta peculiaridades na Inglaterra. Lá foi editado em 1882 o *Bills of Exchange Act*, que disciplina a letra de câmbio (*bill of exchange*), a nota promissória (*promissory note*) e o cheque (*cheque*). Tal diploma codificou e introduziu mudanças em algumas regras então vigentes,²⁸⁴ tendo servido de modelo para a Austrália²⁸⁵ e outros países.

²⁸⁰ **O desenvolvimento histórico do Direito Comercial e o significado da unificação do Direito Privado.** Tullio Ascarelli. p. 239.

²⁸¹ **Protesto cambiário no Direito Comparado.** p. 19.

²⁸² “Notaries practising in civil law jurisdictions – broadly comprising the countries of Continental Europe (excluding Scandinavia), Central and South America – occupy a position very different from that of the English Notary. Commonly termed ‘Latin’ notaries to distinguish them from their common-law counterparts, they may be described as public officers whose principal duty is to make public instruments, legally valid in point of form and substance, which record juridical acts inter vivos and *mortis causa* – for example, transfers of immovable and movable property, donations and wills”. **Brooke’s notary.** N. P. Ready. p. 42.

²⁸³ “The development of the City of London as an international trading and financial centre has had considerable influence on the education and business of notaries practising within the former jurisdiction of the Scriveners’ Company. Scriveners notaries [...] must not only be proficient in at least two foreign languages, but they must be familiar with the principals and practice of foreign laws. [...] Under the Notaries (Qualification) Rules 1998 it is a requirement for qualification as a general notary that the candidate should have undertaken a course of studies in Roman (civil) law or the legal system, institutions and principles of a modern civil law jurisdiction; private international law is also a prescribed subject for the purpose of the Rules”. **Op. cit.** p. 23.

²⁸⁴ “The law of England relating to bills of exchange, promissory notes and cheques is now governed chiefly by the Bills of Exchange Act 1882. This Act codified and slightly altered the then existing law, and repealed and re-enacted, with modifications, most of the statutory provisions relating to these instruments. The Act, however, expressly provides that the rules of common law, including the law merchant, except in so far as they are inconsistent with the express provisions of the act, continue in force”. **Op. cit.** p. 99.

²⁸⁵ “The present Australian statute, the *Bills of Exchange Act* 1909 (Cth) is based directly on this English prototype”. **Business Law.** Peter Gillies. p. 757.

Apesar da diminuição que se tem verificado ultimamente na utilização das letras de câmbio, tais títulos ainda aparecem com frequência, especialmente nas transações do comércio internacional, servindo não somente como meio de pagamento, como também para a concessão de crédito.²⁸⁶ Mencione-se, ainda, que na Inglaterra não houve proposta para instituição da letra de câmbio eletrônica ou sistemática equivalente.²⁸⁷

Em relação ao protesto, existe uma diversidade de tratamento entre as letras de câmbio internas (*inland*) e as internacionais (*foreign*), sendo que apenas para estas²⁸⁸ o ato é necessário para conservar o direito de regresso do portador.²⁸⁹ Contudo, a doutrina reconhece a conveniência do ato mesmo para as letras internas.²⁹⁰

Outro aspecto relevante é a distinção entre o ato preliminar (*noting*) e o protesto propriamente dito (*protest*). O primeiro consiste em uma pequena anotação feita no título pelo notário, com indicação das suas iniciais, data do ato e número de apontamento, anexando-se papeleta com os termos da eventual resposta oferecida no ato da apresentação do título.²⁹¹

²⁸⁶ “At one time bills were one of the principal means of settling debts, as well as a form of currency and a method of providing short-term finance. Their significance has substantially diminished over the last half century. [...] Equally the use of cheques has diminished considerably with the increase in the use of credit and switch cards and with the advent of digital cash and electronic banking. [...] However bills still feature in international trade regularly. Not only are they a means whereby the buyer of goods in one country makes payment to the seller of goods in another, but they are used as a means of financing the transaction or obtaining credit”. **Byles on bills of exchange and cheques**. Nicholas Elliott, John Odgers e Jonathan Mark Phillips. p. 3.

²⁸⁷ “To date there have been no proposals to introduce electronic bills of exchange. [...] The Commission did not perceived any demand to create an electronic equivalent to a bill of exchange with negotiable status”. **Op. cit.** p. 14-15.

²⁸⁸ “The 1882 Act draws a distinction between ‘inland’ and ‘foreign’ bills. The importance of this distinction lies in the requirements as to protesting. The essential difference between a foreign bill and an inland bill is that all foreign bills must be protested on dishonour, whether for non-acceptance or non-payment, whereas it is not necessary to protest an inland bill”. **Op. cit.** p. 41.

²⁸⁹ “Per quanto riguarda l’Inghilterra, il protesto non è richiesto per le ‘*inland bills*’, ma per le cambiali stranieri: il protesto è, in Inghilterra, sostituito dalla ‘*notice of dishonour*’ l’avviso, cioè che il portatore deve fare o a tutti gli obbligati in regresso o al solo suo immediato girante: la mancanza dell’avviso comporta la decadenza dalla azione di regresso. Per le cambiale estere, invece, il protesto è necessario, ma deve essere preceduto dal ‘*noting for protest of bill*’. Il ‘*noting*’ consiste in un verbale di un notaio redatto sulla cambiale, contenente la sua sigla, la data della presentazione, i motivi del mancato pagamento o della mancata accettazione, e la indicazione delle spese”. **Il protesto**. Mario Battaglini. p. 7.

²⁹⁰ “Whilst it is not necessary to protest an inland bill [...] it is sensible to do so. The step of protesting may preserve rights against that party in the country where he is resident”. **Byles on bills of exchange and cheques**. Nicholas Elliott, John Odgers e Jonathan Mark Phillips. p. 41.

²⁹¹ “Noting and Protesting have been described as a procedure used to obtain formal proof that a bill or note has been presented and dishonoured. Noting is a minute made on the bill by the notary’s clerk at the time of refusal of acceptance or payment. It consists of his initials, the month, the day, the year, the noting charges and the reference to the notary’s register. A ticket or label is also attached to the bill on which is written the answer given to the notary’s clerk when he made the presentment”. **Op. cit.** p. 184.

Esse ato preliminar (*noting*), desde que solicitado dentro do prazo, assegura os mesmos efeitos do protesto, cuja lavratura pode ser feita posteriormente.²⁹²

Ambos os atos são de competência do notário e em princípio indelegáveis, como os demais atos notariais.²⁹³ Entretanto, introduziu-se, por uma recente reforma, a possibilidade de concessão de autorização a um preposto para a prática dos atos de protesto.²⁹⁴

Há outra singularidade no direito britânico, conforme apontado por Domingos Franciulli Neto. Segundo ele: “na ausência do notário onde a cambial deve ser paga, o protesto pode ser certificado por qualquer chefe de família ou habitante de prestígio do lugar (‘substantial resident’), na presença de duas testemunhas”.²⁹⁵

O ato deve ser requerido ao notário do lugar de pagamento²⁹⁶ até o dia útil seguinte ao vencimento.²⁹⁷ O oficial público, após fazer uma reprodução fiel do título, realiza a apresentação em caráter formal, seja para aceite, seja para pagamento, conforme o caso.²⁹⁸

²⁹² “Bills of Exchange Act 1882 [...] 93. When noting equivalent to protest. For the purposes of this Act, where a bill or note is required to be protested within a specified time or before some further proceeding is taken, it is sufficient that the bill has been noted for protest before the expiration of the specified time or the taking of the proceeding; and the formal protest may be extended at any time thereafter as of the date of the noting”. Disponível em <<http://www.legislation.gov.uk>>. Acesso em: 18 out. 2010.

²⁹³ “Having undertaken to perform a strictly notarial act, a notary cannot delegate his powers, even to another notary, for, generally speaking, a delegated authority is personal and cannot be delegated to another”. **Brooke’s Notary**. N. P. Ready. p. 30.

²⁹⁴ “It is often the case – and in London, at least, the time-honoured practice – for bills to be presented by the notary’s clerk. ‘Clerk’ should be understood in the general sense of an employee in the notary’s office. The Legal Services Act 2007, Sch.21, paras 9 and 10 (not yet in force) will insert new ss.51(7A) and 94(2) into the 1882 Act to the effect that ‘notary’ includes a person who for the purposes of the Legal Services Act 2007, is an authorized person in relation to any activity which constitutes a notarial activity (within the meaning of the Act)”. **Op. cit.** p. 117.

²⁹⁵ **Protesto cambiário no Direito Comparado**. p. 17. A título de curiosidade, anote-se que o diploma legal de 1882, no primeiro anexo (*First schedule*), traz o modelo do protesto a ser lavrado nessa hipótese.

²⁹⁶ “51. [...] (6) A bill must be protested at the place where it is dishonoured: Provided that – (a) When a bill is presented through a postal operator, and returned by post dishonoured, it may be protested at the place to which it is returned and on the day of its return if received during business hours, and if not received during business hours, then not later than the next business day; (b) When a bill drawn payable at the place of business or residence of some person other than the drawee has been dishonoured by non-acceptance, it must be protested for non-payment at the place where it is expressed to be payable, and no further presentment for payment to, or demand on, the drawee is necessary”.

²⁹⁷ “51. [...] (4) Subject to the provisions of this Act, when a bill is noted or protested, it may be noted on the day of its dishonour and must be noted not later than the next succeeding business day. When a bill has been duly noted, the protest may be subsequently extended as of the date of the noting”.

²⁹⁸ “it must be taken to the notary, who [...] having first made an exact copy of the bill, present it a second time to the drawee (in the case of protest for non-acceptance) or to the person designated by the bill as payer at the proper place as determined by the Act (in the case of protest for non-payment) and make a formal demand for its acceptance or payment as the case may be”. **Brooke’s Notary**. N. P. Ready. p. 117-118.

O protesto, elaborado a partir dos registros do ato preliminar (*noting*),²⁹⁹ contém, além da reprodução do título e a subscrição do notário, a especificação do apresentante, o lugar, data e motivo do protesto, o relato da intimação e a resposta dada ou eventual menção à impossibilidade de localização do sacado ou aceitante. Na hipótese de extravio ou destruição da letra ou retenção indevida, o ato pode ser feito com base em cópia ou em indicações escritas.³⁰⁰

No mais, admite-se o pagamento do título diretamente ao notário, no montante integral da dívida e em dinheiro, caso em que o título é entregue quitado. O recebimento por cheque comum ou de emissão de estabelecimento bancário depende de autorização expressa. Nesse caso, a entrega da quitação fica condicionada à efetiva liquidação do cheque.³⁰¹

Finalmente, conforme previsão da legislação inglesa, o título protestado por falta de aceite pode ser posteriormente protestado por falta de pagamento.³⁰²

3.3.6. Estados Unidos da América

A disciplina dos títulos de crédito e do protesto nos Estados Unidos, não obstante a influência do Direito inglês, apresenta traços peculiares. Há, ainda, diferenças na regulamentação pelos Estados, as quais vêm sendo paulatinamente eliminadas pelo movimento de uniformização da legislação no âmbito do Direito Comercial.

²⁹⁹ “The notary should keep copies, complete in every particular, of all bills and promissory notes which he has noted [...] From the records as described above, a formal instrument called the protest may afterwards be drawn up, signed by the notary and passed under his official seal”. **Brooke’s Notary**. N. P. Ready. p. 118-119.

³⁰⁰ “51. [...] (7) A protest must contain a copy of the bill, and must be signed by the notary making it, and must specify – (a) The person at whose request the bill is protested; (b) The place and date of protest, the cause or reason for protesting the bill, the demand made, and the answer given, if any, or the fact that the drawee or acceptor could not be found. (8) Where a bill is lost or destroyed, or is wrongly detained from the person entitled to hold it, protest may be made on a copy or written particulars thereof”.

³⁰¹ “If, in the case of a protest for non-payment, the party to whom the demand is made tenders payment to the notary, he or she should accept it only if it is for the full amount of the bill and made in cash in legal tender, unless he has instructions to accept payment by banker’s draft or cheque. When payment is made in cash, the bill is discharged and the notary must surrender it to the payer. When payment is tendered and accepted by banker’s draft or cheque, the bill is not discharged until the draft or cheque is honoured [...] On receiving a refusal to comply with the demand for acceptance or payment, the notary then notes it for dishonour”. **Brooke’s Notary**. N. P. Ready. p. 118.

³⁰² “51. [...] (3) A bill which has been protested for non-acceptance may be subsequently protested for non-payment”.

Como exemplo da influência britânica, a prática do ato preliminar (*noting*), providência que se consolidou, não obstante a inexistência de qualquer previsão nesse sentido.³⁰³

Outro aspecto comum é a atribuição de competência ao notário. Bernard Roelker, em obra editada em 1864, indicava como uma das principais funções do notário norte-americano o protesto de letras de câmbio e notas promissórias, abrangendo a apresentação e exigência do pagamento desses títulos.³⁰⁴

A edição do *Bills of Exchange Act* de 1882 na Inglaterra incentivou a elaboração de um modelo de lei sobre títulos de crédito (*negotiable instruments*) para uniformização da matéria em âmbito nacional, que passou a contar com a adesão de todos os Estados em 1924. Posteriormente o assunto foi tratado pelo *Uniform Commercial Code*.³⁰⁵

Ao comentar a disciplina dos títulos de crédito no *Uniform Commercial Code*, René Roblot salientou que, apesar da influência do Direito inglês, a preocupação em modernizar e sintetizar a matéria conferiu ao Código americano uma vigorosa originalidade.³⁰⁶ Segundo ele, como na Inglaterra, a utilização da letra de câmbio é mais frequente no comércio internacional.³⁰⁷

³⁰³ “It is not necessary in the United States that the noting be done at the place where the bill is presented, but it is generally done in the office of the notary”. **A manual for the use of notaries public and bankers**. Bernard Roelker. p. 69.

³⁰⁴ “The principal functions of an American notary are, to protest bills of exchange and promissory notes on their being dishonored, and as a part of this function, to present and demand payment of these mercantile instruments”. **Op. cit.** p. 9. E mais adiante asseverou que: “The most important branch of the practice of a notary public is connected with bills of exchange and promissory notes”. **Op. cit.** p. 31.

³⁰⁵ “the British Parliament formally codified the negotiable instruments law by enacting the Bills of Exchange Act in 1882. Many American lawyers, judges, and bankers realized that the United States needed a similar codification, and by 1924 all of the states had enacted a set of proposed uniform law termed the ‘Negotiable Instruments Law.’ By the late 1940s, changes in commercial practise, as well as divergent interpretations by state courts, led to the belief that negotiable instruments law had to be reformed and made truly ‘uniform’. [...] Negotiable instruments law is part of the Uniform Commercial Code, specifically Article 3 (Negotiable Instruments) and Article 4 (Bank Deposits and Collections). These articles, like the overall code, do not represent a brand-new approach to an old subject; rather, they attempt to simplify, clarify, and make uniform the nation’s commercial law”. **Business Law**. Robert W. Emerson. p. 189.

³⁰⁶ “La matière des effets de commerce à été refondue dans l’*Uniform Commercial Code*, qui est actuellement en vigueur dans tous les Etats [...] Les solutions sont encore souvent proches de celles du droit anglais, mais un souci de rajeunissement et de synthèse confère au code américain une vigoureuse originalité”. **Les effets de commerce**. p. 55-56.

³⁰⁷ “Aux Etats-Unis, le chèque est l’instrument de paiement par excellence. Comme en Angleterre, la lettre de change est peu employée dans le commerce intérieur et sert principalement au règlement des ventes internationales. Dans les relations internes, les billets à ordre ont une très grande importance comme supports des opérations de crédit. L’acheteur d’un bien de consommation, d’un équipement industriel, d’un immeuble, constitue une sûreté au profit de son vendeur par un acte dénommé *security agreement*, et souscrit à son ordre un ou plusieurs billets. Le vendeur cède ses droits sur la sûreté et négocie le billet à une banque qui finance la transaction. De même, les banquiers consentent des prêts en contrepartie de billets assortis de garanties (*collateral notes*)”. **Op. cit.** p. 27-28.

Nos Estados Unidos, o descumprimento da obrigação cambiária pode ser comprovado pelo protesto ou outros meios idôneos, tais como declaração de recusa do sacado, documento expedido por instituição financeira ou escrituração contábil feita em forma regular.³⁰⁸

Cumpra assinalar que o exercício do direito de regresso depende, em princípio, do envio de um aviso da falta de aceite ou de pagamento (*notice of dishonor*) ao sacador e endossantes,³⁰⁹ na forma prevista no *Uniform Commercial Code*.³¹⁰

O protesto pode ser elaborado por um cônsul ou vice-cônsul norte-americano, por um notário ou outra pessoa incumbida da função respectiva pela lei local. E deve conter a identificação do título, o relato da diligência efetuada ou razões da impossibilidade de sua efetivação, além do motivo do protesto e a menção às pessoas notificadas.³¹¹

Em relação ao protesto, o modelo da lei foi seguido em inúmeros Estados. Pode-se mencionar, a título exemplificativo, os Estados da Califórnia,³¹² Flórida³¹³ e Texas.³¹⁴

³⁰⁸ “Uniform Commercial Code [...] Article 3 – Negotiable Instruments [...] § 3-505. Evidence of dishonor. (a) The following are admissible as evidence and create a presumption of dishonor and of any notice of dishonor stated: (1) a document regular in form as provided in subsection (b) which purports to be a protest. (2) a purported stamp or writing of the drawee, payor bank, or presenting bank on or accompanying the instrument stating that acceptance or payment has been refused unless reasons for the refusal are stated and the reasons are not consistent with dishonor; (3) a book or record of the drawee, payor bank, or collecting bank, kept in the usual course of business which shows dishonor, even if there is no evidence of who made the entry”.

³⁰⁹ “La procédure qui conditionne l’ouverture des recours est au contraire très différente dans les pays anglo-saxons. En règle générale, la conservation des recours est subordonnée à l’envoi d’une notification (*notice of dishonour*) qui fait connaître le refus d’acceptation ou de paiement au tireur et aux endosseurs”. **Les effets de commerce**. René Roblot. p. 319-320.

³¹⁰ “§ 3-503. Notice of dishonor. (a) The obligation of an indorser stated in Section 3-415(a) and the obligation of a drawer stated in Section 3-414(d) may not be enforced unless (i) the indorser or drawer is given notice of dishonor of the instrument complying with this section or (ii) notice of dishonor is excused under Section 3-504(b). (b) Notice of dishonor may be given by any person; may be given by any commercially reasonable means, including an oral, written, or electronic communication; and is sufficient if it reasonably identifies the instrument and indicates that the instrument has been dishonored or has not been paid or accepted. Return of an instrument given to a bank for collection is sufficient notice of dishonor”.

³¹¹ “§ 3-505. [...] (b) A protest is a certificate of dishonor made by a United States consul or vice consul, or a notary public or other person authorized to administer oaths by the law of the place where dishonor occurs. It may be made upon information satisfactory to that person. The protest must identify the instrument and certify either that presentment has been made or, if not made, the reason why it was not made, and that the instrument has been dishonored by nonacceptance or nonpayment. The protest may also certify that notice of dishonor has been given to some or all parties”.

³¹² “Commercial Code. Section 3501-3505.” Disponível em <<http://www.leginfo.ca.gov>>. Acesso em: 19 out. 2010.

³¹³ “The 2010 Florida Statutes. Section 673.5011-673.5051.” Disponível em <<http://www.leg.state.fl.us>>. Acesso em: 19 out. 2010.

³¹⁴ “Business and Commerce Code. Section 3501-3507.” Disponível em <<http://www.statutes.legis.state.tx.us>>. Acesso em: 19 out. 2010.

No Estado de Nova York, no entanto, as regras são mais detalhadas e apresentam algumas variações. Assim, salvo expressa dispensa, o protesto é necessário para que o portador exerça o direito de regresso contra o sacador e endossantes, quando se tratar de título pagável em outro Estado, Território ou no Distrito de Colúmbia, como dispõe o Código vigente.³¹⁵

Nesse aspecto, o diploma estadual seguiu a distinção que existia anteriormente quanto às letras internas (*inland*) e internacionais (*foreign*), na esteira da previsão do Direito inglês. Nesse particular, Nelson Abrão, ao analisar a necessidade de protesto nos Estados Unidos, ressaltou que: “Tratando-se de cambial estrangeira, deve ser protestada. Por ‘cambial estrangeira’ entende-se a emitida em Estado diferente daquele onde deve ser paga”.³¹⁶ E mais adiante que: “Contudo, a praxe bancária americana faz protestar as cambiais estrangeiras e as locais”.³¹⁷

Além de reproduzir as mencionadas regras para o protesto contidas no modelo nacional,³¹⁸ o Código do Estado de Nova York estabelece que, havendo um ato preliminar (*noting*), o protesto produzirá efeitos a partir da data deste.³¹⁹

E, por fim, prevê que na falta de aceite é dispensada a apresentação a pagamento e o protesto por falta de pagamento, a não ser que, nesse ínterim, o título tenha sido aceito.³²⁰

³¹⁵ “Uniform Commercial Code [...] Section 3-501. When Presentment, Notice of Dishonor, and Protest Necessary or Permissible. [...] (3) Unless excused (Section 3-511) protest of any dishonor is necessary to charge the drawer and indorsers of any draft which on its face appears to be drawn or payable outside of the states and territories of the United States and the District of Columbia. The holder may at his option make protest of any dishonor of any other instrument and in the case of a foreign draft may on insolvency of the acceptor before maturity make protest for better security. (4) Notwithstanding any provision of this section, neither presentment nor notice of dishonor nor protest is necessary to charge an indorser who has indorsed an instrument after maturity”. Disponível em <<http://public.leginfo.state.ny.us>>. Acesso em: 19 out. 2010.

³¹⁶ Disposição vigente hoje em dia para o Estado de Nova York.

³¹⁷ **O protesto cambiário**. p. 25.

³¹⁸ “Section 3-509. Protest; Noting for Protest. (1) A protest is a certificate of dishonor made under the hand and seal of a United States consul or vice consul or a notary public or other person authorized to certify dishonor by the law of the place where dishonor occurs. It may be made upon information satisfactory to such person. (2) The protest must identify the instrument and certify either that due presentment has been made or the reason why it is excused and that the instrument has been dishonored by nonacceptance or nonpayment. (3) The protest may also certify that notice of dishonor has been given to all parties or to specified parties. (4) Subject to subsection (5) any necessary protest is due by the time that notice of dishonor is due”.

³¹⁹ “Section 3-509. [...] (5) If, before protest is due, an instrument has been noted for protest by the officer to make protest, the protest may be made at any time thereafter as of the date of the noting”.

³²⁰ “Section 3-510. [...] (4) Where a draft has been dishonored by nonacceptance a later presentment for payment and any notice of dishonor and protest for nonpayment are excused unless in the meantime the instrument has been accepted. (5) A waiver of protest is also a waiver of presentment and of notice of dishonor even though protest is not required. (6) Where a waiver of presentment or notice or protest is embodied in the instrument itself it is binding upon all parties; but where it is written above the signature of an indorser it binds him only”.

3.3.7. Argentina e América Latina

A legislação sobre letra de câmbio (*letra de cambio*) e nota promissória (*pagaré*) foi objeto de uma grande reforma na Argentina no ano de 1963, objetivando sua adequação à Lei Uniforme de Genebra.³²¹

O *Decreto-ley* 5965/63 previu duas formas de protesto: o protesto notarial e o chamado *protesto postal bancario*, feito por notificação postal expedida pelo banco.³²² Mas, diante da falta de regulamentação, há entendimento no sentido da inaplicabilidade desta modalidade.³²³

Tal previsão, aliás, mereceu críticas de Miguel G. Giron³²⁴ e de Osvaldo R. Gómez Leo,³²⁵ especialmente no que diz respeito à imparcialidade que se deve exigir para o ato. Vicente de Abreu Amadei ponderou, ainda, que a solução implica comprometimento da segurança jurídica.³²⁶

Acrescente-se que, na Argentina, o protesto notarial é considerado como ato autêntico, sendo que os fatos declarados pelo notário fazem prova plena.³²⁷

³²¹ “El Poder Ejecutivo de la Nación dictó con fecha 19 de julio de 1963 el decreto número 5965, por el cual se introducen reformas a los Capítulos del Código de Comercio relativos a la letra de cambio y pagarés. [...] Este instrumento normativo se propuso ajustar nuestra legislación a las normas de la Convención Internacional de Ginebra del año 1930”. **El protesto y la ley mercantil**. Samuel Bajarlia. p. 79.

³²² “El decr.-ley 5965/63 regula dos clases de protesto: el protesto notarial y el protesto de notificación postal a cargo de un banco, también designado ‘protesto postal bancario’.” **Nuevo manual de Derecho Cambiario**. Osvaldo R. Gómez Leo. p. 227.

³²³ “consideramos la inaplicabilidad de las normas sobre el protesto postal bancario, por falta de regulación en los arts. 68 a 73, L.C.A.” **Op. cit.** p. 225.

³²⁴ “Pretender suplantar la clásica intervención notarial en esta materia, a cargo del instrumentador por excelencia como lo es el escribano, por la excluyente intervención de los bancos y el correo – como se ha pretendido – resultará completamente inoperante. Las actas notariales podrán ser objetadas por la rigurosidad de sus formas, pero no en cuanto a su validez, imparcialidad y eficacia jurídica de su contenido, teniendo en consideración que han sido labradas con la intervención directa del funcionario público capacitado para resolver los varios problemas que se puedan producir y cuya solvencia moral y funcional nadie discute”. **Regimen legal del protesto**. p. 53.

³²⁵ “como sería posible que el propio banco corra con el protesto de sus propios documentos, ¿ello no puede resultar sospechoso?” **Nuevo manual de Derecho Cambiario**. p. 225.

³²⁶ “Admitir, pois, protesto fora dos moldes tradicionais notariais não atende à ordenação ao bem comum: o protesto bancário exclui a garantia da imparcialidade nesse serviço público, quebra a neutralidade e, com isso, o sistema formal de garantia do protesto; o protesto postal rompe com a jurisfuncionalidade, é disfunção institucional que compromete a segurança jurídica pelo desvio de atribuir função de caráter jurídico a órgão (correio) que exerce função social de comunicação e, portanto, não tem os suportes jurídicos necessários para a tutela jurídica que o ato exige”. **Princípios de protesto de títulos**. p. 93.

³²⁷ “Se trata de un acto *auténtico*, o sea público, en tanto el notario que precede a levantarlo deja constancia de los hechos pasados en su presencia, dando fe de ellos. Tales constancias, vertidas en el acto o instrumento de protesto, hacen plena fe hasta tanto sean atacadas de falsedad por acción civil o criminal”. **Nuevo manual de Derecho Cambiario**. Osvaldo R. Gómez Leo. p. 225.

Nesse sentido, cumpre anotar que o protesto é formalizado por ata notarial, forma prevista tanto nas Ordenações de Bilbao, como no Código espanhol de 1829 e no derogado Código argentino,³²⁸ editado em 1889.³²⁹

Essa ata tem caráter protocolar,³³⁰ sendo lavrada em livro notarial,³³¹ contendo além da data e hora do protesto, a transcrição literal do título, a intimação feita ao sacado ou coobrigados para aceitar ou pagar, a informação quanto à presença ou ausência³³² do intimado, a menção quanto ao oferecimento de resposta e as razões alegadas, a assinatura do destinatário ou, em caso de recusa ou impossibilidade, a certidão respectiva, além da assinatura do apresentante ou a indicação da impossibilidade.³³³

É interessante observar que, no Uruguai, o notário lavra duas atas: uma de apresentação, na qual são mencionados os dados do requerente e da letra, e outra, posterior, específica sobre a diligência de protesto.³³⁴

³²⁸ “Nuestra ley cambiaria regula, además, el protesto por acta notarial, que lleva a cabo y protocoliza un escribano público (art. 63, inc. a, L.C.A.). Esta modalidad es clásica en la materia, y nuestro derecho reconoce su antecedente mediato en las Ordenanzas de Bilbao, y en forma inmediata en el Código de Comercio español de 1829, que fue seguido por Vélez Sarsfield en los arts. 712 a 725 del Código de Comercio derogado”. **Nuevo manual de Derecho Cambiario**. Osvaldo R. Gómez Leo. p. 230.

³²⁹ “Código de Comercio”. Disponível em <<http://www.infoleg.gov.ar>>. Acesso em: 20 out. 2010.

³³⁰ “La doctrina notarial ha elaborado la existencia de documentos extraprotocolares [...] Según la ley especial es protocolar el acta de protesto”. **Manual de Derecho Notarial**. Carlos Nicolás Gattari. p. 167.

³³¹ “El escribano actuante, luego de realizar las diligencias del caso, procederá a instrumentar en su protocolo el protesto (art. 63, inc. a, L.C.A.), al cual se le ha negado justificadamente la categoría de escritura pública. Es necesario precisar que la ley cambiaria argentina ‘adopta simplemente por hábito la terminología tradicional, y llama acta el documento mediante el cual se formaliza el protesto ante notario’. Determina, además, que el acta será labrada en el protocolo”. **Nuevo manual de Derecho Cambiario**. Osvaldo R. Gómez Leo. p. 241.

³³² “en doctrina se ha dado en llamar ‘protesto al viento’. Éste es el modo idóneo, desde el punto de vista cambiario sustancial, de dejar establecida, por acta notarial, la imposibilidad de realizar la intimación [...] La necesidad de esta ficción es innegable, pues en su defecto, y teniendo en cuenta que la deuda es pagable en el domicilio del deudor, éste podría impedir o, al menos, dificultar la diligencia con sólo negarse a participar del requerimiento, lo cual obstaría a la procedencia de los recursos o acciones cambiarias”. **Op. cit.** p. 240.

³³³ “Decreto-Ley 5.965 [...] Art. 66. – El acta del protesto notarial debe contener esencialmente: 1º – La fecha y hora del protesto; 2º – La transcripción literal de la letra de cambio, aceptación, endosos, avales y demás indicaciones que contuviesen en el mismo orden en que figuran en el título; 3º – La intimación hecha al girado u obligados para aceptar o pagar la letra haciendo constar si estuvo o no presente quien debió aceptarla o pagarla; 4º – Los motivos de la negativa para aceptarla o pagarla, o la constancia de que ninguno se dio; 5º – La firma de la persona con quien se entienda la diligencia o la expresión de su imposibilidad o resistencia a firmar, si la hubiera; 6º – La firma del que protestare o la constancia de la imposibilidad de hacerlo”. Disponível em <<http://www.infoleg.gov.ar>>. Acesso em: 20 out. 2010.

³³⁴ “lavrará o notário uma ata notarial, precedida de uma ata de apresentação, na qual, além de serem detalhados os dados individualizantes do particular requerente, devem luzir de maneira clara os dados da letra [...] Na ata notarial específica sobre a diligência de protesto, por sua parte, deverá o notário deixar expressa constância do lugar, dia, mês, ano e ante quem realizou a diligência, especificando os detalhes da intimação que houver sido efetuada e a resposta obtida”. **As atas notariais no exercício da prática uruguaia**. Mirta Morales Loulo. p. 268.

Já no Chile, o protesto é lançado no verso da própria letra ou na folha de alongamento, fazendo-se um registro.³³⁵ A competência é atribuída aos notários e, onde não houver, aos Oficiais de Registro Civil. Admite-se a delegação da função de entrega da intimação a um preposto, mediante autorização judiciária.³³⁶ Outro aspecto peculiar é a verificação prévia, em alguns casos, de eventual depósito feito na *tesorería comunal*, caso em que não se lavra o protesto.³³⁷

Dando sequência ao estudo, o protesto, no Direito argentino, é em regra necessário para resguardar o direito de regresso, não se admitindo a declaração de recusa do sacado firmada na letra. Contudo, pode haver dispensa legal ou voluntária do protesto, como na hipótese de cláusula “sem protesto”,³³⁸ cuja inserção, aliás, é uma prática geralmente observada no aludido país.³³⁹

No mais, o protesto é assentado em um livro próprio, fornecendo-se cópia ao interessado que assim solicitar, conforme expressa previsão legal,³⁴⁰ considerada desnecessária em virtude da regra de publicidade que norteia a função notarial argentina.³⁴¹

³³⁵ “Ley n° 18.092 [...] 29-dic-1981 [...] nuevas normas sobre letra de cambio y pagaré y deroga disposiciones del Código de Comercio [...] Artículo 62. – El protesto se estampará en el dorso de la letra o en una hoja de prolongación de ella [...] Artículo 63. – Todo funcionario encargado de efectuar protestos de letras de cambio, deberá llevar un registro de Protestos en el cual día a día, dejará constancia de los que haya practicado [...] individualizará el documento protestado”. Disponível em <<http://www.leychile.cl>>. Acesso em: 20 out. 2010.

³³⁶ “Artículo 60. – Los protestos deberán hacerse por notarios; pero en las comunas que no sean asiento de un notario podrán efectuarse también por el Oficial del Registro Civil del lugar del pago [...] Con autorización de la Corte de Apelaciones respectiva, los notarios, bajo su responsabilidad, podrán delegar la función de entregar el aviso a que se refiere el artículo 61, en un empleado de su dependencia”.

³³⁷ “Artículo 13. – Además de las menciones indicadas en el artículo 1°, la letra de cambio puede contener: 1. – La comuna dentro de la cual esté ubicado el lugar del pago; [...] Artículo 70. – Antes de estampar la diligencia de protesto por falta de pago, el funcionario verificará en la tesorería comunal correspondiente si se ha efectuado en ella algún depósito destinado al pago del documento siempre que en él se hubiere señalado la comuna correspondiente al lugar del pago. Si el depósito fuere suficiente para pagar la letra, intereses y reajustes, en su caso, se omitirá el protesto”.

³³⁸ “El protesto deviene *insustituible*, en tanto no se lo puede reemplazar por ningún otro acto, ni siquiera, como ocurre en Italia, por una declaración escrita del girado en cual reconozca su negativa; o sea que es necesario, en todos los casos, el documento público que lo atestigüe. [...] El principio general mencionado sólo cede cuando, expresamente, la ley – dispensa legal (arts. 48 y 58, L.C.A.) – o la voluntad – dispensa voluntaria – del librador o de algún endosante, mediante la cláusula ‘sin protesto’ o una equivalente (art. 50, L.C.A.), releva al tenedor de tener que levantar protesto”. **Nuevo manual de Derecho Cambiario**. Osvaldo R. Gómez Leo. p. 226.

³³⁹ “en el comercio bancario la cláusula de dispensa es de uso corriente y casi general”. **El protesto y la ley mercantil**. Samuel Bajarlia. p. 91.

³⁴⁰ “Art. 67. – El escribano deberá dejar constancia del protesto, detallando el documento protestado, en un libro especial de registro de protestos que deberá llevar con las formalidades de ley y en el que se asentarán por orden cronológico todas las diligencias de esta especie que realice. El escribano dará a los interesados que lo soliciten copia del protesto, devolviendo al portador la letra original, y será responsable de los daños y perjuicios que resultaren si el protesto se anulase por cualquier irregularidad u omisión”.

³⁴¹ “Nos parece censurable la inclusión de este precepto en el D.L. como en el Código, porque se trata de un dispositivo que hace a las obligaciones normales de los notarios en todos los actos que instrumenten, siendo innecesario consignarlo de manera especial para los protestos”. **El protesto**. Osvaldo Solari. p. 207.

É interessante observar, por derradeiro, que a legislação cambiária do Peru prevê a publicidade dos protestos por uma sistemática similar à da Itália.

Os notários comunicam os protestos, por meio físico ou eletrônico, às Câmaras de Comércio das Províncias,³⁴² as quais, por sua vez, remetem a informação à Câmara do Comércio de Lima, que mantém um *Registro Nacional de Protestos y Moras*, de caráter público.³⁴³

Na hipótese de quitação, pode-se proceder à anotação da *regularización de protesto*.³⁴⁴ Além disso, admite-se a exclusão em decorrência de determinação judicial.³⁴⁵

³⁴² “Ley de Títulos Valores. Ley n° 27287 [...] Artículo 85. – Publicidad del protesto y moras. 85.1 Rigen para los títulos valores protestados las siguientes reglas: a) Los Fedatarios están obligados, bajo responsabilidad, a remitir a la Cámara de Comercio Provincial del lugar del protesto, por medios físicos, telemáticos u otros idóneos, con una periodicidad mensual y dentro del plazo de los cinco primeros días del mes siguiente, una relación de todos los protestos realizados por ellos durante ese lapso, con indicación de la clase del protesto, fecha de la notificación, denominación del título valor protestado, su monto, nombre de los solicitantes y nombre y el número del documento oficial de identidad de los obligados contra quienes se dirigió el protesto. Los fedatarios y respectivas Cámaras de Comercio podrán establecer sistemas de comunicación por períodos inferiores al mensual”. Disponível em <<http://spij.minjus.gob.pe>>. Acesso em: 20 out. 2010.

³⁴³ “Artículo 85. – [...] b) Las Cámaras de Comercio Provinciales que reciban la información de que trata el inciso anterior y las demás informaciones previstas en el presente Título deberán a su vez transmitir la misma información, dentro de los cinco días siguientes de su recepción, a la Cámara de Comercio de Lima, para su anotación en el Registro Nacional de Protestos y Moras que ella mantendrá. 85.2 Las Cámaras de Comercio a las que se refiere el presente artículo están obligadas a mantener registradas, durante 5 (cinco) años, contados a partir del 1 de enero del año siguiente al de su anotación en el Registro que lleven, las informaciones a que se refiere el presente artículo y los artículos siguientes del presente Título; salvo que el título valor protestado o incurrido en mora haya sido pagado totalmente, en cuyo caso el registro debe mantenerse durante 3 (tres) años, computados desde la misma fecha antes señalada. Los registros que lleven las Cámaras de Comercio tienen carácter público. 85.3 La Cámara de Comercio de Lima, que centralizará estas informaciones de protestos e incumplimientos de obligaciones de que trata éste y los siguientes artículos del presente Título, mantendrá y conducirá el Registro Nacional de Protestos y Moras señalado en el inciso b) anterior”.

³⁴⁴ “Artículo 89. – Registro de pagos extemporáneos y exclusiones. 89.1 Quien hubiere pagado totalmente un título valor, luego que éste hubiese sido protestado o se hubiere dejado constancia de la formalidad sustitutoria, tiene el derecho de pedir a su costo que la persona en cuyo favor realizó tal pago curse comunicación a la Cámara de Comercio Provincial respectiva, para que se anote juntamente con el registro del protesto o formalidad sustitutoria, tal pago total que haya realizado en forma tardía. La Cámara de Comercio que reciba dicha notificación procederá a informar de ello, dentro de los mismos plazos previstos en el Artículo 85, a la Cámara de Comercio de Lima para su anotación en el Registro Nacional de Protestos y Moras. A dicho acto se denominará ‘regularización de protesto’ y permanecerá registrado hasta el vencimiento del respectivo plazo señalado en el segundo párrafo del Artículo 85. 89.2 Ante la negativa, demora o cualquier impedimento de quien recibe el pago de cursar la comunicación que se señala en el párrafo anterior, el deudor podrá tramitar la regularización del protesto directamente, presentando su solicitud por conducto notarial con la copia del respectivo título valor cancelado ante la Cámara de Comercio Provincial respectiva, más la copia de dicha solicitud dirigida al último tenedor que recibió el pago extemporáneo, en cuyo mérito dicha Cámara informará a la Cámara de Comercio de Lima conforme a lo previsto en el párrafo anterior”.

³⁴⁵ “Artículo 89. – [...] 89.3 Las Cámaras de Comercio a las que se refiere el presente Título están obligadas a excluir del Registro que mantengan los protestos y moras que hayan sido declarados nulos mediante resolución judicial o arbitral y a anotar las rectificaciones o aclaraciones pertinentes en los casos de manifiesto error material”.

3.4. Considerações sobre a experiência do Direito Comparado

Feito um breve apanhado da legislação estrangeira, pode-se verificar que há, no Direito Comparado, uma série de elementos comuns em relação ao protesto, sendo que esse núcleo essencial tem permanecido inalterado ao longo da história e além das fronteiras nacionais.³⁴⁶

Nesse sentido, cumpre mencionar, primeiramente, que o protesto exerce relevante função probatória, não apenas da diligência do credor, como também da falta de aceite ou de pagamento por parte do devedor. Como visto anteriormente, os diversos ordenamentos impõem o protesto, em determinadas hipóteses, como um ônus, para o exercício de direitos pelo credor.³⁴⁷ Note-se, no entanto, a tendência de dispensa do protesto no Direito Comparado,³⁴⁸ inserida em um contexto, mais abrangente, de simplificação e eliminação de formalidades.³⁴⁹

³⁴⁶ Ao tratar do valor educacional do Direito Comparado, Tullio Ascarelli assinalou, de forma precisa, que: “Através dessa reconstrução integral e dêsse alargamento da experiência jurídica, é que o estudo do direito comparado preenche uma função, quer no progresso jurídico nacional e internacional, quer para o melhor conhecimento do fenômeno jurídico, facultando encarar o direito na sua unidade internacional. O estudo do direito no âmbito de apenas um país ou apenas quanto a um povo, revela-se, sempre, insuficiente, já à vista da própria ‘humanidade’ da história e do direito que deve, por isso, ser estudado num plano universal. O estudo do direito comparado acaba, ademais, por mostrar, como talvez nenhum outro, o jôgo contínuo das relações entre as premissas econômicas, sociais, históricas, morais, de um lado, e a solução jurídica, de outro”. E concluiu: “Permite, assim, distinguir no estudo dos diversos direitos, a substância da solução jurídica, e o que poderia dizer-se o peculiar aspecto técnico da solução”. **Problemas das sociedades anônimas e Direito Comparado**. p. 10.

³⁴⁷ Segundo Pontes de Miranda: “A diferença entre *dever* e *ônus* está em que (a) o dever é em relação a alguém, ainda que seja a sociedade; há relação entre dois sujeitos, um dos quais é o que deve: a satisfação é do interesse do sujeito ativo; ao passo que (b) o ônus é em relação a si-mesmo; não há relação entre sujeitos: satisfazer é do interesse do próprio onerado. Não há sujeição do onerado; êle escolhe entre satisfazer, ou não ter a tutela do próprio interesse”. Mais adiante, o autor concluiu: “Quem tem interesse na afirmação é que tem o ônus da prova; ônus porque provar é no interesse próprio, para que não caia no vácuo a afirmação”. **Tratado de Direito Privado**. t. 3. p. 410.

³⁴⁸ Com efeito, a Lei Uniforme sobre letras de câmbio e notas promissórias, constante do Anexo I da Convenção celebrada em Genebra em 7 de junho de 1930, previu que: “Art. 46 – O sacador, um endossante ou um avalista pode, pela cláusula ‘sem despesas’, ‘sem protesto’, ou outra cláusula equivalente, dispensar o portador de fazer um protesto por falta de aceite ou falta de pagamento, para poder exercer os seus direitos de ação. Essa cláusula não dispensa o portador da apresentação da letra dentro do prazo prescrito nem tampouco dos avisos a dar. A prova da inobservância do prazo incumbe aquele que dela se prevaleça contra o portador. Se a cláusula foi escrita pelo sacador produz os seus efeitos em relação a todos os signatários da letra; se for inserida por um endossante ou por avalista, só produz efeito em relação a esse endossante ou avalista. Se, apesar da cláusula escrita pelo sacador, o portador faz o protesto, as respectivas despesas serão de conta dele. Quando a cláusula emanar de um endossante ou de um avalista, as despesas do protesto, se for feito, podem ser cobradas de todos os signatários da letra”. A par disso, o Anexo II contemplou a seguinte possibilidade: “Artigo 8º – Qualquer das Altas Partes Contratantes tem a faculdade de determinar que os protestos a fazer no seu território possam ser substituídos por uma declaração datada, escrita na própria letra e assinada pelo sacado, exceto no caso de o sacador exigir no texto da letra que se faça um protesto com as formalidades devidas. Qualquer das Altas Partes Contratantes tem igualmente a faculdade de determinar que a dita declaração seja transcrita num registro público no prazo fixado para os protestos. No caso previsto nas alíneas precedentes o endosso sem data presume-se ter sido feito anteriormente ao protesto”.

³⁴⁹ Embora seja salutar a eliminação de formalidades desnecessárias, o legislador deve sempre atentar às consequências das alterações sugeridas, viabilizando solução que compatibilize celeridade e segurança jurídica.

Por outro lado, diversos ordenamentos estrangeiros atribuem o protesto a um oficial público imparcial, que segue procedimento definido em lei, com a ciência do devedor, ao qual se faculta o oferecimento de resposta, e a lavratura, ao final, de um instrumento, que é entregue ao apresentante. Todos esses elementos comuns, aliás, conferem ao protesto plena força probante.

Note-se que, não obstante a lavratura do protesto seja, em princípio, de incumbência de um notário, em alguns ordenamentos a competência para o ato também é atribuída a outros oficiais públicos, como os agentes incumbidos dos atos de execução (*huissiers* na França e *ufficiali giudiziari* na Itália), os secretários da administração local (*segretari comunali* na Itália), os agentes consulares e os Oficiais de Registro Civil. Há, ainda, a previsão supletiva da lei inglesa: não havendo notário, o ato pode ser subscrito por qualquer chefe de família ou pessoa idônea da comunidade (*any householder or substantial resident of the place*) e duas testemunhas.

Percebe-se, assim, que há um tratamento diferenciado nas diversas legislações quanto ao agente incumbido do protesto. Pode-se mencionar, da mesma forma, uma série de elementos variantes, especialmente quanto às regras procedimentais.³⁵⁰

Assim, enquanto alguns ordenamentos dispõem que apenas o notário pode cientificar o devedor, outros passaram a admitir a entrega de intimação por um preposto ou sua remessa por via postal. Nesse particular, é interessante observar que, ao longo da história do protesto, o procedimento foi aprimorado: inicialmente, o notário acompanhava a exibição do título, feita pelo credor ao devedor, e elaborava um relato da diligência. Posteriormente, as legislações dispensaram a presença do credor, sendo a apresentação do título feita pelo notário. Num momento seguinte, o notário passou a expedir apenas uma intimação, com os dados essenciais relativos ao título. E logo a intimação passou a ser encaminhada por um portador ou pelo correio.

Ou seja, ao longo da história o protesto foi simplificado, mas sua identidade essencial foi mantida nos vários ordenamentos: há sempre o relato fidedigno do notário quanto à solicitação do credor dirigida ao devedor, exigindo o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de resposta.

³⁵⁰ É pertinente, nesse aspecto, a observação de Rodolfo Sacco, de que: “A comparação pressupõe, evidentemente, o reconhecimento de que exista uma pluralidade de modelos jurídicos, mas essa vai além desse simples reconhecimento. Se ela concentra a sua atenção sobre esses múltiplos modelos, o faz para estabelecer em que medida os modelos são idênticos, e em que medida são diferentes. Em termos mais simples, já que a identidade dos modelos pode ser representada pela idéia de uma diferença igual a zero, a comparação consiste em medir as diferenças que existem entre uma multiplicidade de modelos jurídicos”. **Introdução ao Direito Comparado**. p. 34.

Há outras diferenças quanto ao procedimento. Com efeito, na maioria dos países o pagamento é admitido antes da lavratura do protesto. Em Portugal, no entanto, a legislação afasta essa possibilidade, facultando somente a solicitação de desistência.

No mais, a forma de lavratura do protesto apresenta variações. Assim, parte dos ordenamentos exige um documento apartado, ao passo que outros permitem a lavratura de termo no próprio título. E, enquanto algumas legislações determinam a forma protocolar, com o registro de um termo em livro próprio, outras dispensam o assentamento ou, então, somente prevêm uma anotação resumida à margem de um livro de protocolo.

Outro aspecto bastante relevante diz respeito à publicidade dos protestos. Em alguns países a legislação prevê de forma expressa não apenas a possibilidade de expedição de certidões, mas também a remessa das informações a uma determinada entidade de âmbito regional ou nacional, como as Câmaras de Comércio, na Itália e no Peru; o Tribunal do Comércio, na França; e a Central de Protestos de Efeitos, em Portugal. Na Itália, aliás, as informações de protesto são disponibilizadas também às entidades de proteção ao crédito.³⁵¹

Por derradeiro, cabe apontar peculiaridades encontradas em alguns ordenamentos. Assim, na Itália existe a possibilidade de distribuição dos títulos encaminhados a protesto entre os oficiais públicos incumbidos do ato. A seu turno, a legislação do Chile contempla a necessidade, quando a letra mencionar a indicação respectiva, de prévia verificação de eventual depósito, junto à *tesorería comunal*, órgão local incumbido da cobrança de determinadas obrigações tributárias; havendo depósito suficiente para pagamento da letra, despesas e encargos, não se lavra protesto. Também na legislação uruguaia o protesto apresenta peculiar traço distintivo. Lá o notário lavra uma ata de apresentação e outra específica sobre a diligência de protesto.

Percebe-se, enfim, que os diversos ordenamentos apresentam muitos pontos comuns em relação ao protesto, não obstante a presença de alguns elementos variantes e desviantes.

Ao final do trabalho, após a análise da evolução histórica e do panorama atual do protesto notarial no Brasil, o tema será novamente tratado, com reflexões sobre o protesto no Brasil e no Direito Comparado.

³⁵¹ No Brasil, conforme se verá adiante, em tópico específico, o protesto também é dotado de ampla publicidade.

4 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL

4.1. Considerações preliminares

Analísado o protesto sob a perspectiva de sua origem e desenvolvimento no âmbito do Direito Comparado, faz-se necessário, para a adequada compreensão do tema no Direito vigente, o estudo da evolução histórica do instituto no país.

Inicialmente, é bastante oportuna a lição de Paula A. Forgioni, para quem: “A doutrina comercial brasileira foi edificada ao longo dos últimos 200 anos. Breve tempo, quando comparado à história do direito mercantil europeu; suficiente, porém, para cristalizar nossa tradição, ainda que venha às vezes ofuscada pelo inadequado arremedo de lições estrangeiras”.³⁵²

De fato, nesses dois séculos, decisivos para a formação da nação brasileira,³⁵³ foi construído nosso Direito Comercial, com um nítido caráter de originalidade.

Nesse sentido, o Código Comercial de 1850 foi, conforme apontado por Alberto Venâncio Filho, um “exemplo expressivo da nossa cultura jurídica, e do esforço que a nova Nação independente soube plasmar instituições jurídicas para servir ao país”, sendo que, “apesar das várias tentativas, jamais pôde o país novamente editar um novo Código”.³⁵⁴

E não poderia ser de outra forma. Para Trajano de Miranda Valverde: “O sistema preferível não é o que em determinados povos tem produzido ótimos resultados e sim aquele que, radicado na tradição jurídica de uma nação, satisfaz às exigências de seus habitantes e evolui com as necessidades do seu desenvolvimento econômico”.³⁵⁵

³⁵² **A evolução do Direito Comercial brasileiro.** p. 35-36.

³⁵³ Ao comentar a importância da imigração estrangeira, Roberto Pompeu de Toledo afirmou: “A velha São Paulo dos mamelucos, a mais brasileira das cidades, no sentido de que, ao mesclar o colonizador português com o índio, num fundão distante da pressão direta da metrópole, criou um tipo original de sociedade, tinha virado a menos brasileira. Ou, pelo menos, a cidade onde, como nenhuma outra, inventava-se um novo Brasil, de sangue e feições diferentes do padrão convencional, baseado no tripé português/negro/índio. As impressões de Raffard, que só de passear pelas ruas notara a metamorfose da população, ao influxo da chegada de novas contínuas de imigrantes, era agora confirmada nos números”. **A capital da solidão:** uma história de São Paulo das origens a 1900. p. 476.

³⁵⁴ **A elaboração do Código Comercial de 1850.** p. 62-63.

³⁵⁵ **Comentários à Lei de Falências.** v. I. p. 8.

Esse caráter de originalidade do Direito Comercial em nosso país também pode ser observado em relação ao protesto de títulos e outros documentos de dívida.

No Brasil, o protesto “sempre teve notória aplicabilidade”,³⁵⁶ devido a uma série de fatores econômicos, sociais, culturais e jurídicos. Waldemar Ferreira salientou que o instituto “tem sido mantido, mercê de sua necessidade para a segurança das relações de crédito particular e garantia até do crédito público em geral”.³⁵⁷

De fato, o protesto, por um lado, sempre exerceu no Brasil uma importante função na relação de crédito particular. Segundo Antonio Mercado Júnior, “é muito grande a percentagem de títulos pagos, em cartório, antes do protesto, e não é pequena a dos que são retirados pelo apresentante, sem que se ultime aquele ato”.³⁵⁸ Por outro lado, como ressaltado por Newton de Lucca, “os protestos constituem – desde que a eles tenham acesso as entidades representativas do comércio e dos bancos, como acontece em nosso país – um canal de informação muito importante para o exame da solvabilidade e da pontualidade dos devedores em geral”.³⁵⁹

Além disso, a previsão pelo ordenamento de meios “que estimulem o regular cumprimento das obrigações” assumidas favorece “a emergência de um ambiente negocial que, ao final, será certamente menos austero na concessão do crédito àqueles que, pelas mais variadas razões, dele venham a necessitar”.³⁶⁰

Nesse contexto, como afirmou Newton de Lucca, entre “os autores nacionais, foi muito tímido o esboço de crítica ao instituto de protesto. Carvalho de Mendonça considerava que as exigências e formas do protesto eram exageradas, mas nosso grande autor se mostrava partidário de uma reforma do instituto e não de sua supressão”.³⁶¹

O fato é que o instituto foi sendo aperfeiçoado em nosso país, não apenas pela iniciativa do legislador. A jurisprudência também exerceu um papel de extrema relevância.

³⁵⁶ “Parece até desnecessário mencionar que o instituto do protesto, entre nós, sempre teve notória aplicabilidade [...] também tem larga aplicação, em nosso meio, o simples protesto *facultativo*”. **Comentários sobre o Projeto de Lei n. 1.734, de 1979, do Dep. Federal Jorge Arbage**. Newton de Lucca. p. 210.

³⁵⁷ **Tratado de Direito Comercial**. p. 352.

³⁵⁸ **Algumas questões sobre a forma do protesto de títulos cambiários**. p. 158.

³⁵⁹ **Comentários sobre o Projeto de Lei n. 1.734, de 1979, do Dep. Federal Jorge Arbage**. p. 211.

³⁶⁰ **Do universo cambiário para o universo obrigacional: viabilidade e requisitos do protesto de documentos de dívida**. Simone Eberle. p. 121.

³⁶¹ **Comentários sobre o Projeto de Lei n. 1.734, de 1979, do Dep. Federal Jorge Arbage**. p. 210.

O importante papel da jurisprudência no aperfeiçoamento do protesto foi ressaltado por Domingos Franciulli Netto que, após defender a necessidade de reformas do instituto no país,³⁶² afirmou: “O cancelamento e a sustação de protesto são dois dos mais belos exemplos de criação da jurisprudência, cuja finalidade, ao invés de teórica, é prática, ao responder às necessidades sócio-econômicas, na omissão da lei, andando com os fatos adiante dela”.³⁶³

Ao comentar a admissão da sustação de protesto pela jurisprudência, Paulo Afonso de Sampaio Amaral, por sua vez, concluiu que: “A solução definitiva há de ser alcançada por providências legislativas, que reequacionem o instituto do protesto à luz das nossas praxes cambiárias, sem sacrificá-lo, talvez, porque o número de sacados impontuais ainda é maior que o de sacadores temerários”.³⁶⁴

Todas essas críticas foram fundamentais para o aprimoramento do protesto no Brasil, que foi sendo moldado de forma a inibir a possibilidade de seu exercício abusivo. Percebe-se ao longo de toda essa evolução histórica uma constante preocupação do legislador, da jurisprudência, das Corregedorias de Justiça e dos tabeliães de protesto em instituir mecanismos para a significativa redução dos abusos. Atualmente são proporcionalmente poucos os casos em que a intervenção do Judiciário tem sido necessária. Muitas vezes, aliás, existe abuso por parte dos próprios devedores, que promovem medidas de cunho meramente procrastinatório.

Enfim, como foi precisamente acentuado por José Antonio de Paula Santos Neto, sempre haverá espaço para o “exercício desvirtuado, indevido e abusivo” de um direito consagrado pela ordem jurídica; mas, nem por isso “há que se negar vigência àquele direito em si, concebido, por óbvio, para ser exercido de forma lícita e regular”.³⁶⁵

Feitas essas considerações preliminares, passa-se à análise da evolução histórica.

³⁶² Em artigo publicado em 1977 afirmou que: “Estigmatizado nos dias hodiernos com a pecha de odioso, tido e havido como filho espúrio da cambial, alvo de críticas ferozes, como a feita por Stranz, para quem o protesto é a superveniência de concepções jurídicas medievais, espécie de atavismo no corpo do moderno Direito cambiário, peça de museu digna de estudo pela arqueologia jurídica, ou, ainda, por Montessori, que chegou a escrever ‘Una Protesta contro il Protesto’, o primeiro na Alemanha e o segundo na Itália, segundo perluastr Rodriguez-Cano, ao protesto cambiário, deve-se fazer justiça, já que está apenas a reclamar algumas reformas”. **Protesto cambiário: conceito, histórico e natureza jurídica**. p. 32.

³⁶³ **Op. cit.** p. 33.

³⁶⁴ **Alguns aspectos jurídicos do protesto cambiário**. p. 63.

³⁶⁵ Parecer nº 076/05-E, exarado no Processo CG nº 864/2004, da lavra do Dr. José Antonio de Paula Santos Neto, à época Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 2 jun. 2005. Poder Judiciário, Caderno 1 – Parte I, p. 4.

4.2. Fase inicial (até 1890)

Com a proclamação da independência do Brasil, foi declarada a vigência da legislação portuguesa até que houvesse disciplina da matéria na legislação pátria.³⁶⁶ Assim, nessa fase inicial, os títulos de crédito, as obrigações e o protesto eram regidos pelas leis portuguesas.

Cumprir observar que, nesse período, o crédito era pouco disseminado em nosso país.³⁶⁷ Além disso, conforme apontado por Waldemar Ferreira: “Raridade era que se passassem letras. Antes se passavam [...] as *letras missivas*, que consistiam em qualquer carta que o negociante escreve a seu correspondente sobre matéria de seus negócios’ [...] Eram mais vulgares escritos particulares de confissão de dívida”.³⁶⁸

De qualquer forma, na época já havia a distinção entre as letras passadas dentro da mesma praça, as quais estavam sujeitas às mesmas regras que as letras de câmbio, incluindo aquelas concernentes ao protesto.³⁶⁹ E notava-se a circulação doutra espécie de título, a nota promissória, com nítida influência inglesa.³⁷⁰

Em relação ao protesto, afirmou José da Silva Lisboa: “Entre nós não ha Legislação a este respeito. O Alvará de 19 de Outubro de 1789, teve unicamente por objecto regular o termo da denuncia dos Protestos, [...] mas não de se tirar o mesmo Protesto; comtudo, suppõe como ahi se declara, ter sido elle tirado em devido tempo”.³⁷¹

³⁶⁶ “Lei – de 20 de Outubro de 1823. Declara em vigor a legislação pela qual se regia o Brazil até 25 de Abril de 1821 e bem assim as leis promulgadas pelo Senhor D. Pedro, como Regente e Imperador daquella data em diante, e os decretos das Cortes Portuguezas que são especificados. [...] Art. 1º As Ordenações, Leis, Regimentos, Alvarás, Decretos e Resoluções promulgadas pelos Reis de Portugal, e pelas quaes o Brazil se governava até o dia 25 de Abril de 1821, [...] ficam em inteiro vigor na parte, em que não tiverem sido revogadas, para por ella se regularem os negocios do interior deste Imperio, emquanto se não organizar um novo Codigo, ou não forem especialmente alteradas. [...] Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 20 dias do mez de Outubro de 1823, 2º da Independencia e do Imperio”. Disponível em <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2010.

³⁶⁷ “Não era assaz desenvolvido o comércio de crédito ao tempo em que se elaborou o Código Comercial”. **Tratado de Direito Comercial**. Waldemar Ferreira. p. 69.

³⁶⁸ **Op. cit.** p. 70-71.

³⁶⁹ O Alvará de 16 de janeiro de 1793, editado com força de Lei, dispôs que: “as Letras passadas e acceitas dentro da mesma Praça, sejam consideradas e reputadas com a mesma força e vigor, que tem as Letras de Cambio, assim para se tirarem os protestos, por falta de acceitação, ou de pagamento nos seus devidos tempos”. **Princípios de Direito Mercantil e Leis de Marinha**. José da Silva Lisboa. p. 425.

³⁷⁰ “*Nota Promissoria* he certa especie de Letra, de que se faz grande uso em Inglaterra, e tambem se chama *Nota de Mão*: vem a ser hum escrito de obrigação, pela qual alguem promete pagar á outra pessoa, ou á sua ordem, em certo tempo, ou quando se lhe pedir, o valor, que declara *recebido*”. **Op. cit.** p. 370.

³⁷¹ **Op. cit.** p. 354-355.

4.2.1. Lei de 15 de novembro de 1827

Em 15 de Novembro de 1827 foi editada uma Lei definindo a necessidade de instituição pelos Tabeliães do Império de um livro especial para o “ponto e protesto das letras commerciaes”, fazendo-se a indicação da folha do assentamento no verso do título.³⁷²

A previsão de um livro específico foi bastante salutar, servindo de ponto de partida para o desenvolvimento de um sistema de organização das informações relativas aos protestos, apartado do repositório de escrituras, testamentos e procurações.

Outra peculiaridade que merece anotação foi a previsão de um livro único tanto para o apontamento, como para o protesto.³⁷³

Embora já houvesse a prática do apontamento que, como visto anteriormente, consistia na indicação da data da apresentação para protesto e transcrição integral do título, a expressa previsão na lei reforçou a distinção entre esse ato e o eventual protesto.

O registro do apontamento é ato de extrema relevância, pois permite maior controle quanto aos títulos apresentados e, na hipótese de aceite ou de pagamento, constitui fonte fidedigna de informação, de interesse tanto do apresentante, como do devedor e do próprio tabelião.

Por fim, foi bastante pertinente a previsão de anotação do apontamento no verso do título,³⁷⁴ uma vez que a providência permite a qualquer pessoa o pronto conhecimento quanto à apresentação do título para protesto.

³⁷² “Lei – de 15 de Novembro de 1827. Crêa na cidade da Bahia mais um Tabellião de notas. Dom Pedro, por Graça de Deus, e unanime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a lei seguinte: Art. 1º Haverá na cidade da Bahia mais um Tabellião de Notas, que conjunctamente com os outros Tabelliães, fará o ponto e protesto das letras commerciaes, vencendo os mesmos emolumentos, que percebem os mais Tabelliães. Art. 2º O ponto e protesto das letras commerciaes, serão registrados em um livro rubricado pelos Juizes de Fôra, pela ordem numerica, referindo-se no verso das letras as folhas do livro, em que se achar o registro. A determinação do presente artigo fica extensiva a todos os Tabelliães do Imperio. Art. 3º Ficam revogadas todas as leis, alvarás, decretos, e mais resoluções em contrario. Mandamos portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir, e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Justiça a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 15 dias do mez de Novembro de 1827, 6º da Independencia e do Imperio”. Disponível em <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2010.

³⁷³ Na vigente Lei existe previsão de livros distintos para protocolo e protesto.

³⁷⁴ Praxe observada no Direito inglês e norte-americano, como anteriormente visto.

4.2.2. Projeto de Lei de 16 de junho de 1838

Na Sessão da Câmara dos Deputados realizada em 16 de junho de 1838,³⁷⁵ foi apresentado por Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho um projeto de lei,³⁷⁶ criando ofícios de tabelião de protesto,³⁷⁷ com o fim de se “conhecer promptamente aquelles, que pouco pontuaes em seus pagamentos deixão apontar, e protestar suas letras, afim de que estabelecida a confiança, mãi do commercio, possa este prosperar, como muito convêm aos interesses do paiz”.

De acordo com o art. 7º do projeto, os tabeliães teriam em lista alfabética os nomes dos devedores de letras protestadas mostrando-a gratuitamente aos interessados, presumindo-se a falta de pagamento do título enquanto não averbada a quitação.³⁷⁸

O projeto é muito interessante, especialmente se considerada a época de sua propositura. Embora não tenha sido convertido em lei, aponta a importante função do protesto como parâmetro para concessão do crédito. No mais, a forma de publicidade proposta para o protesto³⁷⁹ foi acolhida com algumas variações pela legislação falimentar posterior.³⁸⁰ Outro aspecto inovador do projeto foi a mencionada averbação de pagamento, solução que foi adotada pelo legislador brasileiro mais de um século depois,³⁸¹ como solução para intenso debate na doutrina e na jurisprudência quanto à possibilidade de cancelamento de protesto.

Enfim, o projeto de lei apontou para uma disciplina do protesto, cujos aspectos essenciais foram posteriormente incorporados em nossa legislação.

³⁷⁵ Aproveito a oportunidade para agradecer a indicação desse relevante Projeto de Lei ao registrador Sérgio Jacomino, estudioso do Direito Notarial e Registral.

³⁷⁶ **Anais da Câmara dos Deputados**, 16 jun. 1838, p. 353-354. Disponível em <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2010.

³⁷⁷ Da justificativa do projeto constou o seguinte: “Parece de necessidade uma lei, que creando em cada municipio um officio, e registro especial de hypothecas, e de protestos de letras, ponha os cidadãos, e particularmente o commercio, a abrigo das continuas fraudes, que diariamente se praticão, hypothecando-se a individuos por um cartorio predios já hypothecados á outros por cartorios differentes”.

³⁷⁸ “Art. 7º Estes tabelliães terão em lista alphabetica os nomes dos devedores hypothecarios, e daquelles, cujas letras forem protestadas, e a mostrarão gratuitamente ás partes interessadas em a ver, dando-lhes todos os esclarecimentos, de que carecerem. Presume-se existir a hypotheca, ou não estar paga a letra, emquanto a parte interessada não fizer constar competentemente o contrario ao tabellião, para averbar a escriptura, ou registro. Havendo duvida do tabellião para este averbamento os juizes a decidirão, com recurso para as relações”.

³⁷⁹ Bastante similar à existente em Veneza, como visto anteriormente.

³⁸⁰ Lei nº 859, de 16 de agosto de 1902.

³⁸¹ Lei nº 6.268, de 24 de novembro de 1975.

4.2.3. Código Comercial de 1850

O Código Comercial brasileiro, Lei nº 556, de 25 de junho de 1850, “filiou-se à doutrina dos seus modelos: o francês de 1807, o espanhol de 1829 e o português de 1833”.³⁸²

E disciplinou a letra de câmbio e a letra da terra.³⁸³ Mas, conforme relatou José Xavier Carvalho de Mendonça: “Da sua discussão na Câmara dos Deputados e no Senado nada se colhe a respeito do instituto da letra de câmbio. Apenas a Comissão Especial nomeada para elaborar aquele código, no parecer de 6 de agosto de 1834, dedicou ligeiras palavras a êsse assunto”.³⁸⁴

O diploma tratou do protesto em diversas disposições, atribuindo o ato ao escrivão privativo do lugar ou, não havendo, a qualquer tabelião.³⁸⁵ Na esteira da Lei de 1827 previu o apontamento, com a anotação no título, bem como a escrituração em livro próprio.³⁸⁶

Além disso, estabeleceu o prazo de três dias úteis para o protesto,³⁸⁷ com a expedição de intimação escrita.³⁸⁸ Previu, ainda, a afixação e publicação em jornal do edital de intimação, em algumas hipóteses.³⁸⁹

³⁸² **Tratado de Direito Comercial brasileiro.** José Xavier Carvalho de Mendonça. v. V, parte II. p. 160.

³⁸³ “Lei nº 556, de 25 de junho de 1850. *Código Comercial*. [...] Título XVI. Das letras, notas promissórias e créditos mercantis. Capítulo I. Das letras de cambio. [...] Capítulo II. Das letras da terra, notas promissórias e créditos mercantis. Art. 425 – As letras da terra são em tudo iguais às letras de câmbio, com a única diferença de serem passadas e aceitas na mesma Província”. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2010.

³⁸⁴ **Tratado de Direito Comercial brasileiro.** v. V, parte II. p. 160.

³⁸⁵ “Art. 405 – Os protestos das letras de câmbio devem ser feitos perante o escrivão privativo dos protestos, onde o houver; e não o havendo perante qualquer tabelião do lugar, ou escrivão com fé pública na falta ou impedimento de tabelião”.

³⁸⁶ “Art. 408 – O oficial público perante quem se intentar o protesto, imediatamente que a letra de câmbio lhe for apresentada, tomará apontamento dela em livro que é obrigado a ter destinado exclusivamente para este fim, competentemente aberto e encerrado, numerado e rubricado pelo Juiz de Direito do Comércio, escrito seguidamente, e sem intervalo algum em branco que possa dar lugar para outro apontamento. O referido livro deve pagar o selo da Lei antes de nele se começar a escrever. No alto da letra averbará a folha do livro em que a mesma letra ficar apontada, com a data da sua apresentação e assinará esta anotação com o apelido de que usar”.

³⁸⁷ “Art. 407 – Toda a letra que houver de ser protestada por falta de aceite ou de pagamento, deve ser levada ao oficial público do protesto no mesmo dia em que devia ser aceita ou paga, antes do sol posto (art. 356, 357 e 358). O protesto deve ser tirado dentro de três dias úteis precisos; pena de ser nulo (art. 414)”.

³⁸⁸ “Art. 409 – O oficial público é obrigado a fazer por escrito as intimações necessárias (art. 406 n. 3), dentro dos sobreditos três dias úteis; debaixo da mesma pena de nulidade (arts. 407 e 414)”.

³⁸⁹ “Art. 411 – As letras de câmbio devem ser protestadas no lugar do domicílio do sacado ou aceitante. Se as letras forem sacadas ou aceitas para serem pagas em outro domicílio que não for o do sacado ou aceitante, ou por uma terceira pessoa designada, nesse domicílio deve ser feito o protesto (art. 374). Se o que dever aceitar ou pagar a letra for desconhecido, ou se não puder descobrir o seu domicílio, far-se-á o protesto no lugar do pagamento, e a intimação será feita por denunciação do oficial que tomar o protesto, afixada nos lugares do estilo, e publicada nos jornais”.

Nos casos de ausência ou ocultação do interessado, o Regulamento baixado pelo Decreto nº 737 previa a intimação com hora certa.³⁹⁰ Anote-se que esse mesmo diploma dispunha também sobre o procedimento de dúvida no protesto.³⁹¹

O Código Comercial estabeleceu a necessidade de um livro específico para registro, sendo as certidões expedidas às partes,³⁹² aspecto em que instituiu regra restritiva da publicidade. E definiu os elementos do protesto, essencialmente os mesmos consagrados pela praxe, mas com a expressa exigência de assinatura do apresentante e duas testemunhas.³⁹³ O cômputo de juros tinha início na data do protesto.³⁹⁴

No mais, o Código tratava das notas promissórias e dos escritos particulares ou créditos com promessa de pagar quantia certa e com prazo fixo, assinados por comerciantes,³⁹⁵ os quais eram equiparados às letras da terra, para fins de protesto inclusive.³⁹⁶

Ou seja, o antigo Código Comercial, em sua redação original, conferia tutela jurídica aos créditos mercantis, prestigiando o desenvolvimento de novos títulos, possibilidade que foi reintroduzida em nosso ordenamento pelo Código Civil de 2002, como se verá adiante.

³⁹⁰ “Decreto nº 737 – de 25 de novembro de 1850. *Determina a ordem do Juízo no processo Commercial.* [...] Art. 387. Por igual e conforme ao Artigo antecedente se fará a intimação quando o aceiteante não he encontrado, ou está ausente, ou se occulta, devendo o Escrivão quando a parte interpuzer, o protesto por algumas das referidas razões encarregar a intimação a official de justiça, que procedendo como está determinado para a citação com hora certa (Art. 46) passará a competente certidão, que será inserta no acto do protesto, ou na denunciação edital”.

³⁹¹ “Art. 389. As duvidas que o Escrivão oppuzer por serem as letras apresentadas ou por pessoa incompetente, ou fóra de tempo, serão decididas pelo Juiz de Direito do Commercio (Art. 6º), e a decisão será escripta no acto do protesto”.

³⁹² “Art. 410 – Feito o protesto, o official público é obrigado a lançar o instrumento que formar em um livro de registro privativamente destinado para este fim, preparado e escriturado com as formalidades prescritas no artigo 408. Deste registro dará às partes as certidões que lhe forem pedidas”.

³⁹³ “Art. 406 – O ato do protesto deve conter essencialmente: 1 – Declaração da hora, dia, mês e ano em que a letra foi apresentada ao official do protesto; 2 – Cópia literal da mesma letra, e de tudo quanto nela se achar escrito, e pela mesma ordem por que tiver sido escrito; 3 – Certidão de intimação feita ao sacado, e às mais pessoas a quem competir (arts. 377 e 400), para que aceitassem ou pagassem, ou dessem a razão por que não aceitavam ou não pagavam, e a resposta dada, ou declaração de que nenhum deram; 4 – A cominação de perdas, danos, interesses e despesas legais contra todos os obrigados à letra; 5 – Assinatura da pessoa que protestar; e 6 – Data do dia em que o protesto for interposto, e a data em que se tirar o instrumento; o qual deve ser assinado pelo protestante, e subscrito pelo official público, com duas testemunhas presenciais”.

³⁹⁴ “Art. 423 – Os juros da letra protestada por falta de pagamento devem-se do dia do protesto, e os juros das despesas legais do dia em que estas se fizerem”.

³⁹⁵ “Art. 426 – As notas promissórias, e os escritos particulares ou créditos com promessa ou obrigação de pagar quantia certa, e com prazo fixo, a pessoa determinada ou ao portador, à ordem ou sem ela, sendo assinados por comerciante, serão reputados como letras da terra, sem que com tudo o portador seja obrigado a protestar quando não sejam pagos no vencimento; salvo se neles houver algum endosso”.

³⁹⁶ “Art. 427 – Tudo quanto neste Título fica estabelecido a respeito das letras de câmbio, servirá de regra igualmente para as letras da terra, para as notas promissórias e para os créditos mercantis, tanto quanto possa ser aplicável”.

Segundo Waldemar Ferreira: “Êsses documentos, no linguajar comum, se chamam de *vales*. Adveio-lhes o nome da circunstância de iniciarem pelo verbo indicativo de seu valimento: ‘*Vale este a quantia de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) que pagarei a Tício desta data a um ano [...] que o mesmo me deu emprestado*’”.³⁹⁷ Além dos vales, existiam as ordens, cartas endereçadas por um comerciante ao seu correspondente noutra localidade.³⁹⁸

4.3. Fase de desenvolvimento (1890-1994)

O período compreendido entre o fim do Século XIX e início do Século XX foi marcado por um considerável aumento populacional, em parte devido à chegada de imigrantes, e pela crescente tendência à urbanização, com a instalação de fábricas e desenvolvimento do comércio.

De acordo com o relato de Roberto Pompeu de Toledo: “é certo que São Paulo experimentou na década de 1890 um dramático aumento populacional, na verdade o maior de sua história, em termos relativos” afirmando mais adiante que “saltou dos 64.934 habitantes de 1890 para 239.820 em 1900 – um aumento de 3,7 vezes”.³⁹⁹ Nesse período percebe-se um aumento na quantidade de protestos, sendo relevante apontar a criação, em 1890 e 1891, respectivamente, de ofícios privativos de protesto no Rio de Janeiro⁴⁰⁰ e em São Paulo.⁴⁰¹

³⁹⁷ **Tratado de Direito Comercial**. p. 71.

³⁹⁸ Eram frequentes os protestos desses documentos de dívida, como pude apurar na pesquisa dos livros de protesto de São Paulo entre os anos de 1859 a 1891, dos quatro Tabeliães de Notas desse período, e dos primeiros livros do Tabelião privativo, a partir de 1891. Aproveito a oportunidade para agradecer ao tabelião José Carlos Alves o acesso franqueado aos arquivos do 1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo, de extrema importância para esta pesquisa.

³⁹⁹ **A capital da solidão**: uma história de São Paulo das origens a 1900. p. 475.

⁴⁰⁰ “Decreto nº 135, de 10 de Janeiro de 1890. *Crêa o logar de official privativo dos protestos de letras na Capital Federal*. O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil decreta: Artigo unico. Fica creado o logar de official privativo dos protestos de letras na Capital Federal, ao qual deverão os escrivães do commercio, que exercem actualmente essas funções, entregar os respectivos livros por inventario”. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2010.

⁴⁰¹ “Decreto n. 199 de 6 de junho de 1891. [...] Considerando que, em virtude do desenvolvimento da população e do commercio desta Capital, não podem os respectivos tabelliães e escrivães do judicial accumular, aquelles o serviço dos protestos de letras e titulos, e estes o do ramo crime; Considerando que esses dois serviços reunidos podem dar sufficiente rendimento para a congrua sustentação de um serventuario; Decreta: Art. 1º Ficam desannexados desde já dos officios de 1º, 2º, 3º e 4º tabelliães de notas do comarca da capital o serviço de protestos de letras e titulos e dos de 1º, 2º e 3º escrivães do judicial da mesma comarca o ramo criminal. Art. 2º Fica creado um officio vitalicio de tabellião privativo de protesto de letras e titulos com o annexo de escrivão especial do crime na comarca desta capital. [...] Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, 6 de junho de 1891. – *Americo Braziliense de Almeida Mello*. – Deu-se conhecimento ao dr. juiz de direito da 1ª vara da capital”. **Diario Official do Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 jun. 1891. p. 1.

4.3.1. Lei Falimentar de 1890

A legislação falimentar, até então sujeita à disciplina do Código Comercial de 1850, foi alterada pelo Decreto nº 917, de 24 de outubro de 1890. Esse diploma, marco inicial da fase de desenvolvimento do protesto no Brasil, previu a necessidade do ato para comprovação da impontualidade.⁴⁰²

Segundo Paulo Maria de Lacerda, a exigência do protesto foi proposta pelos autores do Decreto considerando que muitos títulos estavam sujeitos aos meios “communs, demorados e dispendiosos, porisso pouco adaptaveis ao instituto da fallencia”.⁴⁰³

E concluiu: “Foi uma novidade feliz introduzida pela nossa legislação, que communicou ao procedimento do credor o cunho de sinceridade e certeza inequivocas, e ao juiz forneceu um ponto precioso de apoio para a sua decisão”.⁴⁰⁴

O ato era assentado em livro especial, com disciplina específica,⁴⁰⁵ tendo sido prevista a remessa das relações dos protestos interpostos ao “juiz do commercio e ao curador das massas fallidas” (art. 3º, § 2º), de forma similar à previsão da legislação falimentar belga de 1851.⁴⁰⁶

⁴⁰² “Decreto n. 917 – de 24 de outubro de 1890. [...] Art. 3º A falta de pagamento das dividas a que se refere o artigo antecedente ficará plenamente provada com certidão do protesto interposto perante o competente official publico encarregado dos protestos de letras (art. 375 do decreto n. 737 de 25 de novembro de 1850)”. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2010.

⁴⁰³ “Os autores do decreto n. 917 de 1890, reformando o systema de fallencias, baseado na cessação de pagamentos, estabelecido pelo codigo commercial, e adoptando o que até hoje vigora, em que prepondera a impontualidade como causa da declaração judicial de quebra, perceberam claramente a conveniencia de instituir um acto formal especifico de verificação indubia do vencimento da obrigação, da interpellação do credor ao devedor exigindo-lhe o pagamento, e da falta deste em efetual-o por motivo legitimo ou não. Consideraram elles que diversas categorias de titulos liquidos e certos tinham já o meio legal especial do protesto, para realizar essa verificação no triplice sentido a que acabamos de alludir; emquanto muitos outros só tinham os communs, demorados e dispendiosos, porisso pouco adaptaveis ao instituto da fallencia. Lembraram-se então de applicar a formalidade do protesto de modo geral a todos os títulos, cuja impontualidade de pagamento motiva a declaração da fallencia”. **Da fallencia no Direito brasileiro.** p. 152-153.

⁴⁰⁴ **Op. cit.** p. 153.

⁴⁰⁵ “Art. 3º [...] § 1º Quando os titulos de divida não forem os instrumentos a que se refere o art. 370 do decreto n. 737 de 25 de novembro de 1850, o acto do protesto, que poderá ser interposto em qualquer tempo depois do vencimento da obrigação, será lavrado em livro especial, aberto, numerado e rubricado pelo juiz do commercio e deverá conter: I. Declaração da hora, dia, mez e anno da apresentação do titulo ao official do protesto; II. Por extracto, o titulo da divida; III. Certidão de intimação ao devedor para pagar ou dar a razão de não pagar, a resposta dada ou declaração de nenhuma ter sido dada; IV. Assignatura da pessoa que protestar; V. Data do dia em que o protesto for interposto e a daquelle em que se tirar o instrumento, o qual deverá ser assignado pelo protestante, subscripto pelo official publico e por este entregue dentro de tres dias, sob pena de responsabilidade e de satisfazer perdas e damnos”.

⁴⁰⁶ Como visto anteriormente na análise do protesto na França, onde medida similar foi instituída em 1949.

O Decreto de 1890 foi revogado pela Lei nº 859, de 16 de agosto de 1902, que manteve a exigência do protesto. Mas inovou ao prever um livro especial, organizado pelo nome dos devedores, com os dados essenciais dos protestos e examinável por qualquer pessoa.⁴⁰⁷

A Lei nº 2.024, de 17 de dezembro de 1908, modificou parcialmente a sistemática, prevendo um livro especial para os protestos lavrados para fins falimentares, que podia ser examinado por qualquer pessoa,⁴⁰⁸ o qual foi definido como “o *livro negro* dos comerciantes” por José Xavier Carvalho de Mendonça.⁴⁰⁹

Além disso, incluiu os instrumentos de contratos, com a quantidade ou valor fixado da prestação, no rol de obrigações que pela impontualidade ensejavam a falência.⁴¹⁰

Por fim, o Decreto nº 5.746, de 9 de dezembro de 1929, basicamente reproduziu a anterior em relação ao protesto,⁴¹¹ tendo sido revogado pelo Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945, que será analisado adiante.

⁴⁰⁷ “Art. 3º [...] § 1º Os officiaes publicos encarregados do serviço de protestos são obrigados a ter nos seus cartorios um livro especial, por ordem alphabetica, onde irão notando diariamente os nomes dos devedores cujos titulos forem protestados, indicando a natureza do titulo, quem o protestou, data do titulo, seu valor, data do vencimento, motivo da recusa de pagamento. Este livro poderá ser examinado por qualquer pessoa; e o official que o não tiver escripturado em dia incorrerá na multa de 1:000\$000”. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2010.

⁴⁰⁸ “Art. 11. Nos cartorios dos officiaes encarregados do serviço de protestos crear-se-ha um livro especial, aberto, numerado e rubricado pelo juiz do commercio, para o protesto dos titulos que, não estando sujeitos ao protesto necessario e obrigatorio, devam ser ahi apresentados para os fins da presente lei. O protesto pôde ser interposto em qualquer tempo, depois do vencimento da obrigação e deverá conter: a declaração da hora dia, mez e anno da representação do titulo ao official do protesto por extracto, o titulo da divida, certidão da intimação ao devedor, para pagar ou dar a razão de não pagar, a resposta ou declaração de nenhuma ter sido dada, a assignatura da pessoa que protestar, a data em que o protesto for interposto e aquella em que se tirar o instrumento, o qual deverá ser assignado pelo protestante, subscripto pelo official publico e por este entregue, dentro de tres dias, sob pena de responsabilidade e de satisfazer perdas e dammos. Paragrapho unico. Este livro pôde ser examinado gratuitamente por qualquer pessoa, e o official dará as certidões que lhe forem pedidas”. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2010.

⁴⁰⁹ **Tratado de Direito Comercial Brasileiro**. v. VII. p. 312.

⁴¹⁰ “Art. 1º [...] Paragrapho unico. Consideram-se obrigações liquidas e certas: 1º Os instrumentos publicos ou particulares de contractos, com a quantidade ou valor fixado da prestação”.

⁴¹¹ “Art. 11. Nos cartorios de protesto de letras e titulos haverá um livro especial para o registro dos protestos dos titulos que não estando sujeitos ao protesto necessario e obrigatorio, devam ali ser apresentados para os fins da presente lei. O protesto deverá ser interposto em qualquer tempo depois do vencimento da obrigação e o respectivo instrumento, que será tirado dentro em tres dias uteis, deverá conter: a data; a transcrição, por extracto, do titulo com as principaes declarações nelle inseridas pela ordem respectiva; a certidão da intimação do devedor para pagar, a resposta dada ou a declaração da falta da resposta; a certidão de não haver sido encontrado ou de ser desconhecido ou estar ausente o devedor, casos em a intimação será feita por edital affixado á porta do cartorio e, quando possivel, publicado pela imprensa; a assignatura, com o signal publico, do official do protesto e, si possivel, a do portador. Paragrapho unico. O referido livro de registro poderá ser examinado gratuitamente por qualquer pessoa e dos seus assentos se darão as certidões que forem pedidas”. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2010.

4.3.2. Decreto nº 2.044/1908

Outro diploma legislativo de extrema importância para o estudo da evolução histórica do protesto no Brasil foi o Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908, conhecido como Lei Saraiva. A esse respeito, afirmou José Xavier Carvalho de Mendonça que: “Aparecera, no ano de 1905, o livro do Dr. José A. Saraiva, *Direito cambial brasileiro*, ‘obra de combate à antiga doutrina e de propaganda para a solução radical do problema’, na frase do próprio autor. Deve-se a esta obra notável o movimento da reforma cambial”.⁴¹²

Embora inspirada na legislação alemã de 1848, como salientado por René Roblot,⁴¹³ tinha esse diploma legal um caráter de originalidade. Nesse sentido, a lição de Waldemar Ferreira: “Não é a lei brasileira todavia reprodução textual da lei germânica: apresentou-se com estrutura própria; e, em alguns pontos, melhorada, mercê de dispositivos reclamados pelo progresso comercial do tempo”.⁴¹⁴

José Xavier Carvalho de Mendonça comungou da mesma opinião. Para ele, essa lei, inspirada na doutrina de “autores tedescos, italianos, ingleses e norte-americanos”, foi muito além da lei alemã, “corrigindo os seus atritos, suprimindo as suas incoerências para imprimir à letra de câmbio o moderno conceito econômico, facilitando cada vez mais a sua circulação e garantia”.⁴¹⁵

No entanto, como ressaltou o eminente tratadista, essa reforma não foi bem acolhida pela sociedade em geral,⁴¹⁶ pela “substituição do sistema conhecido e praticado longamente no nosso meio”. Ademais, a “idéia de terem sido abolidas as *contas assinadas* que eram descontadas nos bancos e constituíam o principal e *melhor veículo do crédito*, tudo isso produziu séria agitação na classe comercial”.⁴¹⁷

⁴¹² **Tratado de Direito Comercial brasileiro**. v. V, parte II. p. 163.

⁴¹³ “En raison de sa simplicité, la loi allemande de 1848 devait servir d’inspiration et d’exemple à plusieurs codes ou lois promulgués au cours du XIX^e siècle en Europe. On peut citer, parmi les principaux: [...] et la loi brésilienne du 31 décembre 1908”. **Les effets de commerce**. p. 42.

⁴¹⁴ **Tratado de Direito Comercial**. p. 146.

⁴¹⁵ **Tratado de Direito Comercial brasileiro**. v. V, parte II. p. 165.

⁴¹⁶ Relatou José Xavier Carvalho de Mendonça que: “a Associação Comercial do Rio de Janeiro, em numerosa assembléia reunida aos 25 de janeiro de 1909, da qual faziam parte comerciantes, industriais, advogados e representantes da imprensa, mostrou a sua reprovação à reforma”. **Op. cit.** v. V, parte II. p. 172.

⁴¹⁷ **Op. cit.** v. V, parte II. p. 171.

Pois bem. Esse Decreto, que revogou todos os artigos do Título XVI do Código Comercial,⁴¹⁸ definiu que, para assegurar o direito de regresso contra os coobrigados, a apresentação a protesto deveria ser feita até o dia útil seguinte ao vencimento,⁴¹⁹ no lugar indicado na letra para aceite ou para pagamento.⁴²⁰

Além disso, disciplinou os elementos necessários para o protesto e a necessidade de seu assentamento.⁴²¹ No entanto, nada previu em relação ao apontamento.

Ao comentar importante modificação, José A. Saraiva afirmou: “nada impede que o oficial, ao receber o título, além de dar o recebido ao portador, tome imediatamente apontamento dêle em livro para este fim destinado [...] Esta formalidade, reclamada pelo art. 408 do código comercial é hoje facultativa”.⁴²²

No entanto, muitos tabeliães mantiveram a sistemática do apontamento em livro próprio, fosse para manter maior controle quanto à situação dos títulos, fosse por imposição de normas editadas em âmbito estadual ou, ainda, por orientação do Juízo incumbido da fiscalização.

O Decreto também simplificou procedimentos para o protesto. Para “evitar delongas e diminuir despesas, ao revez da exigência do nosso código comercial e de outras legislações, a lei, que comentamos, dispensa a assinatura do protestante e a presença de testemunhas”.⁴²³

⁴¹⁸ “Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908. *Define a letra de câmbio e a nota promissória* [...] Art. 57. Ficam revogados todos os artigos do Título XVI do Código Comercial e mais disposições em contrário”.

⁴¹⁹ Disposição ainda vigente diante da reserva efetuada pelo Brasil ao art. 9º do Anexo II da Lei Uniforme de Genebra.

⁴²⁰ “Art. 28. A letra que houver de ser protestada por falta de aceite ou de pagamento deve ser entregue ao oficial competente, no primeiro dia útil que se seguir ao da recusa do aceite ou ao do vencimento, e o respectivo protesto, tirado dentro de três dias úteis. Parágrafo único. O protesto deve ser tirado do lugar indicado na letra para o aceite ou para o pagamento. Sacada ou aceita a letra para ser paga em outro domicílio que não o do sacado, naquele domicílio deve ser tirado o protesto”.

⁴²¹ “Art. 29. O instrumento de protesto deve conter: I. a data; II. a transcrição literal da letra e das declarações nela inseridas pela ordem respectiva; III. a certidão da intimação ao sacado ou ao aceitante ou aos outros sacados, nomeados na letra para aceitar ou pagar, a resposta dada ou a declaração da falta da resposta. A intimação é dispensada no caso de o sacado ou aceitante firmar na letra a declaração da recusa do aceite ou do pagamento e, na hipótese de protesto, por causa de falência do aceitante. IV. a certidão de não haver sido encontrada ou de ser desconhecida a pessoa indicada para aceitar ou para pagar. Nesta hipótese, o oficial afixará a intimação nos lugares de estilo e, se possível, a publicará pela imprensa; V. a indicação dos intervenientes voluntários e das firmas por eles honradas; VI. a aquiescência do portador ao aceite por honra; VII. a assinatura, como sinal público, do oficial do protesto. Parágrafo único. Este instrumento, depois de registrado no livro de protestos, deverá ser entregue ao detentor ou portador da letra ou àquele que houver efetuado o pagamento”.

⁴²² **A cambial.** v. 2. p. 166.

⁴²³ **Op. cit.** p. 173.

Essa tendência à simplificação também é confirmada pela supressão da cláusula de “cominação de perdas, danos e interesses, e despesas legais contra todos os obrigados á letra de câmbio, exigência esta antiquada e inútil, porque tôda a obrigação confere virtualmente ao credor o direito de reclamar perdas e interesses do devedor em mora”.⁴²⁴

Ainda em relação ao assentamento do protesto em livro próprio, acrescentou José Xavier Carvalho de Mendonça que, por esse meio “perpetua-se o protesto, sendo dadas as certidões que forem pedidas pelos interessados”,⁴²⁵ conforme definido por Provimento editado em 1921,⁴²⁶ em virtude da recusa de fornecimento às “*agências de informação*”,⁴²⁷ cuja atuação teve início nessa época.

No mais, previu inúmeras outras regras, como a possibilidade de protesto pela apresentação de outro exemplar ou indicações na hipótese de recusa de entrega da letra, a perda do direito de regresso contra os coobrigados se não realizado o protesto em tempo útil e na forma regular, além da autorização de protesto pelo detentor do título.⁴²⁸

Por derradeiro, cumpre observar que algumas disposições desse Decreto foram revogadas em decorrência da promulgação das Convenções para adoção de uma Lei Uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias, por meio do Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966, adiante comentado.

⁴²⁴ **A cambial.** José A. Saraiva. v. 2. p. 174. Anote-se que, historicamente, referida fórmula era frequentemente aposta nos instrumentos de protesto há muitos Séculos, como demonstram os diversos atos anteriormente transcritos.

⁴²⁵ **Tratado de Direito Comercial brasileiro.** v. V, parte II. p. 399.

⁴²⁶ “O Conselho Supremo da Côrte de Apelação em Provimento de 18 de julho de 1921, relator o seu doutíssimo presidente Caetano Montenegro, decidiu que os oficiais dos protestos não podiam recusar certidões dos protestos das letras de câmbio e notas promissórias a quem as solicitasse, não lhes importando o interêsse do requerente”. **Op. cit.** p. 399-400.

⁴²⁷ “Instituíram-se *agências* para a divulgação impressa da lista dos protestos, denunciando as firmas dos respectivos títulos. O oficial dos protestos procedeu cautelosamente negando as certidões, que iam ter destino tão vexatório ao comércio. Êste, pelos seus mais autorizados órgãos, reclamou contra a *torpe especulação*. Realmente, as certidões não podiam ser negadas, e nesse sentido bem decidiu aquêlê Provimento, mas a sua divulgação, sem critério, traz indubitavelmente prejuízo a terceiros. Não é êsse o fim das *agências de informação*, cujo ofício não se justificaria senão a *título confidencial* e a *pedido* de interessado quanto a determinado comerciante”. **Op. cit.** p. 400.

⁴²⁸ “Art. 31. Recusada a entrega da letra por aquele que a recebeu para firmar o aceite ou para efetuar o pagamento, o protesto pode ser tirado por outro exemplar ou, na falta, pelas indicações do protestante. [...] Art. 32. O portador que não tira, em tempo útil e forma regular, o instrumento do protesto da letra, perde o direito de regresso contra o sacador, endossadores e avalistas. [...] Art. 41. O detentor, embora sem título algum, está autorizado a praticar as diligências necessárias à garantia do crédito, a reclamar o aceite, a tirar os protestos, a exigir, ao tempo do vencimento, o depósito da soma cambial”.

4.3.3. Código Civil de 1916

O revogado Código Civil de 1916, estabelecia no art. 960 que: “O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo constitui de pleno direito em mora o devedor. Não havendo prazo assinado, começa ela desde a interpelação, notificação, ou protesto”.⁴²⁹

Segundo Clovis Bevilacqua, o Código considerou o protesto como ato constitutivo “da mora *solvendi*. O protesto não cria nem tira direito, mas, com a constituição da mora, não há direito novo para o credor, há, simplesmente, a positivação de um fato, que é a exigência do pagamento, no tempo e no lugar devidos. O protesto prova esse fato”.⁴³⁰ No entanto, ressaltou que: “É, porém, preciso que a dívida seja *positiva* e *líquida*. Positiva quer dizer de dar ou de fazer. Exclua-se a obrigação de não fazer, de que se ocupa o art. 961. Líquida é a obrigação certa, cuja prestação é de coisa determinada”.⁴³¹

O revogado Código Civil previu, assim, a possibilidade de constituição em mora pelo protesto. E, de acordo com Fábio Konder Comparato: “o protesto exerce também, entre nós, de acordo com o direito comum (CC, art. 960, 2ª alínea), uma função constitutiva: nas obrigações sem prazo, o devedor é constituído em mora [...] Qualquer desses atos pode ser praticado em Juízo ou fora dele”.⁴³²

Ou seja, o Código Civil de 1916 inovou ao prever a constituição em mora pelo protesto extrajudicial, para as obrigações sem prazo estipulado. Com isso, estendeu parcialmente para o direito comum a possibilidade introduzida pela legislação falimentar de 1908, de protesto de documento representativo de obrigação líquida e certa.⁴³³

⁴²⁹ Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. O Código vigente (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), dispõe que: “Art. 397. O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor. Parágrafo único. Não havendo termo, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial”.

⁴³⁰ **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.** p. 94.

⁴³¹ **Op. cit.** p. 93.

⁴³² **A regulamentação judiciário-administrativa do protesto cambial.** p. 81. Observe-se que essa função constitutiva do protesto foi reconhecida também pela Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, cujo art. 40 dispõe que: “Não havendo prazo assinado, a data do registro do protesto é o termo inicial da incidência de juros, taxas e atualizações monetárias sobre o valor da obrigação contida no título ou documento de dívida”.

⁴³³ Como visto anteriormente, a Lei nº 2.024, de 17 de dezembro de 1908, dispunha que: “Art. 1º [...] Paragrapho unico. Consideram-se obrigações liquidas e certas: 1º Os instrumentos publicos ou particulares de contractos, com a quantidade ou valor fixado da prestação”. No mesmo sentido, o Decreto nº 5.746, de 9 de dezembro de 1929, dispôs: “Art. 1º [...] Paragrapho unico. Consideram-se obrigações liquidas e certas: 1º, os instrumentos publicos ou particulares de contractos, com a quantidade ou valor fixado da prestação”.

4.3.4. Legislação sobre duplicatas

A história da duplicata mercantil, “*criação do direito brasileiro*”,⁴³⁴ remonta ao Código Comercial de 1850, que no art. 219 previu a fatura ou conta assinada, documento ao qual “se aplicavam as regras do direito cambiário”, mas que “se encontrava em desuso, pelo hábito da não devolução da duplicata da fatura”.⁴³⁵

Nesse contexto, aliás, João Eunápio Borges relatou que, diante da “sensível diminuição dos velhos e salutareis hábitos de honesta pontualidade dos bons comerciantes do interior”, a liquidação dos débitos “passou a depender, em grande parte”, da atuação do tabelião de protesto.⁴³⁶

Assim, a duplicata mercantil “veio obviar os inconvenientes do não-aceite da fatura-duplicata”,⁴³⁷ tendo sido a solução encontrada pelos comerciantes para garantir o recebimento dos créditos resultantes das vendas a prazo.⁴³⁸

Mas, para “assegurar o êxito de sua iniciativa, aliou-se o comércio ao Fisco”.⁴³⁹ De fato, o Decreto nº 4.625, de 31 de dezembro de 1922, sobre o orçamento da receita do ano seguinte, ao autorizar a cobrança do imposto sobre as vendas mercantis, faz expressa menção ao “1º Congresso das Associações Commerciaes do Brasil”.⁴⁴⁰

⁴³⁴ **Tratado de Direito Cambiário.** Pontes de Miranda. v. III. p. 37.

⁴³⁵ **Títulos de crédito.** Waldirio Bulgarelli. p. 422.

⁴³⁶ “chegou o momento em que o comércio atacadista começou a lamentar o olvido e o desprezo a que relegara o art. 219, cuja fiel observância – caída em completo desuso – lhe asseguraria o documento comprobatório de seu crédito com a possibilidade de agir, quando necessário, contra os devedores relapsos e morosos. E o número desses ia crescendo cada vez mais na medida em que se desenvolvia o comércio, com a sensível diminuição dos velhos e salutareis hábitos de honesta pontualidade dos bons comerciantes do interior. Em vez do viajante ou *cometa* – a cuja chegada acorriam todos para o saldo de seus débitos – a liquidação destes passou a depender, em grande parte, da figura menos poética do *Oficial de Protestos*. A atuação deste dependia no entanto da existência de um documento assinado pelo devedor”. **Títulos de crédito.** p. 204.

⁴³⁷ **Tratado de Direito Cambiário.** Pontes de Miranda. v. III. p. 40.

⁴³⁸ “não tendo surtido o efeito desejado pelo legislador o que dispunha o art. 219 do Código Comercial, os comerciantes se viam grandemente prejudicados nas vendas a prazo, procurando, naturalmente encontrar nova fórmula que lhes desse maiores garantias no recebimento dos créditos resultantes de tais vendas”. **Títulos de crédito.** Fran Martins. p. 402-403.

⁴³⁹ **Títulos de crédito.** João Eunápio Borges. p. 205.

⁴⁴⁰ “O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Faço saber que o Congresso nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte: [...] Art. 2º É o Presidente da Republica autorizado: [...] X. A cobrar o imposto do sello proporcional sobre as vendas mercantis, a prazo ou á vista, effectuadas dentro do paiz podendo applicar, no todo ou em parte, as disposições adoptadas sobre a materia no 1º Congresso das Associações Commerciaes do Brasil, realizado nesta Capital em 1922, ou outras que julgar convenientes, de modo a tornar obrigatoria a assignatura pelos compradores”. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2010.

Foi posteriormente editado o Decreto nº 16.041, de 22 de maio de 1923, cujo Regulamento anexo disciplinava a duplicata e o protesto. Para o ato era necessária a apresentação, dentre outros documentos, de prova da remessa da duplicata.⁴⁴¹ Além disso, cabia ao tabelião de protesto fiscalizar o recolhimento do imposto, sob pena de multa.⁴⁴²

Embora mantida,⁴⁴³ a possibilidade de “verificação judicial de conta extraída de livros comerciais perdeu a primitiva importância, desde que passou a vigorar o regime legal da obrigatoriedade da emissão da fatura”.⁴⁴⁴

Por sua vez, a Lei nº 187, de 15 de janeiro de 1936, introduziu a possibilidade de protesto por indicações⁴⁴⁵ e previu a aplicação da lei cambiária em relação aos requisitos do instrumento de protesto.⁴⁴⁶ Referida lei foi revogada pela Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, adiante analisada.

⁴⁴¹ “Decreto n. 16.041 – de 22 de maio de 1923. *Approva o regulamento para a fiscalização e cobrança do imposto do sello proporcional sobre as vendas mercantis, a prazo ou á vista, effectuadas dentro do paiz.* [...] Art. 14. A duplicata póde ser protestada: a) obrigatoriamente – por falta de assignatura ou de devolução; b) facultativamente – por falta de pagamento. [...] Art. 15. O protesto por falta de assignatura será tirado na propria duplicata, quando devolvida e, na falta de devolução, em uma triplicata, extrahida pelo vendedor e por elle estampilhada, datada e assignada, instruidas, em um e outro caso, com a prova do pedido das mercadorias, si houver, cópia da factura original, mencionado o folio do copiador em que tiver sido registrada, a 2ª via do conhecimento de carga, a prova da remessa da duplicata pelo Correio ou por qualquer outro meio, o recibo de entrega das mercadorias, assignado pelo comprador ou seu representante; podendo ter logar no domicilio do comprador ou no do vendedor, como for mais conveniente a este. [...] Art. 17. Cabe ao detentor legal da duplicata protestada nos termos dos arts. 15 e 16, a faculdade de cobrar o seu valor, por acção executiva de qualquer co-obrigado que a tenha assignado”. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2010.

⁴⁴² “Art. 28. Os officiaes do protesto não o tirarão, desde que verifiquem falta ou insufficiencia, do imposto na duplicata ou triplicata, ou que as estampilhas não sejam as especiaes ou lhes pareça que foram aproveitadas de outro documento, ou que são falsas, e bem assim quando não se acharem devidamente inutilizadas. [...] Art. 31. Serão punidos com a multa de 200\$ a 500\$, da primeira vez e no dobro na reincidencia: [...] 3º, os officiaes do protesto que infringirem o disposto no art. 28”.

⁴⁴³ “Art. 17. [...] § 1º O vendedor, que não tenha obtido do comprador a devolução ou assignatura da duplicata, poderá requerer o reconhecimento judicial da conta de accôrdo com o n. 8 do paragrapho unico do art. 1º da lei n. 2.024, de 17 de dezembro de 1908”.

⁴⁴⁴ **Comentários à Lei de Falências.** Trajano de Miranda Valverde. v. I. p. 29.

⁴⁴⁵ “Lei n. 187 – de 15 de janeiro de 1936. *Dispõe sobre as duplicatas e contas assignadas* [...] Art. 20. [...] Paragrapho unico. Nos casos da letra e, o protesto será tirado no domicilio do comprador ou do vendedor, como a este fôr mais conveniente, dentro do prazo de trinta dias subsequentes aos marcados nos arts. 11 e 13, paragrapho unico. O protesto, neste caso, será tirado á vista da duplicata quando devolvida e apresentada em cartorio com o certificado postal ou qualquer outro documento comprobatorio da sua entrega ao comprador ou da sua devolução; e, em falta desta pelas indicações do protestante ou á vista da triplicata, extrahida pelo vendedor, por elle datada e assignada, entregue em cartorio com a prova da entrega ou da remessa da duplicata, indicando seu numero de ordem e acompanhada da cópia da factura”. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2010.

⁴⁴⁶ “Art. 23. O instrumento do protesto conterà os requisitos do art. 29 do decreto n. 2.044, de 31 de dezembro de 1908, cujos demais dispositivos se applicarão á duplicata e triplicata, no que fôr possivel”.

4.3.5. Decreto nº 22.626/1933

O Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933, que dispõe sobre os juros dos contratos,⁴⁴⁷ definiu, no art. 1º, § 3º, que: “A taxa de juros deve ser estipulada em escritura pública ou escrito particular, e não o sendo, entender-se-á que as partes acordaram nos juros de 6% ao ano, a contar da data da propositura da respectiva ação ou do protesto cambial”.

Segundo o relato de Cláudio Pacheco, o então Governo Provisório⁴⁴⁸ baixou o Decreto “considerando que as legislações adotavam normas severas para regular, impedir e reprimir os excessos praticados pela usura”.⁴⁴⁹

Com a edição desse Decreto, Osny Duarte Pereira, ao atualizar a obra de José A. Saraiva, afirmou que a questão relativa ao marco inicial do cômputo de juros na letra de câmbio “parece ter se tornado pacífica, diante do Dec. n. 22.626 (Lei de Usura) de 7 de abril de 1933 [...] A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem sufragado este ponto de vista”.⁴⁵⁰

O assunto, contudo, foi objeto de nova disciplina pelo Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966. E, segundo Rubens Requião: “Pela Lei Uniforme, os juros moratórios passam a vigor desde a data do vencimento independentemente do protesto. Ficou revogada, conseqüentemente, a parte final do Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933”.⁴⁵¹

4.3.6. Código de Processo Civil de 1939

Durante a vigência da Constituição Federal de 1891, alguns Estados federados, na “fúria de exercer autonomia legislativa”, conforme relatou João Mendes Júnior, “confeccionaram leis e codigos de processo”.⁴⁵²

⁴⁴⁷ “Decreto n. 22.626 – de 7 de abril de 1933. *Dispõe sobre os juros dos contratos e dá outras providencias.* [...] Art. 1º É vedado, e será punido nos termos desta lei, estipular em quaisquer contratos taxas de juros superiores ao dobro da taxa legal (Código Civil, art. 1062)”. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2010.

⁴⁴⁸ A título de curiosidade histórica, no ano anterior, o Governo Provisório, considerando “o movimento sedicioso verificado no Estado de São Paulo”, editou o Decreto nº 21.644 – de 18 de julho de 1932, suspendendo, por 30 dias, o protesto cambial dos títulos em moeda nacional com vencimento entre 19 de julho de 20 de agosto de 1932.

⁴⁴⁹ **História do Banco do Brasil.** p. 363.

⁴⁵⁰ **A cambial.** v. 2. p. 284.

⁴⁵¹ **Curso de Direito Comercial.** v. 2. p. 464.

⁴⁵² **Direito Judiciário brasileiro.** p. 338.

No então Distrito Federal, foi editado o “Código do Processo Civil e Comercial” (Decreto nº 16.752, de 31 de dezembro de 1924). Esse diploma estabelecia no art. 437 que: “O protesto de títulos e contas assignadas, ou judicialmente verificadas, será effectuado nos casos e pela forma declarada na lei”.

Prevvia também a intimação por carta expedida pelo tabelião, entregue em mão própria ou registrada, além da possibilidade de se fazer pela imprensa em determinadas hipóteses.⁴⁵³

A previsão de intimação por carta foi criticada à época por Margarino Torres. Para ele, não obstante a aplicabilidade da Lei Cambial a todo o país, “os Estados legislaram, adaptando-a e criando, alguns, ou fazendo reviver, por conveniências geográficas, a intimação ‘por carta’ que a lei só refere para o aviso do protesto [...] abuso, que se verifica no próprio Código de Processo Civil e Comercial do Distrito Federal”.⁴⁵⁴

No mais, dispunha que, na hipótese de oposição de dúvidas ou dificuldades pelo tabelião, a parte interessada poderia reclamar ao juiz, com decisão após a manifestação do oficial público, transcrevendo-se a decisão no instrumento.⁴⁵⁵

No Estado de São Paulo, o “Código do Processo Civil e Commercial” (Lei nº 2.421, de 14 de janeiro de 1930), definia que a intimação deveria ser feita por carta, entregue em mão própria. Mas, quando o devedor não fosse encontrado ou fosse desconhecido, a intimação seria afixada nos lugares de estilo e, se possível, publicada pela imprensa.⁴⁵⁶ Conforme anotado por Antonio Luiz da Camara Leal, o preceito inovou ao prever a obrigatoriedade da publicação.⁴⁵⁷

⁴⁵³ “Art. 438. A intimação do protesto far-se-á por carta do official competente, entregue em mão própria, ou registrada, e pela imprensa, quando não fôr encontrado o devedor, ou se occultar para não ser intimado, ou se tratar de pessoa desconhecida, ou incerta”. Disponível em <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2010.

⁴⁵⁴ **Nota promissória.** v. II. p. 95.

⁴⁵⁵ “Art. 439. Oppondo o official duvidas, ou dificuldades, para tomar o protesto, ou entregar o respectivo instrumento, a parte poderá reclamar por petição ao juiz, que ouvirá immediatamente o official e decidirá sem demora. A decisão será transcripta no instrumento”.

⁴⁵⁶ “Art. 443. – A intimação do protesto será feita por carta, entregue em mão própria. Paragrapho unico. – Si o intimado não fôr encontrado na comarca, e quando se tratar de pessoa desconhecida, ou incerta, a intimação será affixada nos logares de estylo, e, si possivel, publicada pela imprensa”.

⁴⁵⁷ “A publicação pela imprensa sempre foi considerada formalidade meramente facultativa, dependendo mais da vontade da parte interessada no protesto do que da sua possibilidade. Todavia, parece que o Codigo não quis deixar isso exclusivamente á livre deliberação do interessado, mas foi pensamento do legislador determinar a publicação pelos jornaes, posto que não de um modo absoluto, sempre que essa publicação se torne possível”. **Código do Processo Civil e Commercial do Estado de São Paulo.** p. 618.

Com a edição do Decreto-Lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939, que instituiu em âmbito nacional o Código de Processo Civil, definiu-se que a intimação seria feita por “carta do oficial competente, registrada ou entregue em mão própria” ou pela imprensa quando a pessoa fosse desconhecida.⁴⁵⁸

Ao comentar essa disposição, Waldemar Ferreira afirmou que: “A intimação era pessoal. Essa intimação agora, pelo constante do art. 730 daquele Código, ‘far-se-á por carta do oficial competente’”.⁴⁵⁹

Desse modo, simplificou-se o procedimento para protesto no Brasil, abolindo-se a necessidade de apresentação do título,⁴⁶⁰ permanecendo o título na serventia. Na Espanha, por exemplo, como visto no estudo de Direito Comparado, apenas em 1967 foi realizada uma reforma nesse sentido.

O Código reproduziu, ainda, a disposição do Código do Distrito Federal, com a possibilidade de reclamação ao juiz na hipótese de oposição de dúvidas ou dificuldades pelo tabelião.⁴⁶¹

Por fim, o diploma previu o protesto como providência para comprovação da mora nas vendas a crédito com reserva de domínio.⁴⁶²

Ao comentar a previsão legal, asseverou Nelson Abrão que: “Este protesto não tem função conservatória, no sentido cambiário de assegurar o regresso, mas apenas probatória, ou seja, de caracterizar a mora do comprador através de um ato público, formal e solene”.⁴⁶³

⁴⁵⁸ “Art. 730. A intimação do protesto de títulos, ou contas assinadas ou judicialmente verificadas, far-se-á por carta do oficial competente, registrada ou entregue em mão própria. Parágrafo único. Quando não fôr encontrado o devedor ou se tratar de pessoa desconhecida ou incerta, a intimação far-se-á pela imprensa”.

⁴⁵⁹ **Tratado de Direito Comercial**. p. 328.

⁴⁶⁰ “Era de rigor a apresentação da letra de câmbio ou da nota promissória, pelo oficial, ao sacado, para que a aceitasse, e ao sacador ou aceitante, para que pagassem a soma consignada nos títulos. Mudou o Código de Processo Civil de prática, dispensando aquela apresentação”. **Op. cit.** p. 327.

⁴⁶¹ “Art. 731. Si o oficial opuser dúvidas ou dificuldades à tomada do protesto, ou à entrega do respectivo instrumento, a parte poderá reclamar em petição ao juiz, que ouvirá imediatamente o oficial e decidirá. A decisão será transcrita no instrumento”.

⁴⁶² “Art. 344. Em caso de mora de pagamento imputável ao comprador e desde logo provada com o título e respectivo instrumento de protesto, o vendedor poderá requerer previamente a apreensão e depósito judicial da coisa vendida, independentemente de audiência do comprador”.

⁴⁶³ **O protesto cambiário**. p. 28.

4.3.7. Lei falimentar de 1945

O Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945, na esteira das leis falimentares anteriores, manteve a necessidade de protesto para o requerimento de falência com fundamento na impontualidade do devedor, dispondo no art. 10 que: “Os títulos não sujeitos a protesto obrigatório devem ser protestados, para o fim da presente lei, nos cartórios de protesto de letras e títulos, onde haverá um livro especial para o seu registro”.

Ao comentar a redação dessa disposição, Trajano de Miranda Valverde observou, de forma pertinente, que: “Não há, em rigor, título de crédito que esteja sujeito a protesto obrigatório por falta ou recusa de pagamento. O protesto é necessário nos casos em que a sua falta acarreta para o credor ou o portador do título a perda de direitos contra todos ou alguns dos co-obrigados nêle”.⁴⁶⁴

Os requisitos para o ato foram estipulados pelo § 1º do art. 10, que seguiu a disciplina da lei anterior, incluindo a previsão de assinatura do portador, “se possível”,⁴⁶⁵ nisso divergindo da Lei de 1908 que, para Trajano de Miranda Valverde, exigia “acertadamente” essa formalidade.⁴⁶⁶

No mais, o diploma repetiu a disposição da legislação anterior, quanto à possibilidade de qualquer pessoa examinar gratuitamente o livro especial.⁴⁶⁷ Esse livro foi abolido pela Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, a qual previu um único livro tanto para o protesto comum como para fins especiais.⁴⁶⁸

Anote-se, por fim, que, atualmente, o protesto especial para fins falimentares está regulamentado na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, adiante comentada.

⁴⁶⁴ **Comentários à Lei de Falências.** p. 108.

⁴⁶⁵ “Art. 10. [...] § 1º O protesto pode ser interposto em qualquer tempo depois do vencimento da obrigação, e o respectivo instrumento, que será tirado dentro de três dias úteis, deve conter: a data, a transcrição, por extrato, do título com as principais declarações nêle inseridas, pela ordem respectiva; a certidão da intimação do devedor para pagar, a resposta dada ou a declaração da falta de resposta; a certidão de não haver sido encontrado, ou de ser desconhecido ou estar ausente o devedor, casos em que a intimação será feita por edital, afixado à porta do cartório e, quando possível, publicado pela imprensa; assinatura do oficial do protesto e, se possível, a do portador”.

⁴⁶⁶ **Comentários à Lei de Falências.** p. 111.

⁴⁶⁷ “Art. 10. [...] § 2º O livro de registro, de que cogita êste artigo, pode ser examinado gratuitamente por qualquer pessoa, e dos seus assentos se darão as certidões que forem pedidas”.

⁴⁶⁸ “Art. 23. Os termos dos protestos lavrados, inclusive para fins especiais, por falta de pagamento, de aceite ou de devolução serão registrados em um único livro e conterão as anotações do tipo e do motivo do protesto, além dos requisitos previstos no artigo anterior”.

4.3.8. Lei do mercado de capitais

A Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que “disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento”, definiu no art. 75 que: “O contrato de câmbio, desde que protestado por oficial competente para o protesto de títulos, constitui instrumento bastante para requerer a ação executiva”.

Nesse sentido, estabeleceu uma hipótese de protesto necessário, para comprovação da falta de pagamento, com vistas à propositura da ação executiva.⁴⁶⁹

A par disso, previu a possibilidade de nova apresentação a protesto para que o credor possa haver a diferença entre a taxa de câmbio do contrato e a da data do pagamento.⁴⁷⁰

Por outro lado, mencionado diploma introduziu no ordenamento pátrio o instituto da alienação fiduciária em garantia. E o Decreto-lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, ao definir normas de processo sobre a matéria, estabeleceu no art. 2º, § 2º que: “A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor”.

Segundo o Ministro Sálvio de Figueiredo, do Superior Tribunal de Justiça,⁴⁷¹ o objetivo da lei, ao definir a forma de comprovação da mora, “foi essencialmente prevenir que o alienante viesse a ser surpreendido com a subtração repentina dos bens dados em garantia, sem, antes, inequivocamente cientificado, ter oportunidade de, desejando, saldar a dívida garantida e, assim, conservá-los em seu poder”. Tal entendimento foi consagrado pela Súmula 72, com o seguinte teor: “A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente”.

⁴⁶⁹ Para Vicente de Abreu Amadei trata-se de modalidade de protesto especial “para comprovar a impontualidade (total ou parcial) do devedor no pagamento prometido e, com isso, conferir ao contrato protestado força executiva”. **Princípios de protesto de títulos**. p. 80.

⁴⁷⁰ “Art. 75. [...] § 1º Por esta via, o credor haverá a diferença entre a taxa de câmbio do contrato e a da data em que se efetuar o pagamento, conforme cotação fornecida pelo Banco Central, acrescida dos juros de mora. § 2º Pelo mesmo rito, serão processadas as ações para cobrança dos adiantamentos feitos pelas instituições financeiras aos exportadores, por conta do valor do contrato de câmbio, desde que as importâncias correspondentes estejam averbadas no contrato, com anuência do vendedor”.

⁴⁷¹ Ao apreciar o **Recurso Especial nº 16.242-SP**. Disponível em <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

4.3.9. Lei Uniforme de Genebra

Apesar de ter sido signatário das Convenções para adoção de uma Lei Uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias, assinadas em Genebra em 7 de julho de 1930, o Brasil continuou por muitos anos “a reger-se, em matéria cambiária, pelo Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908”.⁴⁷²

Com a edição do Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966, do Presidente da República, após a aprovação do Congresso Nacional, referidas Convenções foram introduzidas no ordenamento jurídico nacional, travando-se então “acesa polêmica”.⁴⁷³ Dentre as inovações trazidas pela Lei Uniforme, estava, por exemplo, a possibilidade de inclusão da cláusula “sem protesto”.⁴⁷⁴ A polêmica foi dirimida pelo Supremo Tribunal Federal, que decidiu no sentido da vigência,⁴⁷⁵ sendo que, na fundamentação de seu voto, o Ministro Oswaldo Trigueiro considerou desarrazoada a necessidade de “dupla manifestação do Congresso”. Com isso, ficaram revogadas “as disposições em contrário da legislação ordinária”.⁴⁷⁶

Dessa forma, a Lei Uniforme de Genebra está vigente em nosso país, tendo sido mantidas parcialmente as disposições do Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908, quando sejam com ela compatíveis.

⁴⁷² “Não se sentiu, nesse meio século de sua vigência e aplicação, necessidade de o adaptar ao texto da lei uniforme genebrina”. **Tratado de Direito Comercial**. Waldemar Ferreira. p. 151.

⁴⁷³ Conforme preciso relato histórico de Waldirio Bulgarelli: “Como as disposições da Lei Uniforme, tanto sobre letras de câmbio e notas promissórias como sobre cheques, distanciavam-se um tanto das normas legais e costumeiras do Brasil, e como o Decreto Legislativo nº 54, do congresso que as ratificara, não reproduzira o texto nem determinara a execução, travou-se acesa polêmica, entre nós, sobre a efetiva vigência dessas leis uniformes. Formou-se, logo, uma corrente contrária em admitir a vigência das leis uniformes, representadas principalmente por Fábio Konder Comparato, José Maria Whitaker e Gastão Maia Filho. [...] A favor, formou-se outra corrente, representada principalmente por Antonio Mercado Jr., Vicente Marota Rangel e Oscar Barreto Filho. A solução veio a ser dada, primeiramente, pelo Parecer do Consultor Geral da República, Adroaldo Mesquita da Costa (Nº 738-H, de 26 de setembro de 1968), que foi aprovado pelo Presidente da República. E, finalmente, por decisão do Supremo Tribunal Federal, no processo 71.154/70, de 4 de agosto de 1971, que deu pela vigência, com as reservas, das Leis Uniformes, no Brasil”. **Títulos de crédito**. p. 111-112.

⁴⁷⁴ Anote-se que o Brasil não adotou a reserva ao art. 8º do Anexo II, que previa a possibilidade de substituição do protesto por uma declaração datada, escrita na própria letra e assinada pelo sacado.

⁴⁷⁵ A Ementa do acórdão no **Recurso Extraordinário nº 71.154** – Paraná, teve o seguinte teor: “Lei Uniforme sobre o Cheque, adotada pela Convenção de Genebra. Aprovada essa Convenção pelo Congresso Nacional, e regularmente promulgada, suas normas têm aplicação imediata, inclusive naquilo em que modificarem a legislação interna”. Disponível em <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 8 nov. 2010.

⁴⁷⁶ Constou do voto do eminente Relator que: “não me parece razoável que a validade dos tratados fique condicionada à dupla manifestação do Congresso, exigência que nenhuma das nossas Constituições jamais prescreveu. Por outro lado, acho que, em virtude dos preceitos constitucionais anteriormente citados, a definitiva aprovação do tratado, pelo Congresso Nacional, revoga as disposições em contrário da legislação ordinária”.

4.3.10. Lei das duplicatas de 1968

A Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, revogou a legislação de 1936 sobre duplicatas, anteriormente mencionada. Segundo João Eunápio Borges: “A lei vigente – e nisto está a sua grande inovação – deu o passo decisivo: tornou possível, em certos casos, a ação executiva contra o comprador, com base em duplicata não aceita”.⁴⁷⁷

Por sua vez, Waldirio Bulgarelli anotou que a medida foi oportuna, considerando “senão o vício ao menos o hábito de os compradores não devolverem as duplicatas enviadas para aceite ou não as aceitarem. Introduzindo, o que pareceu a muitos, o *aceite presumido* do sacado, corrigiu à Lei umas das principais falhas existentes”.⁴⁷⁸

A redação original previa a necessidade de transcrição no instrumento de protesto, de documento comprobatório da entrega da mercadoria.⁴⁷⁹ Mas foi alterada logo em seguida pelo Decreto-lei nº 436, de 27 de janeiro de 1969.⁴⁸⁰

Ao comentar tal Decreto-lei, Lauro Muniz Barreto salientou a simplificação de exigências.⁴⁸¹ Segundo ele: “o protesto pode ser à vista da duplicata ou da triplicata, ou ainda por simples indicações do *portador*, dispensando-se tanto no protesto por falta de aceite, ou de devolução, como por falta de pagamento, documento comprobatório da entrega da mercadoria”.⁴⁸²

⁴⁷⁷ **Títulos de crédito.** p. 228.

⁴⁷⁸ **Títulos de crédito.** p. 425.

⁴⁷⁹ “Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968. *Dispõe sobre as Duplicatas, e dá outras providências.* [...] Art. 14. Nos casos de protestos por, falta de aceite ou de devolução da duplicata, o instrumento de protesto deverá conter, além dos requisitos enumerados no art. 29 do Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908, a transição literal do recibo passado, pelo sacado, no rodapé da fatura ou em documento comprobatório da entrega da mercadoria. Art. 15. Será processada pela forma executiva a ação do credor por duplicata, aceita pelo devedor, protestada ou não, e por duplicata não aceita e protestada desde que do instrumento de protesto constem os requisitos enumerados no art. 14”.

⁴⁸⁰ “Decreto-Lei nº 436, de 27 de janeiro de 1969. *Revoga o § 2º do art. 1º da Lei número 5.474, de 18 de julho de 1968, modifica a redação de seus artigos 13, 14, 16, 17 e 20 e dá outras providências.* [...] Art. 14. Nos casos de protesto, por falta de aceite, de devolução ou de pagamento, ou feitos por indicações do portador do instrumento de protesto deverá conter os requisitos enumerados no artigo 29 do Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908, exceto a transcrição mencionada no inciso II, que será substituída pela reprodução das indicações feitas pelo portador do título. [...] Art. 15. Será processada pela forma executiva a ação do credor por duplicata ou triplicata, aceita pelo devedor, protestada desde que esteja acompanhada de qualquer documento comprobatório da remessa ou da entrega da mercadoria. [...] § 3º Será também processada pela forma executiva a ação do credor por duplicata ou triplicata não aceita e não devolvida, desde que o protesto seja tirado mediante indicações do credor ou do apresentante do título, acompanhado de qualquer documento comprobatório da remessa ou da entrega da mercadoria, observados os requisitos enumerados no art. 14”.

⁴⁸¹ “O Decreto-lei se justificou pela necessidade súbita de adaptar aquele diploma do legislativo às reais necessidades do comércio”. **O direito novo da duplicata.** p. 114.

⁴⁸² **Op. cit.** p. 119.

No período inicial de vigência dessa lei houve um significativo aumento na quantidade de protestos, o que levou à instalação de novos tabelionatos de protestos no país.⁴⁸³

Com a promulgação do Código de Processo Civil de 1973 “passou-se a entender não ser mais cabível a ação executiva sem o aceite”.⁴⁸⁴ Foi então editada a Lei nº 6.458, de 1º de novembro de 1977, que previu expressamente a execução de duplicata não aceita, exigindo, dentre outros pressupostos, o protesto.⁴⁸⁵

E, ao comentar tal modificação, Cláudio Santos asseverou: “Importantíssimo o efeito do protesto da duplicata não aceita, já que [...] o protesto foi elevado à condição de pressuposto processual da ação de execução, ao lado da prova da entrega ou da remessa da mercadoria, ou da prova da prestação de serviço, se for o caso”.⁴⁸⁶

4.3.11. Código de Processo Civil de 1973

A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, instituiu o Código de Processo Civil e revogou o Código anterior, de 1939. O protesto de títulos foi incluído no Livro do processo cautelar.

E, consoante disposto no art. 882 do Código: “O protesto de títulos e contas judicialmente verificadas far-se-á nos casos e com observância da lei especial”.⁴⁸⁷

⁴⁸³ Na obra de Pedro Vieira Mota consta o seguinte: “O Instituto de Economia Gastão Vidigal, da Associação Comercial de São Paulo, mantém há longos anos o levantamento estatístico dos protestos cambiais lavrados na Capital de São Paulo. Eis alguns dados daquela notável instituição. Em março de 1970 foram protestados na Capital 23.000 títulos; e em março de 1971 o foram 21.000 títulos [...] Em fevereiro de 1974 foram protestados 67.000 títulos; e em fevereiro de 1975 foram 78.000 títulos”. **Sustação do protesto cambial**. p. 4. Nessa década, aliás, foram instalados seis dos dez tabelionatos da Capital do Estado de São Paulo.

⁴⁸⁴ **Títulos de crédito**. Waldirio Bulgarelli. p. 429.

⁴⁸⁵ “Lei nº 6.458, de 1º de novembro de 1977. *Adapta ao Código de Processo Civil a Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, e dá outras providências*. [...] Art. 15 – A cobrança judicial de duplicata ou triplicata será efetuada de conformidade com o processo aplicável aos títulos executivos extrajudiciais, de que cogita o Livro II do Código de Processo Civil, quando se tratar: I – de duplicata ou triplicata aceita, protestada ou não; II – de duplicata ou triplicata não aceita, contanto que, cumulativamente: a) haja sido protestada; b) esteja acompanhada de documento hábil comprobatório da entrega e recebimento da mercadoria; e c) o sacado não tenha, comprovadamente, recusado o aceite, no prazo, nas condições e pelos motivos previstos nos arts. 7º e 8º desta Lei. § 1º – Contra o sacador, os endossantes e respectivos avalistas caberá o processo de execução referido neste artigo, quaisquer que sejam a forma e as condições do protesto. § 2º – Processar-se-á também da mesma maneira a execução de duplicata ou triplicata não aceita e não devolvida, desde que haja sido protestada mediante indicações do credor ou do apresentante do título, nos termos do art. 14, preenchidas as condições do inciso II deste artigo”.

⁴⁸⁶ **Do protesto de títulos de crédito**. p. 17.

⁴⁸⁷ Disposição similar ao art. 473 do Código do Processo do Distrito Federal de 1924, anteriormente mencionado.

Por outro lado, o Código previu, além da intimação por carta registrada ou de forma pessoal, a intimação por edital,⁴⁸⁸ definindo claramente essa modalidade de intimação para devedor não encontrado na Comarca.⁴⁸⁹

Além disso, repetiu a regra do anterior quanto à reclamação ao juiz na hipótese de oposição de dúvidas ou dificuldades na tirada do protesto ou entrega do instrumento.⁴⁹⁰ E manteve a necessidade de protesto para comprovação da mora nas vendas a crédito com reserva de domínio.⁴⁹¹

4.3.12. Sustação de protesto na doutrina e jurisprudência

Ao longo do período de desenvolvimento do protesto no Brasil, a doutrina e a jurisprudência modificaram o entendimento inicialmente firmado quanto à impossibilidade de sustação judicial do protesto.

Como visto anteriormente na análise de Direito Comparado, um fenômeno parecido foi observado na Itália, com a diferença de que lá o protesto não deixa de ser lavrado, sendo que a determinação judicial geralmente restringe, tão somente, a publicação do ato na relação de protestos a cargo da Câmara de Comércio.

Pois bem. A posição inicial da doutrina brasileira era contrária à possibilidade de sustação judicial do protesto. Nesse sentido, a categórica afirmação de Waldemar Ferreira: “Não é suspensível o processo de protesto, seja qual fôr a causa da recusa do aceite ou do pagamento”.⁴⁹²

⁴⁸⁸ Termo mais adequado do que a expressão “pela imprensa” do Código anterior.

⁴⁸⁹ “Art. 883. O oficial intimará do protesto o devedor, por carta registrada ou entregando-lhe em mãos o aviso. Parágrafo único. Far-se-á, todavia, por edital, a intimação: I – se o devedor não for encontrado na comarca; II – quando se tratar de pessoa desconhecida ou incerta”.

⁴⁹⁰ “Art. 884. Se o oficial opuser dúvidas ou dificuldades à tomada do protesto ou à entrega do respectivo instrumento, poderá a parte reclamar ao juiz. Ouvido o oficial, o juiz proferirá sentença, que será transcrita no instrumento”.

⁴⁹¹ “Art. 1.071. Ocorrendo mora do comprador, provada com o protesto do título, o vendedor poderá requerer, liminarmente e sem audiência do comprador, a apreensão e depósito da coisa vendida”.

⁴⁹² Em seguida afirmou: “Não é autômato o oficial de protestos, naturalmente conhecedor da matéria concernente a seu ofício; e sobretudo cômico de suas responsabilidades”. E concluiu que: “Excede-se, portanto, o Juiz que, a despeito de dispositivos tão lúcidos, intervém para evitar, com impedir, ou sustar, com suspender, o processo do ato extrajudicial do protesto”. **Tratado de Direito Comercial**. p. 329.

A impossibilidade de sustação judicial do protesto servia de estímulo a inúmeros abusos. E o desabafo de João Eunápio Borges permite compreender a perplexidade gerada diante dessa situação: “é lamentável que de simples meio de prova, oficial e solene, da apresentação da letra e recusa por parte do sacado, do aceite ou do pagamento, o protesto tenha se convertido em meio violento de cobrança ou intimidação, levado a efeito por intermédio do oficial do protesto”.⁴⁹³

Nesse contexto, diante da falta de previsão legal, caberia ao Poder Judiciário a solução.⁴⁹⁴ Como bem ressaltou Pedro Vieira Mota: “Tem sido função normal da jurisprudência, através dos tempos, uma constante e interminável complementação do direito positivo, sempre defectivo em face do eterno devenir da realidade social, rica em mutações”.⁴⁹⁵

No mesmo sentido, João Mendes defendeu que: “não pode haver dúvida de que a sustação do protesto, ‘mediante prévio depósito da quantia correspondente ao valor do título a ser protestado’, constitui típica providência acauteladora do interesse das partes [...] asseguradas as posições do devedor e do credor”.⁴⁹⁶

A questão chegou ao Supremo Tribunal Federal, que firmou entendimento favorável à sustação. O Ministro Victor Nunes, ao apreciar o Recurso Extraordinário nº 44.148, afirmou que: “Se o protesto tão facilmente degenera em abuso, não se justifica, em princípio, a sua efetivação, quando o inculcado devedor deposita o valor do título, para discutir judicialmente [...] O protesto, em tal caso, funcionaria como meio [...] nocivo e vexatório, que a Justiça deve coibir”.⁴⁹⁷

⁴⁹³ No artigo, publicado no ano de 1949, constou que: “há em torno do protesto cambial, de seu processo, de sua significação, de seus efeitos, e sobretudo, de sua repercussão sobre o crédito do comerciante, uma série de equívocos que precisam ser esclarecidos e desfeitos, a fim de que o zelo, nunca excessivo aliás, pela defesa e resguardo do crédito do comerciante, não degenera em preconceitos e superstições, facilmente explorável por quem se utiliza do protesto como arma de compressão, transformando-se o oficial do protesto num destes cobradores mal encarados aos quais os negociantes do sertão costumam confiar as liquidações de seus créditos. Diante de um desses cobradores, o devedor nem sempre se anima a discutir a legitimidade ou a importância da dívida exigida: paga logo à vista de documento tão violentamente executivo como é o bacamarte e a cara feia do cobrador...”. **Protesto cambial – abusos e preconceitos**. p. 605-606.

⁴⁹⁴ De acordo com Pedro Vieira Mota: “existem meios jurídicos para coibir as práticas abusivas, porque é certo que o Direito atende a qualquer necessidade social e remedia qualquer lesão de direito”. **Sustação do protesto cambial**. p. 5.

⁴⁹⁵ **Op. cit.** p. 5-6.

⁴⁹⁶ **Sustação de protesto através do processo cautelar**. p. 164.

⁴⁹⁷ E mais adiante prosseguiu: “Essa faculdade cautelar, atribuída ao magistrado, também pode ser estendida, por analogia, ao protesto cambiário. Verificando as circunstâncias de cada caso, em que se ofereça o depósito, decidirá ele se deve ou não impedir o protesto. Aliás, para negar a suspensão, em tal hipótese, a prova que deverá exigir é a do abuso do depositante, pois o depósito, em princípio, elimina o interesse da outra parte no protesto”. Disponível em <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 1 nov. 2010.

A partir de então se consolidou o entendimento quanto à admissibilidade da medida. Fábio Konder Comparato afirmou que a possibilidade de protesto abusivo “não justifica a supressão de *lege ferenda* do instituto”. E concluiu: “Sustentar-se o contrário seria o mesmo que advogar a conveniência da supressão do direito de ação judicial, porque o seu exercício pode conduzir a abusos”.⁴⁹⁸

E, com a firme posição da jurisprudência,⁴⁹⁹ o cenário modificou-se rapidamente, como confirmou Pedro Vieira Mota. Segundo ele: “Essa diminuição do abuso e normalização dos protestos tirados, acreditamos nós, deve-se à prática e aperfeiçoamento da sustação do protesto, que dissuadiu os fraudadores do instituto do protesto, nos últimos dez anos”.⁵⁰⁰

4.3.13. Averbação de pagamento e cancelamento de protesto

Assim como ocorreu em relação à sustação do protesto, coube inicialmente ao Poder Judiciário a tarefa de modificar o entendimento, exposto por Waldemar Ferreira, de que: “O protesto, propriamente dito, é incancelável”,⁵⁰¹ ressalvada a hipótese de declaração da nulidade do ato.⁵⁰²

No entanto, como bem apontado por Paulo Salvador Frontini, o cancelamento do protesto “se consagrou na praxe da jurisdição voluntária como autêntica construção pretoriana”.⁵⁰³

Em abrangente estudo sobre o tema, Edison Josué Campos de Oliveira relatou que: “De fato, nenhuma lei, até hoje, instituiu ou regulou uma forma de se baixar os registros de protestos”. Encontrou-se em São Paulo “uma fórmula administrativa” para o cancelamento, por decisão do Juiz da Vara de Registros Públicos “quando há prova do pagamento e anuência do portador”.⁵⁰⁴

⁴⁹⁸ **A regulamentação judiciário-administrativa do protesto cambial.** p. 82.

⁴⁹⁹ Corroborada posteriormente pela expressa previsão na Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, de que: “Art. 17. Permanecerão no Tabelação, à disposição do Juízo respectivo, os títulos ou documentos de dívida cujo protesto for judicialmente sustado”.

⁵⁰⁰ **Sustação do protesto cambial.** p. 4.

⁵⁰¹ **Tratado de Direito Comercial.** p. 352.

⁵⁰² “se o protesto foi legal, não padecendo de vícios aptos para autorizar o seu cancelamento [...] possível ao Juiz, pela sentença, é declará-lo nulo”. **Op. cit.** p. 353.

⁵⁰³ **A instituição do “jeito” e o cancelamento do protesto.** p. 159.

⁵⁰⁴ **Cancelamento de protesto de títulos – o Direito desuniforme.** p. 149.

Segundo referido autor, foi constatada, por meio de pesquisa realizada à época, a existência de “disparidades regionais”.⁵⁰⁵ Em algumas localidades adotava-se o mencionado procedimento administrativo perante o Juízo incumbido da fiscalização,⁵⁰⁶ enquanto noutras exigia-se processo contencioso.⁵⁰⁷

No Estado do Espírito Santo, porém, o procedimento era realizado na própria serventia,⁵⁰⁸ conforme Provimento editado pelo Corregedor-Geral da Justiça do Estado em 1964, que estendeu ao Estado a prática que se observava na Comarca de Cachoeiro do Itapemirim desde a década de 1940.⁵⁰⁹ Na conclusão do estudo, esse procedimento foi indicado como modelo para um projeto de lei.⁵¹⁰

⁵⁰⁵ “como a solução brotou como formação jurisprudencial, sem a paternidade de uma norma, ainda que correcional, do judiciário, nem se a colocou até hoje, sob tutela de qualquer provimento, propusemos ao Instituto de Estudos Notariais que se fizesse uma pesquisa sobre a forma de proceder ao cancelamento de protestos, nos diversos Estados do País, e se buscasse conhecer qual a normatividade escrita existente. A pesquisa foi feita, e os resultados aqui expostos, além de magros, dão bem a idéia das disparidades regionais”. **Cancelamento de protesto de títulos – o Direito desuniforme**. p. 149.

⁵⁰⁶ No Distrito Federal e Territórios: “o cancelamento do protesto é requerido administrativamente, ao Juízo [...] que tem competência privativa para ‘o julgamento das questões de natureza administrativa referentes aos registros públicos’, requerimento esse que deve ser instruído com a certidão da averbação do pagamento do título protestado”; no Paraná: “pedido não litigioso de cancelamento, que deve ser acompanhado do título quitado e declaração formalizada pelo credor, pela qual não se opõe ao cancelamento pleiteado”; no Rio de Janeiro: “naquele estado têm curso os pedidos para Cancelamento de Protesto, o juízo competente é o da 4ª Vara Cível, a que está subordinado o Cartório Privativo de Protestos”; em Alagoas: “o cancelamento é administrativo, perante o Juiz”; e no Acre “o protesto é cancelado por via judicial, perante o Juiz Corregedor do Cartório”. **Op. cit.** p. 149-151.

⁵⁰⁷ No Rio Grande do Sul: “demonstre o devedor cambial, em ação própria, a existência de relevante razão de direito”; em Minas Gerais: “a anulação do protesto somente pode ser obtida em processo contencioso, por sentença transitada em julgado”; em Mato Grosso: “o cancelamento do protesto será requerido, através de ação ordinária”. **Op. cit.** p. 150-151.

⁵⁰⁸ “a solução adotada pelo poder judiciário do Estado do Espírito Santo, onde o cancelamento é feito em cartório mediante a simples prova do pagamento”. **Op. cit.** p. 151-152.

⁵⁰⁹ “Em 3.2.1964 o titular do Cartório Privativo de Protesto de Vitória, bacharel João Dalmacio Castello Miguel, representa ao Corregedor-Geral da Justiça daquele Estado expondo que o deputado Estadual [...] lhe solicitou o cancelamento do protesto de um título prescrito há mais de 15 anos, apresentando quitação com firma reconhecida. Contrariado, o deputado fez-lhe ver que o oficial de protesto de Cachoeiro do Itapemirim efetuava averbação de pagamento, cancelando os protestos. [...] Melchisedeck Sandoval, oficial privativo dos protestos de títulos e letras da Comarca de Cachoeiro do Itapemirim falou longamente nos autos, com raro bom senso, com sinceridade humilde, e descortínio largo. [...] Para demonstrar desde quando, foram extraídas duas certidões de dois antecessores na serventia, uma de 1946 e outra de 1942. [...] estudando os textos legais sobre o assunto, nada encontrei que contrariasse a praxe corrente. [...] a hipoteca e o penhor a ele se assemelham, visam ambos como o protesto resguardar direitos do credor, dar publicidade ao ato. E como se cancelam? O penhor pode ser cancelado com a simples apresentação pelo devedor da quitação do credor [...] Basta, tanto para um caso como para outro, um simples recibo de quitação”. **Op. cit.** p. 152-153.

⁵¹⁰ “a nossa conclusão e sugestão é para que se solicite a criação de um grupo de trabalho destinado a unificar o procedimento em matéria de cancelamento de protesto, do qual deve resultar projeto de lei a ser sugerido ao Ministro da Justiça. Somos também de opinião que deve ser seguida a solução adotada no Estado do Espírito Santo”. **Op. cit.** p. 155.

Por sua vez, Antonio Mercado Júnior sugeriu proposição noutra sentido: “Outra inovação que nos parece utilíssima, seria a averbação [...] do posterior pagamento do título protestado”, pois “ficaria documentada, apenas, a impontualidade, não a insolvência do obrigado cambiário que, embora tardiamente, houvesse pago o título”.⁵¹¹

Foi então editada a Lei nº 6.268, de 24 de novembro de 1975, que previu a averbação do pagamento⁵¹² e instituiu a necessidade de identificação do devedor nos títulos cambiais e duplicatas, com a menção ao número do documento respectivo no instrumento de protesto.⁵¹³

Ao comentar a medida introduzida pela legislação, Paulo Salvador Frontini afirmou que: “A diretriz norteadora do diploma está correta: ao invés de cancelamento, prevê-se, para documentar o posterior comportamento do devedor, que pagou o título após o protesto, a simples averbação à margem do competente registro”.⁵¹⁴

Relatou Othon Sidou que: “Estava ainda a doutrina desavinda e a jurisprudência sinuante quando adveio a Lei nº 6.690, de 25 de setembro de 1979, vigente, para restaurar o costume”.⁵¹⁵

Essa lei disciplinou o cancelamento de títulos posteriormente pagos mediante a apresentação, pelo devedor ou por procurador com poderes especiais, do título protestado ou de declaração de anuência de todos que figurassem no registro do protesto.⁵¹⁶

⁵¹¹ **Algumas questões sobre a forma do protesto de títulos cambiários.** p. 162.

⁵¹² “Lei nº 6.268, de 24 de novembro de 1975. *Dispõe sobre a averbação do pagamento de títulos protestados, a identificação do devedor em títulos cambiais e duplicatas de fatura e dá outras providências.* Art 1º É facultado ao responsável por título protestado perante notário ou oficial público, na forma da legislação reguladora dos títulos de crédito, uma vez efetuado seu respectivo pagamento, requerer seja este averbado à margem do competente registro de protesto. Parágrafo único. O oficial público, não poderá recusar a averbação requerida nos termos deste artigo, a não ser com fundamento na ocorrência de vício capaz de invalidar a prova do pagamento realizado, que será feita por qualquer meio permitido em direito. Art 2º A averbação de que trata o artigo anterior constará, obrigatoriamente, de qualquer certidão extraída do registro de protesto e eliminará a eficácia deste em relação ao credor, ressalvados direitos de coobrigados e terceiros, nos termos da Lei”.

⁵¹³ “Art 3º Os títulos cambiais e as duplicatas de fatura conterão, obrigatoriamente, a identificação do devedor pelo número de sua cédula de identidade, de inscrição no cadastro de pessoa física, do título eleitoral ou da carteira profissional. Parágrafo único. Nos instrumentos de protesto, serão descritos os elementos de que trata este artigo”.

⁵¹⁴ **A instituição do “jeito” e o cancelamento do protesto.** p. 160.

⁵¹⁵ **Do cheque.** p. 209.

⁵¹⁶ “Lei nº 6.690, de 25 de setembro de 1979. *Disciplina o cancelamento de protesto de títulos cambiais [...]* Art. 2º Será cancelado o protesto de títulos cambiais posteriormente pagos mediante a exibição e a entrega, pelo devedor ou procurador com poderes especiais, dos títulos protestados, devidamente quitados, que serão arquivados em cartório. Parágrafo único. Para os fins previstos no caput deste artigo, não serão aceitas cópias ou reproduções de qualquer espécie, ainda que autenticados. Art. 3º Na impossibilidade de exibir o título protestado, o devedor, para obter o cancelamento do protesto, deverá apresentar declaração de anuência de todos que figurem no registro do protesto, como qualificação completa e firmas reconhecidas, devendo ser arquivada em cartório a referida declaração”.

Dessa lei constou, ainda, a salutar vedação de fornecimento de informações de apontamentos,⁵¹⁷ medida que era disciplinada desde 1970 no Estado de São Paulo,⁵¹⁸ bem como de protestos cancelados, ressalvada a hipótese de solicitação do devedor ou de requisição judicial.⁵¹⁹

Houve posterior alteração pela Lei nº 7.401, de 5 de novembro de 1985, para facilitar o cancelamento que não tenha sido fundado no pagamento, mediante apresentação de carta anuência do credor,⁵²⁰ evitando a necessidade de determinação judicial em ação própria, sugerida pela interpretação literal da redação original do art. 4º da Lei de 1979.⁵²¹

4.3.14. Lei do cheque de 1985

A Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985, conferiu “tratamento unitário à disciplina legal do cheque, por meio da integração das disposições da Lei Uniforme aceitas pelo Governo brasileiro, às normas que já vigiam entre nós, [...] além de outras inovações introduzidas”.⁵²²

Ao tratar das referidas inovações, Egberto Lacerda Teixeira afirmou: “A maior conquista da nova lei brasileira foi dispensar a obrigatoriedade do *protesto* formal como pressuposto ou medida preliminar ao início da ação de cobrança do cheque. Hoje, tanto vale o protesto quanto a declaração escrita e assinada pelo sacado ou por câmara de compensação”.⁵²³

⁵¹⁷ “Art. 7º Não serão fornecidas informações ou certidões, mesmo sigilosas, a respeito dos apontamentos feitos no livro de protocolo, a não ser mediante requerimento escrito do devedor, ou requisição judicial”.

⁵¹⁸ Segundo Antônio Mercado Júnior: “Também digno de encômios o item 2 do Provimento n. 10 de 1970 do Corregedor-Geral da Justiça deste Estado assim redigido: ‘Os escrivães dos Cartórios de Protesto de Títulos só podem dar conhecimento das prenotações em seus protocolos (ou apontamentos) às partes imediata e diretamente vinculadas aos títulos levados a protesto (sacador, sacado, aceitante, emitente, avalista e endossatário), sendo-lhe vedado fornecer, ainda que em caráter sigiloso, certidões ou informações verbais a terceiros pessoas, físicas ou jurídicas, quer sejam públicas ou privadas, associações de classe, imprensa, estabelecimentos bancários, instituições financeiras, agências de informações cadastrais, entidades de proteção ao crédito e congêneres’. Título levado a protesto, não é título protestado”. **Algumas questões sobre a forma do protesto de títulos cambiários**. p. 158.

⁵¹⁹ “Art. 6º Cancelado o protesto, não mais constarão das certidões expedidas nem o protesto nem seu cancelamento, a não ser mediante requerimento do devedor, ou requisição judicial”.

⁵²⁰ “Lei nº 7.401, de 5 de novembro de 1985. *Altera a Lei nº 6.690, de 25 de setembro de 1979, que disciplina o cancelamento de protesto de títulos cambiais, e dá outras providências*. [...] Art. 3º – Na hipótese de cancelamento de protesto não fundado no pagamento posterior do título, será bastante a apresentação, pelo interessado, de declaração nos termos do § 2º do art. 2º desta Lei. Art. 4º – O cancelamento de protesto que não se enquadre nas disposições dos artigos antecedentes somente se efetuará por determinação judicial de ação própria”.

⁵²¹ “Art 4º O cancelamento do protesto, se fundado em outro motivo que não o pagamento posterior do título, somente se efetuará por determinação judicial decorrente de ação própria”.

⁵²² **Títulos de crédito**. Waldirio Bulgarelli. p. 300.

⁵²³ **A nova lei brasileira do cheque**. p. 84.

Dessa forma, preferiu o legislador brasileiro não utilizar a faculdade prevista no art. 21 do Anexo II,⁵²⁴ alterando com isso a sistemática então vigente.⁵²⁵ Assim, tanto a declaração do banco sacado como da câmara de compensação são, atualmente, equivalentes ao protesto.⁵²⁶

A vigente Lei definiu, ainda, o prazo para protesto necessário (ou declarações equivalentes), as regras de competência territorial para o ato⁵²⁷ e o prazo para tirada do protesto.⁵²⁸ No mais, disciplinou os elementos do instrumento de protesto⁵²⁹ e os requisitos para cancelamento.⁵³⁰

⁵²⁴ “Decreto nº 57.595, de 4 de janeiro de 1966. *Promulga as Convenções para adoção de uma Lei uniforme em matéria de cheques*. [...] Artigo 21. Qualquer das Altas Partes Contratantes reserva-se a faculdade de determinar, pelo que respeita aos cheques pagáveis no seu território, que a verificação da recusa de pagamento, prevista nos artigos 40 e 41 da lei uniforme para a conservação do direito de ação deve ser obrigatoriamente feita por meio do protesto, com exclusão de qualquer outro ato equivalente”.

⁵²⁵ Em sua consagrada obra, editada sob a égide da legislação anterior, Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto afirmou: “No Brasil, o protesto é insubstituível por qualquer outro gênero de prova e, ao parecer, filiou-se nossa lei à melhor corrente, pois é a única que inadmitte abusos”. **O cheque**. v. I. p. 230.

⁵²⁶ “Art. 47. Pode o portador promover a execução do cheque: I – contra o emitente e seu avalista; II – contra os endossantes e seus avalistas, se o cheque apresentado em tempo hábil e a recusa de pagamento é comprovada pelo protesto ou por declaração do sacado, escrita e datada sobre o cheque, com indicação do dia de apresentação, ou, ainda, por declaração escrita e datada por câmara de compensação. § 1º Qualquer das declarações previstas neste artigo dispensa o protesto e produz os efeitos deste. [...] § 3º O portador que não apresentar o cheque em tempo hábil, ou não comprovar a recusa de pagamento pela forma indicada neste artigo, perde o direito de execução contra o emitente, se este tinha fundos disponíveis durante o prazo de apresentação e os deixou de ter, em razão de fato que não lhe seja imputável”.

⁵²⁷ “Art. 48. O protesto ou as declarações do artigo anterior devem fazer-se no lugar de pagamento ou do domicílio do emitente, antes da expiração do prazo de apresentação. Se esta ocorrer no último dia do prazo, o protesto ou as declarações podem fazer-se no primeiro dia útil seguinte”. É importante mencionar que a disposição do *caput* do art. 48 está relacionada ao inciso II do art. 47, que trata do protesto ou declaração equivalente para resguardar o direito de regresso contra os endossantes e seus avalistas. Tais declarações apenas dispensam o protesto, na forma do art. 47, § 1º. Ou seja, o protesto facultativo, que serve para comprovação da inadimplência do emitente e interrupção da prescrição, não está obstado. Nesse sentido, o parecer do magistrado Luiz Antônio Ambra, da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, no Processo 75.202/85, de que: “A contradição, aqui, é apenas aparente. A Lei 7.357, na realidade, nada inovou acerca da questão. Limitou-se, na verdade, a repetir o que a Lei Uniforme de Genebra já dizia. Ou seja: ‘o protesto ou declaração equivalente devem ser feitos *antes de expirado o prazo para a apresentação*’. Sempre se entendeu, todavia, que após a apresentação o protesto também cabe. Cabe, aliás, até de cheque *prescrito*, pois ao Serventuário não é dado perquirir a ocorrência de eventual caducidade ou prescrição”. **Decisões administrativas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, 1986**. p. 226.

⁵²⁸ “Art. 48. [...] § 1º A entrega do cheque para protesto deve ser prenotada em livro especial e o protesto tirado no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento do título”.

⁵²⁹ “Art. 48. [...] § 2º O instrumento do protesto, datado e assinado pelo oficial público competente, contém: a) a transcrição literal do cheque, com todas as declarações nele inseridas, na ordem em que se acham lançadas; b) a certidão da intimação do emitente, de seu mandatário especial ou representante legal, e as demais pessoas obrigadas no cheque; c) a resposta dada pelos intimados ou a declaração da falta de resposta; d) a certidão de não haverem sido encontrados ou de serem desconhecidos o emitente ou os demais obrigados, realizada a intimação, nesse caso, pela imprensa. § 3º O instrumento de protesto, depois de registrado em livro próprio, será entregue ao portador legitimado ou àquele que houver efetuado o pagamento”. Anote-se que a parte final do § 3º é disposição sem nenhuma aplicabilidade, visto que na hipótese de pagamento do título não há que se cogitar em lavratura do protesto.

⁵³⁰ “Art. 48. [...] § 4º Pago o cheque depois do protesto, pode este ser cancelado, a pedido de qualquer interessado, mediante arquivamento de cópia autenticada da quitação que contenha perfeita identificação do título.”

4.3.15. Normas técnicas editadas pelo Poder Judiciário

No Brasil, a atividade de notários e registradores é tradicionalmente relacionada ao Poder Judiciário,⁵³¹ órgão cuja atuação tem abrangido a fiscalização dos atos desses profissionais. Essa atividade de corregedoria identifica-se, na opinião de Luís Paulo Aliende Ribeiro, “com o exercício dos poderes normativo, de fiscalização e sancionatório, que integram a regulação”.⁵³² Nesse contexto, a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, editada em cumprimento ao disposto no art. 236, § 1º, da Constituição Federal,⁵³³ definiu como dever dos notários e dos oficiais de registro “observar as normas técnicas estabelecidas pelo juízo competente” (art. 30, inciso XIV).

Ao longo da evolução histórica do protesto no Brasil, essa função do Poder Judiciário teve significativa importância, complementando as inúmeras omissões do legislador e coibindo abusos. A reiteração de decisões em casos concretos no exercício dessa função administrativa levou à edição de provimentos, portarias e decisões em caráter normativo e, num momento posterior, à consolidação da matéria.⁵³⁴

Não obstante a crítica formulada por Fábio Konder Comparato de que tais normas deveriam se limitar a regular o “trabalho burocrático cartorário”,⁵³⁵ o fato é que essas normas – não somente em São Paulo, mas em diversas Unidades da Federação – exerceram (e ainda exercem) relevante papel, seja durante o período de desenvolvimento do protesto em nosso país, seja após a edição da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.⁵³⁶

⁵³¹ Como bem apontou Luís Paulo Aliende Ribeiro: “o notariado brasileiro sempre esteve umbilicalmente ligado ao Poder Judiciário como integrante do chamado foro extrajudicial, regrado pelas normas de organização judiciária, a ponto de terem sido os notários e registradores considerados ou confundidos com funcionários da justiça”. **Regulação da função pública notarial e de registro**. p. 11. Nesse sentido, aliás, o Decreto nº 9.420, de 28 de abril de 1885, ao consolidar “a legislação relativa aos empregos e officios de Justiça”, incluiu entre esses officios o “Tabellião de notas” e o “Official do Registro geral das hypothecas”. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

⁵³² **Op. cit.** p. 168.

⁵³³ “Art. 236. [...] § 1º – Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário”.

⁵³⁴ Nesse sentido, o Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira instituiu, pelo Provimento nº 05/73, a “Consolidação de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça” do Estado de São Paulo. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 13 out. 1973. Poder Judiciário, p. 10. Atualmente estão em vigor as “Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça” de São Paulo, instituídas pelo Provimento nº 58/89. O Capítulo XV, que trata “Do Tabelionato de Protesto”, foi alterado pelo Provimento CG nº 30/97. O texto atualizado das referidas normas está disponível em <<http://www.extrajudicial.tjsp.jus.br>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

⁵³⁵ **A regulamentação judiciário-administrativa do protesto cambial**. p. 83.

⁵³⁶ Como se verá adiante, a Lei resultou de Projeto que praticamente reproduziu as normas então vigentes no Estado de São Paulo.

4.4. Fase atual (a partir de 1994)

A Constituição Federal de 1988, complementada pela regulamentação de seu art. 236, por meio da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, representou um significativo marco para a função notarial e de registro no Brasil, introduzindo um novo modelo no país.⁵³⁷

Na atualidade, segundo Luís Paulo Aliende Ribeiro, “a delegação é outorgada à pessoa física do notário ou registrador, o que se completa com a expressa exigência da capacitação jurídica adequada para o exercício de tais funções [...] verificada por meio de concurso público, de provas e títulos”.⁵³⁸

Além disso, houve a sistematização da matéria atinente ao protesto com a edição da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, na esteira da proposta de Cláudio Santos quanto à “necessidade de uma urgente consolidação das disposições legais sobre o protesto, como ponto de partida do reordenamento do instituto”.⁵³⁹

Enfim, como observado por Vicente de Abreu Amadei, o “Século XX, especialmente em sua segunda metade, foi, também no Brasil, momento de maturidade nos estudos de direito notarial e registrário em geral”. E as mencionadas leis “são reflexos desse amadurecimento de sistematização”.⁵⁴⁰

A par disso, as duas últimas décadas foram caracterizadas por profundas mudanças no ordenamento jurídico brasileiro. Ressalta-se a edição, dentre outras leis, do Código Civil de 2002, da Lei de Recuperação de Empresas e Falência, de modificações à legislação societária e de mercado de capitais, além de inúmeras reformas no âmbito do Processo Civil.

Por fim, as diversas transformações observadas no período, tanto no aspecto econômico, como social, cultural e tecnológico, acabaram por influenciar também o Direito em nosso país. É nesse contexto que o protesto está atualmente inserido no Brasil.

⁵³⁷ Afirmou Cláudio Luiz Bueno de Godoy que: “com a nova Carta Constitucional e, particularmente, mercê do contido em seu art. 236, alterou-se, completamente, o sistema da prestação do relevante serviço extrajudicial”. **A delegação dos serviços notariais e de registro**. p. 275.

⁵³⁸ **Regulação da função pública notarial e de registro**. p. 64.

⁵³⁹ **Do protesto de títulos de crédito**. p. 22.

⁵⁴⁰ **Princípios de protesto de títulos**. p. 97.

4.4.1. Lei nº 8.935/1994

A Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, regulamentou o art. 236 da Constituição Federal e dispôs sobre os serviços notariais e de registro, definindo a natureza e fins, a competência, as normas para ingresso na atividade, a responsabilidade civil e criminal, os direitos e deveres, as infrações disciplinares e penalidades, a fiscalização pelo Poder Judiciário e as regras sobre a extinção da delegação, além de disposições gerais e transitórias.

E, como visto anteriormente, uniformizou a denominação dos tabeliões de protesto em todo o território nacional, incluindo-os expressamente na categoria dos notários.⁵⁴¹

Segundo Walter Ceneviva, essa Lei “corroeu longo processo de elaboração, iniciado, no plano político institucional, com intervenção direta dos então senadores Mauro Benevides e Nelson Carneiro e, depois, do deputado Renato Viana, enquanto parlamentares interessados no tema”.⁵⁴²

Inicialmente, cumpre observar que a redação original do art. 10, inciso I, do Projeto de Lei nº 2.248, de 1991, do Poder Executivo, previa a competência privativa dos oficiais de registro de protestos para “protocolizar os títulos a que a lei atribuir força executiva para prova de descumprimento de obrigação”.⁵⁴³

Mas o projeto foi aprovado e sancionado sem a limitação contida na redação original.

Assim, previu a Lei expressamente a competência do tabelião de protesto para “protocolar de imediato os documentos de dívida, para prova do descumprimento da obrigação” (art. 11, inciso I), o que representou importante inovação, visto que a legislação anterior apenas previa as hipóteses em que o protesto era necessário.⁵⁴⁴

⁵⁴¹ “Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994. *Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.* [...] Seção II. Das Atribuições e Competências dos Notários. Art 6º Aos notários compete: I – formalizar juridicamente a vontade das partes; II – intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade, autorizando a redação ou redigindo os instrumentos adequados, conservando os originais e expedindo cópias fidedignas de seu conteúdo; III – autenticar fatos”. **Diário Oficial**, Brasília, Seção 1, p. 17500-17501, 21 nov. 1994.

⁵⁴² **Lei dos notários e registradores comentada.** p. 1-2.

⁵⁴³ **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, Seção I, p. 25200, 3 dez. 1991.

⁵⁴⁴ Para o exercício do direito de regresso contra os coobrigados, para o requerimento de falência, para a execução do contrato de câmbio ou para a comprovação da mora nas vendas com reserva de domínio, dentre outras previsões.

E nem poderia ser de outra forma, visto que o protesto é ato cuja finalidade não é apenas conservatória de direitos. Pelo contrário, tem também uma função probatória, ínsita às atribuições notariais, sendo admissível sempre que as partes queiram dar forma legal ou autenticidade, não se restringindo aos casos de imposição legal para a prática do ato.

De fato, o protesto surgiu e se desenvolveu no Direito Comparado sem qualquer previsão legal, de forma espontânea, como decorrência da própria função notarial, caracterizado como relato circunstanciado da apresentação do título e a exigência do aceite ou do pagamento. Posteriormente, passou a legislação a prever a necessidade de protesto logo após o vencimento para o exercício do direito de regresso contra os coobrigados. Esse ônus era imposto ao portador visando o interesse dos coobrigados, que não poderiam permanecer indefinidamente obrigados.

Nesse contexto, ao conferir tratamento sistemático à função notarial, a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, não poderia deixar de expressamente prever atribuição inerente à função do tabelião. E, devido à especialização da atividade de tabelião de protesto no Brasil, indispensável era que a competência para tanto fosse precisamente delimitada.

No mais, enumerou a necessidade de imediata protocolização, a expedição de intimação, a possibilidade de pagamento no tabelionato, com a entrega do título quitado, ou de desistência do apresentante, a lavratura do protesto, as averbações, incluindo o cancelamento, e a expedição de certidões.⁵⁴⁵ Por fim, previu a obrigatoriedade da distribuição na hipótese de haver mais de um tabelião na localidade.⁵⁴⁶ Mas, em regra transitória, reconheceu a vigência das leis locais com previsão de delimitação de circunscrição para fins de protesto.⁵⁴⁷

⁵⁴⁵ “Art. 11. Aos tabeliães de protesto de título compete privativamente: I – protocolar de imediato os documentos de dívida, para prova do descumprimento da obrigação; II – intimar os devedores dos títulos para aceitá-los, devolvê-los ou pagá-los, sob pena de protesto; III – receber o pagamento dos títulos protocolizados, dando quitação; IV – lavrar o protesto, registrando o ato em livro próprio, em microfilme ou sob outra forma de documentação; V – acatar o pedido de desistência do protesto formulado pelo apresentante; VI – averbar: a) o cancelamento do protesto; b) as alterações necessárias para atualização dos registros efetuados; VII – expedir certidões de atos e documentos que constem de seus registros e papéis”.

⁵⁴⁶ A Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, por sua vez, previu que: “Art. 7º [...] Parágrafo único. Onde houver mais de um Tabelionato de Protesto de Títulos, a distribuição será feita por um Serviço instalado e mantido pelos próprios Tabelionatos, salvo se já existir Ofício Distribuidor organizado antes da promulgação desta Lei”.

⁵⁴⁷ “Art. 11. [...] Parágrafo único. Havendo mais de um tabelião de protestos na mesma localidade, será obrigatória a prévia distribuição dos títulos. [...] Art. 53. Nos Estados cujas organizações judiciárias, vigentes à época da publicação desta Lei, assim previrem, continuam em vigor as determinações relativas à fixação da área territorial de atuação dos tabeliães de protesto de títulos, a quem os títulos serão distribuídos em obediência às respectivas zonas. Parágrafo único. Quando da primeira vacância, aplicar-se-á à espécie o disposto no parágrafo único do art. 11”.

4.4.2. Lei nº 9.492/1997

Como afirmado por Pedro Luiz Pozza, até a edição da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, “nunca houve no País uma legislação específica para o protesto. Havia disposições esparsas, sobre o tema, em vários diplomas”.⁵⁴⁸

Na propositura desse diploma, conhecido como Lei Viveiros,⁵⁴⁹ ressaltou-se que o projeto foi baseado “em trabalho desenvolvido pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo”, órgão com “competência e experiência sobre o assunto”, com o fim de uniformizar “em todo País os procedimentos relativos ao protesto”.⁵⁵⁰

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados foi adotado o substitutivo que, “longe de invalidar a sistemática paulista, antes a enriquece pois reconhece a diferente situação em cada local do imenso e diversificado território nacional”.⁵⁵¹ O projeto foi aprovado por unanimidade pela Comissão⁵⁵² e, remetido ao Senado, foi aprovado sem emendas. A promulgação ocorreu em 10 de setembro de 1997, com publicação no dia seguinte.⁵⁵³

Ao comentar a Lei, Theophilo de Azeredo Santos afirmou que o texto legal “trouxe importantes inovações para atender não apenas à experiência acumulada sobre esse assunto, mas, ainda a fim de acolher novas modalidades que o desenvolvimento das atividades econômicas e, conseqüentemente, da informatização, suscitam”.⁵⁵⁴

De fato, foram incorporadas ao ordenamento inúmeras práticas e regras então existentes, resultado de um longo processo de desenvolvimento do instituto, propiciando o aprimoramento da atividade. Além disso, a lei permitiu a uniformização de procedimentos em âmbito nacional, criando um ambiente de certeza, com a definição de regras claras e consentâneas com a realidade de um país de dimensões continentais.

⁵⁴⁸ **Algumas linhas sobre a Lei nº 9.492/97**. p. 360.

⁵⁴⁹ Em homenagem ao Deputado potiguar Augusto Viveiros, autor do Projeto de Lei nº 917, de 1995.

⁵⁵⁰ Segundo o autor: “O projeto de lei que ora apresentamos uniformizará em todo País os procedimentos relativos ao protesto de letras, títulos e documentos, a fim de suprir necessidade constatada por profissionais e usuários que lidam com a matéria. O projeto se baseia em trabalho desenvolvido pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cuja inquestionável competência e experiência sobre o assunto avalisam a qualidade do texto que ora subscrevemos”. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, Seção I, p. 22902, 21 set. 1995.

⁵⁵¹ **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, p. 24847, 6 set. 1996.

⁵⁵² **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, Suplemento, p. 00124, 11 mar. 1997.

⁵⁵³ **Diário Oficial**, Brasília, Seção 1, p. 20152-20155, 11 set. 1997.

⁵⁵⁴ **Observações sobre o protesto de títulos e documentos**. p. 161.

A lei contemplou, ainda, as inúmeras possibilidades propiciadas pela evolução tecnológica, prevendo a possibilidade de utilização do meio eletrônico para o envio de indicações das duplicatas para protesto,⁵⁵⁵ a escrituração,⁵⁵⁶ a organização de índices⁵⁵⁷ e demais atos.⁵⁵⁸

E, na esteira da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, foi elaborada visando permitir o protesto dos títulos e outros documentos de dívida de forma ampla, sem a necessidade de uma constante atualização legislativa, conforme se verá adiante.

Por fim, parece desarrazoada a crítica formulada à definição contida no art. 1º da Lei.⁵⁵⁹ Isto porque, o termo inadimplência, mais amplo que inadimplemento, está relacionado à possibilidade de cancelamento pelo posterior pagamento. No mais, a ideia de descumprimento de uma obrigação, mais adequada aos casos de falta de aceite ou de devolução, tem fundamento na presunção de boa-fé do apresentante,⁵⁶⁰ decorrente de relação jurídica preexistente com o sacado. Havendo fundada razão, a própria lei confere ao devedor o direito de oferecer resposta, transcrita no instrumento de protesto, ou de promover a sustação judicial do ato.

Conclui-se, enfim, que a edição da lei representou um significativo avanço em relação à matéria.

⁵⁵⁵ “Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997. *Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.* [...] Art. 8º [...] Parágrafo único. Poderão ser recepcionadas as indicações a protestos das Duplicatas Mercantis e de Prestação de Serviços, por meio magnético ou de gravação eletrônica de dados, sendo de inteira responsabilidade do apresentante os dados fornecidos, ficando a cargo dos Tabelionatos a mera instrumentalização das mesmas”.

⁵⁵⁶ “Art. 22. [...] Parágrafo único. Quando o Tabelião de Protesto conservar em seus arquivos gravação eletrônica da imagem, cópia reprográfica ou micrográfica do título ou documento de dívida, dispensa-se, no registro e no instrumento, a sua transcrição literal, bem como das demais declarações nele inseridas. [...] Art. 26. [...] § 6º Quando o protesto lavrado for registrado sob forma de microfilme ou gravação eletrônica, o termo do cancelamento será lançado em documento apartado, que será arquivado juntamente com os documentos que instruíram o pedido, e anotado no índice respectivo”.

⁵⁵⁷ “Art. 34. [...] § 2º Os índices poderão ser elaborados pelo sistema de fichas, microfichas ou banco eletrônico de dados”.

⁵⁵⁸ “Art. 41. Para os serviços previstos nesta Lei os Tabeliães poderão adotar, independentemente de autorização, sistemas de computação, microfilmagem, gravação eletrônica de imagem e quaisquer outros meios de reprodução”.

⁵⁵⁹ João Baptista Villela afirmou: “o legislador usou absolutamente fora de oportunidade as palavras inadimplência e descumprimento. [...] A definição legal não poderia ser mais infeliz. Em primeiro lugar, atribui ao sacado a obrigação de aceitar. O despropósito raia pelo absurdo. [...] Pela Lei nº 9.492/97 quem não paga, descumpriu, o que é uma ilação gravíssima. Aquele que deixa de pagar, pode bem estar acobertado por fundadas razões. Não é bem essa ideia de neutralidade que se colhe com o termo *descumprir*. Tudo isso se agrava quando a Lei ajunta (pior do que se *disjuntasse*) o termo *inadimplência*. *Inadimplência* não é o mesmo que *inadimplemento*, que, de qualquer modo, estaria, junto com *descumprimento*, constituindo uma demasia. *Inadimplência* denota antes estado que comportamento”. *Inadimplência e descumprimento?* A propósito do art. 1º da Lei nº 9.492/97. p. 68.

⁵⁶⁰ A presunção de boa-fé tem como indispensável complemento a responsabilidade civil. Nesse sentido, aliás, o Código Civil dispõe que: “Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes”.

4.4.3. Alterações da Lei nº 9.492/1997

Os artigos 29 e 31 da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, foram alterados pela Medida Provisória nº 1.638, de 14 de janeiro de 1998,⁵⁶¹ e, posteriormente, com pequenas variações no texto e o salutar acréscimo do § 2º ao art. 29, pela Lei 9.841, de 5 de outubro de 1999, que impede a divulgação de informações quanto a protestos cancelados.⁵⁶²

As alterações ao texto original da lei modificaram a forma de prestação de informações de protesto às entidades representativas da indústria e do comércio, bem como àquelas vinculadas à proteção ao crédito. Assim, os tabeliães atualmente têm o dever de fornecer a essas entidades, quando solicitada, certidão diária, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada.

Não há, portanto, como se confundir o fornecimento de informações sobre protestos, ato praticado pelo tabelião em cumprimento a um dever legal,⁵⁶³ com as anotações promovidas diretamente por credores em bancos de dados de proteção ao crédito, as quais estão sujeitas à disciplina da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

⁵⁶¹ “Medida Provisória nº 1.638, de 14 de janeiro de 1998. *Dispõe sobre a simplificação do arquivamento de atos nas Juntas Comerciais e do protesto de título de dívida de microempresas e de empresas de pequeno porte, e dá outras providências.* [...] Art. 10. Os arts. 29 e 31 da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação: ‘Art. 29. Os cartórios fornecerão às entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito, quando solicitada, certidão diária, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa, nem mesmo parcialmente. Parágrafo único. O fornecimento de tal relação será suspenso, caso se desatenda ao seu caráter sigiloso ou se forneçam informações de protestos cancelados.’ ‘Art. 31. Poderão ser fornecidas certidões de protestos, não cancelados, a quaisquer interessados, desde que requeridas por escrito’. Consigne-se que, ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.790, o Supremo Tribunal Federal indeferiu a suspensão cautelar da Medida Provisória. Constatou da ementa redigida pelo Relator, Ministro Sepúlveda Pertence, que: “A convivência entre a proteção da privacidade e os chamados arquivos de consumo, mantidos pelo próprio fornecedor de crédito ou integrados em bancos de dados, tornou-se um imperativo da economia da sociedade de massas”.

⁵⁶² “Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999. [...] Art. 40. Os arts. 29 e 31 da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação: ‘Art. 29. [...] ‘§ 2º Dos cadastros ou bancos de dados das entidades referidas no caput somente serão prestadas informações restritivas de crédito oriundas de títulos ou documentos de dívidas regularmente protestados cujos registros não foram cancelados.’ (NR)”. É importante anotar que esse último diploma foi revogado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que definiu, também em relação ao protesto, regras específicas para as microempresas e empresas de pequeno porte. A análise dessa Lei Complementar será feita adiante.

⁵⁶³ Ao apreciar o **Recurso Especial nº 1.156.188-PR**, o Relator, Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, afirmou: “Nos termos do art. 29 da Lei 9.492/1997, o envio de informações concernentes aos protestos tirados e aos cancelamentos efetuados pelos cartórios fica condicionado à solicitação da entidade interessada”. E mais adiante: “Esta interpretação decorre de preceito reitor da Administração Pública, qual seja, o princípio da legalidade, segundo o qual aos agentes públicos só é lícito atuar nos termos das normas regedoras”. Disponível em <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

4.4.4. Medida Provisória nº 2.200-2 de 2001

Dentre os inúmeros diplomas editados na vigência da Lei nº 9.492/1997, com repercussão na atividade de protesto, pode-se mencionar inicialmente a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001,⁵⁶⁴ que instituiu a ICP-Brasil – Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira, e conferiu valor legal aos documentos eletrônicos produzidos em seu âmbito,⁵⁶⁵ além de franquear a utilização de outros meios de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem oposto.⁵⁶⁶

Em decorrência dessa Medida Provisória, a Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, por meio do Provimento CG nº 28/2005, regulamentou o protesto de contratos de câmbio assinados digitalmente.⁵⁶⁷ Posteriormente, foi autorizado o recebimento “das indicações das cédulas de crédito bancário por meio eletrônico, acompanhadas de declarações dos credores, assinadas digitalmente em conformidade com as normas da ICP-Brasil”.⁵⁶⁸

De fato, tendo havido a equiparação legal da assinatura em documento eletrônico à assinatura manuscrita,⁵⁶⁹ o simples fato de um documento ter sido produzido em meio eletrônico não poderia obstar o protesto. Pelo contrário, é dever do tabelião aceitar o documento eletrônico produzido no âmbito da ICP-Brasil, por força do art. 10 e § 1º da Medida Provisória.

⁵⁶⁴ Vigente por força do art. 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001.

⁵⁶⁵ “Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória. § 1º As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 – Código Civil”.

⁵⁶⁶ “Art. 10. [...] § 2º O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento”.

⁵⁶⁷ “Provimento CG nº 28/2005. *Acrescenta o subitem 6.4 da Seção III do Capítulo XV das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.* [...] Artigo 1º – Fica acrescentado ao Capítulo XV da Seção III das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça o subitem 6.4, nos seguintes termos: 6.4. Os contratos de câmbio poderão ser recepcionados por meio eletrônico, desde que realizada, em qualificação, conferência das assinaturas digitais com emprego do aplicativo CADIC, programa específico disponibilizado pelo Banco Central do Brasil, observadas as respectivas instruções de uso, a Circular nº 3.234, de 15/04/2004, e a Carta-circular nº 3.134, de 27/04/2004, expedidas pela referida instituição”. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 27 out. 2005. Poder Judiciário, Caderno 1 – Parte I, p. 4.

⁵⁶⁸ Decisão do Corregedor Geral da Justiça no Processo CG nº 2008/00110943. **Diário da Justiça Eletrônico**, São Paulo, 23 nov. 2009. Caderno Administrativo, p. 8.

⁵⁶⁹ Nesse sentido, Fabiano Menke, ao comentar o art. 10, § 1º, afirmou: “este texto legal está tratando da autoria de documentos eletrônicos e determinando que a assinatura digital aposta a partir de chave privada relacionada a chave pública inserida em certificado digital obtido no âmbito da ICP-Brasil será equiparada à assinatura manuscrita, lançada de próprio punho”. **Assinatura eletrônica**. p. 140.

Nesse contexto, é oportuno salientar que a legislação brasileira acolheu o princípio da não-discriminação do meio digital, segundo o qual, na precisa lição de Ricardo L. Lorenzetti,⁵⁷⁰ o “Estado deve ser neutro e não deve ditar normas discriminatórias no sentido de limitar a participação de algum sujeito apenas pelo fato de não utilizar um instrumento escrito”.⁵⁷¹

Há que se ter em vista, ainda, a pertinente observação de Renato Müller da Silva Opice Blum e Sérgio Ricardo Marques Gonçalves, no sentido de que “a verificação positiva de uma assinatura digital enseja um elevado grau de certeza jurídica da autenticidade da autoria e da integridade da mensagem ou outro tipo de documento, pois se comprova, com certeza substancial, que o documento não foi alterado e provém do seu emissor”.⁵⁷² Em recentes reformas legislativas, aliás, tem-se observado a substituição do termo “escrito” por “documento”,⁵⁷³ como no vigente Código Civil⁵⁷⁴ e na Lei nº 11.382, de 6 de dezembro de 2006.⁵⁷⁵

Por outro lado, cumpre observar que a Medida Provisória não se aplica somente aos documentos produzidos em meio eletrônico por particulares, mas, também, aos documentos públicos. E, considerando-se que os documentos expedidos por notários no regular exercício de sua função são públicos,⁵⁷⁶ conclui-se que é plenamente admissível a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil para a expedição de documentos notariais.⁵⁷⁷

⁵⁷⁰ Na obra **Comércio eletrônico**, com tradução de Ricardo Menke e notas de Cláudia Lima Marques.

⁵⁷¹ E, em seguida: “As partes são livres para adotar qualquer procedimento para formalizarem seus negócios, para verificar a autoria e assinaturas, e não devem sofrer qualquer limitação em virtude da escolha feita”. **Op. cit.** p. 86.

⁵⁷² **As assinaturas eletrônicas e o Direito brasileiro**. p. 305.

⁵⁷³ Como bem observou Ricardo Menke: “não se poderá descartar totalmente que no futuro sejam necessárias algumas reformas pontuais dos textos legais que contemplem as formas escritas. Trata-se de decisão de cunho político-legislativo, que deve ser tomada com base na resposta ao questionamento acerca do grau de segurança que o ordenamento jurídico demanda para a irrestrita aceitação dos meios eletrônicos pelos operadores do direito”. **Assinatura eletrônica**. p. 150.

⁵⁷⁴ Enquanto o revogado Código trazia as expressões “escritos de obrigação” (art. 140), o atual faz alusão a “documentos” (art. 224).

⁵⁷⁵ A qual alterou os incisos do art. 585 do Código de Processo Civil, substituindo a menção ao crédito decorrente de “aluguel ou renda de imóvel, bem como encargo de condomínio desde que comprovado por contrato escrito” por “crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio”.

⁵⁷⁶ Nesse sentido, dispõe o Código de Processo Civil: “Art. 364. O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrevem, o tabelião, ou o funcionário declarar que ocorreram em sua presença. [...] Art. 367. O documento, feito por oficial público incompetente, ou sem a observância das formalidades legais, sendo subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia probatória do documento particular. [...] Art. 585. São títulos executivos extrajudiciais: [...] II – a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor”.

⁵⁷⁷ É o que decorre do disposto na Lei nº 8.935/1994: “Art. 41. Incumbe aos notários e aos oficiais de registro praticar, independentemente de autorização, todos os atos previstos em lei necessários à organização e execução dos serviços, podendo, ainda, adotar sistemas de computação, microfilmagem, disco ótico e outros meios de reprodução”.

Nesse mesmo sentido, embora relativa somente aos serviços de registros públicos, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, previu a instituição de sistema de registro eletrônico, abrangendo os documentos expedidos pelos registradores.⁵⁷⁸ Essa transformação no sistema registrário está a indicar um rumo que deve ser seguido também pelos serviços notariais.

Anote-se, por fim, que o Provimento CG nº 29/2007, da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, ao tratar dos reflexos nos serviços notariais e de registro da informatização do processo judicial, estabeleceu no art. 5º a possibilidade dos tabeliães em resposta, oficiar, informar e encaminhar certidões e documentos em geral, por meio digital.⁵⁷⁹

Dessa forma, conclui-se que é plenamente admissível não apenas a recepção, como também a produção de documentos eletrônicos pelos tabeliães, desde que utilizado processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, tais como certidões, instrumentos de protesto, cópias de documentos arquivados, ofícios, além da escrituração de documentos no âmbito da serventia, como os livros de protocolo e de registro de protesto,⁵⁸⁰ mantendo-se cópia de segurança.⁵⁸¹

⁵⁷⁸ “Art. 38. Os documentos eletrônicos apresentados aos serviços de registros públicos ou por eles expedidos deverão atender aos requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP e à arquitetura e-PING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico), conforme regulamento. Parágrafo único. Os serviços de registros públicos disponibilizarão serviços de recepção de títulos e de fornecimento de informações e certidões em meio eletrônico. [...] Art. 40. Serão definidos em regulamento os requisitos quanto a cópias de segurança de documentos e de livros escriturados em forma eletrônica”.

⁵⁷⁹ “Provimento CG. nº 29/2007. [...] Resolve determinar aos tabeliães e registradores do Estado de São Paulo, que observem, provisoriamente, até regulamentação futura, em relação aos documentos eletrônicos oriundos do Poder Judiciário, o seguinte: [...] Art. 5º – Tabeliães e oficiais de registro poderão, em resposta, oficiar, informar e encaminhar certidões e documentos em geral, para os Juízos que atuem em processos eletrônicos, por igual meio digital, desde que assinados digitalmente, com certificação digital, no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), e sigam os padrões próprios de envio e protocolização eletrônicos do processo judicial”. **Diário da Justiça Eletrônico**, São Paulo, 9 out. 2007. Caderno Administrativo, p. 2.

⁵⁸⁰ Pode-se mencionar, a propósito, a decisão do Conselho Nacional de Justiça ao apreciar o Pedido de Providências nº 0001588-86.2011.2.00.0000. Da ementa, da lavra do Conselheiro Walter Nunes da Silva Júnior, constou que: “1. A interpretação sistêmica da Lei nº 9.492, de 1997, consoante os avanços legislativos em matéria de prática de atos e armazenamento de dados públicos em meio eletrônico representados pelas Leis nº 11.419, de 2006 e 11.977, de 2009, conduzem à conclusão de que é lícito aos tabeliães de protestos de títulos a escrituração e arquivo dos livros em meio exclusivamente digital, desde que haja perfeita coincidência das averbações deles constantes em relação aos livros manuais não encerrados, bem como a certeza da segurança e confiabilidade do sistema eletrônico utilizado”. **Diário da Justiça**, Brasília, 8 jul. 2011. Conselho Nacional de Justiça, p. 43-44. E, mais recentemente, o Dr. Gustavo Henrique Bretas Marzagão, da 1ª Vara de Registros Públicos de São Paulo, autorizou a utilização da assinatura eletrônica “para os termos, instrumentos e certidões de protesto”. **Diário da Justiça Eletrônico**, São Paulo, 23 set. 2011. Caderno Judicial – 1ª Instância – Capital, p. 921-922.

⁵⁸¹ Com efeito, dispõem as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo: “Capítulo XIII. [...] 26. Os delegados do serviço notarial e de registro deverão manter em segurança, em local adequado, ou em casa-forte, devidamente ordenados, os livros e documentos necessários à prestação do serviço notarial e de registro mantidos sob sua guarda, respondendo por sua segurança, ordem e conservação. 26.1. Quando adotado o arquivamento de documentos sob a forma de microfilme ou em meio digital, o delegado manterá cópia de segurança em local diverso da sede da unidade de serviço, observado o já disposto neste item”.

4.4.5. Código Civil de 2002

A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, instituiu o Código Civil e, em diversos aspectos, teve repercussão na disciplina do protesto no Brasil.

Em primeiro lugar, inovou ao prever a interrupção da prescrição pelo protesto. Com efeito, dispôs que: “Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: [...] III – por protesto cambial”.

Ao assim dispor, instituiu regra diametralmente oposta ao entendimento jurisprudencial anterior, consagrado Súmula 153 do Supremo Tribunal Federal, assim redigida: “Simple protest cambial não interrompe a prescrição”.⁵⁸² Mencionada Súmula foi editada tendo como precedente o Recurso Extraordinário nº 45.378. No voto do Relator, Ministro Ribeiro da Costa, constou que: “não se legitima o fundamento do recurso quanto a infringência do disposto no art. 453 do Código Comercial, cujo item III, longe de ter sido contrariado, mereceu acolhimento de vez que alude somente ao protesto judicial, como meio hábil de interromper prescrição”.⁵⁸³

Ao comentar a possibilidade de aprovação da proposta contida no bojo do Código Civil, Cláudio Santos assim se manifestou: “Acho feliz a iniciativa de inclusão de protesto como causa da interrupção da prescrição, porquanto o protesto testemunha a diligência do credor, no sentido de exigir o pagamento da dívida”.⁵⁸⁴

Na verdade, assim como a maior parte das causas de interrupção da prescrição, o protesto notarial se caracteriza como ato de iniciativa do credor tendente ao recebimento da dívida.⁵⁸⁵ Cabe salientar que o ato é geralmente promovido antes da ação judicial, servindo de prova fidedigna da mora do devedor. E a expressa previsão de interrupção da prescrição pelo protesto notarial afasta a necessidade de imediata propositura da ação judicial para alcançar esse objetivo, contribuindo assim para a diminuição do volume de demandas junto ao Poder Judiciário.

⁵⁸² Publicada em 18 de maio de 1961. Informação disponível em <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 24 nov. 2010.

⁵⁸³ Inteiro teor do acórdão disponível em <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 24 nov. 2010.

⁵⁸⁴ **Do protesto de títulos de crédito**, p. 19.

⁵⁸⁵ É interessante, nesse aspecto, o raciocínio de Vittorio Angeloni: “Il *protesto*, che contiene sempre una richiesta di pagamento rivolta al debitore, e che può contenere, e spesso contiene, anche il riconoscimento implicito da parte del debitore della sua obbligazione (come nel caso in cui dichiarare soltanto di non poter pagare), deve essere considerato come un atto interruttivo della prescrizione a favore del portatore che lo ha fatto levare e contro il debitore, nei confronti del quale è stato levato”. **La cambiale e il vaglia cambiario**, p. 618.

Por outro lado, mesmo antes da vigência do Código Civil de 2002, o protesto muitas vezes produzia o efeito de interrupção da prescrição pelo reconhecimento do direito pelo devedor,⁵⁸⁶ na hipótese, verificada na prática notarial, de eventual resposta oferecida pelo devedor após a intimação alegando a momentânea impossibilidade de pagamento.

Consigne-se, ainda, que a terminologia adotada pelo Código, qual seja, protesto cambial,⁵⁸⁷ tem relação com a denominação tradicionalmente utilizada para o ato notarial, para distinguir o ato das outras espécies de protesto, como o judicial.⁵⁸⁸ Assim sendo, aplica-se a todo e qualquer título e documento de dívida, não se restringindo aos títulos cambiários.⁵⁸⁹

Pois bem. Além dessa relevante inovação, o Código Civil de 2002 trouxe outras importantes disposições, especialmente no que concerne aos títulos de crédito. Ao comentar referido diploma, o Professor Mauro Rodrigues Penteadou enumerou algumas dessas mudanças, como “a introdução, em nosso direito positivo, de uma disciplina geral dos títulos de crédito”, o respaldo conferido “aos títulos de crédito eletrônicos” e a possibilidade de “criação de nova espécie de documento, de forma simplificada, ágil e segura, os títulos atípicos”.⁵⁹⁰

Por sua vez, Ana Paula Gordilho Pessoa enfatizou que “os novos documentos revelam-se extremamente convenientes para a vida econômica do país, principalmente quando se reconhece a faculdade de emissão eletrônica”. Seria “prejudicial ao desenvolvimento econômico do país estabelecer *numerus clausus* para os títulos de crédito”.⁵⁹¹

⁵⁸⁶ No revogado Código Civil: “Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. [...] Art. 172. A prescrição interrompe-se: [...] V – por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor”.

⁵⁸⁷ A Súmula nº 153 do Supremo Tribunal Federal, por sua vez, menciona “protesto cambiário”.

⁵⁸⁸ Nesse sentido, a afirmação de Simone Eberle: “É certo que o art. 202, III, do CC faz referência a protesto ‘cambial’ – o que poderia fazer cogitar que dita interrupção do prazo prescricional ocorreria quando se tratasse de protesto de título de crédito. No entanto, cremos que a manutenção do termo ‘cambial’ deu-se muito mais em respeito à nomenclatura historicamente concedida ao protesto extrajudicial. Com efeito, quando se confrontam os incisos II e III do art. 202 percebe-se nitidamente que o termo ‘cambial’ é tomado não como uma vinculação estrita aos títulos de crédito, mas, sim, como um contraponto ao protesto judicial interposto no prazo e na forma da lei processual”. **Do universo cambiário para o universo obrigacional: viabilidade e requisitos do protesto de documentos de dívida**. p. 123.

⁵⁸⁹ É essa opinião de Simone Eberle, que afirmou: “a função do protesto como ato solene de comprovação da impontualidade ganhou em vulto, conforme demonstra a recente admissão deste ato como causa de interrupção do lapso prescricional (art. 202, III, do CC). E este efeito – sabemos-lo bem – serve não apenas ao estrito domínio dos títulos de crédito, como tem um importante papel a cumprir também em relação a outras formas de documentação de débito”. **Op. cit.** p. 141.

⁵⁹⁰ **Nota prévia**. p. IX.

⁵⁹¹ **Breves reflexões sobre os títulos de crédito no novo Código Civil**. p. 30.

De fato, ao prever os elementos essenciais para a emissão de novos títulos de crédito,⁵⁹² nosso Direito revigorou a salutar previsão do Código Comercial de 1850, conferindo pleno valor aos créditos mercantis.⁵⁹³ Com isso prestigiou a livre iniciativa, fundamento da República.⁵⁹⁴

Quanto aos títulos atípicos, embora a sugestão de inclusão, feita em 1995, não tivesse contemplado a possibilidade de protesto,⁵⁹⁵ tal hipótese vem sendo acolhida pela doutrina, em decorrência do art. 1º da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.⁵⁹⁶

No mais, o Código Civil conferiu plena validade aos títulos de crédito eletrônicos. Nesse sentido, constou do Parecer Final do Relator Geral do Projeto de Código Civil no Senado Federal, Senador Josaphat Marinho, que: “Por sugestão do Professor Mauro Rodrigues Penteado, formulamos emenda aditiva admitindo que o título de crédito ‘poderá ser emitido a partir dos caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente e que constem da escrituração do emitente’”.⁵⁹⁷

Referida inclusão decorreu de pertinente proposta, na qual se levou em consideração “a irreversibilidade da chamada ‘descartularização’, consequência natural e inexorável do avanço tecnológico e das necessidades empresariais”.⁵⁹⁸

⁵⁹² “Art. 889. Deve o título de crédito conter a data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere, e a assinatura do emitente. § 1º É à vista o título de crédito que não contenha indicação de vencimento. § 2º Considera-se lugar de emissão e de pagamento, quando não indicado no título, o domicílio do emitente. § 3º O título poderá ser emitido a partir dos caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente e que constem da escrituração do emitente, observados os requisitos mínimos previstos neste artigo”.

⁵⁹³ “Art. 426 – As notas promissórias, e os escritos particulares ou créditos com promessa ou obrigação de pagar quantia certa, e com prazo fixo, a pessoa determinada ou ao portador, à ordem ou sem ela, sendo assinados por comerciante, serão reputados como letras da terra, sem que com tudo o portador seja obrigado a protestar quando não sejam pagos no vencimento; salvo se neles houver algum endosso”.

⁵⁹⁴ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 1º, inciso IV.

⁵⁹⁵ “Para os títulos inominados ou atípicos não é previsto o protesto como condição para a propositura de ação contra o endossante e respectivos avalistas”. **Títulos de crédito no projeto de Código Civil**. Mauro Rodrigues Penteado. p. 42-43.

⁵⁹⁶ Como se verá adiante.

⁵⁹⁷ **História do novo Código Civil**. p. 149.

⁵⁹⁸ **Títulos de crédito no Projeto de Código Civil**. Mauro Rodrigues Penteado. p. 41. Segundo o autor: “é de todo recomendável que a lei geral de regência dos títulos de crédito não perca a oportunidade de contemplar o fenômeno verificado mais recentemente na praxe negocial, de propagação inevitável em virtude da informática e das modernas técnicas de administração, relativo à chamada ‘descartularização’, mais freqüente no campo de utilização das duplicatas, embora já reconhecido, limitadamente, em lei (Lei 6.404/76, art. 34). Com efeito, nas operações de desconto e cobrança a duplicata, muitas empresas já não vêm criando fisicamente o título (que é de emissão facultativa), limitando-se ao procedimento simplificado de emissão da nota fiscal-fatura (Lei 5.474/68, art. 1º c/c art. 19, § 7º, do Convênio Sinief, de 1970), por computador, cujos caracteres são transmitidos à instituição financeira pelo sistema ‘on line’ ou através de ‘disquetes’, visando a remessa do aviso de cobrança ao sacado”. **Op. cit.** p. 39.

Muito antes da edição do Código Civil, Newton de Lucca, ao tratar da “passagem do conceito de ‘documento-papel’ para a nova concepção de ‘documento eletrônico’”, já observava que a fita magnética “se constitui num material plenamente apto a produzir um *documento*, tão válido e eficaz quanto o é o papel desde os tempos mais antigos”.⁵⁹⁹

Aliás, não raramente, as discussões jurídicas decorrentes da evolução tecnológica redundam na edição de leis,⁶⁰⁰ como a Lei nº 6.304, de 15 de dezembro de 1975, que estendeu às duplicatas o processo de autenticação mediante chancela mecânica.⁶⁰¹

Pois bem. Diante da evolução tecnológica e incorporação da informática à rotina empresarial,⁶⁰² tornou-se necessário o aprimoramento dos mecanismos relativos ao protesto das duplicatas. Em 1995 foi autorizada em São Paulo “a implantação, por meio magnético, do Sistema de apresentação para protesto de duplicatas encaminhadas para tal fim por indicação, substituindo o sistema tradicional”.⁶⁰³

⁵⁹⁹ Na pioneira obra **A cambial-extrato**, de 1985. E concluiu: “O que importa para o Direito, evidentemente, não é o tipo de material empregado na constituição de um determinado documento, mas sim a sua aptidão para representar, com autenticidade, uma declaração de vontade positiva ou negativa, um certo fato ou ainda um direito”. **Op. cit.** p. 145. Por sua vez, Adriana Valéria Pugliesi Gardino, anotou que “a novidade trazida pelos títulos de crédito eletrônicos concerne apenas inovação da matéria pela qual se representa o documento. A cartularidade, cuja feição mudou pela modernização do meio de representação, deixou de ser física (papel), e passou a ser eletrônica (cibernética)”. **Títulos de crédito eletrônicos: noções gerais e aspectos processuais**. p. 19. Em seguida afirmou: “Cremos, em futuro breve, que os processos judiciais, dentre os quais a execução, poderão ser informatizados, viabilizando a apresentação virtual do título executivo, eis que, para o instituto dos títulos circulatórios, na prática bancária esta já é uma realidade mundial inegável”. **Op. cit.** p. 23. É interessante anotar que a previsão da autora foi acertada, conforme modificações introduzidas pela Lei nº 11.419, de 19 de fevereiro de 2006, que dispôs sobre a informatização do processo judicial, cujos reflexos à atividade de protesto serão analisados adiante.

⁶⁰⁰ Mencione-se, a título de curiosidade histórica, o Decreto nº 3.510, de 31 de julho de 1918, que admitiu a utilização da máquina datilográfica, nos seguintes termos: “Art. 1º É permitido nas repartições competentes o registro dos contractos escriptos a machina ou impressos, assignados por quem esteja na disposição e livre administração de seus bens, com duas testemunhas e firmas reconhecidas, sendo rubricadas as respectivas folhas pelos interessados”. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

⁶⁰¹ “Lei nº 6.304, de 15 de dezembro de 1975. *Estende às duplicatas o processo de autenticação mediante chancela mecânica, nos termos do artigo 1º da Lei 5.589, de 3 de julho de 1970.* [...] ‘Art. 1º Os títulos ou certificados de ações, debêntures ou obrigações, bem como suas cautelas representativas, de emissão das sociedades anônimas de capital aberto, e as duplicatas emitidas ou endossadas pelo emitente, podem ser autenticadas mediante chancela mecânica, obedecidas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional. Parágrafo único. Aquele que utilizar chancela mecânica, obriga-se e responde integralmente pela legitimidade e valor dos títulos e endossos assim autenticados, inclusive nos casos de uso indevido ou irregular de tal processo, por quem quer que seja’. Nesse particular, não assiste razão àqueles que, mesmo após a edição do Código Civil, defendem ser sempre necessária a assinatura de próprio punho do sacador.

⁶⁰² Paulo Salvador Frontini, em 1996, notou que: “a informática está desmaterializando a duplicata, transformada em meros registros eletromagnéticos, transmitidos por computador do comerciante ao banco”. **Títulos de crédito e títulos circulatórios: que futuro a informática lhes reserva?** p. 60.

⁶⁰³ Decisão proferida em 30 de junho de 1995 pelo magistrado Asdrubal Nascimbeni, da 1ª Vara de Registros Públicos da Capital do Estado de São Paulo, no **Processo nº 92/95**.

Com a edição da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, tal procedimento foi incorporado pelo parágrafo único do art. 8º que permitiu o envio a protesto das indicações de duplicatas por meio magnético ou de gravação eletrônica de dados.⁶⁰⁴

Posteriormente, o artigo 10 e parágrafos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, bem como os artigos 107 e 219 do Código Civil,⁶⁰⁵ reforçaram, junto com o art. 889, § 3º, desse Código, a possibilidade de emissão de títulos eletrônicos.

Cumpra anotar, por fim, que a recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem reconhecido pleno valor à duplicata escritural,⁶⁰⁶ considerando a importância dos usos e costumes na formação do Direito Comercial e a legislação recentemente editada, especialmente o art. 889, § 3º, do Código Civil.⁶⁰⁷

⁶⁰⁴ “Parágrafo único. Poderão ser recepcionadas as indicações a protestos das Duplicatas Mercantis e de Prestação de Serviços, por meio magnético ou de gravação eletrônica de dados, sendo de inteira responsabilidade do apresentante os dados fornecidos, ficando a cargo dos Tabelionatos a mera instrumentalização das mesmas”.

⁶⁰⁵ “Art. 107. A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir. [...] Art. 219. As declarações constantes de documentos assinados presumem-se verdadeiras em relação aos signatários”. Quanto a esta disposição, afirmou Ligia Paula Pires Pinto: “Não diz signatários de próprio punho. E nem poderia, tendo em vista a realização dos negócios jurídicos atualmente já realizados no ambiente virtual ou eletrônico”. **Títulos de crédito eletrônicos e assinatura digital: análise do artigo 889, § 3º do Código Civil de 2002**. p. 197.

⁶⁰⁶ Como no **Recurso Especial nº 1.037.819-MT**, relatado pelo Ministro Massami Uyeda, que assim se pronunciou: “Bem de ver, outrossim, que se trata de execução de duplicatas virtuais, títulos cuja emissão é autorizada pelo art. 889, § 3º, do Código Civil, sendo que, nos termos do art. 8º, parágrafo único, da Lei n. 9492/97 (que regulamenta o protesto de títulos e documentos), são plenamente válidas as indicações a protestos de duplicatas mercantis emitidas na forma virtual, sendo este o caso dos autos”. Disponível em <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

⁶⁰⁷ A Ministra Nancy Andrighi, ao apreciar o **Recurso Especial nº 1.024.691-PR**, observou inicialmente que: “a Lei das Duplicatas Mercantis (Lei 5.474/68) foi editada em uma época na qual a criação e posterior circulação eletrônica dos títulos de crédito era inconcebível”. Mais adiante, afirmou: “Os usos e costumes desempenham uma relevante função na demarcação do Direito Comercial. Atualmente, os hábitos mercantis não exigem a concretização das duplicatas, ou seja, a apresentação da cártula impressa em papel e seu encaminhamento ao sacado. É fundamental, portanto, considerar essa peculiaridade para a análise deste recurso especial, a fim de que seja alcançada solução capaz de adaptar a jurisprudência à realidade produzida pela introdução da informática na praxe mercantil – sem, contudo, desprezar os princípios gerais de Direito ou violar alguma prerrogativa das partes. É importante ter em vista, ainda, que a má interpretação da legislação aplicável às transações comerciais pode ser um sério obstáculo à agilidade negocial”. Por fim, concluiu: “não causa espécie que na relação comercial estabelecida entre as partes não tenha sido constatada a existência física do título. O legislador, atento às alterações das práticas comerciais, regulamentou os chamados títulos virtuais na Lei 9.492/97, que em seu art. 8º permite as indicações a protesto ‘das Duplicatas Mercantis e de Prestação de Serviços, por meio magnético ou de gravação eletrônica de dados.’ O art. 22, parágrafo único, da mesma Lei dispensa a transcrição literal do título ou documento de dívida, nas hipóteses em que ‘o Tabelião de Protesto conservar em seus arquivos gravação eletrônica da imagem, cópia reprográfica ou micrográfica do título ou documento de dívida’. Os títulos de crédito virtuais ou desmaterializados obtiveram, portanto, o merecido reconhecimento legal, posteriormente corroborado pelo art. 889, § 3º, do CC/02, que autoriza a emissão do título ‘a partir dos caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente e que constem da escrituração do emitente”. Disponível em <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

4.4.6. Legislação sobre Cédula de Crédito Bancário

Outro importante diploma foi a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004,⁶⁰⁸ que disciplinou a Cédula de Crédito Bancário e previu o protesto por indicação,⁶⁰⁹ revogando e aprimorando, nesse particular, a legislação anterior, a qual previa o protesto mediante apresentação de cópia da cédula.⁶¹⁰

Conforme definido na aludida Lei, a Cédula de Crédito Bancário é título de crédito emitido, por pessoa física ou jurídica, em favor de instituição financeira ou entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade (art. 26), a qual é considerada título executivo extrajudicial que representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta-corrente, desde que elaborados conforme os critérios legais (art. 28).

No mais, o art. 44 dispôs que se aplica às Cédulas de Crédito Bancário, no que não contrariar o disposto na referida Lei, a legislação cambial, dispensando-se, no entanto, o protesto para garantir o direito de cobrança entre endossadores, seus avalistas e terceiros garantidores.

Por fim, a Lei nº 10.931/2004 previa, em seu art. 62, a modificação da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, mas essa disposição foi vetada. Constou das razões do veto que: “a proposta inclui parágrafo único contendo rol de documentos sujeitos a protesto que poderá ser interpretado como exaustivo. A questão é que diversos tipos de documentos estão excluídos do novo parágrafo, o que trará insegurança jurídica”.⁶¹¹

⁶⁰⁸ Essa lei, que foi extremamente relevante para a recente expansão do crédito no Brasil, além de disciplinar a Cédula de Crédito Bancário, dispôs sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário; e alterou dispositivos do Decreto-lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, da Lei de Registros Públicos, da Lei do FGTS, da Lei de Locações e do Código Civil.

⁶⁰⁹ “Art. 41. A Cédula de Crédito Bancário poderá ser protestada por indicação, desde que o credor apresente declaração de posse da sua única via negociável, inclusive no caso de protesto parcial”. Como visto anteriormente, a Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo admitiu o envio dessas indicações por meio eletrônico.

⁶¹⁰ “Medida Provisória nº 2.160-25, de 23 de agosto de 2001. [...] Art. 17. Para fins de lavratura de protesto, a Cédula de Crédito Bancário poderá ser encaminhada, por cópia, ao oficial do cartório, desde que a instituição credora declare estar de posse da sua única via negociável e indique o valor pelo qual será protestada, inclusive no caso de protesto parcial”.

⁶¹¹ O assunto será tratado adiante, em tópico específico.

4.4.7. Lei de recuperação de empresas e falência

Também produziu inúmeros reflexos para a atividade de protesto a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, alterando a sistemática até então vigente.

Diferentemente da legislação anterior, que impedia a concessão da concordata preventiva ao devedor que tivesse títulos protestados,⁶¹² a Lei previu apenas a necessidade de apresentação das certidões dos tabeliães de protesto da Comarca para o pedido de recuperação judicial.⁶¹³

Além disso, manteve a necessidade de protesto para o requerimento de falência por falta de pagamento de obrigação líquida materializada em títulos executivos, previsão introduzida no ordenamento pelo Decreto nº 917, de 24 de outubro de 1890, anteriormente mencionado.

No mais, inovou ao restringir o pedido de falência consubstanciado em títulos de pequeno valor.⁶¹⁴ E, diferentemente da legislação anterior, que admitia o protesto comum,⁶¹⁵ a lei vigente exige sempre o protesto especial,⁶¹⁶ até mesmo porque sujeito a critérios diferenciados, como a competência territorial e a menção ao nome da pessoa que recebeu a intimação.

Quanto ao critério de competência para o protesto especial, embora não exista uma disposição expressa, é razoável a aplicação da regra de competência do juízo, qual seja, do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.⁶¹⁷

⁶¹² “Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945. [...] Art. 158. Não ocorrendo os impedimentos enumerados no art. 140, cumpre ao devedor satisfazer as seguintes condições: [...] IV – não ter título protestado por falta de pagamento”.

⁶¹³ “Art. 51. A petição inicial de recuperação judicial será instruída com: [...] VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial”. Assim dispondo, a lei prestigia a diligência do credor, evitando a omissão do crédito relativo ao título protestado, na relação apresentada pelo devedor.

⁶¹⁴ “Art. 94. Será decretada a falência do devedor que: I – sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência”.

⁶¹⁵ “Art. 10. Os títulos não sujeitos a protesto obrigatório devem ser protestados, para o fim da presente lei, nos cartórios de protesto de letras e títulos, onde haverá um livro especial para o seu registro”.

⁶¹⁶ “§ 3º Na hipótese do inciso I do caput deste artigo, o pedido de falência será instruído com os títulos executivos na forma do parágrafo único do art. 9º desta Lei, acompanhados, em qualquer caso, dos respectivos instrumentos de protesto para fim falimentar nos termos da legislação específica”. Cumpre mencionar, no entanto, o entendimento em sentido contrário, da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “Súmula 41: O protesto comum dispensa o especial para o requerimento de falência”. Disponível em <<http://www.tjsp.jus.br>>. Acesso em: 24 ago. 2011. Da mesma forma, ao julgar o **Recurso Especial nº 1.052.495-RS**, o Ministro Massami Uyeda, do Superior Tribunal de Justiça, afirmou que: “É prescindível o protesto especial para a formulação do pedido de falência”. Disponível em <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 24 ago. 2011.

⁶¹⁷ Art. 3º da Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

Nesse sentido, aliás, o entendimento da doutrina,⁶¹⁸ da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo⁶¹⁹ e do Superior Tribunal de Justiça, tendo sido assentado por esta Corte que o protesto especial, “com o objetivo de constituir o devedor em mora falimentar, deve ser tirado no domicílio da empresa devedora”.⁶²⁰

Outra peculiaridade do protesto especial é a necessidade de identificação, no instrumento de protesto, da pessoa que recebeu a intimação, providência exigida pela jurisprudência e consagrada na Súmula 361 do Superior Tribunal de Justiça.⁶²¹ Contudo, nas hipóteses previstas no art. 15 da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, como localização incerta do devedor ou se ninguém se dispuser a receber a intimação no endereço, a intimação será feita por edital.⁶²²

A observância dessas regras é fundamental, visto que não se decreta a falência se o requerido provar “vício em protesto ou em seu instrumento”.⁶²³

Por fim, a vigente Lei não repetiu a disciplina do revogado Decreto-lei quanto ao livro especial, seus elementos e sua publicidade, fazendo apenas remissão à legislação específica. Aplica-se, portanto, a regra prevista no art. 23 da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, de registro dos termos de protesto, inclusive para fins especiais, em um único livro.

⁶¹⁸ A título exemplificativo pode-se mencionar a opinião de Trajano de Miranda Valverde, que, ao comentar a legislação anterior, afirmou: “O protesto especial deve ser sempre interposto perante o oficial público competente do domicílio comercial do devedor, pois aí é o fóro da falência (art. 7º). Nisto também difere do protesto comum, que deve ser tirado no lugar indicado para o aceite ou o pagamento”. **Comentários à Lei de Falências**. v. I. p. 109.

⁶¹⁹ No **Parecer nº 139/09-E**, exarado no Processo CG nº 2008/88942, da lavra do Dr. Walter Rocha Barone, à época Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo. A ementa foi assim redigida: “Negado protesto de título para fins falimentares por ter a devedora sua sede em Comarca diversa – Recusa mantida – Protesto a ser lavrado na Comarca do principal estabelecimento da devedora”. Disponível em <<http://www.extrajudicial.tjsp.jus.br>>. Acesso em: 24 ago. 2011.

⁶²⁰ Voto do Ministro César Asfor Rocha, ao apreciar o **Recurso Especial nº 418.371-SP**. Disponível em <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 24 ago. 2011.

⁶²¹ “Súmula 361. A notificação do protesto, para requerimento de falência da empresa devedora, exige a identificação da pessoa que a recebeu”. O precedente jurisprudencial foi o **Recurso Especial nº 172.847-SC**, no qual o Ministro Barros Monteiro, na sessão de 8 de fevereiro de 1999, entendeu irregular o protesto, uma vez que a então vigente lei falimentar exigia a menção, no instrumento de protesto, da “certidão de intimação do devedor para pagar”. No caso analisado, “a intimação foi recebida por um tal de Antônio, pessoa esta desprovida de qualquer identificação idônea que o possa vincular à empresa requerida”. Disponível em <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 24 ago. 2011. É interessante observar que a jurisprudência não exige a intimação de representante legal da empresa, providência incompatível com a celeridade exigida para o protesto.

⁶²² Ao apreciar o **Recurso Especial nº 1.052.495-RS**, o Ministro Massami Uyeda, do Superior Tribunal de Justiça, asseverou que: “quando a notificação pessoal do protesto não logra obter a identificação de quem se recusou a assinar a carta registrada, é de rigor a realização da intimação do protesto por edital como requisito necessário para sustentar o pedido de falência, tudo conforme o art. 15 da Lei n. 9.492/97”. Disponível em <<http://www.tjsp.jus.br>>. Acesso em: 24 ago. 2011.

⁶²³ Art. 96, inciso VI, da Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

4.4.8. Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e revogou a Lei nº 9.841/1999, anteriormente mencionada. Esse diploma teve inspiração no princípio, relativo à ordem econômica, de tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País (Constituição Federal, art. 170, inciso IX).

Seguindo a diretriz constitucional de simplificação das obrigações dessas empresas,⁶²⁴ a Lei Complementar previu regras diferenciadas para o protesto de título quando o devedor seja microempresário ou empresa de pequeno porte, desde que comprovada essa condição.⁶²⁵

Inicialmente, impediu o acréscimo sobre os emolumentos a título de taxas, custas e contribuições, parcelas que em algumas Unidades da Federação representam expressivo percentual do valor pago pelo usuário.⁶²⁶

No mais, a Lei dispôs que, para o pagamento do título em cartório, não se pode exigir cheque de emissão de estabelecimento bancário, ficando a quitação, no entanto, condicionada à efetiva liquidação do cheque. E, na hipótese de pagamento com cheque sem a devida provisão de fundos, impõe-se a suspensão automática dos benefícios pelo prazo de um ano.⁶²⁷

⁶²⁴ “Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei”.

⁶²⁵ “Art. 73. O protesto de título, quando o devedor for microempresário ou empresa de pequeno porte, é sujeito às seguintes condições: [...] IV – para os fins do disposto no caput e nos incisos I, II e III do caput deste artigo, o devedor deverá provar sua qualidade de microempresa ou de empresa de pequeno porte perante o tabelionato de protestos de títulos, mediante documento expedido pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso”. Ao apreciar o Processo nº 2008/13730, o então Corregedor Geral da Justiça em exercício, Desembargador Luiz Elias Tâmbara, aprovou, o seguinte parecer: “defiro em parte o requerimento do IEPTB-SP, determinando-se aos tabeliães de protesto do Estado de São Paulo que aceitem até o dia 31 de janeiro de cada ano as certidões expedidas no ano anterior pela Junta Comercial ou pelos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Jurídicas em favor das microempresas e empresas de pequeno porte interessadas no benefício do art. 73, I, da Lei Complementar n. 123/2006”. **Diário da Justiça Eletrônico**, São Paulo, 29 mai. 2008. Caderno Administrativo, p. 14-15.

⁶²⁶ No Estado de São Paulo, por exemplo, a Lei nº 11.331, de 26 de dezembro de 2002, dispõe no artigo 19 que, dos emolumentos para os atos de Protesto, 62,5% (sessenta e dois inteiros e meio por cento) são receitas dos notários; o restante, no total de 37,5% (trinta e sete inteiros e meio por cento), destina-se ao Estado, à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, à compensação dos atos gratuitos do registro civil das pessoas naturais e à complementação da receita mínima das serventias deficitárias e, por fim, ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça.

⁶²⁷ Art. 73, incisos II e V.

4.4.9. Lei sobre a informatização do processo judicial

A Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, disciplinou a informatização do processo judicial e alterou o Código de Processo Civil, atribuindo o mesmo valor do original às reproduções digitalizadas juntadas aos autos do processo judicial, disposição aplicável igualmente à execução fundada em título executivo extrajudicial.⁶²⁸

Ou seja, introduziu-se em nosso ordenamento a possibilidade de tramitação eletrônica dos processos judiciais, tais como execuções e pedidos de falência, com o envio por meio eletrônico das petições e reproduções digitalizadas de documentos em papel, desde que feito por advogado ou outro profissional autorizado, mediante uso de assinatura eletrônica.

Pois bem. Considerando-se que o protesto é ato prévio ao ajuizamento da execução ou pedido de falência e que a apresentação física do título executivo é dispensada para a ação judicial, parece pouco razoável não se admitir o envio de reprodução digitalizada do título executivo ao tabelionato de protesto.

Isto porque, enquanto a execução por quantia certa tem por objeto expropriar bens do devedor,⁶²⁹ a fim de satisfazer o direito do credor, o protesto se caracteriza como mero ato comprobatório da inadimplência e do descumprimento de obrigação.

Ora, se o advogado pode enviar uma reprodução digitalizada do título executivo extrajudicial para o processo de execução, não há como se exigir para o protesto, ato preparatório menos gravoso, a apresentação do título original. Caso contrário, haveria uma situação inusitada, com desigualdade de tratamento entre as esferas judicial e extrajudicial, impondo-se ao advogado procedimento arcaico para o singelo protesto de um título, com a necessidade de deslocamento pessoal, enquanto que, para a postulação perante o Poder Judiciário, estaria facultado o moderno meio disponibilizado pela Lei nº 11.419/2006.

⁶²⁸ “Art. 365. Fazem a mesma prova que os originais: [...] VI – as reproduções digitalizadas de qualquer documento, público ou particular, quando juntados aos autos pelos órgãos da Justiça e seus auxiliares, pelo Ministério Público e seus auxiliares, pelas procuradorias, pelas repartições públicas em geral e por advogados públicos ou privados, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização. [...] § 2º Tratando-se de cópia digital de título executivo extrajudicial ou outro documento relevante à instrução do processo, o juiz poderá determinar o seu depósito em cartório ou secretaria”.

⁶²⁹ “Código de Processo Civil. [...] Art. 646. A execução por quantia certa tem por objeto expropriar bens do devedor, a fim de satisfazer o direito do credor (art. 591)”.

A interpretação da norma há de ser feita à luz do princípio da eficiência, que norteia não apenas a atuação da administração pública (Constituição Federal, art. 37), mas também dos serviços notariais e de registro, uma vez que é dever do notário atender as partes com eficiência, urbanidade e presteza (Lei nº 8.935/1994, art. 30, inciso II), cumprindo ao juízo competente zelar pela observância desses parâmetros (art. 38).

Além disso, deve-se ter em vista que a Lei nº 9.492/1997 previu a possibilidade de recepção, por meio magnético ou de gravação eletrônica de dados, das indicações das duplicatas mercantis e de prestação de serviços (art. 8º, parágrafo único), sendo que as instituições do sistema financeiro nacional têm sistematicamente utilizado referida forma de envio.

Por outro lado, como anteriormente mencionado, a Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, após a edição da Lei nº 11.419/2006, admitiu a recepção de documentos eletrônicos oriundos do Poder Judiciário, bem como a possibilidade de expedição de ofícios e encaminhamento de certidões e documentos em geral pelos tabeliães, desde que assinados digitalmente, no âmbito da ICP-Brasil.⁶³⁰

Cabe anotar, ainda, que esse entendimento foi reforçado com o advento da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que admitiu o envio de informações aos registros públicos, desde que assinado no âmbito da ICP-Brasil.⁶³¹ Não há nenhuma razão para se afastar a aplicação dessa disposição aos serviços notariais, restringindo-a aos serviços de registros públicos, visto que ambos são tratados conjuntamente, tanto pela Constituição Federal, como pela Lei nº 8.935/1994.

⁶³⁰ “Provimento CG. nº 29/2007. [...] Art. 1º – São suscetíveis de recepção em tabelionatos e ofícios de registro, para os fins necessários, os documentos eletrônicos oriundos do Poder Judiciário, com assinatura digital, vinculada a uma autoridade certificadora, no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Art. 2º [...] § 1º As unidades de serviço notarial e de registro que estiverem informatizadas, com eficiente e seguro sistema de arquivo em meio digital, observado inclusive o subitem 26.1 do Capítulo XIII do Provimento CG 58/89, manterão os documentos eletrônicos arquivados em meio digital, em sistema de fácil busca, recuperação de dados e leitura, que preserve as informações e seja suscetível de atualização, substituição de mídia e entrega, em condições de uso imediato, em caso de transferência do acervo da serventia. [...] Art. 5º – Tabeliães e oficiais de registro poderão, em resposta, oficiar, informar e encaminhar certidões e documentos em geral, para os Juízos que atuem em processos eletrônicos, por igual meio digital, desde que assinados digitalmente, com certificação digital, no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), e sigam os padrões próprios de envio e protocolização eletrônicos do processo judicial”. **Diário da Justiça Eletrônico**, São Paulo, 9 out. 2007. Caderno Administrativo, p. 2.

⁶³¹ “Art. 76. A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações: ‘Art. 17. [...] Parágrafo único. O acesso ou envio de informações aos registros públicos, quando forem realizados por meio da rede mundial de computadores (internet) deverão ser assinados com uso de certificado digital, que atenderá os requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP’”.

Conclui-se, portanto, que as disposições da Lei nº 11.419/2006 aplicam-se, no que couber, aos tabelionatos de protesto. Assim, o meio eletrônico pode ser utilizado para o envio, pelo advogado, de reprodução digitalizada do título executivo extrajudicial. E, como visto anteriormente, também para a expedição do instrumento de protesto, como admitido pelo art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, sendo que, para o ajuizamento da ação, o advogado poderá providenciar a juntada no processo não apenas da reprodução digitalizada do título, como também do instrumento eletrônico de protesto. Tem-se, com isso, uma perfeita integração entre os órgãos do Poder Judiciário e os tabeliães de protesto.

Assentada a viabilidade de envio eletrônico de títulos e documentos de dívida aos tabelionatos, cumpre analisar as cautelas para a recepção dos arquivos.

Primeiramente, deve-se ressaltar a necessidade de utilização da assinatura eletrônica, nos padrões definidos pela Lei nº 11.419/2006,⁶³² para o envio ao tabelionato de protesto, por meio eletrônico, de reprodução digitalizada de títulos executivos judiciais e extrajudiciais. Ou seja, o advogado, ou profissional autorizado, deve utilizar certificado emitido no âmbito da ICP-Brasil.

Outra cautela salutar é a exigência de declaração, assinada eletronicamente, dando conta da garantia da origem e integridade do documento digitalizado, bem como de sua posse, com o compromisso de exibição a qualquer momento se exigido, especialmente na hipótese de sustação judicial do protesto. Referida exigência decorre das disposições contidas nos parágrafos do artigo 365 do Código de Processo Civil, introduzidos pela Lei nº 11.419/2006,⁶³³ sendo que eventual falsidade da declaração ensejará responsabilidade na esfera civil, criminal e disciplinar.

Por fim, poderá o tabelião obstar o protesto, com a devolução por irregularidade, na hipótese de ilegitimidade da digitalização, caso em que será imprescindível a apresentação do documento original em meio físico, aplicando-se por analogia o art. 11, § 5º, da referida Lei.

⁶³² “Artigo 1º [...] § 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se: [...] III – assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário: a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada, na forma da legislação específica”.

⁶³³ “§ 1º Os originais dos documentos digitalizados, mencionados no inciso VI do caput deste artigo, deverão ser preservados pelo seu detentor até o final do prazo para interposição de ação rescisória. § 2º Tratando-se de cópia digital de título executivo extrajudicial ou outro documento relevante à instrução do processo, o juiz poderá determinar o seu depósito em cartório ou secretaria”.

5 – PANORAMA ATUAL DO PROTESTO NO BRASIL

5.1. Visão geral do procedimento

Ao longo da evolução histórica do protesto no Brasil, o procedimento foi aperfeiçoado de forma gradativa, culminando com a completa regulamentação do instituto em âmbito nacional, por meio da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997,⁶³⁴ como visto anteriormente.

Inicialmente, esse diploma dispõe que protesto “é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida” (art. 1º). Tal definição, mais abrangente que a elaborada por Cesare Vivante,⁶³⁵ contempla tanto o protesto necessário, ou seja, o ato indispensável à conservação dos direitos, como o protesto facultativo,⁶³⁶ com caráter “essencialmente probatório”.⁶³⁷

Com efeito, o protesto, muitas vezes, é um ônus atribuído ao credor,⁶³⁸ com função probatória e conservatória,⁶³⁹ sendo necessário para o exercício do direito de ação.⁶⁴⁰

⁶³⁴ Cujas epígrafe tem o seguinte teor: “*Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências*”.

⁶³⁵ “Il protesto è un atto pubblico e solenne, indispensabile a provare il puntuale adempimento delle pratiche prescritte dalla legge per l’esercizio dell’azione cambiaria e il loro risultato”. **Tratado di Diritto Commerciale**. v. III. p. 490-491.

⁶³⁶ Como visto anteriormente, a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, contempla a distinção entre o ato notarial necessário e o facultativo, dispondo que: “Art. 6º Aos notários compete: [...] II – intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade, autorizando a redação ou redigindo os instrumentos adequados, conservando os originais e expedindo cópias fidedignas de seu conteúdo”.

⁶³⁷ Segundo Pontes de Miranda: “*O protesto é ato formal, probatório*. Ato formal, o protesto é essencialmente probatório [...] O seu papel único é o de documentar o exercício do direito constante do título. [...] Trata-se, hoje em dia, de simples ato formal de prova do exercício do direito cambiário e só em consequência a sua conservação”. **Tratado de Direito Cambiário**. v. I. p. 500-501.

⁶³⁸ Segundo Mario Battaglini: “In altri termini il solo che possa esser danneggiato dalla mancata levata del protesto potrebbe essere il portatore della cambiale che, per questa omissione, non potrà mai agire in regresso. Sembra pertanto che il protesto debba classificarsi non già nella categoria degli obblighi, ma in quella, affine, degli oneri. Questi, infatti, seconda una classica definizione indicano ‘il comportamento cui il soggetto non può non attenersi o l’atto che non può non compiere... se vuole ottenere la tutela dell’ordinamento giuridico’”. **Il protesto**. p. 14.

⁶³⁹ Nesse sentido, a lição de Mario Battaglini: “Due sono le funzioni prevalenti dell’atto di protesto: una eminentemente probatoria e l’altra conservatrice. La prima funzione deriva dal fatto che l’atto di protesto è diretto a constatare talune circostanze che sono rilevanti per l’attuazione dei diritti cambiari in quanto esso costituisce il processo verbale, redatto dal pubblico ufficiale, della presentazione del titolo all’obbligato, e del risultato di questa. Attraverso la seconda funzione, che è poi quella tipica dell’atto, questo assicura da un lato, agli obbligati in regresso le garanzie necessarie, e dall’altro, al titolare, un mezzo per giungere al pagamento”. **Op. cit.** p. 16-17.

⁶⁴⁰ Como os artigos 44 e 53 da Lei uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias; o art. 15, inciso II, alínea “a”, da Lei das Duplicatas; o art. 75 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, em relação ao contrato de câmbio; o art. 94, § 3º, da vigente Lei falimentar, dentre outras disposições.

E, não obstante a recente tendência legislativa de dispensa, em algumas hipóteses, do protesto necessário,⁶⁴¹ seja em relação a determinados obrigados, seja em decorrência de cláusula cambial, é pertinente a observação de Fábio Konder Comparato de que “o protesto cambiário jamais se considera proibido”.⁶⁴² Pelo contrário, há sempre a possibilidade de formalização do protesto facultativo, com função probatória.

Feitas essas considerações iniciais, é relevante assinalar que, no Brasil, o protesto é ato de incumbência de um profissional do Direito, aprovado em concurso público e dotado de fé pública,⁶⁴³ o Tabelião de Protesto de Títulos, a quem compete privativamente, na tutela dos interesses públicos e privados, a protocolização, a intimação, o acolhimento da devolução ou do aceite, o recebimento do pagamento, do título e de outros documentos de dívida, bem como lavrar e registrar o protesto ou acatar a desistência do credor em relação ao mesmo, proceder às averbações, prestar informações e fornecer certidões relativas a todos os atos praticados.⁶⁴⁴

Como ato notarial, o protesto está sujeito ao princípio da rogação ou instância, sendo que a atuação do tabelião depende de solicitação do apresentante. O protesto, aliás, se caracteriza como um ato jurídico em sentido estrito, que não pode ser modelado segundo a vontade das partes,⁶⁴⁵ cabendo ao tabelião agir em estrito cumprimento do dever que lhe é imposto, observando o procedimento definido na legislação vigente. Não há espaço, portanto, para que o apresentante, por exemplo, exija que a intimação seja entregue ao representante legal do devedor ou que o pagamento lhe seja feito diretamente, pois nessas hipóteses o procedimento seguiria um curso distinto daquele definido em lei.

⁶⁴¹ Como visto anteriormente, recentes diplomas legais editados têm dispensado o protesto, como a legislação sobre letras de câmbio, cheques, títulos de crédito rural, industrial e comercial, Cédula de Produto Rural, Cédula de Crédito Bancário e títulos de crédito do agronegócio.

⁶⁴² Afirmou o autor: “O caráter facultativo do protesto pode resultar de cláusula cambial – ‘sem despesas’ ou ‘sem protesto’ (Lei Uniforme, art. 46) – ou do fato de ele não ser necessário para o exercício da pretensão de cobrança contra certos devedores cambiais (emissor da nota promissória ou aceitante da letra de câmbio, por exemplo). Ademais, nas letras de câmbio sacadas com vencimento em dia certo, como a apresentação a aceite não é obrigatória, o protesto por falta de aceite tampouco o é: mesmo sem haver apresentado a letra ao aceite, ou sem haver tirado o protesto, o portador ainda pode apresentá-la ao sacado para pagamento. De qualquer forma, como foi oportunamente assinalado na doutrina, ainda quando dispensado por cláusula inserida no título, o protesto cambiário jamais se considera proibido”. **A regulamentação judiciário-administrativa do protesto cambial**. p. 82.

⁶⁴³ Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, art. 3º e art. 14, inciso I.

⁶⁴⁴ Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, art. 3º.

⁶⁴⁵ Segundo Fábio Konder Comparato: “O protesto é um ato jurídico *stricto sensu* e não um negócio jurídico, pois os seus efeitos decorrem estritamente da lei, não podendo ser modelados segundo a vontade das partes. Como ato jurídico em sentido estrito, ele representa, conforme as circunstâncias, o exercício de um direito potestativo ou de um ônus”. **A regulamentação judiciário-administrativa do protesto cambial**. p. 79.

O procedimento tem início com a apresentação do título ou documento de dívida, fornecendo o tabelião um recibo discriminado.⁶⁴⁶ No ato deve ser indicado o motivo do protesto, que pode ser a falta de pagamento, de aceite, de devolução,⁶⁴⁷ ou de data de aceite.⁶⁴⁸

A apresentação não demanda maiores formalidades, sendo suficiente que a entrega do título seja acompanhada do preenchimento de um formulário e da exibição do documento de identidade da pessoa.⁶⁴⁹ Não é necessária a apresentação dos atos constitutivos ou da procuração outorgada pelo apresentante, seja pela falta de previsão legal ou normativa,⁶⁵⁰ seja por contrariar os princípios de celeridade e de formalidade simplificada, que norteiam o protesto.⁶⁵¹ Mas, havendo indícios de fraude, poderá o tabelião exigir tais documentos.⁶⁵²

⁶⁴⁶ “Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997. [...] Art. 5º Todos os documentos apresentados ou distribuídos no horário regulamentar serão protocolizados dentro de vinte e quatro horas, obedecendo à ordem cronológica de entrega. Parágrafo único. Ao apresentante será entregue recibo com as características essenciais do título ou documento de dívida, sendo de sua responsabilidade os dados fornecidos”.

⁶⁴⁷ Estabelece a Lei nº 9.492/1997: “Art. 21. O protesto será tirado por falta de pagamento, de aceite ou de devolução. § 1º O protesto por falta de aceite somente poderá ser efetuado antes do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo legal para o aceite ou a devolução. § 2º Após o vencimento, o protesto sempre será efetuado por falta de pagamento, vedada a recusa da lavratura e registro do protesto por motivo não previsto na lei cambial”.

⁶⁴⁸ O Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966, preceitua que: “Art. 25 – [...] Quando se trate de uma letra pagável a certo termo de vista, ou quem deva ser apresentada ao aceite dentro de um prazo determinado por estipulação especial, o aceite deve ser datado do dia em que foi dado, salvo se o portador exigir que a data seja a da apresentação. À falta de data, o portador, para conservar os seus direitos de recurso contra os endossantes e contra o sacador, deve fazer constatar essa omissão por um protesto feito em tempo útil”.

⁶⁴⁹ As Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, no Capítulo XV, dispõem que: “4.1.4. A pessoa que trazer o título ou documento de dívida para ser protocolizado, seja o próprio apresentante ou seu representante legal, seja terceiro, terá sua cédula de identidade conferida no ato, confrontando-se o número dela constante com o lançado no formulário de apresentação”.

⁶⁵⁰ Ao enfrentar questão similar, no Processo nº 1.789/94, o Dr. Cláudio Luiz Bueno de Godoy, então Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, afirmou, no Parecer nº 829/94, que: “nada importa à regularidade do protesto tirado a alegada ocorrência de prescrição da promissória. E o mesmo deve ser dito, segundo se entende, com relação à apresentação de procuração que tenha autorizado o saque da cambial. É certo que a propósito houve menção na ata de correição geral realizada na Serventia, mas, sem dúvida, a título de recomendação, por exclusiva medida de cautela. Não que a falta de exigência deste instrumento de mandato possa ser tida como causa de nulidade do ato notarial, assim passível de cancelamento. Isto até pela falta de previsão legal ou administrativa de exigência de exibição da procuração. De outra parte, já se decidiu nesta Corregedoria Geral, malgrado não com específica pertinência ao mandato autorizativo de emissão da cártula apontada, que eventuais vícios nesta emissão ou no saque devem ser discutidos na esfera jurisdicional”. **Decisões administrativas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, 1994**. p. 241.

⁶⁵¹ Segundo Vicente de Abreu Amadei: “à flexibilidade-documentada dos títulos de crédito, mister corresponder, para o momento do protesto (que está no ponto crítico da satisfação da cambial), certo procedimento administrativo marcado com traços de aguda celeridade e de formas simplificadas”. **Princípios de protesto de títulos**. p. 111.

⁶⁵² No **Parecer nº 132/2007-E**, exarado no Protocolado CG. nº 31.968/2006, o magistrado Álvaro Luiz Valery Mirra, então Juiz Auxiliar da Corregedoria, asseverou: “as NSCGJ não impõem a apresentação de cópia do contrato social da pessoa jurídica apresentante, nem do CPF e do RG do representante legal desta ou do apresentante pessoa física. Contudo, não se pode afastar tal possibilidade, em determinado caso concreto, se o tabelião de protesto entender necessários referidos documentos a fim de sanar dúvidas ou impedir que eventual fraude seja praticada”. Disponível em <<http://www.extrajudicial.tj.sp.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2011.

Na hipótese de dívida com valor estipulado em moeda estrangeira, compete ao apresentante converter o valor para reais na data de apresentação; além disso, o título ou documento de dívida deve estar acompanhado, se necessário, de tradução juramentada.⁶⁵³

Por outro lado, caso o valor da dívida esteja sujeito a qualquer tipo de correção, o apresentante indicará o valor atualizado do débito,⁶⁵⁴ elaborando memória discriminada do cálculo aritmético, nos moldes previstos para o processo de execução.⁶⁵⁵

Em relação aos cálculos formulados pelo apresentante, a postura do tabelião deve guardar similitude com aquela definida pelo Código de Processo Civil para o magistrado. Ou seja, quando houver aparente excesso⁶⁵⁶ ou utilização de índice ou critérios diferentes dos constantes do título ou documento de dívida, poderá o tabelião devolver o título para esclarecimentos ou reelaboração do cálculo. Mas, em regra, há que se presumir a veracidade do cálculo efetuado.⁶⁵⁷

⁶⁵³ Dispõe a Lei nº 9.492/1997 que: “Art. 10. Poderão ser protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil, desde que acompanhados de tradução efetuada por tradutor público juramentado. § 1º Constarão obrigatoriamente do registro do protesto a descrição do documento e sua tradução. § 2º Em caso de pagamento, este será efetuado em moeda corrente nacional, cumprindo ao apresentante a conversão na data de apresentação do documento para protesto. § 3º Tratando-se de títulos ou documentos de dívidas emitidos no Brasil, em moeda estrangeira, cuidará o Tabelião de observar as disposições do Decreto-lei nº 857, de 11 de setembro de 1969, e legislação complementar ou superveniente”. Anote-se que esse artigo tem direta relação com o Regulamento para o ofício de Tradutor Público, baixado pelo Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943, segundo o qual: “Art. 18. Nenhum livro, documento ou papel de qualquer natureza que fôr exarado em idioma estrangeiro, produzirá efeito em repartições da União dos Estados e dos municípios, em qualquer instância, Juízo ou Tribunal ou entidades mantidas, fiscalizadas ou orientadas pelos poderes públicos, sem ser acompanhado da respectiva tradução feita na conformidade dêste regulamento. Parágrafo único. Estas disposições compreendem também os serventuários de notas e os cartórios de registro de títulos e documentos que não poderão registrar, passar certidões ou públicas-formas de documento no todo ou em parte redigido em língua estrangeira”.

⁶⁵⁴ De acordo com a Lei nº 9.492/1997: “Art. 11. Tratando-se de títulos ou documentos de dívida sujeitos a qualquer tipo de correção, o pagamento será feito pela conversão vigente no dia da apresentação, no valor indicado pelo apresentante”.

⁶⁵⁵ Dispõe o Código de Processo Civil: “Art. 614. Cumpre ao credor, ao requerer a execução, pedir a citação do devedor e instruir a petição inicial: I – com o título executivo extrajudicial; II – com o demonstrativo do débito atualizado até a data da propositura da ação, quando se tratar de execução por quantia certa”.

⁶⁵⁶ “Art. 475-B. Quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor requererá o cumprimento da sentença, na forma do art. 475-J desta Lei, instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo. [...] § 3º Poderá o juiz valer-se do contador do juízo, quando a memória apresentada pelo credor aparentemente exceder os limites da decisão exequenda e, ainda, nos casos de assistência judiciária”.

⁶⁵⁷ No Proc. 183/84 da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, o então Juiz de Direito Corregedor, Narciso Orlandi Neto, asseverou que: “vale a presunção de veracidade do afirmado pelo credor. Guardada a distância existente entre o simples protesto e a execução do título extrajudicial, é aplicável o que já decidiu o E. 1º Tribunal de Alçada Civil: ‘Existe em favor do locador uma presunção *juris tantum* de que aquilo que alega como sendo quantia líquida e certa de seu crédito é a verdade, assistindo ao devedor o ônus de destruir a presunção’ (*Julgados*, 78/296). Se as quantias declaradas pelo apresentante do título a protesto forem indevidas, ou estiverem pagas, incumbe ao devedor, destruindo aquela presunção, sustar o protesto, como lhe competiria, na execução, embargá-la”. **Decisões administrativas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, 1984/1985.** p. 200-201.

No mais, em se tratando de protesto de contrato bilateral, como o contrato de prestação de serviços, cumpre ao credor provar que adimpliu a contraprestação, que lhe corresponde.⁶⁵⁸

Observe-se que, embora em princípio seja necessária a apresentação do título de crédito original,⁶⁵⁹ especialmente pela possibilidade de endosso, o protesto dos demais documentos de dívida pode ser feito pela apresentação de cópia, conforme entendimento firmado em relação à execução, tanto pela doutrina,⁶⁶⁰ como pela jurisprudência.⁶⁶¹

Há, ainda, a previsão legal de protesto com base na segunda via da letra de câmbio ou nas indicações da duplicata,⁶⁶² bem como nas indicações da cédula de crédito bancário.⁶⁶³

A competência para protesto é definida pela praça de pagamento, tanto para as letras de câmbio e notas promissórias,⁶⁶⁴ como para aqueles títulos sujeitos à mesma disciplina,⁶⁶⁵ e, também, para as duplicatas.⁶⁶⁶

⁶⁵⁸ Segundo o Código de Processo Civil: “Art. 615. Cumpre ainda ao credor: [...] IV – provar que adimpliu a contraprestação, que lhe corresponde, ou que lhe assegura o cumprimento, se o executado não for obrigado a satisfazer a sua prestação senão mediante a contraprestação do credor”.

⁶⁵⁹ Excetuada a hipótese vista anteriormente, de aplicação da Lei sobre a informatização do processo judicial.

⁶⁶⁰ Assinalou Cândido Rangel Dinamarco que: “A jurisprudência brasileira sempre foi muito cautelosa quanto à cópia do instrumento dos títulos executivos, especialmente no que diz respeito às cambiais”. E mais adiante: “Obviamente, fora do campo dos títulos de crédito as cautelas são menores porque inexistente o instituto do endosso e nenhuma insegurança traz para a parte a propositura da execução com base em cópia do documento original”. **Execução civil**. p. 475-476.

⁶⁶¹ Da ementa do **Recurso Especial nº 543.102-SP**, cujo Relator foi o Ministro Felix Fischer, do Superior Tribunal de Justiça, constou que: “É suficiente, para instruir a inicial de execução, a cópia do contrato de locação, visto que a necessidade de juntar o original cabe às execuções fundadas em título cambial. Precedentes”. Disponível em <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 1 set. 2011. Em casos excepcionais, aliás, a possibilidade de execução com cópia vêm sendo ampliada. Como exemplo, o **Recurso Especial nº 820.121-ES**, do Superior Tribunal de Justiça, cuja ementa foi assim redigida pelo Ministro Sidnei Benetti: “Processo civil. Execução extrajudicial. Títulos que se apresentam por cópia. Admissibilidade. I – A execução pode excepcionalmente ser instruída por cópia reprográfica do título extrajudicial em que fundamentada, prescindindo da apresentação do documento original. II – Tal conclusão ainda mais se apresenta quando não há dúvida quanto à existência do título e do débito e quando comprovado que não circulou”. Disponível em <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 1 set. 2011.

⁶⁶² Estabelece a Lei nº 9.492/1997 que: “Art. 21. [...] § 3º Quando o sacado retiver a letra de câmbio ou a duplicata enviada para aceite e não proceder à devolução dentro do prazo legal, o protesto poderá ser baseado na segunda via da letra de câmbio ou nas indicações da duplicata, que se limitarão a conter os mesmos requisitos lançados pelo sacador ao tempo da emissão da duplicata, vedada a exigência de qualquer formalidade não prevista na Lei que regula a emissão e circulação das duplicatas”.

⁶⁶³ Como visto no tópico atinente à legislação sobre referido título.

⁶⁶⁴ O Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908, dispõe que: “Art. 28. [...] Parágrafo único. O protesto deve ser tirado do lugar indicado na letra para o aceite ou para o pagamento. Sacada ou aceita a letra para ser paga em outro domicílio que não o do sacado, naquele domicílio deve ser tirado o protesto”.

⁶⁶⁵ A título exemplificativo, pode-se mencionar o warrant (Decreto nº 1.102/1903, art. 23), os títulos de crédito rural (Decreto-lei nº 167/1967, art. 60), os títulos de crédito industrial (Decreto-lei nº 413/1969, art. 52), a cédula de produto rural (Lei nº 8.929/1994, art. 10) e as cédulas de crédito bancário (Lei nº 10.931/2004, art. 44).

⁶⁶⁶ O art. 13 da Lei nº 5.474/1968 dispõe que: “§ 3º O protesto será tirado na praça de pagamento constante do título”.

Para os cheques, o protesto pode ser feito tanto no lugar de pagamento, como no domicílio do emitente.⁶⁶⁷ Em relação aos títulos judiciais, é razoável a aplicação analógica das regras de competência para execução, admitindo-se o protesto na localidade de tramitação do processo ou na de domicílio do devedor.⁶⁶⁸

Ressalte-se, como visto anteriormente, que tais regras não se aplicam para o protesto especial para fins falimentares, cuja competência é atribuída em função do local do principal estabelecimento do devedor.

Por fim, o protesto dos documentos de dívida, para prova do inadimplemento, deve ser solicitado no lugar de pagamento, observando-se as regras definidas no Código Civil.⁶⁶⁹

A legislação vigente impõe a distribuição prévia nas localidades onde atuem dois ou mais tabeliães de protesto. Com isso, excepciona o princípio da livre escolha, aplicável aos tabeliães de notas (Lei nº 8.935/1994, art. 8º). É interessante observar que no Rio de Janeiro, diferentemente de São Paulo,⁶⁷⁰ a criação de um novo tabelionato de protesto, na década de 1920, foi acompanhada da instituição da prévia distribuição.⁶⁷¹

⁶⁶⁷ A Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985, prevê que: “Art. 48. O protesto ou as declarações do artigo anterior devem fazer-se no lugar de pagamento ou do domicílio do emitente”. No mesmo sentido, estabelece a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, que: “Art. 6º Tratando-se de cheque, poderá o protesto ser lavrado no lugar do pagamento ou do domicílio do emitente, devendo do referido cheque constar a prova de apresentação ao Banco sacado, salvo se o protesto tenha por fim instruir medidas pleiteadas contra o estabelecimento de crédito”.

⁶⁶⁸ O Código de Processo Civil define: “Art. 475-P. O cumprimento da sentença efetuar-se-á perante: [...] II – o juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição; [...] Parágrafo único. No caso do inciso II do caput deste artigo, o exequente poderá optar pelo juízo do local onde se encontram bens sujeitos à expropriação ou pelo do atual domicílio do executado, casos em que a remessa dos autos do processo será solicitada ao juízo de origem”.

⁶⁶⁹ “Art. 327. Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do devedor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias. Parágrafo único. Designados dois ou mais lugares, cabe ao credor escolher entre eles. Art. 328. Se o pagamento consistir na tradição de um imóvel, ou em prestações relativas a imóvel, far-se-á no lugar onde situado o bem”.

⁶⁷⁰ “Lei n. 667, de 6 de setembro de 1899. *Cria na Capital um 2.º officio de tabellião de protestos de letras*. O coronel Fernando Prestes de Albuquerque, presidente do Estado de São Paulo, Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte: Artigo 1.º – Fica creado nesta capital um 2.º officio de tabellião de protestos de letras. § 1.º – O serviço de protestos de letras será feito por qualquer dos officiaes, á opção das partes interessadas. § 2.º – Logo que lhe seja presente algum titulo para ser protestado, o official do protesto fará d'elle um extracto em fórmula legal, que enviará ao distribuidor, para que seja inscripto no competente registro. § 3.º – Da inscripção do protesto de cada letra perceberá o distribuidor um mil réis”. **Diario Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 set. 1899. p. 2216-2217.

⁶⁷¹ “Decreto n. 16.273 – de 20 de dezembro de 1923. *Reorganiza a Justiça do Districto Federal* [...] Art. 4º. São funcionarios auxiliares da administração da Justiça: [...] 4º. Os seguintes serventuários e funcionarios: [...] Dous officiaes do protesto de letras e titulos; [...] Art. 148. Ao 7º distribuidor incumbe a distribuição dos titulos e documentos, alternadamente, pelos officios de protesto”. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 1 set. 2011.

A distribuição, em regra,⁶⁷² é de incumbência de um serviço mantido e instalado pelos próprios tabeliães.⁶⁷³ Tal providência, feita de forma equitativa, segue critérios de quantidade e qualidade. E, uma vez feita, o título ou documento é entregue, no mesmo dia, ao tabelião.⁶⁷⁴ Na sequência, os documentos apresentados ou distribuídos no horário regulamentar são protocolizados, obedecendo à ordem cronológica de entrega, dentro de vinte e quatro horas.⁶⁷⁵

Posteriormente, os títulos e documentos de dívida protocolizados são examinados em seus caracteres formais. Observada pelo tabelião qualquer irregularidade formal, o registro do protesto fica obstado,⁶⁷⁶ caso em que é elaborada nota devolutiva e o documento de dívida é colocado à disposição do apresentante, que poderá formular reclamação ao juiz incumbido da fiscalização⁶⁷⁷ ou reapresentar, facultado o atendimento da exigência formulada.

⁶⁷² Dispõe a Lei nº 9.492/1997 que: “Art. 7º Os títulos e documentos de dívida destinados a protesto somente estarão sujeitos a prévia distribuição obrigatória nas localidades onde houver mais de um Tabelionato de Protesto de Títulos. Parágrafo único. Onde houver mais de um Tabelionato de Protesto de Títulos, a distribuição será feita por um Serviço instalado e mantido pelos próprios Tabelionatos, salvo se já existir Ofício Distribuidor organizado antes da promulgação desta Lei”.

⁶⁷³ Nos moldes existentes no Estado de São Paulo, onde a distribuição foi instituída, na Capital, em 1978: “Provimento nº 5/78. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, [...] Considerando que, para além de manifesta conveniência funcional, está informado de equidade o requerimento, formulado por todos os serventuários dos Cartórios de Protesto da Capital, de instituição do regime de distribuição obrigatória dos títulos e letras sujeitos a protesto, Resolve: Art. 1º Fica criado, na Corregedoria Geral da Justiça, o Serviço de Distribuição de Letras e Títulos, para fins de protesto cambiário”. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 6 abr. 1978. Poder Judiciário, Caderno 1, p. 11. A título de curiosidade histórica, houve anteriormente em São Paulo a criação de um distribuidor: “Lei n. 2065-A, de 7 de outubro de 1925. *Cria mais um tabellionato de notas na comarca de Santos e da outras providencias*. O Doutor Carlos de Campos, Presidente do Estado de São Paulo, Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a Lei seguinte: Artigo 1.º – Ficam creados: [...] b) Na Capital, um cartorio privativo para a distribuição dos protestos e registros de titulos de divida e quaesquer outros documentos particulares, dos leilões judiciais dos que tiverem que ser feitos em razão da lei”. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br>>. Acesso em: 1 set. 2011. No entanto, foi suprimido pouco tempo depois. Nesse sentido: “Decreto n. 4.772, de 14 de novembro de 1930. *Supprime os officios de 3.º e 4.º distribuidores da comarca da Capital, e dá outra providencias*. O Governo Provisorio do Estado de São Paulo, considerando a inutilidade da distribuição para protesto e registro de titulos e documentos particulares, e a dos leilões; considerando que a distribuição dos titulos pelos cartorios de registro de immoveis decorre da propria divisão territorial das respectivas circumscripções; considerando que se devem evitar para as partes onus dos quaes nenhuma vantagem decorre; Decreta, de accôrdo com a autorização constante do art. 11 do decreto federal n. 19.398 – de 11 do corrente mez, o seguinte: Art. 1º – Ficam extinctas as distribuições supra alludidas, e supprimidos os officios de 3.º e 4.º distribuidores da comarca da Capital, creados, respectivamente, pelo art. 1.º, letra ‘b’, da lei n. 2.065-A, de 7 de Outubro de 1925, e pelo art. 56, letra ‘i’, da n. 2.222 – de 13 de Dezembro de 1927. Art. 2º – Os archivos dos cartorios, ora supprimidos serão remetidos para a Repartição de Estatística e Archivo do Estado”. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br>>. Acesso em: 1 set. 2011.

⁶⁷⁴ Art. 8º da Lei nº 9.492/1997.

⁶⁷⁵ Lei nº 9.492/1997, art. 5º.

⁶⁷⁶ Art. 9º e parágrafo único da Lei nº 9.492/1997.

⁶⁷⁷ Como visto anteriormente, dispõe o Código de Processo Civil que: “Art. 884. Se o oficial opuser dúvidas ou dificuldades à tomada do protesto ou à entrega do respectivo instrumento, poderá a parte reclamar ao juiz. Ouvido o oficial, o juiz proferirá sentença, que será transcrita no instrumento”.

É importante mencionar que a atividade de qualificação, característica marcante da atuação notarial, tem um âmbito de aplicação restrito,⁶⁷⁸ sendo que “qualquer questão relacionada com a causa, origem ou validade intrínseca refoge da apreciação” do tabelião. Isto porque tais discussões são próprias da função jurisdicional,⁶⁷⁹ sujeita ao contraditório.⁶⁸⁰

Além disso, não cabe ao Tabelião de Protesto investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade,⁶⁸¹ controvérsia que também tem natureza jurisdicional e que só pode ser apreciada “em sede própria, observado o devido processo legal”.⁶⁸²

Cabe salientar, ainda, que o protesto é ato do apresentante, constituindo o exercício regular de um direito. O tabelião, portanto, deve agir em obediência à sua ordem,⁶⁸³ sob pena de responsabilidade civil, penal e disciplinar,⁶⁸⁴ salvo se verificar irregularidade formal.

⁶⁷⁸ Como bem observou Fábio Konder Comparato, a competência do tabelião de protesto “restringe-se ao exame da regularidade formal do documento que lhe é apresentado; a saber, a verificação da natureza cambiária do título, a legitimidade ativa do portador, o vencimento. Não lhe cabe, de forma alguma, investigar se o título foi obtido pelo portador legitimado, ou pelo apresentante, de modo abusivo, criminoso ou fraudulento; ou se o negócio de base, que deu origem à emissão do título, é inválido ou ineficaz. Para o oficial de protestos, verdadeiramente, o que não está no título não está no mundo”. **A regulamentação judiciário-administrativa do protesto cambial**. p. 82.

⁶⁷⁹ Parecer do Dr. José Roberto Bedran no Proc. 64.766/82: “O que não parece, *data venia*, plausível é que a *autenticidade* da subscrição do quirógrafo e, portanto, a sua própria *validade*, venham a ser investigadas ou apreciadas nos estreitos limites da esfera administrativa, onde apenas cabe examinar a presença das formalidades legalmente previstas, quer para a configuração dos títulos, quer para a exação dos protestos eventualmente tirados. Na verdade, em tema de protesto cambiário, qualquer questão relacionada com a causa, origem ou validade intrínseca refoge da apreciação administrativa, estando reservada exclusivamente à atividade jurisdicional”. **Decisões administrativas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, 1982/1983**. p. 217.

⁶⁸⁰ Parecer nº 199/96 do Dr. Marcelo Fortes Barbosa Filho no Proc. CG 416/96. Extrai-se o seguinte trecho: “O Corregedor Permanente nem mesmo excepcionalmente pode conhecer, nos estritos limites de suas atribuições administrativas, de fatos pertinentes ao negócio subjacente, sem qualquer expressão literal na cártula e dependentes da produção de provas, o que só poderá ser operado sob o crivo do contraditório e é próprio à atividade jurisdicional”. **Decisões administrativas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, 1996**. p. 159.

⁶⁸¹ Art. 9º da Lei nº 9.492/1997.

⁶⁸² Como decidido no **Proc. CG nº 2007/23482**, com base no Parecer nº 11/2008-E, da lavra do Dr. Walter Rocha Barone, então Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, cuja ementa foi assim redigida: “Protesto – Prescrição – Controvérsia de natureza jurisdicional – Inviabilidade de apreciação no âmbito administrativo – Descabimento do exame da ocorrência de eventual prescrição ou decadência por parte do Tabelião no momento da recepção do título, nos termos da Lei 9.492/97 e das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça – Regularidade dos protestos impugnados – Recurso improvido”. Disponível em <<http://www.extrajudicial.tjsp.jus.br>>. Acesso em: 14 set. 2011. O assunto será melhor tratado adiante.

⁶⁸³ “Evidentemente, o protesto é lavrado por conta do portador. O tabelião que lavra age em obediência à ordem do portador, e não pode se recusar, pois é sua função. Daí preferimos dizer que o protesto é ato do portador e não do tabelião. Aliás, o sentido rigoroso das palavras está a dizer isso mesmo. O tabelião lavra o protesto do apresentante. Quem protesta é o apresentante. O tabelião lavra, escreve, registra, declara, testemunha o protesto”. **Protesto de títulos e seu cancelamento**. Edison Josué Campos de Oliveira. p. 16.

⁶⁸⁴ Nesse sentido, dispõe o Decreto nº 2.044/1908 que: “O oficial que não lavra, em tempo útil e forma regular, o instrumento do protesto, além da pena em que incorrer segundo o Código Penal, responde por perdas e interesses”. Já a responsabilidade no âmbito disciplinar está regulamentada na Lei nº 8.935/1994.

Ao tratar das possíveis irregularidades formais para protesto, José Xavier Carvalho de Mendonça exemplificou: “O oficial pode e deve recusar o protesto de um título que ainda não está vencido; não poderia aceitar como letra de câmbio um papel sem os característicos próprios”.⁶⁸⁵

Por sua vez, a Lei nº 9.492/1997 enumera algumas hipóteses de irregularidade formal. Primeiramente, dispõe que somente poderão ser protestados, para fins falimentares, os títulos ou documentos de dívida de responsabilidade das pessoas sujeitas às consequências da legislação falimentar.⁶⁸⁶ E define, no mais, a necessidade de fornecimento do número de documento do devedor, sob pena de recusa.⁶⁸⁷

Há, ainda, uma série de prescrições normativas sobre o assunto. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, não são, em princípio, passíveis de protesto por falta de pagamento, as letras de câmbio sem aceite,⁶⁸⁸ os cheques devolvidos por motivo de furto, roubo, extravio ou fraude,⁶⁸⁹ e as duplicatas não aceitas desacompanhadas de documento comprobatório hábil ou declaração substitutiva.⁶⁹⁰

⁶⁸⁵ **Tratado de Direito Comercial brasileiro**. v. V, 2ª parte. p. 396.

⁶⁸⁶ Art. 23, parágrafo único. Além disso, estabeleceu que: “Art. 24. O deferimento do processamento de concordata não impede o protesto”. Com a edição da Lei nº 11.101/2005, pode-se entender, à luz do disposto nos art. 6º, § 6º, e nos artigos 192 e 198, que o deferimento do processamento da recuperação judicial não impede o protesto.

⁶⁸⁷ “Art. 27. [...] § 1º As certidões expedidas pelos serviços de protesto de títulos, inclusive as relativas à prévia distribuição, deverão obrigatoriamente indicar, além do nome do devedor, seu número no Registro Geral (R.G.), constante da Cédula de Identidade, ou seu número no Cadastro de Pessoas Físicas (C.P.F.), se pessoa física, e o número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (C.G.C.), se pessoa jurídica, cabendo ao apresentante do título para protesto fornecer esses dados, sob pena de recusa”.

⁶⁸⁸ “Capítulo XV. [...] 6.3. Também não poderão ser apontadas ou protestadas, por falta de pagamento, salvo se tiverem circulado por endosso, as letras de câmbio sem aceite, nas quais o sacador e o beneficiário-tomador sejam a mesma pessoa”. Disponível em <<http://www.extrajudicial.tjsp.jus.br>>. Acesso em: 14 out. 2011.

⁶⁸⁹ “10.2. É vedado o apontamento de cheques quando estes tiverem sido devolvidos pelo estabelecimento bancário sacado por motivo de furto, roubo ou extravio das folhas ou dos talonários, ou por fraude, nos casos dos motivos números 20, 25, 28, 30 e 35, da Resolução 1.682, de 31.01.1990, da Circular 2.313, de 26.05.1993, da Circular 2.655, de 18.01.1996, COMPE 96/45, e da Circular 3.050, de 02.08.2001, do Banco Central do Brasil, desde que os títulos não tenham circulado por meio de endosso, nem estejam garantidos por aval”.

⁶⁹⁰ “11.1. As duplicatas, mercantis ou de prestação de serviços, não aceitas, somente poderão ser recepcionadas, apontadas e protestadas, mediante a apresentação de documento que comprove a venda e compra mercantil, ou a efetiva prestação do serviço e o vínculo contratual que a autorizou, respectivamente, bem como, no caso da duplicata mercantil, do comprovante da efetiva entrega e do recebimento da mercadoria que deu origem ao saque da duplicata. 11.1.1. Ao apresentante do título é facultado, no que concerne às duplicatas mercantis, que a apresentação dos documentos previstos neste item seja substituída por simples declaração escrita, do portador do título e apresentante, feita sob as penas da lei, assegurando que aqueles documentos originais, ou cópias devidamente autenticadas, que comprovem a causa do saque, a entrega e o recebimento da mercadoria correspondente, são mantidos em seu poder, com o compromisso de exibi-los a qualquer momento que exigidos, no lugar em que for determinado, especialmente no caso de sobrevir a sustação judicial do protesto”.

Nesses casos, se o protesto for necessário, o sacado não aceitante não será considerado devedor, aplicando-se a mesma regra à pessoa cujo nome estiver grafado no cheque.⁶⁹¹

Pode-se indicar, por fim, algumas situações em que a irregularidade formal para protesto tem sido reconhecida em decisões administrativas, como o duplo protesto fundado em uma mesma obrigação,⁶⁹² o protesto de duplicata de prestação de serviços emitida por advogado ou sociedade de advogados⁶⁹³ e o protesto de parcelas vincendas em contrato de arrendamento mercantil.⁶⁹⁴

Superada a fase de qualificação inicial do título ou documento de dívida, sem que se tenha verificado qualquer irregularidade formal,⁶⁹⁵ o tabelião expede intimação ao devedor para cumprimento da obrigação respectiva (pagamento, aceite, devolução ou aposição de data no aceite) ou eventual oferecimento de resposta, indicando o prazo de três dias úteis, contados da data de protocolo, para essas providências.⁶⁹⁶

⁶⁹¹ “31.1. Não se define como devedor e obrigado pelo título, o correntista que tenha seu nome grafado em cheques devolvidos por motivo de furto, roubo ou extravio, cujos documentos não poderão ser apontados, na forma do estabelecido no item 10.3. 31.2. Do mesmo modo, não são definidos como devedores, os sacados que constarem de letras de câmbio, duplicatas mercantis ou de serviços, cuja obrigação cartular não estiver comprovada pelo aceite; em se tratando de duplicatas sem aceite, quando não se puder comprovar essa obrigação por documentos comprobatórios da causa, entrega e recebimento da mercadoria, ou do vínculo contratual e a prova da efetiva prestação dos serviços, na forma da lei, que do mesmo modo, não poderão ser apontados na forma do item 11.4”.

⁶⁹² No Parecer nº 309/2008-E, exarado no **Processo CG nº 2008/68026**, o Dr. Álvaro Luiz Valery Mirra, então Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, afirmou: “Observe-se que tanto o cheque protestado quanto a sentença homologatória do acordo são documentos relacionados à mesma dívida, de maneira que admitir o apontamento do título judicial, no caso, implicaria um segundo protesto contra o mesmo devedor pela mesma obrigação, em duplicidade àquele já realizado com base no título extrajudicial. E tal hipótese, como decidido pelo Meritíssimo Juiz Corregedor Permanente e analisado pela Douta Procuradoria Geral de Justiça, não pode ser admitida”. Disponível em <<http://www.extrajudicial.tjsp.jus.br>>. Acesso em: 31 ago. 2011.

⁶⁹³ Conforme decisão do Desembargador Luiz Tâmbara no **Processo CG nº 2.814/2002**. A ementa do Parecer nº 64/2003-E, do Dr. João Omar Marçura, Juiz Auxiliar da Corregedoria à época, tem o seguinte teor: “Protesto – Duplicata – Prestação de Serviços – Emissão por advogados ou sociedade de advogados – Inadmissibilidade – Inteligência dos artigos 20 e 22, ambos da Lei 5474/68, artigos 15, § 1º e 2º, 33 e 54, III e V, todos da Lei 8.906/94 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil) e artigo 42 do Código de Ética e Disciplina da OAB – Recurso não provido”. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 26 mar. 2003. Poder Judiciário, Caderno 1 – Parte I, p. 6.

⁶⁹⁴ Conforme decisão, em caráter normativo, da 1ª Vara de Registros Públicos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo no Processo nº 583.00.2008.208686-2. Tópico final da decisão publicado no **Diário da Justiça Eletrônico**, São Paulo, 30 jan. 2009. Caderno Judicial – 1ª Instância – Capital, p. 2010.

⁶⁹⁵ Após essa qualificação inicial, o tabelião realiza nova qualificação antes da lavratura do protesto, como decorrência do parágrafo único do art. 9º da Lei nº 9.492/1997, segundo o qual: “Qualquer irregularidade formal observada pelo Tabelião obstará o registro do protesto”. Nesse mesmo sentido, aliás, o item 6.2 do Capítulo XV das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo dispõe que: “O protesto também não será tirado: a) se for verificada qualquer irregularidade formal após a protocolização do título”. Disponível em <<http://www.extrajudicial.tjsp.jus.br>>. Acesso em 27 set. 2011.

⁶⁹⁶ Preceitua a Lei nº 9.492/1997 que: “Art. 12. O protesto será registrado dentro de três dias úteis contados da protocolização do título ou documento de dívida. § 1º Na contagem do prazo a que se refere o caput exclui-se o dia da protocolização e inclui-se o do vencimento”.

Na contagem desse prazo, não se considera útil o dia em que não haja expediente bancário para o público ou quando este não obedeça ao horário normal,⁶⁹⁷ regra que se aplica igualmente em relação ao expediente forense.⁶⁹⁸ É importante observar que o prazo pode ser prorrogado, excepcionalmente, na hipótese de intimação no último dia do prazo, ou mesmo além do tríduo,⁶⁹⁹ uma vez que se deve conceder ao intimado pelo menos um dia útil completo para cumprir a obrigação, oferecer resposta ou obter sustação judicial. Nesse mesmo prazo, pode o apresentante desistir do protesto.

A intimação é expedida para o endereço fornecido pelo apresentante, desde que esteja dentro da circunscrição de atuação do tabelião, e se considera cumprida quando comprovada a entrega a qualquer pessoa nesse endereço, arquivando o tabelião o aviso de recepção ou documento equivalente.⁷⁰⁰

A legislação postal, aliás, estabelece uma série de regras sobre a entrega de correspondência em edifícios residenciais e estabelecimentos em geral,⁷⁰¹ que podem ser observadas pelo portador do próprio tabelião,⁷⁰² quando não utilizado o serviço da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

⁶⁹⁷ Art. 12, § 2º, da Lei nº 9.492/1997.

⁶⁹⁸ Conforme definido no Capítulo XV das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo. Estabelece o item 12.2 que: “Considera-se não útil o dia em que não houver expediente público forense ou bancário, ou em que estes não observem o seu horário normal”.

⁶⁹⁹ Dispõe a Lei nº 9.492/1997 que: “Art. 13. Quando a intimação for efetivada excepcionalmente no último dia do prazo ou além dele, por motivo de força maior, o protesto será tirado no primeiro dia útil subsequente”.

⁷⁰⁰ Nesse sentido, estabelece a Lei nº 9.492/1997 que: “Art. 14. Protocolizado o título ou documento de dívida, o Tabelião de Protesto expedirá a intimação ao devedor, no endereço fornecido pelo apresentante do título ou documento, considerando-se cumprida quando comprovada a sua entrega no mesmo endereço. § 1º A remessa da intimação poderá ser feita por portador do próprio tabelião, ou por qualquer outro meio, desde que o recebimento fique assegurado e comprovado através de protocolo, aviso de recepção (AR) ou documento equivalente. § 2º A intimação deverá conter nome e endereço do devedor, elementos de identificação do título ou documento de dívida, e prazo limite para cumprimento da obrigação no Tabelionato, bem como número do protocolo e valor a ser pago”.

⁷⁰¹ “Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978. *Dispõe sobre os Serviços Postais*. [...] Art. 20º – Nos edifícios residenciais, com mais de um pavimento e que não disponham de portaria, é obrigatória a instalação de caixas individuais para depósito de objetos de correspondência. Art. 21º – Nos estabelecimentos bancários, hospitalares e de ensino, empresas industriais e comerciais, escritórios, repartições públicas, associações e outros edifícios não residenciais de ocupação coletiva, deve ser instalado, obrigatoriamente, no recinto de entrada, em pavimento térreo, local destinado ao recebimento de objetos de correspondência. Art. 22º – Os responsáveis pelos edifícios, sejam os administradores, os gerentes, os porteiros, zeladores ou empregados são credenciados a receber objetos de correspondência endereçados a qualquer de suas unidades, respondendo pelo seu extravio ou violação”.

⁷⁰² Que pode ser um preposto do tabelião ou uma empresa especializada de entrega. Tanto os itens 3 e 4 da Tabela IV, anexa à Lei Estadual nº 11.331, de 26 de dezembro de 2002, sobre emolumentos, como os itens 16 e 17 do Capítulo XV das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, disciplinam a cobrança das despesas de intimação nessas hipóteses.

Na hipótese de recusa ao recebimento da intimação, diante da informação de que o destinatário é desconhecido ou de que houve mudança, o tabelião diligenciará na tentativa de esgotar os meios de localização do devedor,⁷⁰³ providência essa originária de um costume.⁷⁰⁴ Assim, pode consultar os arquivos da própria serventia ou fazer pesquisas em bancos de dados de acesso público, como a consulta ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica⁷⁰⁵ ou aos assentamentos da Junta Comercial,⁷⁰⁶ bem como ao guia de assinantes de serviço telefônico.

Adotadas essas providências, se persistir a recusa ou se não for localizado o devedor, a intimação é feita por edital, que permanece afixado na serventia e é publicado pela imprensa local, onde houver jornal de circulação diária. A intimação também é feita por edital na hipótese de pessoa residente ou domiciliada fora da competência territorial do tabelionato.⁷⁰⁷

E, embora o entendimento tradicionalmente consagrado na doutrina brasileira fosse de que avalistas, endossantes e coobrigados não deveriam ser intimados,⁷⁰⁸ em princípio,⁷⁰⁹ o fato é que, diante do disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 9.492/1997,⁷¹⁰ “não mais deverá prevalecer a sistemática antiga”, como observou Humberto Theodoro Júnior.⁷¹¹

⁷⁰³ É o que dispõe o item 19 do Capítulo XV das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo. A redação do item é a seguinte: “Deverão ser esgotados todos os meios de localização do devedor”.

⁷⁰⁴ No Capítulo atinente à origem e evolução histórica do protesto no Direito Comparado, há menção a essas providências perquiritórias, tanto no antigo Direito italiano, como no francês.

⁷⁰⁵ Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 27 set. 2011.

⁷⁰⁶ Como ocorre no Estado de São Paulo. Disponível em <<http://www.jucesp.sp.gov.br>>. Acesso em: 27 set. 2011.

⁷⁰⁷ “Art. 15. A intimação será feita por edital se a pessoa indicada para aceitar ou pagar for desconhecida, sua localização incerta ou ignorada, for residente ou domiciliada fora da competência territorial do Tabelionato, ou, ainda, ninguém se dispuser a receber a intimação no endereço fornecido pelo apresentante. § 1º O edital será afixado no Tabelionato de Protesto e publicado pela imprensa local onde houver jornal de circulação diária. § 2º Aquele que fornecer endereço incorreto, agindo de má-fé, responderá por perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções civis, administrativas ou penais”.

⁷⁰⁸ Assinalou Humberto Theodoro Júnior que: “A doutrina antiga de direito cambiário ensinava que o protesto não era tirado contra esta ou aquela pessoa mas em relação ao título, e, assim, somente o aceitante deveria ser intimado pelo oficial público, de que o não-pagamento do título importaria em seu protesto. Não haveria, então, protesto tirado contra avalistas, endossantes e demais coobrigados”. **Processo cautelar**. p. 415.

⁷⁰⁹ Isto porque o protesto especial para fins falimentares produz “prova do inadimplemento de uso específico e com requisitos distintos, inclusive quanto aos coobrigados”, como constou do item “V” do Parecer proferido em 27 de fevereiro de 1998, no Processo CG nº 1.134/97, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 9 mar. 1998. Poder Judiciário, Caderno 1 – Parte I, p. 3.

⁷¹⁰ “§ 4º Os devedores, assim compreendidos os emitentes de notas promissórias e cheques, os sacados nas letras de câmbio e duplicatas, bem como os indicados pelo apresentante ou credor como responsáveis pelo cumprimento da obrigação, não poderão deixar de figurar no termo de lavratura e registro de protesto”.

⁷¹¹ “No entanto, com o advento da Lei nº 9.492/97, não mais deverá prevalecer a sistemática antiga, já que se determina de maneira expressa que o instrumento de protesto deverá mencionar como devedores os emitentes, sacados e todos aqueles ‘indicados pelo apresentante ou credor como responsáveis pelo cumprimento da obrigação’ (art. 21, § 4º), desde, é claro, que estejam cambiariamente alcançáveis pelas obrigações emergentes do título levado a protesto”. **Processo cautelar**. p. 415-416.

Durante o tríduo, ou além desse prazo, nas exceções anteriormente mencionadas, o título ou documento de dívida permanece no tabelionato à disposição do apresentante, admitindo-se a desistência do protesto,⁷¹² ou do devedor, que poderá: cumprir a obrigação de aceite, devolução, aposição de data ou pagamento; oferecer resposta; ou obter a sustação judicial do protesto.

O pagamento é feito diretamente no tabelionato, dentro do prazo legal, dando o tabelião quitação e colocando o valor respectivo à disposição do apresentante no dia útil seguinte.⁷¹³ O pagamento pode ser feito em dinheiro, por meio de cheque visado ou administrativo,⁷¹⁴ ou cheque comum, quando o devedor for microempresa ou empresa de pequeno porte.⁷¹⁵

⁷¹² Dispõe a Lei nº 9.492/1997: “Art. 16. Antes da lavratura do protesto, poderá o apresentante retirar o título ou documento de dívida, pagos os emolumentos e demais despesas”.

⁷¹³ De acordo com a Lei nº 9.492/1997: “Art. 19. O pagamento do título ou do documento de dívida apresentado para protesto será feito diretamente no Tabelionato competente, no valor igual ao declarado pelo apresentante, acrescido dos emolumentos e demais despesas. § 1º Não poderá ser recusado pagamento oferecido dentro do prazo legal, desde que feito no Tabelionato de Protesto competente e no horário de funcionamento dos serviços. § 2º No ato do pagamento, o Tabelionato de Protesto dará a respectiva quitação, e o valor devido será colocado à disposição do apresentante no primeiro dia útil subsequente ao do recebimento. § 3º Quando for adotado sistema de recebimento do pagamento por meio de cheque, ainda que de emissão de estabelecimento bancário, a quitação dada pelo Tabelionato fica condicionada à efetiva liquidação. § 4º Quando do pagamento no Tabelionato ainda subsistirem parcelas vincendas, será dada quitação da parcela paga em apartado, devolvendo-se o original ao apresentante”.

⁷¹⁴ Durante muitos anos, proibiu-se o pagamento em dinheiro nos tabelionatos de protesto do Estado de São Paulo. Relatou Waldirio Bulgarelli que: “Face aos abusos cometidos, em São Paulo, o Juiz Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, por intermédio do Provimento nº 1/78, determinou que o pagamento dos títulos, em cartório, seja feito mediante cheque visado e cruzado, no valor da obrigação (sem qualquer custo) em nome ou à ordem do credor ou do apresentante autorizado a receber”. **Títulos de crédito**. p. 194. Posteriormente, conforme Parecer de 8 de março de 1984, da lavra do Dr. José Roberto Bedran, então Juiz Auxiliar da Corregedoria, no Processo nº 49.174/78, passou a se admitir o pagamento mediante cheque administrativo, ou seja, de emissão de estabelecimento bancário. **Decisões administrativas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, 1983/1984**. p. 163-166. Com o advento da Lei nº 9.492/1997, houve nova alteração, promovida “de modo a desonerar os devedores dos títulos de menor valor, flexibilizando a forma de pagamento, ainda que apenas para uma certa faixa, a fim de permitir o pagamento em dinheiro”, conforme constou do item 7 do Parecer aprovado em 19 de dezembro de 1997 pelo Des. Márcio Martins Bonilha, Corregedor Geral da Justiça à época, no Processo CG nº 1.134/97. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 23 dez. 1997. Poder Judiciário, Caderno 1 – Parte I, p. 4. Recentemente, com a edição do Provimento CG nº 03/2011, da Corregedoria Geral da Justiça, foi abolida a limitação para pagamentos em dinheiro. **Diário da Justiça Eletrônico**, São Paulo, 1 mar. 2011. Caderno Administrativo, p. 6-7. Por fim, foi aprovado o **Parecer nº 177/2011-E**, da lavra do Dr. Roberto Maia Filho, então Juiz Auxiliar da Corregedoria, cuja ementa foi assim redigida: “Protesto de título – Possibilidade de liquidação em moeda corrente, qualquer que seja o valor, nos termos da legislação em vigor – Faculdade de emissão, pelo tabelião, de guia para depósito bancário das quantias pagas em pecúnia, dado o risco inerente ao recebimento e à guarda de elevados montantes”. Disponível em <<http://www.extrajudicial.tjsp.jus.br>>. Acesso em: 27 set. 2011.

⁷¹⁵ A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estabelece que: “Art. 73. O protesto de título, quando o devedor for microempresário ou empresa de pequeno porte, é sujeito às seguintes condições: [...] II – para o pagamento do título em cartório, não poderá ser exigido cheque de emissão de estabelecimento bancário, mas, feito o pagamento por meio de cheque, de emissão de estabelecimento bancário ou não, a quitação dada pelo tabelionato de protesto será condicionada à efetiva liquidação do cheque; [...] V – quando o pagamento do título ocorrer com cheque sem a devida provisão de fundos, serão automaticamente suspensos pelos cartórios de protesto, pelo prazo de 1 (um) ano, todos os benefícios previstos para o devedor neste artigo, independentemente da lavratura e registro do respectivo protesto”.

Cumprir observar que foi reconhecida recentemente a possibilidade de pagamento eletrônico, por sistema de liquidação em tempo real,⁷¹⁶ medida consentânea com a modernização do sistema de pagamentos brasileiro, regulamentado pela Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001.

Por fim, o pagamento deve ser feito no valor igual ao declarado pelo apresentante, não havendo a possibilidade de quitação parcial. Cumprir observar que o apresentante não pode incluir no cálculo juros de mora, correção monetária e comissão de permanência,⁷¹⁷ ressalvada a hipótese de previsão legal em contrário.⁷¹⁸ Mas, de qualquer forma, uma vez pago o título ou documento de dívida no tabelionato, pode o credor cobrar referidas parcelas pela via própria.⁷¹⁹

⁷¹⁶ A implantação da sistemática, iniciada em 2006 pelos Tabeliães de Protesto de Campinas, foi autorizada em caráter definitivo pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo. A ementa do **Parecer nº 46/11-E**, no Processo nº 2006/374, da lavra do Dr. Roberto Maia Filho, então Juiz Auxiliar da Corregedoria, foi assim redigida: “Protesto de título – Possibilidade de liquidação mediante pagamento eletrônico on line – Sistemática já testada e aprovada nas Comarcas de Campinas e da Capital, devendo prevalecer a que está em vigor nesta última, denominada SELTEC, por ser mais ampla”. Disponível em <<http://www.extrajudicial.tjsp.jus.br>>. Acesso em: 31 ago. 2011.

⁷¹⁷ Conforme Parecer do Dr. José de Mello Junqueira, então Juiz Auxiliar da Corregedoria, no Processo nº 55.100/80, de 30 de dezembro de 1982, com a seguinte ementa: “Protesto – Pagamento em cartório – Inclusão no cálculo, dos juros de mora, correção monetária e comissão de permanência – Descabimento – Acréscimos incompatíveis com a finalidade do ato notarial e cuja cobrança administrativa acarretaria embaraços de ordem prática”. **Decisões administrativas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, 1982/1983**. p. 186.

⁷¹⁸ Nesse sentido, dispõem as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no Capítulo XV, que: “26. Não serão levados em conta os juros e a comissão de permanência para o cálculo da importância total da dívida e encargos que devem ser pagos pelo devedor, salvo nos casos permitidos por lei”. Disponível em <<http://www.extrajudicial.tjsp.jus.br>>. Acesso em: 27 set. 2011. Dentre os casos permitidos em lei, a previsão da Lei nº 10.931/2004 é uma das mais significativas: “Art. 28. A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta corrente, elaborados conforme previsto no § 2º. [...] § 2º Sempre que necessário, a apuração do valor exato da obrigação, ou de seu saldo devedor, representado pela Cédula de Crédito Bancário, será feita pelo credor, por meio de planilha de cálculo e, quando for o caso, de extrato emitido pela instituição financeira, em favor da qual a Cédula de Crédito Bancário foi originalmente emitida, documentos esses que integrarão a Cédula, observado que: I – os cálculos realizados deverão evidenciar de modo claro, preciso e de fácil entendimento e compreensão, o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais devidos, a parcela de juros e os critérios de sua incidência, a parcela de atualização monetária ou cambial, a parcela correspondente a multas e demais penalidades contratuais, as despesas de cobrança e de honorários advocatícios devidos até a data do cálculo e, por fim, o valor total da dívida; e II – a Cédula de Crédito Bancário representativa de dívida oriunda de contrato de abertura de crédito bancário em conta corrente será emitida pelo valor total do crédito posto à disposição do emitente, competindo ao credor, nos termos deste parágrafo, discriminar nos extratos da conta corrente ou nas planilhas de cálculo, que serão anexados à Cédula, as parcelas utilizadas do crédito aberto, os aumentos do limite do crédito inicialmente concedido, as eventuais amortizações da dívida e a incidência dos encargos nos vários períodos de utilização do crédito aberto”.

⁷¹⁹ Ao apreciar o **Recurso Especial nº 204.253-ES**, o Ministro Luís Felipe Salomão, reafirmou o entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça. Constatou da ementa: “Duplicatas pagas em cartório. Incidência de correção monetária e juros pelo credor desde a data do vencimento até a quitação. [...] Tendo os devedores efetuado o pagamento dos títulos em cartório, a quitação dada pelo Oficial de Protestos não impede a cobrança pelo credor das parcelas correspondentes à correção monetária e juros, devidos desde os vencimentos respectivos”. Disponível em <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 1 set. 2011. Há inúmeros precedentes desse Colendo Tribunal no mesmo sentido, como os Recursos Especiais nº 197.294-SP, 118.528-RJ, 113.786-PE, 22.224-GO, 58.438-RJ, 75.157-RJ e 58.429-RJ.

O sacado, no protesto por falta de aceite ou de devolução, e o devedor, nos demais casos, pode oferecer resposta, caso em que a alegação apresentada será mencionada no instrumento de protesto. Embora geralmente seja arguida, nessas hipóteses, relevante razão de direito para recusar o pagamento ou o aceite, é interessante relatar que, na prática tabelioa, não é incomum a alegação de impossibilidade momentânea de pagamento e os motivos determinantes de tal fato.

De qualquer forma, ainda que seja alegada relevante razão de direito, com a apresentação de documentos comprobatórios da inexigibilidade do título ou documento de dívida, o fato é que o tabelião não tem competência para apreciar tais alegações,⁷²⁰ pois assim procedendo estaria a invadir seara jurisdicional. Nesse contexto, a atuação do tabelião deve se limitar à orientação do usuário quanto à necessidade de determinação judicial para a sustação de protesto e, no ato da lavratura do protesto, à indicação da resposta oferecida.⁷²¹

Assim, o devedor pode, antes da lavratura do protesto, obter a sustação judicial do ato. Como visto anteriormente, tal medida surgiu como criação pretoriana e, posteriormente, foi expressamente prevista na Lei nº 9.492/1997. E, uma vez determinada a sustação, o título ou documento de dívida deve permanecer à disposição do Juízo, até que seja autorizado o pagamento, a desistência ou a lavratura do ato notarial,⁷²² na hipótese de revogação da medida.⁷²³

⁷²⁰ Nesse sentido, o Parecer 314/90, do Dr. Aroldo Mendes Viotti, então Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no Proc. 67/90: “Realmente, jamais se cogitou de atribuir aos Escrivães de Protesto juízo valorativo sobre o conteúdo das declarações comumente lançadas pelos devedores, à maneira de resposta, e inseridas nos termos de protesto. São elas rigorosamente inócuas para os fins a que se destina o ato notarial: não têm o condão de impedir a tirada do protesto, por relevantes e fundamentadas que se possam mostrar”. E mais adiante: “Se não afetam as consequências jurídicas do protesto, não há questionar se tais declarações produzem ou não consequências extracambiárias ou extrajurídicas, até porque, se fosse dado ao Serventuário aferir efeitos dessa natureza, teria que averiguar, em cada caso, se a resposta dada pelo devedor tem, ou não, procedência, de maneira a transformar o procedimento administrativo de protesto em peculiar sede de cognição da causa subjacente à emissão dos títulos”. **Decisões administrativas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, 1990.** p. 185.

⁷²¹ A resposta apresentada pode ser simplesmente reproduzida no verso do instrumento de protesto ou, havendo diversas páginas, ser anexada a esse documento, dispensando-se a transcrição de seu inteiro teor, de forma analógica ao disposto no art. 22, parágrafo único, da Lei nº 9.492/1997. Em Portugal, aliás, por meio do Despacho nº 28/95, de J. de Seabra Lopes, então director-geral dos Registos e Notariado, foi autorizada a singela menção no instrumento de protesto quanto ao arquivamento do documento, acompanhada de certidão, “dando assim a conhecer de forma clara o conteúdo das razões apresentadas”. Disponível em <<http://www.irm.mj.pt>>. Acesso em: 25 out. 2011.

⁷²² Dispõe a Lei nº 9.492/1997: “Art. 17. Permanecerão no Tabelionato, à disposição do Juízo respectivo, os títulos ou documentos de dívida cujo protesto for judicialmente sustado. § 1º O título do documento de dívida cujo protesto tiver sido sustado judicialmente só poderá ser pago, protestado ou retirado com autorização judicial”.

⁷²³ Prevê o art. 17 da Lei nº 9.492/1997 que: “§ 2º Revogada a ordem de sustação, não há necessidade de se proceder a nova intimação do devedor, sendo a lavratura e o registro do protesto efetivados até o primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da revogação, salvo se a materialização do ato depender de consulta a ser formulada ao apresentante, caso em que o mesmo prazo será contado da data da resposta dada”.

A revogação da medida, não raro, decorre da inércia do interessado em efetuar o depósito em dinheiro de parte do valor, contracautela geralmente exigida pela jurisprudência,⁷²⁴ na forma do art. 804, combinado com o art. 827, ambos do Código de Processo Civil.⁷²⁵

Muitas vezes, no entanto, a medida sequer chega a ser concretizada, restando prejudicado o cumprimento da ordem pela extemporaneidade de sua transmissão ao tabelião, sendo de todo recomendável que o tabelião expeça ofício relatando ao Juízo o fato.⁷²⁶ Cumpre assinalar que nessas situações a jurisprudência tem admitido a determinação judicial de suspensão dos efeitos do protesto,⁷²⁷ como medida antecipatória da tutela pretendida, desde que exista prova inequívoca que convença da verossimilhança da alegação.⁷²⁸

A suspensão dos efeitos do protesto restringe-se à publicidade do ato em relação a terceiros, sendo averbada no registro respectivo;⁷²⁹ mas está sujeita à posterior revogação, a qual também é averbada. Nada impede, no entanto, o cancelamento do protesto com efeitos suspensos, mediante anuência do credor, pois a determinação judicial não afeta a existência e a validade do ato, mas apenas a eficácia do ato em relação a terceiros.

⁷²⁴ Pode-se mencionar, a título exemplificativo, o **Recurso Especial nº 171.488-SP**, do Superior Tribunal de Justiça, em que foi Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito. Constou da ementa do julgado que: “Na linha de precedentes da Corte, é admissível o deferimento de liminar de sustação de protesto de título com exigência do depósito do valor, no caso, no percentual de 80%, cabendo o exame da questão ao prudente arbítrio do Magistrado no exercício do poder geral de cautela”. No mesmo sentido, as decisões do aludido Tribunal ao apreciar os Agravos Regimentais nos Agravos de Instrumento nº 1.336.601, 1.238.302, 860.166, 800.218 e 525.019. Disponível em <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 28 set. 2011.

⁷²⁵ “Art. 804. É lícito ao juiz conceder liminarmente ou após justificação prévia a medida cautelar, sem ouvir o réu, quando verificar que este, sendo citado, poderá torná-la ineficaz; caso em que poderá determinar que o requerente preste caução real ou fidejussória de ressarcir os danos que o requerido possa vir a sofrer. [...] Art. 827. Quando a lei não determinar a espécie de caução, esta poderá ser prestada mediante depósito em dinheiro, papéis de crédito, títulos da União ou dos Estados, pedras e metais preciosos, hipoteca, penhor e fiança”.

⁷²⁶ A impossibilidade de cumprimento pode decorrer da prévia lavratura do ato ou da solicitação de desistência pelo apresentante, hipóteses mais comuns, ou, ainda, do pagamento ou da devolução por motivo de irregularidade, detectada após a expedição da intimação.

⁷²⁷ Em alguns mandados judiciais consta a salutar determinação alternativa de sustação do protesto ou de suspensão de seus efeitos, na hipótese de prévia lavratura.

⁷²⁸ Ao apreciar o **Recurso Especial nº 627.759-MG**, a Ministra Nancy Andrigui, do Superior Tribunal de Justiça, assinalou que: “Processual civil. Recurso especial. Cautelar de sustação de protesto. Efetivação do protesto. Suspensão dos seus efeitos. Possibilidade. Poder geral de cautela e fungibilidade entre as medidas cautelares e as antecipatórias dos efeitos da tutela”. E mais adiante: “Segundo o entendimento do STJ: (i) é possível a suspensão dos efeitos dos protestos quando há discussão judicial do débito; (ii) a decisão cautelar de sustação de protesto de título insere-se no poder geral de cautela, previsto no art. 798 do CPC; e (iii) a sustação de protesto se justifica quando as circunstâncias de fato recomendam a proteção do direito do devedor diante de possível dano irreparável, da presença da aparência do bom direito e quando houver a prestação de contra-cautela”. Disponível em <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 28 set. 2011.

⁷²⁹ Por ser medida com efeito similar ao cancelamento, deve ser informada às entidades de proteção ao crédito.

Feitas essas considerações, é oportuno salientar, em relação à sustação judicial do protesto, que, na hipótese de posterior confirmação, em caráter definitivo, da ordem liminar, deve o tabelião anotar a ocorrência no livro de protocolo e encaminhar ao Juízo o título ou o documento de dívida, salvo se houver determinação em contrário.⁷³⁰

Enfim, ao longo do tríduo⁷³¹ podem ocorrer diversas situações, como o pagamento,⁷³² a desistência, a sustação judicial do protesto ou a anotação de irregularidade formal. Mas, não tendo ocorrido nenhuma dessas hipóteses, deve o tabelião lavrar e registrar o protesto, entregando o respectivo instrumento ao apresentante.⁷³³

E, tanto o instrumento de protesto, como o termo de registro, devem mencionar o motivo⁷³⁴ e o tipo do protesto,⁷³⁵ a data e o número do protocolo, os dados do apresentante, do título e do devedor, além do relato das diligências efetuadas e a subscrição do tabelião.⁷³⁶

⁷³⁰ Dispõe a Lei nº 9.492/1997 que: “Art. 17. [...] § 3º Tornada definitiva a ordem de sustação, o título ou o documento de dívida será encaminhado ao Juízo respectivo, quando não constar determinação expressa a qual das partes o mesmo deverá ser entregue, ou se decorridos trinta dias sem que a parte autorizada tenha comparecido no Tabelionato para retirá-lo”.

⁷³¹ Ou sua prorrogação, na hipótese do art. 13 da Lei nº 9.492/1997, mencionada anteriormente.

⁷³² Quando se tratar de protesto por esse motivo. Nas demais hipóteses, a devolução do título, a aposição do aceite ou de sua data.

⁷³³ A Lei nº 9.492/1997 preceitua que: “Art. 20. Esgotado o prazo previsto no art. 12, sem que tenham ocorrido as hipóteses dos Capítulos VII e VIII, o Tabelião lavrará e registrará o protesto, sendo o respectivo instrumento entregue ao apresentante”.

⁷³⁴ Conforme disposto na Lei nº 9.492/1997: “Art. 21. O protesto será tirado por falta de pagamento, de aceite ou de devolução. § 1º O protesto por falta de aceite somente poderá ser efetuado antes do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo legal para o aceite ou a devolução. § 2º Após o vencimento, o protesto sempre será efetuado por falta de pagamento, vedada a recusa da lavratura e registro do protesto por motivo não previsto na lei cambial. § 3º Quando o sacado retiver a letra de câmbio ou a duplicata enviada para aceite e não proceder à devolução dentro do prazo legal, o protesto poderá ser baseado na segunda via da letra de câmbio ou nas indicações da duplicata, que se limitarão a conter os mesmos requisitos lançados pelo sacador ao tempo da emissão da duplicata, vedada a exigência de qualquer formalidade não prevista na Lei que regula a emissão e circulação das duplicatas. § 4º Os devedores, assim compreendidos os emitentes de notas promissórias e cheques, os sacados nas letras de câmbio e duplicatas, bem como os indicados pelo apresentante ou credor como responsáveis pelo cumprimento da obrigação, não poderão deixar de figurar no termo de lavratura e registro de protesto”.

⁷³⁵ De acordo com a Lei nº 9.492/1997: “Art. 23. Os termos dos protestos lavrados, inclusive para fins especiais, por falta de pagamento, de aceite ou de devolução serão registrados em um único livro e conterão as anotações do tipo e do motivo do protesto, além dos requisitos previstos no artigo anterior”.

⁷³⁶ Estabelece a Lei nº 9.492/1997 que: “Art. 22. O registro do protesto e seu instrumento deverão conter: I – data e número de protocolização; II – nome do apresentante e endereço; III – reprodução ou transcrição do documento ou das indicações feitas pelo apresentante e declarações nele inseridas; IV – certidão das intimações feitas e das respostas eventualmente oferecidas; V – indicação dos intervenientes voluntários e das firmas por eles honradas; VI – a aquiescência do portador ao aceite por honra; VII – nome, número do documento de identificação do devedor e endereço; VIII – data e assinatura do Tabelião de Protesto, de seus substitutos ou de Escrevente autorizado. Parágrafo único. Quando o Tabelião de Protesto conservar em seus arquivos gravação eletrônica da imagem, cópia reprográfica ou micrográfica do título ou documento de dívida, dispensa-se, no registro e no instrumento, a sua transcrição literal, bem como das demais declarações nele inseridas”.

Quanto à previsão contida na legislação cambiária⁷³⁷ e na Lei nº 9.492/1997, de “indicação dos intervenientes voluntários e das firmas por eles honradas”, bem como da “aquiescência do portador ao aceite por honra”,⁷³⁸ é interessante a observação de Waldemar Ferreira no sentido de que, como a intervenção tem por objetivo “evitar o protesto, a fim de honrar a firma do sacado, ou do aceitante”, apenas na hipótese de “denegação do assentimento do portador ao aceite de interveniente” é que se pode cogitar da lavratura do protesto.⁷³⁹

Por outro lado, deve o tabelião, para ressaltar sua própria atuação, indicar no termo de registro e no instrumento de protesto observação quanto à eventual lavratura fora do prazo, com o motivo do atraso,⁷⁴⁰ como nas hipóteses de entrega da intimação no último dia do prazo, posterior revogação da sustação judicial do protesto ou não-liquidação do cheque emitido, para pagamento do título, por microempresário ou empresário de pequeno porte.

⁷³⁷ Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908, art. 29, incisos V e VI.

⁷³⁸ Ao comentar essas disposições, José A. Saraiva afirmou que: “No ato ou protesto pela falta ou recusa de aceite, ou pela falência do aceitante, mediante a aquiescência do credor, pode qualquer terceiro firmar o aceite por honra, que deve ser mencionado no instrumento de protesto. Excetuado este caso, em todas as outras hipóteses, deve o oficial declarar no instrumento quais os intervenientes espontâneos, que se apresentarem para efetuar o pagamento, e mencionar as firmas honradas quando forem indicadas. Por ter qualquer pessoa o *direito* de intervir no ato do protesto, para realizar o pagamento por honra de qualquer das firmas, é o portador *obrigado* a aceitar este pagamento, e, múltiplos os intervenientes, o daquele que desonerar maior número de firmas. Em tal hipótese, passada a quitação pelo credor, o instrumento do protesto e a cambial serão entregues ao referido interveniente, que satisfará todas as despesas do protesto”. **A cambial**. v. 2. p. 171-172. E mais adiante assinalou: “Dado o caso excepcional de não querer o portador receber do interveniente, ou do aceitante, incluída a soma das despesas do protesto, o oficial certificará este fato no instrumento, que, quando concluído, entregará ao portador. Este, pela recusa, na primeira hipótese, perderá o direito regressivo contra os co-obrigados cujas firmas foram honradas, e contra os endossadores e avalistas posteriores, e, no último caso, contra todos signatários do título, excetuados o aludido aceitante e os seus avalistas. Por se não presumir o mandato tácito, porque o portador entrega a cambial para o protesto, por estar certo da recusa, o oficial não se deve considerar autorizado a receber o pagamento, e a dar quitação pelo credor. Assim não será, porém, quando operada a tradição do título oficial; com a quitação passada para o caso de ser efetuado o pagamento. Na Alemanha, era esta a doutrina corrente, mas a Lei de 30 de maio de 1908, no n. VII do § 1º veio firmar competência do oficial do protesto para receber o pagamento. Em face da lei italiana, pelo conceito de Vivante, deve prevalecer a nossa doutrina, porque no exercício desta função, o notário ou o meirinho não é mandatário, mas locador de serviços, de ofício restrito e que não pode ser ampliado”. **Op. cit.** p. 172.

⁷³⁹ Nesse sentido, os comentários do referido autor aos incisos V e VI do art. 29 do Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908: “V, *a indicação dos intervenientes voluntários e das firmas por eles honradas*: Não deixa de ser estranho o dispositivo. Tem a intervenção por objetivo, evidentemente, evitar o protesto, a fim de honrar a firma do sacado, ou do aceitante. Ou se dá o aceite, se autorizado pelo portador; ou se efetua o pagamento. Numa e noutra hipótese, o protesto se frustra e não haverá ensejo para a lavratura do respectivo instrumento. Pode-se admitir a denegação do assentimento do portador ao aceite de interveniente. Nessa hipótese, sim: o protesto se efetivará e no respectivo instrumento se mencionará o fato. No caso de pagamento, o oficial entregará o título ao interveniente, dando-lhe recibo no próprio título, também separado, se exigido, desaparecendo a oportunidade do protesto. VI, *a aquiescência do portador ao aceite por honra*: Aceita a cambial pelo interveniente, com assentimento do portador, já se disse, não haverá protesto, nem seu instrumento”. **Tratado de Direito Comercial**. p. 334.

⁷⁴⁰ Nesse sentido, aliás, a previsão contida no Capítulo XV das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, de que: “12.5. Quando o tríduo legal para a tirada do protesto for excedido, a circunstância deverá ser mencionada no instrumento, com o motivo do atraso”.

No mais, a menção à data do protocolo no instrumento de protesto é relevante, pois comprova a diligência do credor e assegura, se houver endosso, a preservação de seu direito de regresso em relação aos coobrigados. Para tanto, a apresentação deve ser realizada no prazo legal respectivo,⁷⁴¹ mesmo que o protesto seja lavrado posteriormente.⁷⁴² Nesse sentido, aliás, a conclusão do Professor Mauro Rodrigues Penteado de que o prazo legal é definido para “que o portador do título o apresente a protesto”.⁷⁴³ Na oportunidade, o autor afirmou que é da essência do instituto da decadência “a inércia do titular do direito, durante o prazo temporal legalmente fixado”, sendo “estranha ao instituto a inércia de terceiro, que não o titular do direito”.⁷⁴⁴

Por fim, é necessário assinalar que, não havendo prazo assinalado, a data do registro do protesto é o termo inicial da incidência de juros, taxas e atualizações monetárias sobre o valor da obrigação contida no título ou documento de dívida.⁷⁴⁵

Uma vez lavrado o termo de registro de protesto, admite-se a averbação de retificação de erros materiais pelo serviço, que pode ser efetuada de ofício.⁷⁴⁶ A averbação é lançada no registro ou, quando utilizado sistema de microfilme ou gravação eletrônica, em termo apartado.⁷⁴⁷

⁷⁴¹ Dispõe o art. 13, § 4º, da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, que: “O portador que não tirar o protesto da duplicata, em forma regular e dentro do prazo da 30 (trinta) dias, contado da data de seu vencimento, perderá o direito de regresso contra os endossantes e respectivos avalistas”. Por sua vez, o Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908, estabelece que: “Art. 28. A letra que houver de ser protestada por falta de aceite ou de pagamento deve ser entregue ao oficial competente, no primeiro dia útil que se seguir ao da recusa do aceite ou ao do vencimento, e o respectivo protesto, tirado dentro de três dias úteis”. Observe-se que esta regra continua vigente, diante da reserva adotada pelo Governo brasileiro ao art. 9º do Anexo II da Convenção de Genebra para a adoção de uma Lei Uniforme sobre letras de câmbio e notas promissórias.

⁷⁴² Caso contrário, na hipótese de sustação judicial do protesto, posteriormente revogada, o credor diligente perderia seu direito de regresso em relação aos coobrigados.

⁷⁴³ **Duplicata – Direito de regresso – A nova Lei das Duplicatas, ao fixar o prazo único de 30 dias corridos, no § 4º de seu art. 13, não se contenta com a simples apresentação de título a protesto dentro do referido prazo com vistas à preservação do direito de regresso. Exige, também, que o protesto seja tirado dentro do mesmo prazo e “em forma regular”, para que o portador garanta o seu direito contra o endossante e os respectivos avalistas – Na espécie, sete duplicatas tiveram o seu protesto tirado após o decurso do prazo de 30 dias, havendo perda do direito de regresso contra o endossante e avalistas – Recurso extraordinário provido. Comentário. p. 114.**

⁷⁴⁴ **Op. cit.** p. 112.

⁷⁴⁵ Lei nº 9.492/1997, art. 40.

⁷⁴⁶ Preceitua a Lei nº 9.492/1997 que: “Art. 25. A averbação de retificação de erros materiais pelo serviço poderá ser efetuada de ofício ou a requerimento do interessado, sob responsabilidade do Tabelião de Protesto de Títulos. § 1º Para a averbação da retificação será indispensável a apresentação do instrumento eventualmente expedido e de documentos que comprovem o erro. § 2º Não são devidos emolumentos pela averbação prevista neste artigo”.

⁷⁴⁷ Aplica-se, por analogia, o art. 26, § 6º, da Lei nº 9.492/1997, relativo à averbação de cancelamento: “§ 6º Quando o protesto lavrado for registrado sob forma de microfilme ou gravação eletrônica, o termo do cancelamento será lançado em documento apartado, que será arquivado juntamente com os documentos que instruíram o pedido, e anotado no índice respectivo”.

Cumpra mencionar que a previsão legal contempla apenas a retificação de erros materiais pelo serviço, como na hipótese de equívoco na transposição de dados do título para o registro, em que o tabelião não formaliza corretamente a manifestação de vontade do interessado. E, como se trata de disposição de índole excepcional, sua aplicação deve se restringir à situação prevista em lei. Deve-se considerar, ainda, o caráter solene que reveste o protesto notarial. Dessa forma, se o equívoco constar no próprio título ou documento de dívida protestado, descabe cogitar em retificação. Contudo, o ato poderá ser renovado após o prévio cancelamento.⁷⁴⁸

Outra modalidade de averbação contemplada pela Lei nº 9.492/1997 é o cancelamento do protesto, possibilidade que havia sido introduzida no ordenamento jurídico nacional pela Lei nº 6.690/1979, em decorrência de construção pretoriana, como anteriormente visto.

Atualmente, o cancelamento pode ser solicitado diretamente no tabelionato por qualquer interessado, exigindo-se a apresentação do título ou documento de dívida protestado,⁷⁴⁹ ou declaração de anuência do credor constante do registro de protesto, com o reconhecimento da firma do signatário.⁷⁵⁰ Caso o credor seja pessoa jurídica, não há necessidade de apresentação dos atos constitutivos respectivos ou prova de representação legal,⁷⁵¹ salvo se houver indícios de fraude. Nada impede, no entanto, que o tabelião diligencie no sentido de confirmar a autenticidade da declaração e do ato de reconhecimento de firma.

⁷⁴⁸ Esse, aliás, foi o entendimento firmado pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no Parecer nº 316/2010-E, do Dr. Marcus Vinícius Rios Gonçalves, Juiz Auxiliar da Corregedoria, o qual foi proferido no **Processo nº 2010/00098743**. A ementa foi redigida nos seguintes termos: “Tabelião de protesto – Pedido de retificação – Indicação errônea do CPF do devedor – Inviabilidade – Inexistência de erro material evidente – Informação que consta do próprio documento levado a protesto – Inteligência da Lei 9.492/97 – Retificação que só pode ser feita com a lavratura de novo protesto”. Disponível em <<http://www.extrajudicial.tjsp.jus.br>>. Acesso em: 31 ago. 2011.

⁷⁴⁹ A Lei nº 9.492/1997 dispõe que: “Art. 26. O cancelamento do registro do protesto será solicitado diretamente no Tabelionato de Protesto de Títulos, por qualquer interessado, mediante apresentação do documento protestado, cuja cópia ficará arquivada”. Note-se que, em se tratando de protesto de duplicata ou de cédula de crédito bancário feito por indicação, em meio eletrônico, é razoável admitir-se, para o cancelamento, a apresentação da instrumentalização feita no tabelionato, a qual é prevista no parágrafo único do art. 8º da Lei nº 9.492/1997.

⁷⁵⁰ “Art. 26. [...] § 1º Na impossibilidade de apresentação do original do título ou documento de dívida protestado, será exigida a declaração de anuência, com identificação e firma reconhecida, daquele que figurou no registro de protesto como credor, originário ou por endosso translativo”.

⁷⁵¹ Nesse sentido, o teor do Parecer nº 19/2007-E, exarado no Protocolado CG nº 35.359/2006, da lavra do Dr. Álvaro Luiz Valery Mirra, então Juiz Auxiliar da Corregedoria, com a seguinte ementa: “Tabelionato de Protesto – Cancelamento de protestos na impossibilidade de apresentação dos títulos e documentos de dívida – Declarações de anuência do credor pessoa jurídica – Prescindibilidade da apresentação dos atos constitutivos da pessoa jurídica – Inteligência do disposto no art. 26, § 1º, da Lei n. 9.492/1997 e no item 46.1 do Cap. XV das NSCGJ – Consulta conhecida para uniformização do entendimento administrativo sobre a matéria”. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 26 fev. 2007. Poder Judiciário, Caderno 1 – Parte I, p. 4-5.

Na hipótese de protesto em que tenha figurado apresentante por endosso-mandato, é suficiente para o cancelamento a declaração de anuência passada pelo credor endossante⁷⁵² ou pelo próprio apresentante,⁷⁵³ especialmente quando necessário para renovação do ato notarial, com vistas ao fiel cumprimento do mandato.⁷⁵⁴

Por outro lado, embora a interpretação literal do § 3º do art. 26 da Lei nº 9.492/1997 sugira a necessidade, em qualquer caso, de determinação judicial para o cancelamento de protesto fundado em outros motivos que não o pagamento,⁷⁵⁵ na esteira da previsão original do art. 4º da Lei nº 6.690/1979, o certo é que a anuência do credor ou do apresentante constitui sempre documento hábil para a averbação de cancelamento, conforme definido pela Lei nº 7.401, de 5 de novembro de 1985,⁷⁵⁶ ainda vigente nesse aspecto.⁷⁵⁷

Ou seja, somente quando não houver anuência do credor ou do apresentante é que se deve exigir determinação judicial para o cancelamento de protesto, em processo contencioso ou, quando cabível, em procedimento administrativo.⁷⁵⁸

No mais, se a extinção da obrigação decorrer de processo judicial, o cancelamento do registro do protesto pode ser solicitado com a apresentação da certidão expedida pelo Juízo processante, com menção do trânsito em julgado, a qual substitui o título ou o documento de dívida protestado.⁷⁵⁹

⁷⁵² Art. 26, § 2º, da Lei nº 9.492/1997.

⁷⁵³ No Processo nº 2011/92432, o Des. Maurício Vidigal, então Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, aprovou parecer, com força normativa, “para o fim de deixar assentado que, para o cancelamento de protesto, onde houver endosso-mandato, é admitida tanto a anuência do credor endossante quanto a aquiescência do endossatário mandatário”. **Diário da Justiça Eletrônico**, São Paulo, 27 set. 2011. Caderno Administrativo, p. 4.

⁷⁵⁴ No **Parecer nº 305/2011-E**, proferido no processo acima referido, da lavra do Dr. Roberto Maia Filho, então Juiz Auxiliar da Corregedoria, constou que: “eventual cancelamento do protesto não significa quitação da dívida ou sequer impede novo apontamento, caso necessário”. Disponível em <<http://www.extrajudicial.tjsp.jus.br>>. Acesso em: 5 out. 2011.

⁷⁵⁵ “§ 3º O cancelamento do registro do protesto, se fundado em outro motivo que não no pagamento do título ou documento de dívida, será efetivado por determinação judicial, pagos os emolumentos devidos ao Tabelião”.

⁷⁵⁶ “Lei nº 7.401, de 5 de novembro de 1985. *Altera a Lei nº 6.690, de 25 de setembro de 1979, que disciplina o cancelamento de protesto de títulos cambiais, e dá outras providências.* [...] Art. 3º – Na hipótese de cancelamento de protesto não fundado no pagamento posterior do título, será bastante a apresentação, pelo interessado, de declaração nos termos do § 2º do art. 2º desta Lei. Art. 4º – O cancelamento de protesto que não se enquadre nas disposições dos artigos antecedentes somente se efetuará por determinação judicial de ação própria”.

⁷⁵⁷ Nesse sentido, a Lei nº 9.492/1997 limitou-se a dispor que: “Art. 43. Revogam-se as disposições em contrário”.

⁷⁵⁸ Edison Josué Campos de Oliveira afirmou: “Se o pedido se estriba em falta administrativa, ou seja, o serventuário de protesto não seguiu o procedimento que lhe é ditado pela legislação e outras normas que lhe dirigem taxativamente os trabalhos, [...] trata-se de um pedido correicional”. **Protesto de títulos e seu cancelamento**. p. 101-102.

⁷⁵⁹ Art. 26, § 4º, da Lei nº 9.492/1997.

Note-se que a legislação restringe a publicidade do protesto após o cancelamento, salvo se houver ordem judicial ou requerimento escrito do devedor.⁷⁶⁰ O caráter reservado dessa informação, aliás, se estende às entidades que solicitam relação diária dos protestos lavrados.⁷⁶¹

Dessa forma, a vigente legislação estabelece como regra geral a publicidade dos protestos. Referida publicidade, ressalte-se, não decorre apenas das informações às entidades acima mencionadas, mas também daquelas fornecidas diretamente aos interessados pelos tabeliães de protesto, seja por meio de certidão, informação verbal ou eletrônica,⁷⁶² seja pela autenticação de cópia de documentos mantidos em meio físico, em microfilme ou em meio eletrônico, casos em que a reprodução guarda o mesmo valor do original.⁷⁶³

Por fim, é relevante mencionar que a regra de publicidade só incide a partir da lavratura do protesto, não incluindo as informações do livro de protocolo, cuja divulgação depende de requisição judicial ou de requerimento escrito do devedor.⁷⁶⁴ Assim sendo, apenas as informações sobre protestos não cancelados estão sujeitas à regra de ampla publicidade. Nas demais hipóteses, o tabelião deve observar as disposições que restringem a divulgação de informações a terceiros.

⁷⁶⁰ A Lei nº 9.492/1997 estabelece que: “Art. 27. [...] § 2º Das certidões não constarão os registros cujos cancelamentos tiverem sido averbados, salvo por requerimento escrito do próprio devedor ou por ordem judicial”. E mais adiante: “Art. 31. Poderão ser fornecidas certidões de protestos, não cancelados, a quaisquer interessados, desde que requeridas por escrito”.

⁷⁶¹ Dispõe a Lei nº 9.492/1997: “Art. 29. Os cartórios fornecerão às entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito, quando solicitada, certidão diária, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada, da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa, nem mesmo parcialmente. § 1º O fornecimento da certidão será suspenso caso se desatenda ao disposto no caput ou se forneçam informações de protestos cancelados. § 2º Dos cadastros ou bancos de dados das entidades referidas no caput somente serão prestadas informações restritivas de crédito oriundas de títulos ou documentos de dívidas regularmente protestados cujos registros não foram cancelados”.

⁷⁶² Conforme previsto na Lei nº 9.492/1997: “Art. 27. O Tabelião de Protesto expedirá as certidões solicitadas dentro de cinco dias úteis, no máximo, que abrangerão o período mínimo dos cinco anos anteriores, contados da data do pedido, salvo quando se referir a protesto específico. § 1º As certidões expedidas pelos serviços de protesto de títulos, inclusive as relativas à prévia distribuição, deverão obrigatoriamente indicar, além do nome do devedor, seu número no Registro Geral (R.G.), constante da Cédula de Identidade, ou seu número no Cadastro de Pessoas Físicas (C.P.F.), se pessoa física, e o número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (C.G.C.), se pessoa jurídica, cabendo ao apresentante do título para protesto fornecer esses dados, sob pena de recusa. Art. 28. Sempre que a homonímia puder ser verificada simplesmente pelo confronto do número de documento de identificação, o Tabelião de Protesto dará certidão negativa. [...] Art. 30. As certidões, informações e relações serão elaboradas pelo nome dos devedores, conforme previstos no § 4º do art. 21 desta Lei, devidamente identificados, e abrangerão os protestos lavrados e registrados por falta de pagamento, de aceite ou de devolução, vedada a exclusão ou omissão de nomes e de protestos, ainda que provisória ou parcial”.

⁷⁶³ Lei nº 9.492/1997, art. 39.

⁷⁶⁴ A Lei nº 6.690, de 25 de setembro de 1979, não conflitante nesse aspecto com a Lei nº 9.492/1997, preceitua que: “Art. 7º Não serão fornecidas informações ou certidões, mesmo sigilosas, a respeito dos apontamentos feitos no livro de protocolo, a não ser mediante requerimento escrito do devedor, ou requisição judicial”.

5.2. Delimitação do conceito de “títulos e outros documentos de dívida”

A delimitação do conceito de “documentos de dívida”, trazido pela Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994,⁷⁶⁵ e desenvolvido pela Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, a qual utilizou a expressão “títulos e outros documentos de dívida”,⁷⁶⁶ depende da análise da evolução histórica do protesto no Brasil e do contexto da edição dessas leis. Como visto anteriormente, o primeiro diploma definiu as competências de notários e registradores, enquanto o segundo regulamentou de forma sistemática a atividade do tabelião de protesto.

O contexto histórico de edição dessas leis aponta diversas tendências legislativas, como a unificação do direito obrigacional, a edição de normas com conceitos abertos, conferindo caráter de permanência aos preceitos legais, a busca pela maior efetividade dos direitos, com o estímulo ao cumprimento das obrigações, e a extrajudicialização de procedimentos, como relevante instrumento para a reforma do Judiciário.

É imprescindível, assim, a prévia análise do contexto histórico de edição desses diplomas para se compreender o sentido e alcance da expressão “títulos e outros documentos de dívida”.

A par disso, deve ser salientado que tais diplomas foram editados após um longo período de desenvolvimento do protesto no Brasil, marcado pela intensificação do uso, ampliação do âmbito de aplicação pela legislação e, principalmente, pelo aprimoramento do instituto, decorrente não apenas do trabalho da doutrina e jurisprudência, mas também da maior regulamentação da matéria, por leis e normas técnicas editadas pelo Poder Judiciário.

Enfim, a edição das Leis nº 8.935/1994 e nº 9.492/1997 decorreu da necessidade de sistematização e uniformização das regras de um instituto consolidado historicamente como importante instrumento destinado a assegurar o crédito, sendo que sua função de estímulo ao cumprimento das obrigações tem contribuído para o desenvolvimento econômico do país.

Feitas essas considerações preliminares, passa-se ao estudo do contexto histórico da edição das Leis nº 8.935/1994 e nº 9.492/1997.

⁷⁶⁵ “Art. 11. Aos tabeliães de protesto de título compete privativamente: I – protocolar de imediato os documentos de dívida, para prova do descumprimento da obrigação”.

⁷⁶⁶ “Art. 1º Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida”.

5.2.1. Contexto histórico da edição das Leis nº 8.935/1994 e nº 9.492/1997

A sociedade brasileira experimentou grandes mudanças, sob diversos aspectos, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, principalmente, a partir de 1994. A estabilidade econômica foi acompanhada do aprimoramento da legislação, criando um ambiente favorável à melhoria das condições de vida da população.

Nessa época, aliás, segundo relato do Professor Mauro Rodrigues Penteado, “documentos e compromissos internacionais firmados pelo país apontavam para a ‘modernização’ da legislação” brasileira.⁷⁶⁷

Esse grande movimento de reforma se estendeu aos serviços notariais e de registro. Como foi observado por Leonardo Brandelli: “A Constituição Federal de 1988 trouxe profundas e essenciais mudanças para o notariado pátrio, fixando-lhe as diretrizes básicas, bem como os princípios fundamentais de há muito reclamados, abrindo a real possibilidade para que brotasse finalmente a tão almejada lei orgânica do notariado”.⁷⁶⁸

De fato, a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, ao regulamentar o art. 236 da Constituição Federal, e a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, ao disciplinar os serviços concernentes ao protesto, introduziram no ordenamento jurídico nacional um novo modelo institucional, pautado por critérios de sistematização, uniformização, modernização e profissionalização, estruturando os serviços para o Século que estava por começar.

É importante, assim, considerar o contexto histórico em que foram editadas essas leis para melhor análise das disposições, incluindo as diretrizes que nortearam a elaboração de outros diplomas normativos da época.

⁷⁶⁷ Ao comentar sobre o Projeto do vigente Código Civil, o autor relatou o seguinte: “a inserção, já na fase final de tramitação do Projeto, de um § 3º ao art. 889, proveniente de proposição que fiz ao Senado Federal. Proposta que não é só minha, pois resultou de trabalhos que desenvolvi com meus alunos de pós-graduação de 1995, porque não participávamos do sentimento generalizado de que o Código não vingaria. Num ambiente em que o Brasil já ingressara na chamada economia mundial global, pareceu-nos que um Código Comercial de 1850 e um Código Civil de 1916 causaria espécie à comunidade internacional. De outra parte, documentos e compromissos internacionais firmados pelo país apontavam para a ‘modernização’ da legislação do país, daí porque optamos por estudar o assunto num momento em que nem se imaginava que a tramitação do Projeto do Código pudesse ser retomada”. **Títulos de crédito eletrônicos**. p. 168-169.

⁷⁶⁸ **Teoria geral do Direito Notarial**. p. 47.

Nesse sentido, como muito bem ressaltado por Carlos Maximiliano: “Precisa, pois, o aplicador do Direito transportar-se, em espírito, ao *momento* e ao *meio* em que surgiu a lei, e aprender a relação entre as circunstâncias ambientes, entre outros fatos sociais e a norma; a localização desta na série dos fenômenos sociológicos, todos em evolução constante”.⁷⁶⁹

Por outro lado, há que se ter em vista que o período de elaboração das referidas leis foi marcado por um notável desenvolvimento tecnológico, que influenciou diversos ramos do conhecimento, incluindo o Direito. Os reflexos no mundo jurídico dessa profunda mudança foram observados pelo Professor Mauro Rodrigues Penteado. Com efeito:

“O Direito, como ciência social, não poderia ficar infenso a tais mutações. Institutos jurídicos sedimentados, que produziram os seus efeitos e cumpriram as suas funções durante séculos, de uma ou outra forma, experimentam, agora, mudanças significativas que estão a desafiar os estudiosos e os chamados ‘operadores’ do Direito, notadamente porque as formas de expressão desses institutos passam a ser outras, com contornos tão diferenciados, que estão a exigir que sejam eles repensados, até em suas bases estruturais, para que possam continuar a cumprir as funções que deles espera a sociedade. É o caso específico dos títulos de crédito”.⁷⁷⁰

É bastante oportuna, ainda, a lição de Paula A. Forgioni, para quem: “O direito transforma-se a cada dia, pouco importando se seus observadores dão-se conta ou não. Direito e fatos são indissociáveis; a mudança de um implica a transformação do outro”.⁷⁷¹

Conclui-se que o reordenamento dos serviços notariais e de registro, incluindo a atividade de protesto, não poderia deixar de levar em consideração as exigências da sociedade atual, que demanda instituições eficientes e que possam atender às necessidades de um mundo em constante evolução.

⁷⁶⁹ **Hermenêutica e aplicação do Direito.** p. 122.

⁷⁷⁰ **Títulos de crédito eletrônicos.** p. 160.

⁷⁷¹ **A evolução do Direito Comercial brasileiro.** p. 102.

5.2.1.1. Unificação do direito obrigacional

A edição do Código Civil de 2002 foi um grande marco no processo de unificação do direito obrigacional no Brasil.⁷⁷² Da Exposição de Motivos do Anteprojeto, aliás, constou que: “se o Anteprojeto coincide, em parte, com os modelos suíço e italiano no que tange à unificação das obrigações, a sua ordenação da matéria obedece a orientação própria e inconfundível, vinculada às mais gloriosas tradições do nosso Direito”.⁷⁷³

Esse caráter de originalidade na unificação ocorrida no Brasil⁷⁷⁴ foi reconhecido por Luiz Gastão Paes de Barros Leães. Para ele: “Ao contrário do Código Civil italiano, o novo Código brasileiro não teve o propósito de promover a unificação de todo o Direito Privado, mas apenas, a unificação do Direito comum em matéria de obrigações”.⁷⁷⁵

Não obstante as peculiaridades do fenômeno no país, alguns aspectos comuns com o Direito estrangeiro podem ser apontados. Ao comentar a unificação no âmbito do direito das obrigações na Itália, Tullio Ascarelli salientou que esse processo ocorreu “não por via de supressão, mas de triunfo dos princípios comercialistas, praticamente reconhecidos no Código de 1942 como princípios gerais de todo o direito privado (em matéria de solidariedade; de juros; de resolução e execução compulsória de venda; de prescrição etc.)”.⁷⁷⁶

No Brasil a “mercantilização das obrigações civis” era observada há muito tempo pela doutrina.⁷⁷⁷ Como exemplo dessa influência, a previsão de cessão de contrato por simples trespasse, prevista na legislação de parcelamento do solo.⁷⁷⁸

⁷⁷² O artigo **A unificação do Direito Privado brasileiro – de Teixeira de Freitas ao Novo Código Civil**, de José Carlos Moreira Alves, contém um excelente relato histórico a respeito do assunto.

⁷⁷³ **História do novo Código Civil**. Miguel Reale. p. 79.

⁷⁷⁴ Em junho de 2011 foi apresentado pelo Dep. Vicente Candido o Projeto de Lei que institui o “Código Comercial”.

⁷⁷⁵ **A disciplina do Direito de Empresa no novo Código Civil brasileiro**. p. 9.

⁷⁷⁶ E prosseguiu: “sancionando quanto já (dada a largueza da categoria dos atos de comércio no Código de 1882 e a realizada unificação jurisdicional) havia ocorrido espontaneamente”. **O desenvolvimento histórico do Direito Comercial e o significado da unificação do Direito Privado**. p. 248.

⁷⁷⁷ “Ponderamos que a ciência jurídica de nosso País seria melhor servida se se limitasse, no futuro Código Civil, à Parte Geral, ao Direito de Família, ao Direito das Coisas e ao Direito das Sucessões. As obrigações, estas sim, unificadas, sem distinção entre obrigações civis e comerciais como hoje ocorre, teriam um Código especial. A mercantilização das obrigações civis, como já observara o Prof. Inglez de Souza, no Projeto de 1912, não comporta o dualismo das regras obrigacionais”. **Projeto de Código Civil**. Rubens Requião. p. 135.

⁷⁷⁸ “Decreto-lei n. 58 – de 10 de dezembro de 1937. *Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações*. [...] Art. 13 – O contrato transfere-se por simples trespasse lançado no verso das duas vias, ou por instrumento em separado”. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 29 nov. 2010.

A influência dos institutos de Direito Comercial também ocorreu no domínio dos títulos de crédito.⁷⁷⁹ Como observou Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa: “os títulos de crédito são hoje largamente utilizados de forma completamente generalizada”. E concluiu: “eles tornaram-se neutros, aptos a serem utilizados indistintamente, tanto na atividade comercial quanto na civil”.⁷⁸⁰

Ao longo de sua evolução histórica no Brasil, o protesto, geralmente vinculado às relações comerciais, passou a ser aplicado também no âmbito civil, não apenas pela crescente utilização dos títulos de crédito, mas também por expressa previsão legal. Nesse sentido, as disposições do Código Civil de 1916, quanto à comprovação da mora nas obrigações sem prazo, e dos Códigos de Processo Civil de 1939 e de 1973, em relação à venda com reserva de domínio.

Por fim, é interessante observar, como apontou Paula A. Forgioni, que: “Se antes todos os contratos estavam sujeitos à disciplina civilista – baseada no direito romano –, aqueles comerciais começam a dela desprender-se, assumindo regras (e jurisdição) próprias”.⁷⁸¹

Com o passar do tempo essas regras próprias passaram a ter “aplicabilidade geral”, porquanto “tendentes a favorecer um desenvolvimento geral da riqueza”, como bem pontuou Tullio Ascarelli.⁷⁸²

Ou seja, embora tenha o Direito Comercial surgido da necessidade de regras diferenciadas em relação ao Direito Civil, o fato é que posteriormente acabou por influenciar este ramo, servindo de regra de aplicação geral. Nesse contexto, também o protesto, instituto costumeiramente atrelado ao direito cambiário, teve sensivelmente ampliado seu campo de aplicação no Brasil, irradiando-se para obrigações tipicamente tratadas no âmbito civil.

⁷⁷⁹ Para Waldirio Bulgarelli: “Que o direito cambiário é sem dúvida derrogação do direito obrigacional comum é incontestável; que nascendo no bojo da evolução do direito comercial teria que a ele se ligar, como efetivamente ocorreu, também é indiscutível; porém, entendido o direito obrigacional como comum, tanto ao direito civil como ao comercial, pode-se perfeitamente entender o direito cambiário como subespécie do direito obrigacional, refugindo, assim, tanto do direito comercial como do civil. Na verdade, tendo em vista a especialidade dos títulos de crédito, passados, inicialmente, somente entre comerciantes, o direito cambiário, historicamente, cresceu e se fortaleceu à sombra do direito estatutário; hoje, porém, estendido a todos o uso dos títulos, pouco resta da especialização comercial”. **Títulos de crédito**, p. 103.

⁷⁸⁰ **Curso de Direito Comercial**, v. 1, p. 93.

⁷⁸¹ **A evolução do Direito Comercial brasileiro**, p. 149.

⁷⁸² “As regras elaboradas para os negócios mercantis dos comerciantes se apresentam, em seu alcance abstrato, como demonstrará a evolução posterior, de aplicabilidade geral e não inspiradas por um interesse de classe que, como tal, exclui obviamente uma aplicação geral. São regras independentes do invólucro corporativo com o qual se originaram, e tendentes a favorecer um desenvolvimento geral da riqueza”. **Origem do Direito Comercial**, p. 98.

5.2.1.2. Normas com conceitos abertos

Por outro lado, tem-se observado recentemente uma tendência à edição de normas com conceitos abertos, permitindo que a legislação não apenas atenda às necessidades presentes, mas seja dotada de um caráter de permanência.

Ao analisar o sentido da codificação, Fábio Konder Comparato ressaltou que: “Sem descurar os valores de certeza e segurança jurídicas, o código, enquanto lei geral, deve apresentar seus comandos de forma suficientemente aberta, de modo a permitir o exercício da função criadora do intérprete, face às transformações sociais inevitáveis”.⁷⁸³

Essa, aliás, foi a diretriz observada na elaboração do Código Civil de 2002. Conforme afirmou Miguel Reale, houve a opção “por *normas genéricas* ou *cláusulas gerais*, sem a preocupação de excessivo rigorismo conceitual, a fim de possibilitar a criação de modelos jurídicos hermenêuticos, quer pelos advogados, quer pelos juízes, para contínua atualização dos preceitos legais”.⁷⁸⁴

E nem poderia ser de outra forma, já que “a legislação atual precisa sobreviver às rápidas transformações tecnológicas e sociais, sem necessidade de revisões periódicas”. E o novo Código Civil, “espelhando os ideais prevalecentes quando foi confeccionado, filiou-se ao sistema aberto, repleto de conceitos indeterminados”.⁷⁸⁵

Nota-se, assim, o crescente “emprego de conceitos cujos termos têm significados *intencionalmente vagos e abertos*”.⁷⁸⁶

⁷⁸³ **Projeto de Código Civil**. p. 176. Por sua vez, Judith Martins-Costa, no artigo **O Direito Privado como um “sistema em construção”**, ponderou: “Desde logo, assento uma premissa que vale, paradoxalmente, como conclusão: a razão de visualizar o novo texto legislativo à luz das suas cláusulas gerais responde à questão de saber se o sistema de direito privado tem aptidão para recolher os casos que a experiência social contínua e inovadoramente propõe a uma adequada regulação, de modo a ensejar a formação de *modelos jurídicos* inovadores, abertos e flexíveis. Em outras palavras, é preciso saber se, no campo da regulação jurídica privada, é necessário, para ocorrer o progresso do Direito, recorrer-se sempre à punctual intervenção legislativa ou se o próprio sistema legislado poderia, por si, proporcionar os meios de se alcançar a inovação, conferindo aos novos problemas soluções *a priori* assistemáticas, mas promovendo, paulatinamente, a sua sistematização”. p. 6.

⁷⁸⁴ **História do novo Código Civil**. p. 37.

⁷⁸⁵ **Breves reflexões sobre os títulos de crédito no novo Código Civil**. Ana Paula Gordilho Pessoa. p. 27-28.

⁷⁸⁶ Anotou Judith Martins-Costa que: “os códigos civis mais recentes e certas leis especiais têm privilegiado a inserção de certos tipos de normas que fogem ao padrão tradicional”. E mais adiante: “esses novos tipos de normas buscam a formulação da hipótese legal mediante o emprego de conceitos cujos termos têm significados *intencionalmente vagos e abertos*”. **O Direito Privado como um “sistema em construção”**. p. 7.

Como exemplos dessa tendência têm-se, no bojo do Código Civil, a previsão de criação de títulos de crédito atípicos, anteriormente mencionada, e a consagração do princípio da atipicidade dos contratos.⁷⁸⁷

Essa técnica legislativa norteou, ainda, a edição da Medida Provisória nº 1.637, de 8 de janeiro de 1998, que dispôs sobre a regulação, fiscalização e supervisão dos mercados de títulos ou contratos de investimento coletivo.⁷⁸⁸ Posteriormente, a Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, introduziu o inciso IX no art. 2º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, definindo como valores mobiliários, “quando ofertados publicamente, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo, que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros”. Referidas disposições, inspiradas no direito norte-americano,⁷⁸⁹ levaram ao “alargamento do conceito de valores mobiliários”, evitando assim a necessidade de “reformulação periódica da legislação”.⁷⁹⁰

⁷⁸⁷ “Art. 425. É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas neste Código”. Na opinião de Judith Martins-Costa: “o Código viabiliza a concretização dos modelos jurídicos, não só os legislativos mas, por igual, os modelos jurisdicionais, os negociais e os costumeiros, pois também é tarefa de um Código Civil, obra legislativa de assentamento e solidificação, acolher as soluções ao longo do tempo moduladas pela atividade dos juízes, e abrir espaço à produção jurídica da sociedade: não por acaso é expresso, com todas as letras, o princípio da atipicidade dos contratos, não por acaso são frequentes as remissões aos usos, aos comportamentos habitualmente seguidos, às circunstâncias particulares do caso, possibilitando, assim, acolher as soluções germinadas na sempre rica *práxis* da sociedade”. **Diretrizes teóricas do novo Código Civil brasileiro**. p. XV.

⁷⁸⁸ “Art. 1º Constituem valores mobiliários, sujeitos ao regime da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, quando ofertados publicamente, os títulos ou contratos de investimento coletivo, que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros”. Ao comentar o texto da Medida Provisória, reeditada e posteriormente convertida na Lei nº 10.198, de 14 de fevereiro de 2001, Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa afirmou: “Houve uma profunda mas não suficientemente alardeada nem debatida modificação legislativa, com enormes reflexos no mercado de capitais”. **A CVM e os contratos de investimento coletivo (“boi gordo” e outros)**. p. 96.

⁷⁸⁹ Nesse sentido, a opinião de Modesto Carvalhosa e Nelson Eizirik, para quem: “A nova redação do art. 2º repete o conceito de valor mobiliário contido na Lei n. 10.198/2001, o qual foi nitidamente inspirado no direito norte-americano sobre mercado de capitais”. **A nova Lei das S/A**. p. 487. Anote-se que, em 1974, Luiz Gastão Paes de Barros Leães havia defendido que: “Tendo em vista que o objetivo das leis disciplinadoras do mercado de capitais é, à parte a sua carga estimuladora, proteger o público investidor dos mecanismos de captação da poupança, a construção jurisprudencial norte-americana, lentamente formada, em torno da noção de *security*, livre de embaraços formais, e com largo elastério, constitui uma lição que não pode deixar de ser cogitada pelos intérpretes do direito brasileiro do mercado de capitais”. **O conceito de “security” no direito norte-americano e o conceito análogo no Direito brasileiro**. p. 60.

⁷⁹⁰ Para Nelson Eizirik, Ariádna B. Gaal, Flávia Parente e Marcus de Freitas Henriques: “A vantagem da adoção desta acepção mais ampla de valores mobiliários, ao invés da mera enumeração, é que, assim, evitar-se-á a reformulação periódica da legislação sobre mercado de capitais. O alargamento do conceito de valores mobiliários tem o condão de incluir as situações futuras em que serão ofertados novos produtos ao investidor”. **Mercado de capitais**. p. 55.

De fato, o caráter de atualidade da legislação impõe, como ressaltado pelo Professor Mauro Rodrigues Penteado, “o recurso a fórmulas gerais e estáveis, ‘standards’ que traduzam os mais altos valores culturais alcançados pela civilização e pela experiência da nação, de molde a permitir ao intérprete e ao aplicador da lei amoldá-las às transformações históricas”.⁷⁹¹

É bastante pertinente, ainda, a opinião de Gerson Luiz Carlos Branco. Para ele: “não basta que a lei disponha de determinada forma, é necessário que a mentalidade dos juristas esteja aberta e tenha consciência de seu papel na construção da normatividade”.⁷⁹²

E, como bem observou Judith Martins-Costa, conquanto a utilização dessa técnica legislativa tenha “a vantagem de criar aberturas do direito legislado à dinamicidade da vida social, tem, em contrapartida, a desvantagem de provocar – até que consolidada a jurisprudência – certa incerteza acerca da efetiva dimensão dos seus contornos”.⁷⁹³

Conclui-se assim que, tanto a genérica previsão de protesto de “documentos de dívida”, contida no inciso I do art. 11 da Lei nº 8.935/1994, como a de protesto de “títulos e outros documentos de dívida”, do art. 1º da Lei nº 9.492/1997, apontam para a ampla aplicabilidade do instituto, na esteira de outras leis editadas no período, caracterizadas por disposições com grande abertura semântica.⁷⁹⁴

Nesse sentido, aliás, Theophilo de Azeredo Santos asseverou que: “a Lei nº 9.492 deixou margem para que os outros documentos que vierem a ser criados pelos usos e costumes ou leis posteriores, sejam abarcados pelo citado art. 1º”.⁷⁹⁵

⁷⁹¹ **Considerações sobre o Projeto e notas acerca do Código Civil de 2002, em matéria de títulos de crédito.** p. 353.

⁷⁹² **Diretrizes teóricas do novo Código Civil brasileiro.** p. 57.

⁷⁹³ **O Direito Privado como um “sistema em construção”.** p. 8. É importante mencionar, ainda, que a introdução de conceitos jurídicos indeterminados nos textos normativos mereceu crítica de Antonio Junqueira Azevedo que, ao tratar do paradigma pós-moderno, afirmou: “O tempo que estamos a viver, em primeiro lugar, não se conforma com as noções vagas que tudo fazem depender do juiz nem, por outro lado, deseja, pura e simplesmente, uma volta ao passado com a lei abstrata e geral”. **Direito pós-moderno e a codificação.** p. 127. E prosseguiu: “pode-se afirmar que as noções vagas estão ultrapassadas e, nisto, pode-se até mesmo vislumbrar uma certa volta a aspectos do paradigma da pré-modernidade; haja, hoje, outra vez, muita preocupação com a segurança jurídica”. Mais adiante, concluiu: “O Projeto de Código Civil, ainda em curso na Câmara, é um exemplo do paradigma ultrapassado”. **Op. cit.** p. 128.

⁷⁹⁴ Segundo Judith Martins-Costa: “do ponto de vista da técnica legislativa, a cláusula geral constitui uma disposição normativa que utiliza, no seu enunciado, uma linguagem de tessitura intencionalmente ‘aberta’, ‘fluida’ ou ‘vaga’, caracterizando-se pela ampla extensão de seu campo semântico”. **O Direito Privado como um “sistema em construção”.** p. 8.

⁷⁹⁵ **Observações sobre o protesto de títulos e documentos.** p. 162.

5.2.1.3. Efetividade do processo

As últimas décadas foram marcadas pelo aprimoramento da legislação processual, visando assegurar a efetividade das decisões e a celeridade na tramitação do processo judicial. Nesse sentido a opinião de Antonio Carlos de Araújo Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido Rangel Dinamarco, para quem: “Todo processo deve dar a quem tem um direito *tudo aquilo e precisamente aquilo* que ele tem o direito de obter. Essa máxima de nobre linhagem doutrinária constitui verdadeiro *slogan* dos modernos movimentos em prol da *efetividade do processo*”.⁷⁹⁶

De fato, numa sociedade na qual o processo judicial seja caracterizado pela morosidade e pela falta de efetividade das decisões, certamente haverá uma “crescente deslegitimação do sistema formal de solução de litígios e da instauração de um clima de desconfiança e de insegurança que afeta as relações sociais e econômicas”.⁷⁹⁷

Por isso, como bem apontou Carlos Alberto Carmona, “o Estado deve favorecer o credor no sentido de possibilitar efetividade e rapidez nas medidas executivas, uma vez que o exequente exhibe presunção da existência de direito (o título executivo), devendo contar com o apoio do Estado”.⁷⁹⁸

Nesse contexto, ressalte-se, a Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, introduziu o inciso LXXVIII no art. 5º da Constituição Federal, com o seguinte teor: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Mas as reformas com esse desígnio tiveram início muito antes, com a edição da Lei da Ação Civil Pública,⁷⁹⁹ do Código de Defesa do Consumidor,⁸⁰⁰ e das inúmeras leis de reforma do processo civil.

⁷⁹⁶ **Teoria geral do processo.** p. 41.

⁷⁹⁷ **O contexto da reforma processual civil.** Sérgio Rabello Tamm Renault e Pierpaolo Bottini. p. 1.

⁷⁹⁸ **Novidades sobre a execução civil: observações sobre a Lei 11.232/2005.** p. 68.

⁷⁹⁹ “Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. [...] Art. 11. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor”.

⁸⁰⁰ Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Esse diploma previu a possibilidade de concessão de tutela específica da obrigação de fazer ou não fazer ou de providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento, liminarmente ou após justificação prévia (art. 84 e § 3º).

Dentre as alterações do Código de Processo Civil, pode-se mencionar, no que concerne à efetividade do processo, a Lei nº 8.952, de 13 de dezembro de 1994;⁸⁰¹ a Lei 10.444, de 7 de maio de 2002;⁸⁰² e, finalmente, a Lei nº 11.232, de 22 de dezembro de 2005,⁸⁰³ que, nesse particular, complementou a série de reformas.⁸⁰⁴

Desse modo, conforme apontado por José Inacio Ferraz de Almeida Prado Filho: “O Direito brasileiro vigente tem se direcionado pela adoção do cumprimento específico como regra geral para a satisfação do credor [...] Nesse particular, a lei brasileira parece direcionada para um resultado mais eficiente em matéria de remédios contra o inadimplemento contratual”.⁸⁰⁵

Pois bem. Além das reformas tendentes a conferir maior efetividade ao processo, tem-se buscado formas alternativas para solução de conflitos, conforme observado por Vicente de Abreu Amadei. Para ele: “nas patologias jurídicas das relações humanas, a tendência moderna é criar *mecanismos simples, céleres e intermediários de solução dos conflitos*, evitando, com isso, a sobrecarga do Poder Judiciário”.⁸⁰⁶

Como exemplo dessa tendência pode-se apontar a arbitragem, disciplinada pela Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e o protesto notarial, instituto que tem contribuído no Brasil para a “satisfação do crédito”,⁸⁰⁷ revelando “significativa utilidade saneadora das discórdias”.⁸⁰⁸

⁸⁰¹ “Lei nº 8.952, de 13 de dezembro de 1994. *Altera dispositivos do Código de Processo Civil sobre o processo de conhecimento e o processo cautelar*”. Foi introduzida a possibilidade de antecipação dos efeitos da tutela pretendida (art. 273 e parágrafos). Além disso, foi estendida ao processo civil em geral a concessão de tutela específica da obrigação de fazer ou não fazer (art. 461 e parágrafos).

⁸⁰² “Lei nº 10.444, de 7 de maio de 2002. *Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil*”. Dentre outras modificações, acrescentou o art. 461-A, prevendo a concessão tutela específica na ação que tenha por objeto a entrega de coisa.

⁸⁰³ “*Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para estabelecer a fase de cumprimento das sentenças no processo de conhecimento e revogar dispositivos relativos à execução fundada em título judicial, e dá outras providências*”.

⁸⁰⁴ “A principal característica da lei – denominada cumprimento de sentença – consiste na eliminação da figura do processo autônomo de execução fundada na sentença civil condenatória ao pagamento de quantia certa, generalizando o disposto nos arts. 461 e 461-A do CPC”. **Cumprimento da sentença**. Ada Pellegrini Grinover. p. 121.

⁸⁰⁵ **A teoria do inadimplemento eficiente (*efficient breach theory*) e os custos de transação**. p. 254.

⁸⁰⁶ **Serviço de protesto de títulos deve ser extinto?** p. 118.

⁸⁰⁷ Nesse sentido, Míriam Saccol Comassetto afirmou: “Se a parte que procura o tabelião para a prática deste ato específico consegue com o protesto a satisfação do seu crédito, evita-se a interposição de um processo de execução para a concretização deste direito. Portanto, nesta hipótese, denota-se claramente o caráter de colaboração desencadeada pela atividade do notário à justiça, uma vez que não será necessário recorrer ao processo de execução para a satisfação do crédito”. **A função notarial como forma de prevenção de litígios**. p. 114.

⁸⁰⁸ Para Vicente de Abreu Amadei: “é realidade que o serviço de protesto de títulos não tem posição meramente preventiva dos conflitos de interesse, mas também tem significativa utilidade saneadora das discórdias”. **Serviço de protesto de títulos deve ser extinto?** p. 117.

5.2.1.4. Extrajudicialização de procedimentos

O período posterior à promulgação da Constituição Federal de 1988 foi, ainda, caracterizado por reformas legislativas tendentes a conferir maior eficiência ao Poder Judiciário, não só pelo aprimoramento da legislação processual, mas também pela busca de formas alternativas para a solução de litígios, além do deslocamento de atribuições de cunho não jurisdicional para outras instituições.⁸⁰⁹

Essas reformas eram, de fato, necessárias. José Eduardo Faria relatou que em pesquisa do IBGE⁸¹⁰ realizada entre outubro de 1985 e setembro de 1988, com a finalidade de avaliar a imagem do Poder Judiciário “perante a população, a partir de conflitos corriqueiros, como questões trabalhistas, problemas criminais, separação conjugal, desocupação de imóvel, pensão alimentícia, litígios de vizinhança, posse de terra, cobrança de dívida e herança”, dos brasileiros envolvidos com algum desses conflitos, “67% optaram por resolvê-los por vias extrajudiciais”.⁸¹¹

Ou seja, além da busca pela efetividade do processo, mencionada no tópico anterior, a “extensão do acesso à justiça deve ser repensada em outras bases, meios ou instrumentos alternativos, os quais cooperem e aliviem a carga excessiva do Poder Judiciário Estatal e que tenham o mesmo nível de idoneidade e praticidade na ordenação social e pacificação de conflitos”.⁸¹²

Nesse sentido, como bem apontado por Antonio Carlos de Araújo Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido Rangel Dinamarco: “Vai ganhando corpo a consciência de que, se o que importa é pacificar, torna-se irrelevante que a pacificação venha por obra do Estado ou por outros meios, desde que eficientes”.⁸¹³ Nos últimos anos, a resolução de conflitos pela conciliação, mediação e arbitragem passou a fazer parte da rotina das empresas e do cotidiano da vida dos cidadãos, fenômeno que foi muito bem recebido pelos profissionais do Direito, os quais passaram a utilizar tais mecanismos com maior frequência.

⁸⁰⁹ Como exemplo, a possibilidade introduzida no Código de Processo Civil pela Lei nº 8.951, de 13 de dezembro de 1994, de opção pelo depósito da quantia devida em estabelecimento bancário oficial, comunicado ao credor, como medida prévia ao ajuizamento da ação de consignação em pagamento.

⁸¹⁰ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁸¹¹ **O Poder Judiciário no Brasil: paradoxos, desafios e alternativas.** p. 9.

⁸¹² **Acesso à Justiça por reformas judiciais.** Heliana Coutinho Hess. p. 165.

⁸¹³ **Teoria geral do processo.** p. 31-32. É interessante observar a inclusão da expressão “e atendendo á incertêza das decisões judiciais, e ao gravame das despêzas” na fórmula sugerida por Augusto Teixeira de Freitas para a escritura de compromisso arbitral, no ano de 1881. **Formulario do tabellionato.** p. 334.

Como exemplo da influência dessa nova perspectiva do Direito, tem-se a recente introdução dos institutos da recuperação judicial e da recuperação extrajudicial de empresas no ordenamento pátrio. Nesse aspecto, a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, rompendo com a sistemática anterior, optou por prestigiar a vontade dos credores na recuperação, facultando a formulação de objeções ao plano apresentado pelo devedor, além de prever a convocação de assembleia geral de credores. Essa mudança substancial foi notada por Eduardo Secchi Munhoz. Segundo ele: “A soma das vontades do devedor, ao apresentar o plano, e dos credores, ao votarem em assembléia geral, determinará o destino da empresa, não sendo possível a nenhuma das partes, por meio de sua vontade isolada ou de atos individuais determinar esse resultado”.⁸¹⁴

Cumprе anotar, aliás, que a busca pela resolução alternativa de litígios tem sido observada em outros países. Na União Europeia, por exemplo, recentemente foi editada uma *Directiva* para incentivar o recurso à mediação nos Estados-Membros.⁸¹⁵

Nesse contexto, a categoria de notários e registradores, composta por profissionais do Direito que exercem função imparcial, pode contribuir nessa tarefa de pacificação social,⁸¹⁶ atuando “de forma eficaz em situações não conflitivas”.⁸¹⁷

Além disso, algumas atribuições de cunho não jurisdicional que atualmente são conferidas ao Poder Judiciário, poderiam ser absorvidas pelos notários e oficiais de registro.⁸¹⁸

⁸¹⁴ **Do procedimento de recuperação judicial.** p. 283.

⁸¹⁵ “Directiva 2008/52/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de Maio de 2008, relativa a certos aspectos da mediação em matéria civil e comercial”. **Jornal Oficial da União Europeia**, 24 mai. 2008. JO L 136, p. 3-8. Disponível em <<http://eur-lex.europa.eu>>. Acesso em: 8 dez. 2010.

⁸¹⁶ Para José Flávio Bueno Fischer e Karin Regina Rick Rosa: “interessa destacar que o notário pode ser uma peça da maior importância para a expansão em nosso País das técnicas de mediação, uma vez que constitui elemento intrínseco de sua função a atividade de conciliar os interesses das partes, agindo sempre como terceiro imparcial e desinteressado em favorecer qualquer um dos comparecentes”. **Função notarial criadora de direito.** p. 257.

⁸¹⁷ Míriam Saccol Comassetto propôs “uma abordagem mais moderna do direito, rompendo-se com velhos paradigmas que o observam ligado apenas a prescrições normativas, bem como o realizado exclusivamente pelo Poder Judiciário. Opta-se por uma visão de justiça mais atual e efetiva realizada pelas diversas organizações pertencentes ao sistema jurídico, em especial a atividade notarial, vislumbrando-a como função fundamental na medida em que também auxilia o Poder Judiciário na esfera preventiva e atua de forma eficaz em situações não conflitivas”. **A função notarial como forma de prevenção de litígios.** p. 142.

⁸¹⁸ Para Marco Antonio Greco Bortz: “O envolvimento de outros atores jurídicos, capacitados para promover uma intervenção segura, estável e preventiva de litígios, faz-se fundamental para a manutenção do tráfego jurídico num mundo que se torna mais e mais dinâmico. Nesse contexto é que se inserem os notários e registradores, que prestam serviços inestimáveis ao meio social e podem ser melhor aproveitados, aliviando a carga pesadíssima que paira sobre o Poder Judiciário, e permitindo a agilização da normalidade da vida à população, reservando aos juízes a tarefa inafastável de dar solução à patologia social”. **A desjudicialização – um fenômeno histórico e global.** p. 106.

Ressalte-se que esse fenômeno de absorção de parcela das funções judiciais pelo notariado não é novo. Conforme preciso relato histórico de José Frederico Marques, o conceito de jurisdição voluntária, na linguagem jurídica medieval, abrangia a designação de “atos que os órgãos da jurisdição realizavam de acordo com os interessados. De início, tais atos eram praticados pelo magistrado assistido de um notário, sendo que este, aos poucos, foi absorvendo grande número das funções de jurisdição voluntária”.⁸¹⁹

Nessa transição para o domínio notarial, tais atribuições deixaram de ser consideradas como atos de jurisdição voluntária, para integrar a categoria mais ampla dos “atos de administração pública de interesses privados”,⁸²⁰ os quais representam “manifesta limitação aos princípios da autonomia e liberdade que caracterizam a vida jurídico-privada dos indivíduos – limitação justificada pelo interesse social nesses atos da vida privada”.⁸²¹

O desempenho dessas atribuições por notários e registradores,⁸²² representa um movimento contrário àquele intitulado de judicialização,⁸²³ que impõe a “necessidade de participação do Poder Judiciário” em uma série de atos.⁸²⁴

⁸¹⁹ **Ensaio sobre a jurisdição voluntária**. p. 151.

⁸²⁰ Como bem observou José Frederico Marques: “As atividades dos órgãos da fê pública e dos departamentos destinados ao registro de atos e relações jurídicas não se incluem na jurisdição voluntária, e sim naquela categoria genérica de tutela administrativa que o Estado exerce sobre interesses privados. A jurisdição voluntária é apenas uma espécie dessa tutela administrativa, que das demais se distingue *ratione auctoritatis*, isto é, por estar atribuída a órgãos do poder judiciário”. **Op. cit.** p. 95-96.

⁸²¹ **Teoria geral do processo**. Antonio Carlos de Araújo Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido Rangel Dinamarco. p. 171.

⁸²² Em primoroso estudo sobre a jurisdição voluntária, Alfredo de Araújo Lopes da Costa fez a seguinte observação: “Os feitos da chamada jurisdição voluntária estão distribuídos entre autoridades administrativas e autoridades judiciárias, sem embargo de sua natureza permanecer a mesma – administrativa. O critério de distribuição é mais político do que jurídico. A prova está em que, por exemplo, em algumas legislações, como a do México, o expediente do desquite amigável corre perante o oficial do Registro civil enquanto em outras, como a nossa, a competência é de juiz. Certas matérias, por sua relevância e por exigirem maior preparo jurídico a êste são confiadas”. **A administração pública e a ordem jurídica privada**. p. 70.

⁸²³ De acordo com José Frederico Marques: “Em se tratando de *judicialização* da administração pública de direitos individuais, ou jurisdição voluntária, a atividade judicial não vai incidir sobre uma situação litigiosa, e por isso não há, por parte do Judiciário, o exercício da função jurisdicional. A natureza da atividade que o Judiciário exerce, na jurisdição voluntária, é administrativa, dado que não recai sobre uma pretensão, ou sobre uma lide”. **Ensaio sobre a jurisdição voluntária**. p. 122.

⁸²⁴ Segundo Sérgio Rabello Tamm Renault e Pierpaolo Bottini: “O grande volume de processos em tramitação também tem por motivo a judicialização da vida cotidiana, ou seja, a necessidade de participação do Poder Judiciário em atos que dispensariam sua atenção, como é o caso da necessária via judicial para a realização de inventários, partilhas e divórcios, mesmo que consensuais e mesmo quando não envolvam incapazes. A desburocratização desses procedimentos, além de facilitar a vida do jurisdicionado, retiraria da Justiça um grande número de feitos”. **O contexto da reforma processual civil**. p. 3. A sugestão dos autores foi acolhida em 2007, como se verá adiante.

Essa tendência de expansão da atuação notarial e registral, muitas vezes intitulada como extrajudicialização⁸²⁵ ou desjudicialização, tem sido observada ao longo das últimas décadas no Brasil, conferindo tutela a inúmeros direitos independentemente de intervenção judicial.

Como exemplos, a Lei nº 4.591, 16 de dezembro de 1964, relativa às incorporações imobiliárias;⁸²⁶ a Lei nº 6.690, de 25 de setembro de 1979, que disciplinou o cancelamento de protesto de títulos cambiais;⁸²⁷ a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, sobre parcelamento do solo urbano;⁸²⁸ a previsão de retificação de protesto na Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997;⁸²⁹ a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que instituiu a alienação fiduciária de coisa imóvel;⁸³⁰ a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que alterou os procedimentos para retificação no Registro de Imóveis,⁸³¹ além da alteração de divisas por escritura pública.⁸³²

⁸²⁵ Adriana Abella mencionou, dentre as conclusões das *XXVI Jornadas Notariales Argentinas*, realizadas em Córdoba de 3 a 5 de outubro de 2002, que: “Debemos hacer notar que el notario de tipo latino reúne las condiciones necesarias para asumir las actividades que, por no requerir el imperio propio de la magistratura, sean susceptibles de extrajudicialización”. **Derecho notarial**. p. 86.

⁸²⁶ “Art. 35. O incorporador terá o prazo máximo de 45 dias a contar do termo final do prazo de carência, se houver, para promover a celebração do competente contrato relativo à fração ideal de terreno, e, bem assim, do contrato de construção e da Convenção do condomínio, de acordo com discriminação constante da alínea ‘i’, do art. 32. [...] § 4º Descumprida pelo incorporador e pelo mandante de que trata o § 1º do art. 31 a obrigação da outorga dos contratos referidos no caput deste artigo, nos prazos ora fixados, a carta-proposta ou o documento de ajuste preliminar poderão ser averbados no Registro de Imóveis, averbação que conferirá direito real oponível a terceiros, com o consequente direito à obtenção compulsória do contrato correspondente”.

⁸²⁷ “Art. 2º Será cancelado o protesto de títulos cambiais posteriormente pagos mediante a exibição e a entrega, pelo devedor ou procurador com poderes especiais, dos títulos protestados, devidamente quitados, que serão arquivados em cartório”.

⁸²⁸ “Art. 32. Vencida e não paga a prestação, o contrato será considerado rescindido 30 (trinta) dias depois de constituído em mora o devedor. § 1º Para os fins deste artigo o devedor-adquirente será intimado, a requerimento do credor, pelo Oficial do Registro de Imóveis, a satisfazer as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionados e as custas de intimação. § 2º Purgada a mora, convalescerá o contrato. § 3º Com a certidão de não haver sido feito o pagamento em cartório, o vendedor requererá ao Oficial do Registro o cancelamento da averbação”.

⁸²⁹ “Art. 25. A averbação de retificação de erros materiais pelo serviço poderá ser efetuada de ofício ou a requerimento do interessado, sob responsabilidade do Tabelião de Protesto de Títulos”.

⁸³⁰ “Art. 26. Vencida e não paga, no todo ou em parte, a dívida e constituído em mora o fiduciante, consolidar-se-á, nos termos deste artigo, a propriedade do imóvel em nome do fiduciário. [...] § 7º Decorrido o prazo de que trata o § 1º, sem a purgação da mora, o oficial do competente Registro de Imóveis, certificando esse fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pelo fiduciário, do imposto de transmissão inter vivos, o registro, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade em nome do fiduciário”.

⁸³¹ “Art. 59. A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações: [...] Art. 213 [...] § 4º Presumir-se-á a anuência do confrontante que deixar de apresentar impugnação no prazo da notificação. § 5º Findo o prazo sem impugnação, o oficial averbará a retificação requerida; se houver impugnação fundamentada por parte de algum confrontante, o oficial intimará o requerente e o profissional que houver assinado a planta e o memorial a fim de que, no prazo de cinco dias, se manifestem sobre a impugnação”.

⁸³² “§ 9º Independentemente de retificação, dois ou mais confrontantes poderão, por meio de escritura pública, alterar ou estabelecer as divisas entre si [...] desde que preservadas, se rural o imóvel, a fração mínima de parcelamento e, quando urbano, a legislação urbanística”.

Mais recentemente, foi editada a Lei nº 11.441, de 4 de janeiro de 2007, que possibilitou a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa, alterando disposições do Código de Processo Civil.⁸³³ Além disso, foram editadas leis alterando procedimentos para os atos de Registro Civil das Pessoas Naturais.⁸³⁴

Esse fenômeno também tem sido observado em outros países. Em Portugal, por exemplo, o Decreto-Lei nº 272/2001 e o Decreto-Lei nº 273/2001, transferiram competências dos tribunais judiciais para os *conservadores de registo*, “inserindo-se numa estratégia de desjudicialização de matérias que não consubstanciam verdadeiro litígio”.⁸³⁵

Por fim, é interessante mencionar, como observado por José Renato Nalini, que: “O traslado de incumbências judiciais para o notariado se faz acompanhar de uma responsabilidade intensificada”.⁸³⁶ Essa transferência, que tem sido realizada de forma paulatina e com o acolhimento da população, decorre da reforma preconizada pela Constituição Federal de 1988, com a profissionalização da atividade e o aprofundamento no estudo da matéria notarial e registral.

⁸³³ “Art. 982. Havendo testamento ou interessado incapaz, proceder-se-á ao inventário judicial; se todos forem capazes e concordes, poderá fazer-se o inventário e a partilha por escritura pública, a qual constituirá título hábil para o registro imobiliário. Parágrafo único. O tabelião somente lavrará a escritura pública se todas as partes interessadas estiverem assistidas por advogado comum ou advogados de cada uma delas, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial. [...] Art. 1.124-A. A separação consensual e o divórcio consensual, não havendo filhos menores ou incapazes do casal e observados os requisitos legais quanto aos prazos, poderão ser realizados por escritura pública, da qual constarão as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns e à pensão alimentícia e, ainda, ao acordo quanto à retomada pelo cônjuge de seu nome de solteiro ou à manutenção do nome adotado quando se deu o casamento. § 1º A escritura não depende de homologação judicial e constitui título hábil para o registro civil e o registro de imóveis. § 2º O tabelião somente lavrará a escritura se os contratantes estiverem assistidos por advogado comum ou advogados de cada um deles, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial. § 3º A escritura e demais atos notariais serão gratuitos àqueles que se declararem pobres sob as penas da lei”.

⁸³⁴ Como a Lei nº 11.790, de 2 de outubro de 2008, que alterou o art. 46 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para permitir o registro da declaração de nascimento fora do prazo legal diretamente nas serventias extrajudiciais; a Lei nº 12.100, de 27 de novembro de 2009, que dispensou a participação do Juiz nas retificações de Registro Civil quanto a erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção; e a Lei nº 12.133, de 17 de dezembro de 2009, que alterou o Código Civil, eliminando a homologação da habilitação de casamento pelo Juiz, salvo na hipótese de impugnação.

⁸³⁵ **Diário da República**, 13 out. 2001. Número 238, p. 6473-6490. Disponível em <<http://www.dre.pt>>. Acesso em: 8 dez. 2010.

⁸³⁶ “A denominação *extrajudicial* não é das mais felizes. Sugere que a missão cometida ao notário e ao registrador seja estranha à função jurisdicional. Não é assim. A similitude caminha para a verdadeira identidade. Juiz, notário e registrador devem exercer o mesmo ministério de conferir segurança jurídica, estabilizar relações, pacificar e estabelecer a harmonia do convívio. Por isso é que não gerou estranhamento a transferência de parcela considerável da chamada *jurisdição voluntária* ao notariado. Ao contrário, sustenta-se hoje a urgência de se transplantar para esse conjunto de profissionais que nasceu em ninho judiciário, outras tarefas que poderá melhor desempenhar do que o próprio juízo. O traslado de incumbências judiciais para o notariado se faz acompanhar de uma responsabilidade intensificada”. **Rumo à perfectibilidade**. p. XV.

5.2.2. Análise da expressão “títulos e outros documentos de dívida”

Feitas as necessárias considerações quanto ao contexto histórico da edição das Leis nº 8.935/1994 e nº 9.492/1997, passa-se à análise da expressão “títulos e outros documentos de dívida”.

Com o início da vigência dos referidos diplomas legais, diante dos questionamentos então surgidos, a Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, órgão encarregado da fiscalização dos atos dos tabeliães de protesto do Estado, firmou entendimento no sentido de que não houve ampliação do rol de documentos protestáveis. Da conclusão do parecer então aprovado constou que “enquanto não houver previsão específica para este ou aquele documento de dívida, em norma positiva específica, não será dado ampliar o rol dos títulos protestáveis”.⁸³⁷

No entanto, tal entendimento foi posteriormente alterado, conforme decisão com força normativa, baseada em parecer de José Antonio de Paula Santos Neto, então Juiz Auxiliar da Corregedoria.⁸³⁸ Na oportunidade foram considerados “novos e significativos elementos, de cunho legislativo [...] doutrinário e, mesmo, fático, bem como ponderada a dinâmica das relações jurídicas”, tendo sido então autorizado “o apontamento dos títulos executivos contemplados pela lei processual, dotados dos atributos de liquidez, certeza e exigibilidade”.⁸³⁹

Mencione-se nesse mesmo sentido a opinião de Sílvio de Salvo Venosa, para quem: “embora haja quem à primeira vista possa sufragar opinião mais extensiva, o dispositivo do artigo 1º deve ser interpretado restritivamente no sentido de que o protesto é utilizável somente para os títulos cambiários e para os demais títulos executivos judiciais e extrajudiciais”.⁸⁴⁰

⁸³⁷ Parecer no **Processo CG nº 2.374/97**, aprovado em caráter normativo pelo Desembargador Sérgio Augusto Nigro Conceição. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 10 set. 1998. Poder Judiciário, Caderno 1 – Parte I, p. 4.

⁸³⁸ Parecer nº 076/05-E, exarado no **Processo CG nº 864/2004**, aprovado pelo Desembargador José Mario Antonio Cardinale, à época Corregedor Geral da Justiça. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 2 jun. 2005. Poder Judiciário, Caderno 1 – Parte I, p. 3-5.

⁸³⁹ Na sequência, constou o seguinte: “Com efeito, a viabilizar tal interpretação se acham ingredientes sobrevividos, acrescentados pela modernidade e adiante melhor analisados, tais como, para exemplificar, a consagração da boa-fé objetiva pelo diploma civil substantivo, o condão de interromper a prescrição por este atribuído ao protesto extrajudicial e a ausência de tratamento discriminatório no estatuto falencial que justifique diferenciar os documentos sujeitos a protesto falimentar dos demais protestáveis”. p. 3. Mais adiante ressaltou o magistrado: “não mais se limita o protesto por falta de pagamento ao estreito círculo dos títulos de crédito em sentido estrito. E não é demais mencionar que existe quem sustente uma amplitude ainda maior do que a aqui vislumbrada, como revela a fundamentação do veto ao artigo 62 da Lei nº 10.931/2004”. p. 4.

⁸⁴⁰ **O protesto de documentos de dívida**. p. 125.

Por sua vez, Humberto Theodoro Júnior considerou que: “Uma vez, porém, que o protesto visa comprovar a mora do devedor e como esta pressupõe ‘dívida líquida e exigível’ [...] não será qualquer documento de dívida que se apresentará como protestável, mas apenas o que retratar obrigação líquida, certa e exigível”.⁸⁴¹

De fato, o protesto por falta de pagamento visa comprovar a mora do devedor, que se constitui, de pleno direito, pelo inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo (Código Civil, art. 397). Mas, não havendo termo, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial (parágrafo único).

Tal disposição é similar à do art. 960 do revogado Código,⁸⁴² com a diferença de que a vigente lei, seguindo a diretriz de utilização de conceitos abertos, englobou numa só categoria as diversas espécies de interpelação previstas na lei anterior, como já reconhecido pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.⁸⁴³

Desse modo, enquanto nas obrigações a termo o protesto prova a inadimplência (Lei nº 9.492/1997, art. 1º)⁸⁴⁴ e interrompe a prescrição (Código Civil, art. 202, inciso III), nas obrigações sem termo o ato serve, ainda, para constituir o devedor em mora (Código Civil, art. 397, parágrafo único) e definir o início da incidência de juros, taxas e atualizações monetárias sobre o valor da obrigação contida no título ou documento de dívida protestado (Lei nº 9.492/1997, art. 40).

⁸⁴¹ Embora o autor tenha partido de uma premissa correta, a conclusão parece não ter sido a mais adequada. Na oportunidade, assinalou ainda que: “Em outros termos, no regime da Lei nº 9.492, a expressão ‘outros documentos de dívida’ corresponde aos papéis a que se atribui a qualidade de título executivo judicial ou extrajudicial, para fins de execução por quantia certa (CPC, arts. 584 e 585), dentre os quais se destacam a própria sentença civil condenatória, a escritura pública, e qualquer documento público assinado pelo devedor e duas testemunhas, desde que atendam às exigências de certeza, liquidez e exigibilidade (art. 586)”. **Processo cautelar**. p. 413.

⁸⁴² “Art. 960. O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo constitui de pleno direito em mora o devedor. Não havendo prazo assinado, começa ela desde a interpelação, notificação, ou protesto”.

⁸⁴³ Nesse sentido, a Ministra Nancy Andrighi, ao apreciar o **Recurso Especial nº 685.906-SP**, asseverou em seu voto que: “a norma do art. 397 autoriza a parte optar pela realização do protesto ou pela interpelação judicial ou extrajudicial”. No caso em questão, a Ministra relatou que “o protesto não foi realizado antes do ajuizamento da ação, mas, em seu lugar, a parte credora cuidou de notificar a recorrente, por meio do Cartório de Títulos e Documentos, de forma a tornar inequívoca a mora”. E prosseguiu: “Diante dessa realidade, não há como deixar de reconhecer que a finalidade da lei, que era a de obter a segurança como decorrência da prática de um ato de documentação revestido de fé-pública, foi atingida”. Disponível em <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

⁸⁴⁴ No acórdão referido, a Ministra Nancy Andrighi afirmou: “a mora se configura com a simples omissão do devedor em efetuar o pagamento da dívida, pois as prestações têm data certa de vencimento. O protesto, então, constitui a confirmação de um fato já verificado, tratando-se de providência necessária, apenas, para conferir segurança”.

Da análise dessas disposições conclui-se que o termo “inadimplência”, utilizado pelo art. 1º da Lei nº 9.492/1997, está relacionado ao termo “inadimplemento”, constante do art. 397 do Código Civil, o qual supõe a existência de uma obrigação positiva⁸⁴⁵ e líquida, ou seja, obrigação certa, quanto à sua existência, e determinada, quanto ao seu objeto.⁸⁴⁶ O protesto, assim, requer obrigação líquida e certa, além do inadimplemento da obrigação no seu termo,⁸⁴⁷ se houver.

Nesse contexto, considerando-se o disposto no art. 586 do Código de Processo Civil,⁸⁴⁸ conclui-se que os títulos executivos são passíveis de protesto, por apresentarem os contornos exigidos pela legislação para o ato notarial, quais sejam, certeza, quanto à sua existência, e determinação, quanto ao seu objeto, e o decurso do prazo para cumprimento da obrigação.

Dessa forma, os títulos executivos estão abrangidos no conceito de “documentos de dívida”. Este conceito, no entanto, é mais amplo do que aquele,⁸⁴⁹ incluindo outras espécies de documentos, visto que os critérios para a definição de um e de outro são diferentes.

Ressalte-se que se a intenção do legislador fosse equiparar os conceitos, deveria ter adotado a consagrada terminologia “títulos executivos” ao invés de “documentos de dívida”.

Aliás, como visto anteriormente, a redação original do Projeto que resultou na Lei nº 8.935/1994 previa a competência privativa dos “oficiais de registro de protestos” para “protocolizar os títulos a que a lei atribuir força executiva para prova de descumprimento de obrigação”. Contudo, o texto aprovado e promulgado conferiu aos tabeliães de protesto a competência privativa para “protocolar de imediato os documentos de dívida, para prova do descumprimento da obrigação”.

⁸⁴⁵ Segundo Clovis Bevilacqua: “Positiva quer dizer de dar ou de fazer. Exclua-se a obrigação de não fazer, de que se ocupa o art. 961”. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado**. p. 93.

⁸⁴⁶ Definição extraída do art. 1.533 do Código Civil anterior, sem dispositivo correspondente no atual.

⁸⁴⁷ Dispõe a Lei nº 9.492/1997, nesse particular, que: “Art. 21. [...] § 1º O protesto por falta de aceite somente poderá ser efetuado antes do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo legal para o aceite ou a devolução. § 2º Após o vencimento, o protesto sempre será efetuado por falta de pagamento, vedada a recusa da lavratura e registro do protesto por motivo não previsto na lei cambial”.

⁸⁴⁸ “Art. 586. A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível”.

⁸⁴⁹ Ao analisar a posição de parte da doutrina que vincula “*protesto e executividade*”, Simone Eberle, fez as seguintes considerações: “não estariam esses autores promovendo uma associação às avessas? Não serão os documentos passíveis de protesto por serem antes *certos, líquidos e exigíveis*, e não por serem dotados de executividade? É certo que os títulos executivos agregam aquelas três características, mas daí não segue que as mesmas não possam apresentar-se para além daquela categoria”. **Do universo cambiário para o universo obrigacional: viabilidade e requisitos do protesto de documentos de dívida**. p. 139.

A Lei nº 9.492/1997, por sua vez, utilizou a expressão “títulos e outros documentos de dívida”, ainda mais genérica do que a constante da Lei nº 8.935/1994. E trouxe disposições que corroboram a desvinculação dos conceitos de “títulos executivos” e “documentos de dívida”.

Primeiramente, estabeleceu no art. 9º que: “Todos os títulos e documentos de dívida protocolizados serão examinados em seus caracteres formais e terão curso se não apresentarem vícios, não cabendo ao Tabelião de Protesto investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade”.

Ou seja, embora a possibilidade de execução seja afastada pela prescrição,⁸⁵⁰ nem por isso o protesto fica obstado pelo simples decurso desse prazo, como, aliás, ficou assentado na Súmula 17 da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo.⁸⁵¹

Há que se considerar a possibilidade de renúncia da prescrição pelo interessado,⁸⁵² ou mesmo de propositura, pelo credor, de outra medida, como a ação monitória⁸⁵³ e a ação de enriquecimento injusto.⁸⁵⁴ Nesta última hipótese, frise-se, o protesto é útil na medida em que interrompe a prescrição para a ação de conhecimento. A prescrição, portanto, não obsta o protesto.

Outra disposição relevante é a do art. 40 da Lei nº 9.492/1997 que, combinado com o art. 397, parágrafo único, do Código Civil, prevê o protesto como termo inicial da incidência de juros, taxas e atualizações monetárias sobre o valor da obrigação sem prazo assinado.

Ou seja, é com o protesto que, nessa modalidade de obrigação, o título ou documento de dívida passa a ostentar a exigibilidade que se pressupõe para a ação de execução, considerando-se a necessidade de prévia constituição do devedor em mora.

⁸⁵⁰ A Lei nº 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, alterou a redação do art. 219, § 5º, do Código de Processo Civil, cuja redação passou a ser a seguinte: “§ 5º O juiz pronunciará, de ofício, a prescrição”.

⁸⁵¹ “Súmula 17. A prescrição ou perda de eficácia executiva do título não impede sua remessa a protesto, enquanto disponível a cobrança por outros meios”. Disponível em <<http://www.tjstj.jus.br>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

⁸⁵² O Código Civil dispõe que: “Art. 191. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição. [...] Art. 882. Não se pode repetir o que se pagou para solver dívida prescrita, ou cumprir obrigação judicialmente inexigível”. Convém salientar, no entanto, que o interessado poderá oferecer resposta fundamentada ou obter a sustação judicial do protesto com fundamento na prescrição. Mas qualquer iniciativa nesse sentido caberá ao próprio devedor e não ao tabelião de protesto.

⁸⁵³ Nesse sentido, o entendimento firmado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça: “Súmula 299. É admissível a ação monitória fundada em cheque prescrito”. Disponível em <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 15 out. 2011.

⁸⁵⁴ “Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985. [...] Art. 61. A ação de enriquecimento contra o emitente ou outros obrigados, que se locupletaram injustamente com o não-pagamento do cheque, prescreve em 2 (dois) anos, contados do dia em que se consumar a prescrição prevista no art. 59 e seu parágrafo desta Lei”.

Não há, assim, direta vinculação entre protesto e execução, sendo que cada instituto tem o seu âmbito próprio de aplicação. A confusão que existe em relação aos conceitos decorre da exigência de prévio protesto para a ação judicial em determinadas hipóteses, como o exercício de direito de regresso, a execução de duplicata sem aceite acompanhada de comprovante de entrega e recebimento da mercadoria ou de prestação de serviço, o requerimento de falência, a execução do contrato de câmbio, dentre outras. Nesses casos, o protesto é imposto pela lei como ônus para o exercício direto da ação de execução, dispensando o credor do processo de conhecimento para a constituição do título executivo judicial.

Há que se ter em vista, ainda, as diferentes finalidades dos institutos. Assim, enquanto a execução judicial tem por objeto expropriar bens do devedor, a fim de satisfazer o direito do credor (Código de Processo Civil, art. 646), o protesto notarial é mera providência com finalidade probatória e, em alguns casos, conservatória de direitos. É claro que muitas vezes os caminhos se cruzam e o credor realiza o protesto e posteriormente promove a execução, mas nem por isso pode-se dizer que o âmbito dos institutos é o mesmo.

No mais, cabe observar que o credor munido de título executivo pode preferir ingressar diretamente em Juízo, sem promover previamente o protesto, como facultado em regra pela legislação. Mas, para o credor que não ostenta um título executivo, o protesto serve como uma forma de demonstrar a sua diligência, concedendo ao devedor a oportunidade de satisfazer voluntariamente a obrigação ou reconhecer o débito, por meio de um procedimento ágil, conduzido de forma imparcial e pouco oneroso. E mesmo que não ocorram tais hipóteses, o credor terá obtido, além da interrupção da prescrição, prova inequívoca da mora do devedor, dotada de publicidade. Assim procedendo, o credor afasta a necessidade de imediato ajuizamento de processo de conhecimento, conferindo ao devedor um maior prazo para a voluntária satisfação da obrigação, a qual contará com o estímulo decorrente da publicidade do ato.

Conclui-se, assim, que o conceito de “documentos de dívida”, de fato, não se confunde com o de “títulos executivos”.

Feitas essas considerações, é interessante anotar que, tanto o Código Civil, como o Código de Processo Civil, ao dispor sobre o pagamento das dívidas no processo de inventário e partilha, estabelecem parâmetros para a prova das obrigações e o consequente pagamento.

O Código Civil prevê, no art. 1.997, § 1º, a possibilidade de reserva de bens no inventário quando, antes da partilha, seja requerido o “pagamento de dívidas constantes de documentos, revestidos de formalidades legais, constituindo prova bastante da obrigação”.

Por sua vez, o Código de Processo Civil, no art. 1.017, dispõe que os credores do espólio podem, antes da partilha, requerer ao juízo do inventário o pagamento das dívidas vencidas e exigíveis. Para tanto, a petição deve estar acompanhada de prova literal da dívida (§ 1º).

Em seguida, o art. 1.018, parágrafo único, estabelece, para a hipótese de não haver concordância de todas as partes sobre o pedido de pagamento feito pelo credor, que o juiz pode ordenar a reserva de bens suficientes para pagar o credor, quando a dívida constar de documento que comprove suficientemente a obrigação, desde que a impugnação não seja fundada em quitação.

Por fim, o art. 1.019 prevê o requerimento de habilitação no inventário para o credor de dívida líquida e certa, ainda não vencida. Havendo concordância das partes com o pedido, o juiz determina, ao julgar habilitado o crédito, a separação de bens para o futuro pagamento.

Dessa forma, a legislação processual confere à prova literal de dívida vencida e exigível, ainda que não caracterizada como título executivo, aptidão para embasar pedido do credor no processo de inventário e partilha.

E não é só. O art. 585, inciso V, do Código de Processo Civil, dispõe que é título executivo extrajudicial o “crédito, documentalmente comprovado”, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.

Tais disposições, relativas à prova documental de obrigações, têm direta correlação com o art. 1º da Lei nº 9.492/1997, segundo o qual o protesto “prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida”

Observe-se que o termo “título” se refere ao título de crédito, conceituado como o documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido (Código Civil, art. 889), enquanto a expressão “documentos de dívida” se refere aos demais documentos.⁸⁵⁵

⁸⁵⁵ Segundo Vicente de Abreu Amadei: “A distinção entre os documentos ordinários e os títulos de crédito é que naqueles o documento é acessório ao direito; nestes, o direito é acessório ao documento”. **Princípios de protesto de títulos**. p. 84.

E, enquanto a Lei nº 8.935/1994 fez simples remissão ao gênero “documentos de dívida”, englobando os títulos de crédito, a Lei nº 9.492/1997 preferiu indicar expressamente tanto a espécie “títulos de crédito”, como os demais integrantes do gênero, pela fórmula “outros documentos de dívida”.⁸⁵⁶

Cumpre salientar, ainda, que documento é a representação de um fato,⁸⁵⁷ em papel ou outro meio idôneo,⁸⁵⁸ resultante de atividade humana e dotada de permanência.⁸⁵⁹

Para a delimitação do conceito de “documentos de dívida”, há que se considerar, por fim, o já mencionado art. 397 do Código Civil, segundo o qual a mora do devedor se constitui, de pleno direito, pelo inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, ou, se não houver termo, mediante interpelação.

Diante disso, pode-se conceituar como “documento de dívida”, para fins de protesto notarial, a prova literal de dívida, revestida das formalidades legais, representativa de obrigação positiva e líquida, ou seja, aquela certa quanto à sua existência e determinada quanto ao seu objeto. Exige-se, além disso, o decurso do eventual termo previsto para cumprimento da obrigação.

Essa conclusão é a que parece ser a mais adequada, não apenas pela interpretação sistemática da legislação vigente, como também pela análise da evolução histórica do protesto no Brasil e do contexto da edição das Leis nº 8.935/1994 e nº 9.492/1997.

⁸⁵⁶ Nesse sentido, Simone Eberle, em brilhante artigo publicado na Revista de Direito Mercantil, ao comentar as disposições das Leis nº 9.492/1997 e nº 8.935/1994, afirmou: “Do simples cotejo entre um texto legal e outro percebe-se que o legislador salta do gênero à espécie, ora englobando os títulos de crédito no gênero ao qual pertencem (documentos), ora tomando-os como categoria distinta dos documentos de dívida – nomenclatura, esta, que, portanto, é assumida na Lei de Protestos de modo mais estrito do que é na Lei de Notários e de Registradores”. **Do universo cambiário para o universo obrigacional: viabilidade e requisitos do protesto de documentos de dívida.** p. 126.

⁸⁵⁷ Segundo Francesco Carnelutti: “Il documento non è soltanto una cosa, ma una cosa *rappresentativa*, cioè *capace di rappresentare un fatto*”. **La prova civile.** p. 183. Por sua vez, Paolo Guidi asseverou: “il documento è il mezzo attraverso il quale viene rappresentato un determinato fatto”. **Teoria giuridica del documento.** p. 11.

⁸⁵⁸ Na consagrada obra acima mencionada, editada em 1950, Paolo Guidi afirmou: “Seguendo il progresso scientifico, la categoria dei documenti, che inizialmente era ristretta agli scritti, si è andata, in ambedue i campi, sempre più allargando, fino a comprendervi la scultura, la pittura, la fotografia, la cinematografia, il disco fonografico, e in genere ogni cosa capace di fornire la rappresentazione permanente di un fatto che è fuori di essa”. **Op. cit.** p. 3.

⁸⁵⁹ Para Paolo Guidi: “Il documento è un oggetto corporale, prodotto dell’umana attività di cui conservi le tracce, il quale, attraverso la percezione dei grafici sopra di esso impressi, o delle luci o suoni che può fornire, è capace di rappresentare, in modo permanente, a chi lo ricerchi, un fatto che è fuori di esso documento”. **Op. cit.** p. 46.

Cabe apontar, aliás, que expressiva parcela da doutrina entende que a previsão de protesto de documentos de dívida não se restringe aos títulos executivos.

Nesse sentido, o entendimento de Theophilo de Azeredo Santos, segundo o qual:

“É evidente que documentos de dívida são todos aqueles em que há, inequivocamente, a indicação de relação de débito e crédito entre a instituição financeira e as empresas comerciais (individuais ou coletivas) e seus clientes, pessoas físicas, mutuários ou usuários, sem qualquer restrição, pois esta só teria legitimidade se estivesse prevista em lei”.⁸⁶⁰

Por sua vez, Luiz Emygdio F. da Rosa Jr. afirmou que a Lei nº 9.492/1997 “veio a alargar sobremaneira o objeto do protesto”, tendo concluído: “parece-nos indubitável que qualquer documento que traduza assunção de obrigação líquida, a prazo certo, exigível, vencida e não cumprida, pode ser objeto de protesto, inclusive contratos”.⁸⁶¹

Diante do exposto, conclui-se que, no atual panorama da legislação brasileira, a possibilidade de protesto notarial não se restringe aos títulos executivos, estendendo-se a quaisquer títulos ou documentos, revestidos das formalidades legais, que consubstanciem prova literal de dívida representativa de obrigação positiva e líquida, exigindo-se, por fim, o decurso do eventual termo previsto para o respectivo cumprimento.⁸⁶²

⁸⁶⁰ **Observações sobre o protesto de títulos e documentos.** p. 162.

⁸⁶¹ **Reflexões sobre protesto.** Disponível em <<http://www.protestodetitulos.org.br>>. Acesso em: 12 dez. 2010. Tal entendimento é compartilhado por outros autores. Nesse sentido, Gustavo Tepedino, Heloisa Helena Barbosa e Maria Celina Bodin de Moraes, ao analisar a interrupção da prescrição no Código Civil, observaram que o protesto “não está restrito aos títulos de crédito, uma vez que a L. 9.492/97 passou a dispor que são protestáveis os ‘documentos de dívida’, ainda que não configurem um título de crédito. Basta para tanto que o documento espelhe uma dívida líquida, certa e exigível”. **Código Civil interpretado conforme a Constituição da República.** p. 388. Cite-se, ainda, a lição de Carlos Henrique Abrão, segundo o qual: “Refletidamente, portanto, quaisquer títulos ou documentos que alicerçam obrigações, líquidas, certas, exigíveis, fazem parte dos indicativos instrumentalizados ao protesto, cujo exame primeiro de suas condições caberá ao Tabelião, formalizando o ato, ou recusando sua feitura”. **Do protesto.** p. 28. Por derradeiro, indica-se como referência bibliográfica a obra **O protesto de documentos de dívida**, de Luiz Ricardo da Silva; e o artigo **Do universo cambiário para o universo obrigacional: viabilidade e requisitos do protesto de documentos de dívida**, de Simone Eberle.

⁸⁶² Observe-se que a Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso editou norma técnica seguindo exatamente essa diretriz: “Provimento nº 22/2007-CGJ. *Dispõe sobre o protesto de documentos de dívida.* [...] Art. 1º Qualquer documento representativo de dívida, desde que dotado dos atributos de certeza e liquidez, pode ser levado a protesto: I – para prova da inadimplência do devedor; II – para fixação do termo inicial da mora, quando se tratar de obrigação sem prazo de vencimento estipulado; III – para interromper o curso do prazo prescricional”. Disponível em <<http://www.tjmt.jus.br>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

5.2.2.1. Veto ao artigo 62 da Lei nº 10.931/2004

O entendimento de que o conceito de “outros documentos de dívida” não se restringe aos títulos executivos foi reforçado pelo veto presidencial comunicado pela Mensagem nº 461, por ocasião da promulgação da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, diploma legal que contribuiu significativamente para a expansão do crédito e o consequente crescimento econômico do Brasil nos últimos anos.⁸⁶³

Com efeito, o projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional incluía dispositivo na Lei nº 9.492/1997 definindo o rol de títulos e documentos de dívida sujeitos ao protesto. De acordo com o texto seriam admitidos para protesto os títulos executivos extrajudiciais e os títulos ou documentos de dívida passíveis de cobrança pelo procedimento sumário.⁸⁶⁴

Constou das razões de veto que a genérica previsão do *caput* do art. 1º da Lei nº 9.492/1997 “permite levar a protesto praticamente todo tipo de ‘documento de dívida’. Contudo, a proposta inclui parágrafo único contendo rol de documentos sujeitos a protesto que poderá ser interpretado como exaustivo”, o que geraria insegurança jurídica.⁸⁶⁵

De fato, caso fosse aprovada a inclusão da referida disposição, certamente prevaleceria interpretação de que o protesto somente seria admissível nas hipóteses contempladas pela legislação, retrocedendo-se ao modelo anterior. Mas, na verdade, as Leis nº 8.935/1994 e nº 9.492/1997 foram editadas seguindo a tendência de edição de normas com conceitos abertos, conferindo um caráter de permanência à legislação, como anteriormente visto.

⁸⁶³ Observe-se que a lei contemplou uma série de medidas propostas no estudo **Juros e Spread Bancário no Brasil**, do Departamento de Estudos e Pesquisas – DEPEP, do Banco Central do Brasil, de 1999. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?SPREAD>>. Acesso em: 7 out. 2011.

⁸⁶⁴ “Art. 62. O art. 1º da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único: [...] Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, serão admitidos, além dos títulos ou documentos de dívida cujo protesto esteja previsto em lei, os títulos executivos extrajudiciais, os títulos ou documentos cuja dívida esteja sujeita a cobrança pelo procedimento sumário, inclusive quando emitidos sob forma de documento eletrônico ou decorrentes de processo de conversão eletrônica, efetuada pelo credor mediante autorização expressa do devedor.” (NR)”. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 24, 3 ago. 2004.

⁸⁶⁵ De acordo com o trecho inicial das razões de veto: “A inclusão do dispositivo certamente se deu com a nobre intenção de facilitar o protesto de títulos, simplificando as transações comerciais. Contudo, a redação adotada apresenta deficiências que geram resultados opostos ao pretendido. Com efeito, o **caput** fala genericamente ‘em obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida’, o que permite levar a protesto praticamente todo tipo de ‘documento de dívida’. Contudo, a proposta inclui parágrafo único contendo rol de documentos sujeitos a protesto que poderá ser interpretado como exaustivo. A questão é que diversos tipos de documentos estão excluídos do novo parágrafo, o que trará insegurança jurídica.”

Nesse aspecto, o veto do Presidente da República corroborou o entendimento de que, ao atrelar ao protesto o conceito de “documentos de dívida”, as Leis nº 8.935/1994 e nº 9.492/1997 não restringiram o âmbito de aplicação do instituto aos títulos executivos, na forma preconizada na redação inicial do Projeto que resultou na Lei nº 8.935/1994.

Mas, ao contrário, referidas leis trouxeram a genérica previsão de protesto de quaisquer documentos de dívida, seguindo tendência verificada ao longo da evolução histórica do instituto no Brasil e, ainda, o contexto de edição das referidas leis.

Por fim, o veto tratou do protesto de documento eletrônico, possibilidade amparada pela legislação. Na oportunidade, foi ressaltado que a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, reconhece a validade, para todos os fins legais, dos documentos eletrônicos certificados digitalmente, não sendo necessária sequer manifestação expressa de consentimento das partes quando adotados os padrões da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil. Além disso, as disposições do Código Civil sobre títulos de crédito eletrônicos e a utilização de documento eletrônico fora do âmbito da ICP-Brasil reafirmam essa possibilidade.⁸⁶⁶

Dessa forma, conclui-se que a expressão “títulos e outros documentos de dívida” constante do art. 1º da Lei nº 9.492/1997 não corresponde ao conceito de título executivo, mas tem um alcance maior, como ficou bem evidenciado nas razões de veto ao art. 62 da Lei nº 10.931/2004.

⁸⁶⁶ Segue transcrição do trecho final do veto: “Na parte final do dispositivo incluiu-se regra sobre documentos eletrônicos, utilizando também a expressão ‘decorrente de processo de conversão eletrônica’, que se apresenta como alternativa ao conceito de ‘documento eletrônico’, mas os contornos não estão claros. Seria esse documento ‘decorrente de processo de conversão eletrônica’ também documento eletrônico? Teria ele de atender aos requisitos de autenticidade e integridade usuais dos documentos eletrônicos? E no caso das duplicatas e de outros títulos protestados por indicação (v. g. art. 41 do projeto sob análise), seria necessário ‘autorização expressa do devedor’ para o protesto por indicação? São, pois, muitas as dúvidas e obscuridades nesse aspecto. De outra parte, mesmo quanto aos documentos eletrônicos a intenção da proposta já está amparada pela legislação em vigor. Com efeito, a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, estabelece no art. 10 serem válidos para todos os fins legais os documentos eletrônicos certificados digitalmente nos termos da norma citada, não sendo necessário sequer manifestação expressa de consentimento das partes contratantes caso se utilizem os padrões da ICP-Brasil (§ 1º do dispositivo citado). Ademais, o novo Código Civil contém previsão expressa quanto à possibilidade de uso de documentos eletrônicos para os títulos de crédito (art. 889, § 3º). Deste mesmo diploma legal se extrai também a possibilidade de as partes utilizarem documento eletrônico não certificado pela ICP-Brasil se não houver impugnação do conteúdo (art. 225). Por fim, a nova regra poderia ser interpretada como inovação em relação às normas hoje existentes e impugnada a validade dos protestos de títulos expressos sob a forma de documento eletrônico realizados antes da nova lei, gerando insegurança jurídica”. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 24, 3 ago. 2004.

6 – REFLEXÕES SOBRE O PROTESTO NOTARIAL NO BRASIL

6.1. Análise da função econômica do protesto no Brasil

Feito o estudo dos aspectos jurídicos do protesto notarial, incluindo o relato de sua evolução histórica e o delineamento do atual panorama do instituto no Direito Comparado e no Brasil, seguem algumas reflexões sobre o tema, tendo como ponto de partida a análise sob a perspectiva econômica.⁸⁶⁷

Há muito tempo, a doutrina vem observando que, além dos efeitos jurídicos, como a conservação de direitos e a prova de impontualidade,⁸⁶⁸ o protesto produz uma série de efeitos indiretos, que vão muito além da relação entre o credor e o devedor.⁸⁶⁹

Para Waldemar Ferreira, por exemplo, o protesto manifesta “o interêsse público quanto ao adimplemento cambiário e age diretamente sobre o devedor, com a ameaça da desonra cambial, podendo tornar patente o seu estado de insolvência, evitando outros desastres econômicos”.⁸⁷⁰

⁸⁶⁷ De forma precisa, Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa observou que: “*Economia e Direito Comercial* cada vez mais se têm aproximado. Nesse sentido, verifica-se que a legislação sobre concorrência desleal e abuso do poder econômico funda-se em princípios estudados pela Economia, com reflexos diretos nas questões relacionadas com a dominação de mercados”. **Curso de Direito Comercial**. v. 1. p. 83.

⁸⁶⁸ Dentre outros efeitos jurídicos, indicados pela doutrina. José Maria Whitaker, por exemplo, assinalou que: “Instituído em benefício dos coobrigados, o protesto é condição imprescindível para o exercício da ação de regresso”. **Letra de câmbio**. p. 228. E mais adiante: “Contra o aceitante, entretanto, o protesto não é inútil, porque o constitui em mora, tornando-o responsável pelos juros legais e sujeitando-o à falência, se fôr comerciante; e é mesmo indispensável, se o portador do título quiser requerer a falência do mesmo aceitante”. **Op. cit.** p. 229. De forma complementar, Paulo de Lacerda observou que: “O protesto tem o caracter de registo, que fixa definitivamente a cambial, e de prova da interpelação cambiaria. Como registo para a fixação definitiva da cambial, fixação necessaria para estampar a materialidade que descreve a identidade e validade do título e a ordem regressiva dos obrigados, elle contém a transcrição integral da cambial tal qual ella é apresentada ao Official”. **A cambial**. p. 274.

⁸⁶⁹ Na consagrada obra **Diritto Cambiario**, Giorgio de Semo afirmou: “Ma, prescindendo dalla funzione normale che gli è propria, e consistente nella accennata salvaguardia dei diritti e dell’azione in regresso del portatore, il protesto ha un’efficacia *indiretta* anche di più larga portata, e riflettentesi sugli interessi del credito in generale: poichè, infatti, per i rigorosi termini perentorî cui obbedisce, per la solenne e sintetica attestazione dell’inadempimento dell’obligato diretto (tralasciando il caso del trattario non accettante), esso è cospicuo indice rivelatore, quando non resti isolato, di quello stato di insolvenza, che fatalmente conduce alla dichiarazione di fallimento: tanto che – come si vedrà – l’elenco dei protesti deve a frequenti periodi giungere al vigile riscontro del competente organo giudiziario, agli effetti di dare incentivo segnatamente alla dichiarazione di fallimento di ufficio”. p. 615.

⁸⁷⁰ Segundo o autor: “Ato caracteristicamente cambiário, o protesto produz efeitos diversos, quanto aos subscritores da letra de câmbio, que lhe avultam a importância. [...] Tem o protesto dessarte função inconfundível com qualquer outro ato do Direito das obrigações. Manifesta êle o interêsse público quanto ao adimplemento cambiário e age diretamente sobre o devedor, com a ameaça da desonra cambial, podendo tornar patente o seu estado de insolvência, evitando outros desastres econômicos”. **Tratado de Direito Comercial**. p. 338.

De fato, o protesto constitui, muitas vezes, um forte indício da insolvência do devedor⁸⁷¹ ou da situação de crise econômico-financeira. Por tal razão, a legislação falimentar adota a data do primeiro protesto como marco para a fixação do termo legal da falência⁸⁷² e exige, para a petição inicial de recuperação judicial, “certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naqueles onde possui filial”.⁸⁷³

E, ainda que não caracterizada a situação de crise econômico-financeira, o prévio inadimplemento, comprovado pelo protesto, é um relevante fator para a análise e concessão do crédito. Nesse particular, é interessante a antiga lição de José da Silva Lisboa. Segundo ele, o negociante que “sem justa e notoria causa, não paga no vencimento huma Letra, que aceitou, perde imediatamente o crédito, e he considerado fallido, nenhuma pessoa prudente se arrisca a fiar-lhe seu cabedal”.⁸⁷⁴

Muito embora o comportamento pretérito do devedor seja um importante parâmetro para a concessão do crédito, cumpre assinalar que outros fatores geralmente são observados pelas empresas e instituições financeiras, as quais contam atualmente com relatórios pormenorizados fornecidos por entidades especializadas, cuja atuação visa reduzir a assimetria de informação.⁸⁷⁵

⁸⁷¹ De acordo com Charles Patriau: “le protêt est un indice d’insolvabilité, un présage de ruine”. **Du protêt faute de paiement**. p. 20. E complementou adiante: “Le protêt n’est pas par lui-même la preuve d’une cessation de paiements équivalant à la faillite, c’est seulement une présomption, un indice d’une situation embarrassée”. **Op. cit.** p. 161.

⁸⁷² Dispõe a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que: “Art. 99. A sentença que decretar a falência do devedor, dentre outras determinações: [...] II – fixará o termo legal da falência, sem poder retrotraí-lo por mais de 90 (noventa) dias contados do pedido de falência, do pedido de recuperação judicial ou do 1º (primeiro) protesto por falta de pagamento, excluindo-se, para esta finalidade, os protestos que tenham sido cancelados”. A Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, sobre liquidação extrajudicial da instituição financeira, contém disposição similar (art. 15, § 2º).

⁸⁷³ Art. 51, inciso VIII, da Lei nº 11.101/2005.

⁸⁷⁴ Segundo o autor: “He estabelecida nesta materia a opinião geral, que hum Nogociante, que, sem justa e notoria causa, não paga no vencimento huma Letra, que aceitou, perde imediatamente o crédito, e he considerado fallido, nenhuma pessoa prudente se arrisca a fiar-lhe seu cabedal, ou tratar com elle negocio de algum porte. Esta vantagem he de summo preço, por facilitar a circulação dos fundos, firmar as correspondencias dos ausentes, exaltar o ponto de honra na profissão do Commercio, segurar a pontualidade na satisfação do alheio; e levando-se por este modo a grão eminente a civilização universal, e constituindo, por assim dizer, como huma só familia, a todos os Negociantes entre as Nações polidas”. **Princípios de Direito Mercantil e Leis de Marinha**. p. 345.

⁸⁷⁵ Segundo Margaret J. Miller: “Credit reporting addresses a fundamental problem of credit markets: asymmetric information between borrowers and lenders that leads to adverse selection and moral hazard. The heart of a credit report is the record it provides of a consumer or firm’s payment history. Since one of the best predictors of future behavior is past behaviour, data on how a potential borrower has met obligations in the past enable lenders to more accurately evaluate credit risk, easing adverse selection problems. At the same time, credit reports strengthen borrower discipline and reduce moral hazard, since late or nonpayment with one institution can result in sanctions by many others”. **Credit reporting systems and the international economy**. p. 1-2. Pelo estudo da assimetria de informação em mercados, aliás, George A. Akerlof, A. Michael Spence e Joseph E. Stiglitz receberam o Prêmio Nobel de Economia em 2001. Informação disponível em <<http://www.nobelprize.org>>. Acesso em: 31 out. 2011.

Como bem acentuou Newton de Lucca, as empresas e instituições financeiras “têm necessidade de um adequado sistema de informações que permita a aferição de cada um que solicita o crédito”,⁸⁷⁶ o qual compreende também dados relativos a protestos.

A Lei nº 9.492/1997, aliás, obriga os tabeliães a remeter informações dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados às entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito.⁸⁷⁷ A par disso, a legislação esparsa contempla a apresentação de certidões de protestos, emitidas diretamente pelos tabelionatos, para diversos fins.⁸⁷⁸

Sob essa perspectiva, os tabelionatos de protesto contribuem para a disseminação de dados acerca do inadimplemento de obrigações e, dessa forma, com a redução da assimetria de informação existente no mercado de crédito, conferindo maiores subsídios para a análise de idoneidade e a eventual concessão de crédito ao tomador.

É exatamente nesse contexto que, como apontou Paulo Afonso de Sampaio Amaral, o protesto pode acarretar “o abalo do crédito bancário e comercial, consequência não jurídica, mas relevantíssima para a atividade do comerciante”.⁸⁷⁹

⁸⁷⁶ De acordo com o autor: “Sob outro enfoque, é preciso ter presente a função do protesto no sentido de permitir a aferição da insolvabilidade do devedor”. E prosseguiu: “Sobreleva notar, sob tal aspecto, o alto interesse da sociedade, considerado no plano macroeconômico, de que a distribuição do crédito disponível se faça de maneira ótima. Ora, o conhecimento da situação econômico-financeira de cada pretendente de crédito é fundamental e, nesse sentido, tanto o comércio em geral como a Rede Bancária, em particular, têm necessidade de um adequado sistema de informações que permita a aferição de cada um que solicita crédito. Nunca será demais assinalar, talvez, que o crédito concedido aos que não têm capacidade financeira para tomá-lo representa pesado ônus sobre a economia do país”. Por fim, concluiu afirmando que os protestos constituem um “canal de informação muito importante para o exame da solvabilidade e da pontualidade dos devedores em geral”. **Comentários sobre o Projeto de Lei n. 1.734, de 1979, do Dep. Federal Jorge Arbage**. p. 211.

⁸⁷⁷ Art. 29, com a redação dada pela Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999.

⁸⁷⁸ Além da previsão da legislação falimentar, de apresentação de certidões para a ação de recuperação judicial, pode-se mencionar, a título exemplificativo, o art. 32, alínea “b”, da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, sobre incorporação imobiliária; o art. 18, inciso IV, da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, sobre parcelamento do solo urbano; o art. 77, inciso II, do Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, sobre pedido de alteração de nome do estrangeiro; e o art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 6.990, de 27 de outubro de 2009, sobre adjudicação, pela União, de ações de sociedade empresarial devedora.

⁸⁷⁹ Afirmou na oportunidade: “São inúmeros os efeitos do protesto. [...] Dois deles, entretanto, merecem registro especial: o abalo do crédito bancário e comercial, consequência não jurídica, mas relevantíssima para a atividade do comerciante, e a prova da impontualidade no adimplemento das obrigações, que autoriza o pedido de falência. Dotado dessa força, não é de admirar que o protesto se tivesse tornado uma verdadeira arma temível nas mãos do portador do título. De ônus passou a poder”. **Alguns aspectos jurídicos do protesto cambiário**. p. 58. No mesmo sentido, assinalou o magistrado Marcelo Fortes Barbosa Filho no Parecer nº 245/96, proferido no Proc. CG 648/96, que: “O abalo na confiança depositada no devedor que permite a concretização do protesto, constitui um efeito secundário e oblíquo do ato praticado pelo tabelião”. **Decisões administrativas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, 1996**. p. 157.

No entanto, é importante salientar que a divulgação de informações sobre protestos restringe-se às hipóteses que representam efetivo “risco ao crédito público, ao trato negocial em geral”,⁸⁸⁰ não contemplando protestos por falta de aceite,⁸⁸¹ conforme distinção precisamente elaborada há mais de um século por Cesare Vivante.⁸⁸²

Convém acrescentar que a publicidade das informações sobre protestos visa o interesse da sociedade em geral,⁸⁸³ prestigiando o “bem do tráfico mercantil”, e não apenas “a proteção dos agentes econômicos singularmente considerados”.⁸⁸⁴

⁸⁸⁰ No Parecer nº 316/95, proferido no Proc. CG 2.300/94, o magistrado Cláudio Luiz Bueno de Godoy afirmou que: “considerando-se a finalidade com que sabidamente usadas as listagens, consistente na elaboração de relações de proteção ao crédito, evidente que as relações diárias originalmente tiveram como base de elaboração os protestos de títulos que, em si, pelo nestes contido, pudessem ensejar juízo, dentro dos limites do que na Serventia se apresenta, se aponta, de que o nome indicado na listagem *a priori* representaria risco ao crédito público, ao trato negocial em geral”. **Decisões administrativas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, 1995**. p. 268.

⁸⁸¹ Nesse sentido, dispõem as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no Capítulo XV, que: “31.1. Não se define como devedor e obrigado pelo título, o correntista que tenha seu nome grafado em cheques devolvidos por motivo de furto, roubo ou extravio, cujos documentos não poderão ser apontados, na forma do estabelecido no item 10.3. 31.2. Do mesmo modo, não são definidos como devedores, os sacados que constarem de letras de câmbio, duplicatas mercantis ou de serviços, cuja obrigação cartular não estiver comprovada pelo aceite; em se tratando de duplicatas sem aceite, quando não se puder comprovar essa obrigação por documentos comprobatórios da causa, entrega e recebimento da mercadoria, ou do vínculo contratual e a prova da efetiva prestação dos serviços, na forma da lei, que do mesmo modo, não poderão ser apontados na forma do item 11.4. [...] 64.2. Poderá o interessado requerer que a certidão seja expedida em forma de relação, com todos os nomes que tenham figurado como devedores nos títulos protestados em determinada data, com indicação da natureza dos títulos ou documentos de dívida”. Disponível em <<http://www.extrajudicial.tjsp.jus.br>>. Acesso em: 4 nov. 2011. Recentemente, o Conselho Nacional de Justiça, ao apreciar o Pedido de Providências nº 0001477-05.2011.2.00.0000, proibiu o envio às entidades de proteção ao crédito dos “nomes das pessoas constantes como sacados não aceitantes nas letras de câmbio”. **Diário da Justiça**, Brasília, 24 ago. 2011. Conselho Nacional de Justiça, p. 18-21.

⁸⁸² Que afirmou: “In generale può ritenersi che non rechino danno al credito di un commerciante i protesti che constatano la mancata accettazione o il mancato pagamento di una cambiale non accettata. In questo caso la esibizione del titolo al trattario non suona che un invito ad accettare o a pagare; e se il trattario lo respinge, non è lui ma il traente che resta offeso, perchè non fu onorato il suo invito e deve pagare al banchiere la provvigione, al notaio le spese del protesto. D'altra parte a questi protesti non è data alcuna pubblicità, non è data alcuna sanzione che possa colpire il trattario, ond'è vano parlare di un danno morale che gliene sia derivato”. **Tratado di Diritto Commerciale**. v. III. p. 505.

⁸⁸³ Assinalou Fabio Fiorucci: “La dottrina ha ancora evidenziato come la pubblicità degli elenchi dei protesti si inserisca nell'ambito di un sistema di informazioni dotate di certezza pubblica, in cui la pubblicità delle notizie costituisce un bene oggetto di un diritto pubblico soggettivo dei terzi, simmetrico al dovere di informazione cui è tenuta la pubblica amministrazione”. **Il protesto illegittimo**. p. 53.

⁸⁸⁴ Segundo Paula A. Forgioni: “O direito mercantil não é concebido para socorrer o agente individualmente considerado, mas o *funcionamento do mercado*; o interesse da empresa é protegido na medida em que implica o *bem do tráfico mercantil*. O patrimônio jurídico do direito comercial deve ser analisado sob essa ótica; o ordenamento considerará e admitirá a *racionalidade econômica* do agente apenas enquanto mostrar-se útil ao sistema, dentro da *racionalidade jurídica*. Mesmo normas que tutelam empresas em situação de inferioridade, como a repressão ao abuso da dependência econômica, de fato visam a incrementar as garantias para a atuação no mercado, impedindo que tenham lugar explorações desestimuladoras do tráfico. Poderíamos seguir analisando inúmeros institutos, desde a coibição do abuso do poder econômico até a disciplina dos contratos e das sociedades comerciais. Alcançaríamos sempre a mesma conclusão: *o direito mercantil não busca a proteção dos agentes econômicos singularmente considerados, mas da torrente de suas relações*”. **A evolução do Direito Comercial brasileiro**. p. 15-16.

Dessa forma, nos ordenamentos jurídicos onde as informações de protesto são disseminadas, o ato não resguarda apenas os interesses individuais do credor, mas projeta seus efeitos para além da relação obrigacional, servindo como importante parâmetro para a concessão de crédito. E colabora com a adequada distribuição dos recursos existentes no mercado, minimizando a possibilidade de situações de instabilidade no sistema financeiro, cuja origem geralmente decorre do inadimplemento nas operações ativas.⁸⁸⁵

Nesse contexto, a publicidade do protesto⁸⁸⁶ gera importantes efeitos macroeconômicos, reduzindo a assimetria de informação e, com isso, facilita a realização de negócios, pela mitigação do risco do credor.

Por outro lado, pode-se afirmar que uma das funções primordiais das leis e da administração de um país é assegurar o cumprimento das obrigações assumidas.⁸⁸⁷ A falta de meios adequados para a exigência das obrigações não só faz diminuir sensivelmente os recursos disponíveis, como também onera o crédito, com a imposição de taxas de juros maiores.

Aliás, como observou Geraldo de Camargo Vidigal, o ordenamento jurídico do crédito,⁸⁸⁸ pode “influir decisivamente nos comportamentos do consumo, da poupança e do investimento, condicionar o aperfeiçoamento da repartição, regar o jogo da concorrência, instrumentar a promoção do pleno emprego, servir aos ideais do Desenvolvimento e do Bem-Estar”.⁸⁸⁹

⁸⁸⁵ Como ocorreu, por exemplo, na crise do mercado de crédito imobiliário dos Estados Unidos da América, especialmente entre 2007 e 2008, com sérias consequências, em escala global. Farto material com análise dessa crise foi compilado pelos bancos centrais norte-americano e europeu. Disponível em <<http://www.federalreserve.gov>> e em <<http://www.ecb.eu>>. Acesso em: 8 nov. 2011.

⁸⁸⁶ Alguns ordenamentos, incluindo o brasileiro, expressamente atribuem a publicidade dessas informações, enquanto outros nada dispõem a respeito, como visto na análise de Direito Comparado.

⁸⁸⁷ Jean-Baptiste Say, célebre economista francês, afirmou: “la bonne administration du pays où réside le débiteur diminue les risques du créancier, et par conséquent la prime d’assurance qu’il est obligé de se ménager pour couvrir ses risques. Voilà pourquoi le taux de l’intérêt hausse toutes les fois que les lois et l’administration ne savent pas garantir l’exécution des engagements [...] Les contraintes établis contre les débiteurs insolubles, ont presque toujours été regardées comme contraires à ceux qui ont besoin d’emprunter: elles leur sont favorables. On prête plus volontiers, et à meilleur marché, là où les droits du prêteur sont plus solidement appuyés par les lois”. **Traité d’Économie Politique**. p. 104-105.

⁸⁸⁸ Fábio Konder Comparato, ao discorrer sobre as acepções de crédito, asseverou que: “Crédito, na teoria geral do direito privado, designa o direito do sujeito ativo numa relação obrigacional, ou, mais precisamente, o direito à prestação do devedor. Segundo a análise dualista da obrigação, o crédito é um direito de pura fruição: credor é aquele em proveito de quem a prestação deve ser executada. É preciso reconhecer, no entanto, que esta noção pura de crédito é recente no campo do Direito. Ainda freqüente é a confusão feita pelos juristas entre os três planos nos quais se desdobra o sentido do termo: o moral, o econômico e o propriamente jurídico”. **O seguro de crédito**. p. 29.

⁸⁸⁹ **Teoria geral do Direito Econômico**. p. 209.

Acresça-se, ainda, que o ordenamento jurídico deve objetivar a tutela do crédito, e não do devedor,⁸⁹⁰ com a previsão de “mecanismos institucionais” que garantam o cumprimento das obrigações assumidas.⁸⁹¹ Esses mecanismos abrangem não apenas “o recurso a instâncias próprias, como o Judiciário ou os tribunais arbitrais”,⁸⁹² na hipótese de descumprimento voluntário, mas também a atividade preventiva de “direcionamento de condutas”, reduzindo a possibilidade de frustração de expectativas.⁸⁹³

As reformas estruturais promovidas na legislação brasileira ao longo dos últimos anos, especialmente a partir da elaboração do Plano Real, conferiram maior garantia ao efetivo cumprimento das obrigações e viabilizaram a concessão de crédito em melhores condições,⁸⁹⁴ com resultados positivos para a economia do país.

⁸⁹⁰ Rachel Sztajn e Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa assinalaram que: “O equívoco dessa tendência jurisprudencial, afinal consolidado, é próprio da tutela do devedor e não da tutela do crédito. Dá-se ao devedor todas as oportunidades para retardar o pagamento porque está na posição mais débil da relação, a de quem precisa honrar uma obrigação, esquecendo-se da necessidade de tutela do crédito”. E concluíram: “Prejudicada uma eficaz forma de garantia, a concessão do crédito passará a representar um agravamento do risco experimentado pelo credor, do que decorrerá o aumento dos custos da transação, os quais, por sua vez, provocarão a elevação da taxa de juros em negócios de crédito, com o encarecimento da atividade empresarial e a elevação dos preços a serem pagos pelos consumidores, em um círculo vicioso. Simples assim”. **A disciplina do aval no Código Civil**. p. 40.

⁸⁹¹ Segundo Decio Zylbersztajn e Rachel Sztajn: “A realocação dos direitos de propriedade é regulada por contratos que definem os termos da troca tanto nas condições de uso do recurso quanto na divisão dos resultados. Sua eficiência depende da existência de mecanismos institucionais legais, que garantam o cumprimento das promessas sempre que a contratação e a execução da operação forem defasadas no tempo, como no caso dos contratos de execução diferida, por exemplo”. **Economia dos direitos de propriedade**. p. 3.

⁸⁹² O Professor Mauro Rodrigues Penteado, ao tratar do comércio eletrônico, apontou a necessidade de “preservação daqueles valores superiores do Direito, que só são dois, em última análise: certeza e segurança do que foi contratado, para que o contrato gere obrigações que sejam cumpridas, e que se não forem cumpridas ordinariamente, pelo adimplemento voluntário e leal, que ensejem o cumprimento extraordinário e compulsório, mediante o recurso a instâncias próprias, como o Judiciário ou os tribunais arbitrais”. **Títulos de crédito eletrônicos**. p. 164.

⁸⁹³ De acordo com Judith Martins-Costa: “Assegurar expectativas e direcionar condutas constituem funções primárias do Direito. O *asseguramento de expectativas* significa o asseguramento da confiança ‘nas condutas comunicativas de pessoas responsáveis, fundada na própria credibilidade que essas condutas reivindicam’. Já o *direcionamento de condutas* significa o papel ativo ou dinâmico de direção e coordenação da interação social, ‘por forma a alterar as probabilidades de certas condutas no futuro’. Ambas as funções se combinam nas normas jurídicas encontrando expressão privilegiada, no Direito Obrigacional, nos princípios da confiança (princípio reitor do asseguramento de expectativas) e da boa-fé objetiva (princípio de direcionamento e coordenação do comportamento devido na relação obrigacional)”. **Comentários ao novo Código Civil**. p. 63. Mais adiante, concluiu: “os negócios jurídicos pressupõem declarações marcadas pela seriedade, sendo as declarações negociais, *por sua própria função*, especialmente capazes de gerar um qualificado grau de certeza – e, portanto, de confiança – sobre os significados da conduta da contraparte. A manifestação negocial, assim, constitui a confiança legítima, ao mesmo tempo em que o negócio jurídico se fundamenta na confiança gerada pela declaração”. **Op. cit.** p. 70.

⁸⁹⁴ Ao tratar da entabulação contratual sob o prisma econômico, Paulo Furquim de Azevedo afirmou: “O problema de fazer cumprir os contratos – o que a literatura econômica denomina *enforcement* – é um dos principais elementos que define o desenho dos contratos. Como as partes desejam que seu acordo resulte em efetivo direcionamento dos comportamentos, elas também acordam sobre aspectos do contratos que têm o papel de forçar o cumprimento de seus deveres fundamentais”. **Contratos – uma perspectiva econômica**. p. 120.

Neste ponto, é interessante observar a relação, de causa e efeito, existente entre um ambiente institucional favorável e o desenvolvimento econômico do país.

No estudo de Kee-Hong Bae e Vidhan K. Goyal, por exemplo, chegou-se à conclusão de que, nos países em que o credor tem maior proteção, o crédito é concedido em maior volume, com prazos mais longos e menores encargos.⁸⁹⁵

No mesmo sentido, Eduardo Giannetti afirmou que: “Quando o ambiente institucional é estável, bem-ordenado e altamente previsível, isso favorece a transferência de recursos do presente para o futuro na medida em que reduz o risco dos prejuízos causados por quebras de confiança entre as partes ou por outros fatores intervenientes”.⁸⁹⁶

Pois bem. No Brasil, pode-se apontar o protesto como um relevante mecanismo institucional existente para assegurar o cumprimento das obrigações e direcionar condutas.

A larga utilização do instituto ao longo da história permitiu sua consolidação como um meio eficaz para estimular o voluntário adimplemento antes de vencimento ou, quando não verificado, a recuperação do crédito em âmbito não litigioso, caracterizando-se como uma “tentativa de receber o crédito cambial antes do procedimento judicial”.⁸⁹⁷

⁸⁹⁵ Segundo os autores: “Some countries provide stronger creditor rights and better protection of property rights than do other countries. Do differences in laws and contract enforcement affect loan quantities, loan maturities, and the costs of loan financing? We examine this question with a large sample of loans to borrowers in 48 countries during the 1994 to 2003 period. The results support the view that property rights protection results in more efficient contracting. Banks lend more, offer longer maturities, and charge lower spreads on loans to borrowers in countries where property rights are well protected”. **Creditor Rights, Enforcement, and Bank Loans**. Disponível em <<http://papers.ssrn.com>>. Acesso em: 24 out. 2011.

⁸⁹⁶ **O valor do amanhã**. p. 272-273. Pode-se mencionar, ainda, a opinião de Jairo Saddi, para quem: “O sistema legal deve ser um meio de criar melhores incentivos para a sociedade funcionar”. E mais adiante: “O ambiente institucional é, portanto, fundamental para a certeza do recebimento. Por um lado, dá-se certa precificação na taxa de juros – como se verá no próximo capítulo –, pois, em decorrência de se desconhecer o resultado do possível *enforcement* das cortes, o mercado exige garantias, ou por um valor de mercado menor, ou cobrando um juro maior, ou, ainda, ambas as situações”. **Crédito e Judiciário no Brasil**. p. 140.

⁸⁹⁷ Newton de Lucca afirmou: “Fala-se, às vezes, no caráter coercitivo do protesto, sendo utilizado como meio de pressão do credor sobre o devedor. O argumento, todavia, parece superficial e eivado de unilateralismo. Em primeiro lugar, cumpre ter presente que a lei assegura ao credor cambiário os seus direitos de ação contra os devedores se o pagamento não foi efetuado no vencimento do título. Em tal sentido, o protesto seria apenas uma tentativa de receber o crédito cambial antes do procedimento judicial competente, colocada a questão em seus termos mais serenos. Em segundo lugar, invertendo-se o raciocínio, poder-se-ia dizer que a coação exercida pelo protesto é benéfica, porquanto ela propicia, quando eficaz, que as obrigações sejam solvidas sem o ônus do procedimento judicial, este sim, de custo bastante elevado para todos. Assim, parece que o argumento de que o protesto constitui um meio coercitivo para adimplemento da obrigação cambial propende mais em favor do que contra o instituto, se é que se possa reduzir a questão em termos tão maniqueístas”. **Comentários sobre o Projeto de Lei n. 1.734, de 1979, do Dep. Federal Jorge Arbage**. p. 211.

De fato, a possibilidade de encaminhamento a protesto, geralmente indicada nos boletos de cobrança bancária relativos a duplicatas, representa um estímulo à pontualidade, afetando o comportamento do devedor, diante das possíveis consequências do ato notarial, como a necessidade de reembolso dos emolumentos e despesas⁸⁹⁸ e a publicidade da qual o ato é revestido. Nessas condições, a predisposição ao pontual pagamento tende a ser maior.

Os efeitos das sanções sobre o comportamento dos agentes, aliás, têm sido um dos focos da análise econômica do Direito, propiciando uma nova e instigante perspectiva para o estudo dos institutos jurídicos.⁸⁹⁹ Como exemplo, a interessante distinção, formulada por Armando Castelar Pinheiro e Jairo Saddi, entre a “incapacidade de pagar do devedor” e a “indisposição a pagar”. Em algumas situações o devedor “simplesmente prefere não pagar” pela falta de incentivo, “o que gera elevado grau de oportunismo por parte daquele”.⁹⁰⁰

Nesse contexto, o ordenamento jurídico deve buscar meios para coibir o oportunismo dos agentes, induzindo o voluntário e pontual adimplemento das obrigações. Caso contrário, caberá às partes contratantes cercar-se de maiores cautelas para afastar a possibilidade de inadimplemento, o que redundaria em maiores custos de transação.⁹⁰¹ Ou, o que é pior, a ausência de um ambiente institucional adequado poderá impedir a realização do negócio. Assim, não raramente, o oportunismo de alguns termina por prejudicar toda a coletividade.

⁸⁹⁸ Charles Patriau ressaltou esse aspecto em sua obra. Segundo o autor: “la menace du protêt aurait encore cet effet salubre d’assurer la ponctualité du paiement par la perspective des frais que ce protêt va entraîner”. **Du protêt fautive de paiement**. p. 19.

⁸⁹⁹ Segundo Robert Cooter e Thomas Ulen: “Economics provided a scientific theory to predict the effects of legal sanctions on behavior. To economists, sanctions look like prices, and presumably, people respond to these sanctions much as they respond to prices. People respond to higher prices by consuming less of the more expensive good, so presumably people respond to heavier legal sanctions by doing less of the sanctioned activity. Economics has mathematically precise theories (price theory and game theory) and empirically sound methods (statistics and econometrics) of analyzing the effects of prices on behavior”. **Law & Economics**. p. 3.

⁹⁰⁰ “O não-pagamento de uma obrigação pode se dar pela *incapacidade de pagar* do devedor, devido, por exemplo, ao insucesso pessoal no seu projeto ou no emprego (‘risco comercial’), ou à instabilidade econômica (‘risco de mercado’), ou porque qualquer outra variável fora do seu controle o impede de adimplir seus compromissos financeiros e, assim, saldar sua dívida. No entanto, pode haver não a incapacidade de pagar, mas a *indisposição a pagar*, como em situações em que o devedor simplesmente prefere não pagar. Tal indisposição resulta da falta de incentivo para que os devedores paguem, o que gera elevado grau de oportunismo por parte daquele. A relação que se trava aqui é de proporcionalidade inversa. Assim, quanto menores as penalidades para o inadimplemento de uma obrigação, maior o comportamento oportunista do devedor”. **Direito, Economia e Mercados**. p. 204.

⁹⁰¹ Afirmou Richard A. Posner: “The basic aim of contract law (as recognized since Hobbes’s day) is, by deterring people from behaving opportunistically toward their contracting parties, to encourage the optimal timing of economic activity and (the same point) obviate costly self-protective measures. But it is not always obvious when a party is behaving opportunistically”. **Economic analysis of law**. p. 117.

E o protesto tem servido como importante meio de estímulo à pontualidade no Brasil. Dois exemplos ilustram bem essa assertiva: em 1994, a Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo editou um Provimento que proibiu a inclusão de alguns protestos nas listagens enviadas às entidades de proteção ao crédito; referido ato normativo, posteriormente revogado,⁹⁰² teria, segundo a Federação das Indústrias do Estado, contribuído para “fomentar a impontualidade”;⁹⁰³ e, mais recentemente, a possibilidade de protesto de encargos de condomínio, a qual foi apontada como um dos fatores para a queda de 41,3% na quantidade de “ações de cobrança por falta de pagamento”, em um período de dois anos.⁹⁰⁴

É interessante observar que essa situação não se restringe ao Brasil, mas se estende a outros ordenamentos. Na França, por exemplo, Charles Patriau afirmou, na tese publicada em 1896, que o protesto desempenha um papel fundamental nas relações comerciais, estimulando a pontualidade.⁹⁰⁵ De forma complementar, Christian Gavalda e Jean Stoufflet assinalaram que a publicidade torna o protesto um meio de pressão eficaz.⁹⁰⁶

⁹⁰² No Parecer nº 609/96, proferido no Proc. CG 2.300/94, o magistrado Marcelo Martins Berthe, então Juiz Auxiliar da Corregedoria, relatou o seguinte: “o Prov. 22/94 [...] proibiu a inclusão, nas listagens diárias que relacionam os títulos protestados por falta de pagamento, daqueles que, ainda que por este motivo protestados, não estejam aceitos pelos sacados”. **Decisões administrativas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, 1996.** p. 35. A regulamentação da matéria foi alterada Provimento CG nº 30/97, que adequou a normatização administrativa aos preceitos da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968. Isto porque, conforme disposto nas alíneas “a” e “b” do inciso II do art. 15, a duplicata não aceita é considerada título executivo extrajudicial, desde que protestada e acompanhada de documento hábil comprobatório da entrega e recebimento da mercadoria.

⁹⁰³ Na oportunidade afirmou o magistrado que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo renovou o pedido para que a providência fosse revista porque “estaria contribuindo para fomentar a impontualidade, pois que os devedores estariam deixando de solver suas obrigações, sabedores de que nenhuma restrição atingirá seus créditos”. **Op. cit.** p. 35.

⁹⁰⁴ Conforme reportagem do Jornal **Folha de São Paulo**, publicada em 27 de julho de 2010, sobre a inadimplência nos condomínios edilícios. De acordo com o texto: “As ações de cobrança por falta de pagamento vêm caindo nos últimos anos em São Paulo. A redução foi de 25,6% na capital entre junho deste ano e igual mês de 2009, segundo levantamento do Secovi-SP (Sindicato da Habitação). Desde julho de 2008, quando entrou em vigor a lei estadual 13.160, que permite aos administradores protestar os devedores, a retração foi de 41,3%. A legislação é um dos principais fatores apontados por especialistas para essa mudança”. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 26 out. 2011.

⁹⁰⁵ Segundo o autor: “Au point de vue économique, le protêt joue un rôle important dans les relations commerciales; il peut nuire à la bonne réputation des négociants, il leur fait peur [...] Cette défaveur qui s’attache au protêt assure par elle seule une plus grande ponctualité dans le paiement de la lettre.” **Du protêt faute de paiement.** p. 16-17.

⁹⁰⁶ Os autores, conforme trecho anteriormente transcrito, afirmaram: “L’utilité du protêt est multiple. D’abord il prouve d’une manière indiscutable puisque l’acte est dressé par un officier public, que le porteur a présenté l’effet à bonne date ainsi qu’il y est tenu à l’égard des garants. Ensuite, son établissement offre au tiré, solennellement averti, une dernière chance de se libérer. Il est, enfin, un moyen de pression d’autant plus efficace qu’il est soumis à publicité. On ajoutera que souvent l’existence de protêts est considérée par les tribunaux comme un élément caractéristique de la cessation des paiements”. **Instruments de paiement et de crédit.** p. 141.

Assim, o campo de atuação do protesto não se limita aos títulos apresentados em decorrência do inadimplemento, sua face mais evidente. Mas alcança também as obrigações que são adimplidas voluntária e pontualmente, sendo que a iminência de um protesto, especialmente quando indicada essa possibilidade no boleto de cobrança bancária, serve de importante estímulo ao cumprimento da obrigação, influenciando o comportamento do devedor.

Já em relação à recuperação de créditos, levantamento estatístico, elaborado com dados do 3º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de Campinas, no Estado de São Paulo, entre 2005 e 2011,⁹⁰⁷ apontou que houve resultado positivo, no tríduo, em 58,10% dos casos.⁹⁰⁸ E, dentre os protestos lavrados,⁹⁰⁹ 30,73% foram cancelados no prazo de cinco anos, sendo que expressivo percentual de cancelamentos refere-se ao período de até dois anos após a lavratura do protesto.⁹¹⁰

Ou seja, 70,89% dos títulos sem irregularidade formal apresentaram resultado positivo no tríduo ou no prazo de cinco anos.⁹¹¹

Por outro lado, pode-se apontar as diferentes posturas adotadas por pessoas físicas e jurídicas. Estas tendem a adimplir as obrigações, evitando o protesto, enquanto expressiva parcela daquelas queda-se inerte ao receber a intimação do tabelionato para um dia, se entender conveniente, quitar o débito e promover o cancelamento do protesto.

A variedade de comportamentos tem explicação: enquanto a pessoa jurídica geralmente depende do crédito para o regular desempenho de suas atividades, o qual se destina à produção de riquezas, a pessoa física muitas vezes recorre ao crédito para antecipar seus desejos de consumo, adquirindo mercadorias e serviços para os quais não dispõe dos recursos necessários em seu orçamento doméstico.

⁹⁰⁷ Delegação da qual o autor é titular. Levantamento com base no período de 18 de maio de 2005 a 17 de maio de 2011, que abrange os seis anos seguintes à instalação do tabelionato.

⁹⁰⁸ Foram considerados apenas os títulos formalmente regulares para protesto; os títulos com irregularidade formal representaram 7,35% do total e foram excluídos pela possibilidade de reapresentação após o cumprimento da exigência, verificada em grande parte dos casos. Foram consideradas como resultado positivo as situações de aceite ou pagamento (43,84% do total de títulos sem irregularidade formal), e as solicitações de desistência (14,26% do total), geralmente decorrentes da renegociação do débito. Os casos de sustação judicial de protesto representaram 0,27% do total.

⁹⁰⁹ Houve lavratura do protesto em 41,63% dos apontamentos de títulos sem irregularidade formal.

⁹¹⁰ Apurou-se que no prazo de seis meses, 12,37% dos protestos foram cancelados; em um ano, 17,53%; em dois anos, 24,70%; em três anos, 26,25%; em quatro anos, 29,28%; e em cinco anos, 30,73%.

⁹¹¹ Foi considerado resultado positivo o pagamento ou aceite do título no tríduo; a solicitação de desistência; e o cancelamento do protesto.

A distinção entre o crédito à produção e ao consumo, precisamente analisada por Tullio Ascarelli,⁹¹² acarreta, portanto, importantes reflexos quanto ao índice de adimplemento e de recuperação do crédito. Como bem assinalou Paula A. Forgioni: “no mercado aprende-se com a experiência dos outros, ao contrário do que muitas vezes acontece em nossas vidas privadas”.⁹¹³

Diante disso, adotam-se maiores cautelas para a concessão do crédito ao consumo, com a imposição de mecanismos mais seguros, como a alienação fiduciária em garantia, para bens de maior valor, ou a transferência de ônus, com a elevação dos preços aos demais consumidores.⁹¹⁴

⁹¹² De acordo com referido autor: “Costuma-se dizer que a economia moderna é uma economia creditória, essencialmente baseada no crédito. Não se satisfaz apenas em colher os frutos que a natureza espontaneamente põe à disposição do homem; quer, ao contrário, obter cada vez mais e, para esse fim, recorre à técnica e sagazmente emprega meios tendentes a forçar a natureza a aumentar os seus produtos; quer arrancar das entranhas da terra os tesouros nela escondidos; quer aproveitar as forças naturais e torná-las, assim, suas aliadas para novas conquistas; quer transformar os produtos da natureza em bens que, destinados a satisfazer sempre melhor as nossas necessidades, representam, justamente, a produção da riqueza. Mas tudo isso se traduz em necessidade de crédito: crédito, isto é, possibilidade de dispor imediatamente de bens presentes, para poder realizar, nos produtos naturais, as transformações que os tornarão, de futuro, aptos a satisfazer as mais variadas necessidades; crédito para criar os instrumentos de produção (os bens instrumentais, como dizem os economistas), cuja importância cresce à medida que mais complexa se torna a obra de conquista e de transformação dos produtos naturais. O crédito à produção tornou-se no mundo moderno tão relevante que fez passar para segundo plano, na consciência comum, o crédito chamado de consumo, a que se dava particular importância nos séculos passados. O crédito já não é hoje, geralmente, um crédito ao consumidor, mas um crédito ao produtor, para permitir-lhe criar culturas e melhorar a terra; erguer fábricas e abrir estabelecimentos; construir vias de comunicação e escavar minas. A situação não mudará, quanto ao que nos interessa, se da indústria passarmos ao comércio. Este também é dominado pela necessidade de crédito, embora mais de curto prazo”. **Teoria geral dos títulos de crédito**. p. 8.

⁹¹³ afirmou a autora: “Ao atuar em um mercado (juridicamente organizado), sabe-se de antemão quais as consequências do descumprimento da norma, sem a ter que infringir. Ou seja, no mercado aprende-se com a experiência dos outros, ao contrário do que muitas vezes acontece em nossas vidas privadas. A *‘memória da experiência’*, que é importante para a existência da confiança, não é, portanto, atributo do indivíduo, mas está relacionada ao processo de positividade da norma jurídica. É a norma jurídica – e não o indivíduo – que contém a *‘memória da experiência’*. Nessa perspectiva, o comportamento honesto não implica gasto, mas sim *economia*, tanto para o agente (que atuará conforme as regras) quanto para o mercado como um todo, que tenderá a diminuir a incidência de custos de transação pelo aumento do grau de certeza e de previsibilidade. E assim deve ser para o direito, porque a sanção prevista desestimula o comportamento infrator”. **A interpretação dos negócios empresariais no novo Código Civil brasileiro**. p. 29.

⁹¹⁴ Segundo Fábio Konder Comparato: “o crédito, tanto para aquele que o concede, como para aquele que o recebe, torna-se um elemento de primordial importância no ativo patrimonial; e a eliminação dos riscos de crédito, a preocupação dominante do empresário moderno. O que mais alarma o industrial ou o comerciante de nossos dias não é tanto, como sucedia com seus predecessores, o incêndio do estabelecimento ou de suas fazendas, riscos contra os quais já se dispõe atualmente de adequada proteção, mas as incertezas do mercado e, dentre essas, a impontualidade ou insolvabilidade dos clientes”. **O seguro de crédito**. p. 10. Mais adiante, afirmou: “Com exceção dos negócios de vulto, os empresários preferiram pois suportar eles próprios os riscos das operações concluídas. De um lado, generalizou-se a cláusula de reserva de domínio na venda de mercadorias. De outro, todas as empresas bem organizadas passaram a destacar dos lucros anuais uma parcela destinada a constituir uma provisão para devedores duvidosos. Mas estes sistemas também não estão isentos de inconvenientes. A reserva de domínio não suprime para o credor o risco de perda ou deterioração da mercadoria em mãos do comprador. Quanto à provisão para devedores duvidosos, a sua formação sempre encontrou obstáculo nas pretensões do Fisco, que vê com maus olhos a reserva de parcelas ponderáveis do lucro líquido para a constituição de provisões especiais não tributáveis”. **Op. cit.** p. 11-12.

Ressalte-se que a atividade cotidiana dos tabelionatos de protesto no Brasil envolve, em regra, títulos emitidos em decorrência de relações interempresariais, como ficou bem evidenciado na análise histórica do protesto,⁹¹⁵ e não aqueles relativos às relações de consumo.

Nesse contexto, a possibilidade de recurso a um meio simples e ágil, como o protesto, para a recuperação de crédito, contribui com a instituição de um ambiente negocial propício ao desenvolvimento da atividade econômica, no qual os compromissos firmados são honrados,⁹¹⁶ fomentando assim a livre iniciativa, fundamento da República Federativa do Brasil.⁹¹⁷

O relevante papel do protesto na economia brasileira se reflete, ainda, no volume de operações envolvendo o desconto de duplicatas, as quais representam significativo percentual do crédito concedido à pessoa jurídica.⁹¹⁸ Para as instituições financeiras, a conveniência do protesto por meio eletrônico⁹¹⁹ e em prazo mais dilatado⁹²⁰ tem permitido a fixação de taxas de juros reduzidas para referida modalidade de operação.⁹²¹

⁹¹⁵ Nesse sentido, é bastante oportuna a lição anteriormente transcrita de João Eunápio Borges, na obra **Títulos de crédito**. Segundo o autor: “o comércio atacadista começou a lamentar o olvido e o desprezo a que relegara o art. 219, cuja fiel observância – caída em completo desuso – lhe asseguraria o documento comprobatório de seu crédito com a possibilidade de agir, quando necessário, contra os devedores relapsos e morosos. E o número desses ia crescendo cada vez mais na medida em que se desenvolvia o comércio, com a sensível diminuição dos velhos e salutar hábitos de honesta pontualidade dos bons comerciantes do interior. Em vez do viajante ou *cometa* – a cuja chegada acorriam todos para o saldo de seus débitos – a liquidação destes passou a depender, em grande parte, da figura menos poética do *Oficial de Protestos*”. p. 204.

⁹¹⁶ Esse aspecto foi muito bem abordado por Clóvis V. do Couto e Silva. O autor assinalou que a obra **A obrigação como processo** teve por finalidade “salientar os aspectos dinâmicos que o conceito de dever revela, examinando-se a relação obrigacional como algo que se encadeia e se desdobra em relação ao adimplemento, à satisfação dos interesses do credor”. **Op. cit.** p. 17. E, mais adiante, afirmou: “Obrigarse é submeter-se a um vínculo, ligar-se, pelo procedimento, a alguém e em seu favor. O adimplir determina o afastamento, a liberação, e na etimologia da palavra *solutio* surpreende-se vigorosamente essa idéia”. **Op. cit.** p. 43.

⁹¹⁷ Constituição Federal, art. 1º, inciso IV.

⁹¹⁸ Jairo Saddi, ao tratar da referida operação, assinalou: “O comerciante ou empresário, nesta modalidade de crédito, antecipa os recursos de que só disporia no futuro. Seja para reforçar o caixa, seja para arcar com despesas ou investimentos, o desconto de duplicatas – que compõe 12,5% de todo o crédito concedido à pessoa jurídica – é hoje materializado por meio da custódia eletrônica de títulos”. **Crédito e Judiciário no Brasil**. p. 183.

⁹¹⁹ A Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, preceitua que: “Art. 8º [...] Parágrafo único. Poderão ser recepcionadas as indicações a protestos das Duplicatas Mercantis e de Prestação de Serviços, por meio magnético ou de gravação eletrônica de dados, sendo de inteira responsabilidade do apresentante os dados fornecidos, ficando a cargo dos Tabelionatos a mera instrumentalização das mesmas”.

⁹²⁰ Dispõe a Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, no art. 13, que: “§ 4º O portador que não tirar o protesto da duplicata, em forma regular e dentro do prazo da 30 (trinta) dias, contado da data de seu vencimento, perderá o direito de regresso contra os endossantes e respectivos avalistas”.

⁹²¹ O Banco Central do Brasil divulga periodicamente as taxas de juros de operações de crédito. No levantamento abrangendo o período de 26 de outubro a 1º de novembro de 2011, por exemplo, foram arroladas sete instituições financeiras que estipularam, para a operação de desconto de duplicatas, taxas de juros mensais entre 1,11% e 1,94%. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

Da mesma forma, a previsão de protesto por indicação da cédula de crédito bancário,⁹²² além de conferir maior agilidade aos procedimentos, tem propiciado um índice maior de recuperação do crédito,⁹²³ contribuindo assim para a redução do *spread* bancário.⁹²⁴

Em conclusão, pode-se afirmar que o protesto, além de seus efeitos jurídicos, exerce relevante função econômica no Brasil, não apenas por se caracterizar como confiável parâmetro para a concessão de crédito no mercado, mas também por servir de estímulo à pontualidade no cumprimento das obrigações. Além disso, tem se revelado como um meio célere e eficaz para a recuperação de crédito. E, nesse contexto, colabora com a “distribuição ótima dos recursos existentes”,⁹²⁵ a redução das taxas de juros e o aumento no volume de crédito concedido.

Como afirmou Maílson da Nóbrega: “O Brasil está construindo uma economia orientada pelo mercado, na qual caberá ao Estado fornecer, mediante instituições fortes e estáveis, os incentivos para que o mercado e os empreendedores criem riqueza e bem-estar. Estamos diante de um novo horizonte”.⁹²⁶

E o protesto tem contribuído de forma significativa, ao longo da história, para a construção de um ambiente negocial favorável ao desenvolvimento da atividade econômica em nosso país.

⁹²² Conforme disposto no art. 41 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004.

⁹²³ Constou do estudo **Juros e Spread Bancário no Brasil**, do Departamento de Estudos e Pesquisas – DEPEP, do Banco Central do Brasil, editado em 1999, que: “A dificuldade e a demora no recebimento de créditos reclamados na Justiça é uma realidade. [...] E, como não poderia deixar de acontecer, os bons credores pagam pelos maus na forma de *spreads* mais elevados e escassez de crédito. Algumas medidas típicas podem ser sugeridas para minimizar esse problema, como a criação de títulos de crédito (Cédulas de Crédito Bancário) que possam ter um trâmite mais rápido nos processos de cobrança”. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?SPREAD>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

⁹²⁴ Segundo Jairo Saddi: “o *spread* bancário refere-se unicamente à diferença entre o que é cobrado dos mutuários e tomadores de crédito e os custos de obter recursos dos poupadores e depositantes em geral –, os resultados mostram claramente que o Brasil possui um *spread* elevado não em função da margem de lucro, mas dos elevados custos da própria operação bancária”. E, ao tratar dos elementos que compõem o *spread*, afirmou: “Outra parcela relevante que se deduz de tais custos é o que se denomina *custos de inadimplência* – na verdade, provisões a serem feitas na incidência de não-pagamento por parte de determinados contratantes, de mutuários que não adimplem as suas obrigações e cujo resultado deve ser remetido a lucros e perdas. Isso se refere a uma ‘despesa’, no sentido de que a legislação obriga o banco a provisionar a integralidade desse valor”. **Crédito e Judiciário no Brasil**. p. 159-160.

⁹²⁵ Newton de Lucca assinalou que: “Mediatos ou indiretos, ao revés, são os efeitos produzidos pela impontualidade que o protesto constitui em relação à disciplina da distribuição do crédito disponível. Observe-se que, nessa hipótese, não está em causa o interesse das partes diretamente envolvidas na relação jurídico-cambial, nem o interesse de terceiros que possam ser afetados por essa relação. Sobreleva, aqui, o interesse social, no plano macroeconômico, no sentido de que haja, por parte da rede bancária, distribuição ótima dos recursos existentes”. **Cancelamento de protesto de título quitado – Impossibilidade, dada a inexistência de norma legal que o autorize – Recurso Extraordinário conhecido mas improvido – Comentário**. p. 109-110.

⁹²⁶ **Brasil: um novo horizonte**. p. 307.

6.2. Reflexões sobre o protesto no Brasil e no Direito Comparado

No início deste trabalho foram tecidas algumas considerações sobre a experiência do Direito Comparado, com a análise dos elementos comuns, variantes e desviantes do instituto em diversos ordenamentos jurídicos. Na sequência foi analisada a evolução histórica e o panorama atual do protesto no Brasil. Têm-se, assim, elementos suficientes para breves reflexões sobre o protesto no Brasil e no Direito Comparado.

Inicialmente, é oportuno mencionar a grande influência do Direito Comparado na origem e desenvolvimento do protesto no Brasil. Como visto anteriormente, referida influência pode ser verificada claramente em diversos diplomas legais, como o Código Comercial de 1850 e o Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908. Além disso, as Convenções para adoção de uma Lei Uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias, celebradas em Genebra em 1930, introduziram relevantes modificações na disciplina do instituto no Brasil.

Dessa forma, a disciplina do protesto em nosso país coincide, em inúmeros aspectos, com aquela existente em outros países. Como traços característicos comuns, podem ser enumerados: o caráter probatório; a estipulação do protesto como ônus em determinadas hipóteses, não obstante a recente tendência à dispensa do ato; a atribuição a um agente público imparcial, qual seja, o notário; e a prévia a ciência do devedor, com a possibilidade de resposta.

Noutros aspectos específicos, no entanto, a legislação brasileira acompanhou diferentes ordenamentos. Assim, no Brasil, a intimação é feita por portador do próprio tabelião ou por via postal, solução adotada nos países em que é significativo o volume de atos. Além disso, admite-se o pagamento no tabelionato antes da lavratura do protesto. No mais, o ato é assentado em livro próprio, sendo precedido de um apontamento em repositório específico.

Todavia, o aspecto mais relevante quanto às variações existentes nos diversos ordenamentos é, sem dúvida, a publicidade do protesto. Nesse particular, o Brasil seguiu o modelo italiano, de ampla publicidade,⁹²⁷ em que se admite a expedição de certidões e a remessa de informações a entidades de proteção ao crédito.

⁹²⁷ Como visto anteriormente, a publicidade dos protestos também se verifica, de forma um pouco menos abrangente, em Portugal, na França e no Peru.

Nesses sistemas jurídicos que seguem a regra de publicidade, a utilidade do protesto torna-se mais evidente, sendo que o ato deixa de ser visto como um ônus, uma formalidade demasiada.⁹²⁸ Pelo contrário, o âmbito de aplicabilidade do instituto é ampliado e, como consequência, passa-se a um processo contínuo de aprimoramento e regulamentação. Foi exatamente o que ocorreu na França, em Portugal, na Itália e, principalmente, no Brasil.

Nesses países, diante do aumento quantitativo de atos, a simplificação do protesto foi necessária. Como visto anteriormente, muitas das inovações decorreram de práticas reiteradas no exercício da atividade tabelioa, como o apontamento e a expedição de intimação. Outras foram introduzidas por reformas legislativas, como a dispensa da assinatura de testemunhas e da transcrição do inteiro teor do título protestado.

No Brasil, diante da larga aplicabilidade⁹²⁹ do protesto, decorrente de uma série de fatores econômicos, sociais, culturais e jurídicos,⁹³⁰ esse processo histórico de aperfeiçoamento do instituto verificou-se de forma ainda mais clara, culminando com a edição da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, que sistematizou a matéria.

Cumprе observar que a regulamentação das duplicatas, exemplo marcante do caráter de originalidade de nosso Direito Comercial, foi acompanhada da disciplina do protesto, contemplando-se, após sucessivos diplomas, não apenas a possibilidade de execução da duplicata sem aceite, desde que protestada e acompanhada de documento comprobatório da entrega e recebimento da mercadoria, como também o protesto por indicações em meio eletrônico.

A atual disciplina do protesto notarial no Brasil, portanto, resultou de um longo processo histórico de aprimoramento, que conferiu maior relevância e utilidade ao instituto, em relação a outros modelos do Direito Comparado, transformando-o em um instrumento que tem contribuído de forma significativa para a tão almejada estabilidade do ambiente institucional.

⁹²⁸ Nesse sentido, afirmou J. Stranz, em 1903, que: “Somit hat die geschichtliche Untersuchung keinen Zweifel darüber gelassen, daß der Protest ein überlebter Rest mittelalterlicher Rechtsanschauungen, eine Art Atavismus am Körper des modernen Wechselrechts, ist”. **Ein protest gegen den Wechselprotest**. p. 348.

⁹²⁹ Newton de Lucca, em passagem anteriormente transcrita, afirmou: “Parece até desnecessário mencionar que o instituto do protesto, entre nós, sempre teve notória aplicabilidade [...] também tem larga aplicação, em nosso meio, o simples protesto *facultativo*”. **Comentários sobre o Projeto de Lei n. 1.734, de 1979, do Dep. Federal Jorge Arbage**. p. 210.

⁹³⁰ A título de curiosidade, na peça teatral **O rei da vela**, escrita por Oswald de Andrade na década de 1930, o personagem Abelardo I, diante da devolução de alguns títulos pelo Banco, não hesita em encaminhá-los “Pro protesto”.

6.3. Desafios e perspectivas

Seguem, por fim, algumas reflexões sobre os atuais desafios relativos ao protesto notarial no Brasil, as iniciativas que têm sido adotadas e as perspectivas quanto ao tema.

Como visto no início deste trabalho, o protesto, em nosso país, está inserido no âmbito dos serviços notariais e de registro, que são exercidos por delegação do Poder Público.⁹³¹ Por sua vez, a Lei nº 8.935/1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, estabelece que esses serviços são prestados em âmbito local.⁹³²

Define também que as especialidades de serviço não são, em princípio, acumuláveis. Entretanto, se o Município não comportar, em razão do volume dos serviços ou da receita, a instalação de mais de um dos serviços, admite-se que o serviço de uma especialidade seja prestado de forma acumulada ao de outra.⁹³³

Assim, embora algumas localidades disponham de delegações específicas de tabelião de protesto,⁹³⁴ na maior parte do Brasil a atividade de protesto é prestada por um notário ou oficial de registro que exerce simultaneamente outras atribuições.

⁹³¹ Constituição Federal, art. 236.

⁹³² “Art. 4º Os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo juízo competente, atendidas as peculiaridades locais, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos. [...] Art. 38. O juízo competente zelará para que os serviços notariais e de registro sejam prestados com rapidez, qualidade satisfatória e de modo eficiente, podendo sugerir à autoridade competente a elaboração de planos de adequada e melhor prestação desses serviços, observados, também, critérios populacionais e sócio-econômicos, publicados regularmente pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [...] Art. 44. Verificada a absoluta impossibilidade de se prover, através de concurso público, a titularidade de serviço notarial ou de registro, por desinteresse ou inexistência de candidatos, o juízo competente proporá à autoridade competente a extinção do serviço e a anexação de suas atribuições ao serviço da mesma natureza mais próximo ou àquele localizado na sede do respectivo Município ou de Município contíguo. [...] § 2º Em cada sede municipal haverá no mínimo um registrador civil das pessoas naturais”.

⁹³³ “Art. 5º Os titulares de serviços notariais e de registro são os: I – tabeliães de notas; II – tabeliães e oficiais de registro de contratos marítimos; III – tabeliães de protesto de títulos; IV – oficiais de registro de imóveis; V – oficiais de registro de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas; VI – oficiais de registro civis das pessoas naturais e de interdições e tutelas; VII – oficiais de registro de distribuição. [...] Art. 26. Não são acumuláveis os serviços enumerados no art. 5º. Parágrafo único. Poderão, contudo, ser acumulados nos Municípios que não comportarem, em razão do volume dos serviços ou da receita, a instalação de mais de um dos serviços”.

⁹³⁴ No Estado de São Paulo, por exemplo, existem delegações específicas na Capital e nas Comarcas de Campinas, Diadema, Guarulhos, Jundiaí, Osasco, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Sorocaba. O critério para reorganização no interior do Estado constou do Parecer exarado no Processo GAJ 120/99, da Corregedoria Geral da Justiça, quando se indicou, a partir da análise dos dados do ano de 1998, a “viabilidade da subsistência autônoma de delegação de protesto de letras e títulos toda vez que o número de apontamentos superar os 75.000 (setenta e cinco mil) títulos por ano”. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 17 jan. 2001. Poder Judiciário, Caderno 1 – Parte I, p. 2.

Observe-se que a desconcentração dos serviços, prestados no âmbito da Comarca, representa, por um lado, inegáveis vantagens, como a facilitação do acesso ao serviço, especialmente para o devedor, bem como o estabelecimento de uma relação menos impessoal, reforçando o vínculo de confiança e respeito existente entre o tabelião e a comunidade local.

Esse, aliás, é o modelo preconizado pela Constituição Federal que, ao estipular a outorga de delegação a profissionais do Direito com atuação pulverizada por todo o território nacional, afastou a incidência do regime comum de concessão ou permissão, através de licitação, previsto para a prestação de serviços públicos.⁹³⁵

Por outro lado, porém, a estrutura capilarizada dos serviços de protesto apresenta algumas desvantagens, especialmente para instituições financeiras e empresas credoras com atuação em âmbito nacional, as quais, além da dificuldade de encaminhamento dos títulos a diversas localidades, têm que lidar, em cada Comarca ou Unidade da Federação, com diferentes procedimentos e entendimentos, tanto dos tabeliães, que gozam de independência no exercício de suas atribuições,⁹³⁶ como do Poder Judiciário, responsável pela fiscalização dos atos.

Tais inconvenientes, no entanto, vêm sendo paulatinamente superados.

Assim, pode-se mencionar, em primeiro lugar, a consolidação da sistemática de apresentação dos títulos pelas instituições financeiras. O serviço, de abrangência nacional, tem sido oferecido de forma complementar à cobrança bancária, com grande aceitação, diante da inegável comodidade. Cumpre salientar que a Febraban – Federação Brasileira de Bancos, por meio da comissão incumbida dos estudos de protesto, denominada Cenepro, tem, em conjunto com as entidades representativas dos tabeliães de protesto,⁹³⁷ uniformizado procedimentos e definido os parâmetros para o intercâmbio de arquivos eletrônicos entre instituições financeiras e tabelionatos.⁹³⁸

⁹³⁵ De acordo a Constituição Federal: “Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos”.

⁹³⁶ “Art. 3º Notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro. [...] Art. 28. Os notários e oficiais de registro gozam de independência no exercício de suas atribuições, têm direito à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia e só perderão a delegação nas hipóteses previstas em lei”.

⁹³⁷ Especialmente o IEPTB – Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil e suas seções estaduais.

⁹³⁸ Como o Layout Único para “Protesto Centralizado” (versão 5.0). Disponível em <<http://www.febraban.org.br>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

Além disso, a autorregulação promovida pelas entidades representativas dos tabeliães de protesto tem exercido relevante papel para a uniformização de entendimentos e padronização procedimental.⁹³⁹ Essas entidades também vêm desenvolvendo plataformas eletrônicas unificadas em âmbito local ou estadual,⁹⁴⁰ que permitem o encaminhamento a protesto de forma centralizada, com o posterior direcionamento à circunscrição competente.

No mais, as inúmeras decisões e atos normativos editados em âmbito administrativo pelo Poder Judiciário, com necessária observância pelos notários,⁹⁴¹ têm propiciado o contínuo aperfeiçoamento da atividade, com o enfrentamento de questões cotidianas e a consolidação de orientações. Outro aspecto relevante tem sido o desenvolvimento da doutrina sobre protesto e sua disseminação, reflexo em grande parte da realização de concursos públicos para a atividade,⁹⁴² que têm contribuído para a maior capacitação profissional de notários e prepostos, com significativa melhora na qualidade dos serviços prestados.

Todas essas iniciativas têm permitido contornar em parte as dificuldades decorrentes da estruturação pulverizada dos tabelionatos de protesto no país. Mas, de qualquer forma, outras medidas poderiam ser adotadas para maior eficiência do serviço.

Nesse contexto, sugere-se inicialmente a inclusão de parágrafo único no art. 1º da Lei nº 9.492/1997, para enumeração dos títulos e outros documentos de dívida passíveis de protesto, de forma exemplificativa, aperfeiçoando assim a proposta contida no art. 62 da Lei nº 10.931/2004,⁹⁴³ vetada por razões de interesse público, como visto anteriormente.

⁹³⁹ Segundo Luís Paulo Aliende Ribeiro: “Apresenta-se, nesse contexto, quadro favorável para a instituição, pelos profissionais encarregados da atividade notarial e de registro, de uma forma efetiva de auto-regulação profissional, modalidade privada de regulação que complementa a regulação estatal”. **Regulação da função pública notarial e de registro**. p. 179.

⁹⁴⁰ Como a CRA – Central de Remessa de Arquivos, mantida pelo IEPTB/SP – Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – Seção São Paulo.

⁹⁴¹ Consoante disposto na Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, nos seguintes termos: “Art. 30. São deveres dos notários e dos oficiais de registro: [...] IV – manter em arquivo as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade; [...] XIV – observar as normas técnicas estabelecidas pelo juízo competente”.

⁹⁴² Observe-se que muitas Faculdades instituíram cursos de especialização em Direito Notarial e Registral.

⁹⁴³ “Art. 62. O art. 1º da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único: [...] Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, serão admitidos, além dos títulos ou documentos de dívida cujo protesto esteja previsto em lei, os títulos executivos extrajudiciais, os títulos ou documentos cuja dívida esteja sujeita a cobrança pelo procedimento sumário, inclusive quando emitidos sob forma de documento eletrônico ou decorrentes de processo de conversão eletrônica, efetuada pelo credor mediante autorização expressa do devedor.” (NR)”. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 24, 3 ago. 2004.

Essa modificação seria um importante passo para a uniformização de entendimentos e evitaria uma série de discussões no âmbito administrativo e judicial quanto ao sentido e alcance do art. 1º da Lei nº 9.492/1997, conferindo maior segurança jurídica.

Seria interessante, outrossim, a revisão da legislação relativa ao protesto, para minuciosa disciplina do tema, com a definição de regras uniformes, haja vista a variedade de procedimentos que vêm sendo observados nas diversas Comarcas e Unidades da Federação.

Por outro lado, constata-se que os tabelionatos do país se encontram em diferentes estágios, no que concerne à informatização dos serviços. Os notários devem, nesse contexto, envidar esforços para estender a todo o país o avançado modelo existente em algumas localidades, dotando o serviço de maior eficiência, com benefícios ao público usuário.

A recente instituição do sistema de registro eletrônico, abrangendo os documentos expedidos pelos registradores,⁹⁴⁴ está a indicar novos rumos para a atividade de protesto no país.

Sugere-se, assim, uma série de medidas para a modernização dos serviços de protesto no Brasil, como a adoção da forma eletrônica para certidões e instrumentos de protesto; a ampliação dos sistemas informatizados de remessa de títulos, de pagamento eletrônico e de consulta sobre a existência de protesto; a instituição do mecanismo de informação complementar, em meio eletrônico, sobre protestos;⁹⁴⁵ e a regulamentação da expedição da intimação por meio eletrônico, conferindo agilidade ao procedimento.⁹⁴⁶

⁹⁴⁴ Dispõe a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que: “Art. 38. Os documentos eletrônicos apresentados aos serviços de registros públicos ou por eles expedidos deverão atender aos requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP e à arquitetura e-PING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico), conforme regulamento. Parágrafo único. Os serviços de registros públicos disponibilizarão serviços de recepção de títulos e de fornecimento de informações e certidões em meio eletrônico. [...] Art. 40. Serão definidos em regulamento os requisitos quanto a cópias de segurança de documentos e de livros escriturados em forma eletrônica”.

⁹⁴⁵ A Tabela IV, anexa à Lei nº 11.331, de 26 de dezembro de 2002, do Estado de São Paulo, trata dessas consultas em suas notas explicativas, nos seguintes termos: “8. Informação complementar de existência de protesto ou não, sobre dados ou elementos do registro, prestado sob qualquer forma ou meio, quando o interessado dispensar a certidão, referente a cada período de 5 (cinco) anos, por pessoa ou documento. [...] 10. Os valores de emolumentos previstos no item 8 da tabela não se aplicam às informações meramente indicativas da existência ou não de protesto e respectivos tabelionatos, prestadas por serviço centralizado dos tabelionatos de protesto, via sistema eletrônico de comunicação, telecomunicação ou de processamento de dados ‘internet’ ainda que sob gestão de entidade representativas dos titulares dessas serventias, caso em que, tais entidades não estão sujeitas ao pagamento de qualquer valor pelos dados fornecidos”. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 27 dez. 2002. Poder Executivo, Seção I, p. 9.

⁹⁴⁶ Nesse sentido, o art. 14, § 1º, da Lei nº 9.492/1997, prevê a remessa da intimação por portador ou “por qualquer outro meio”, desde que se comprove o recebimento.

Quanto à facilitação do acesso ao serviço, seria conveniente a expressa previsão, em lei ou ato normativo, de aplicação à atividade de protesto da Lei nº 11.419/2006, sobre informatização do processo judicial. A providência evitaria discussões quanto à viabilidade de remessa de documentos eletrônicos ou cópias digitalizadas aos tabelionatos de protesto.⁹⁴⁷

Outro ponto relevante a ser analisado, refere-se à forma mais adequada para fixação dos emolumentos para o protesto, tema que mereceu a atenção da doutrina no Direito Comparado, com especial preocupação quanto aos títulos de menor valor.⁹⁴⁸

No Brasil, a Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000,⁹⁴⁹ define que os emolumentos devem ser fixados considerando o valor constante do documento apresentado, mediante a observância de faixas que estabeleçam valores mínimos e máximos.⁹⁵⁰

Dessa forma, os emolumentos do protesto são definidos de acordo com o valor do título ou documento. No Estado de São Paulo, por exemplo, a tabela contém 26 (vinte e seis) faixas com os valores de referência, a qual permite a estipulação de um preço módico para os títulos de menor valor, sem comprometer, contudo, o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços.⁹⁵¹

⁹⁴⁷ Na forma anteriormente exposta, no Capítulo atinente à evolução histórica do protesto no Brasil.

⁹⁴⁸ Como exemplo, Alberto Bercovitz Rodriguez-Cano, ao comentar a reforma do protesto na Espanha, afirmou: “Mas todavía plantea el protesto otro problema de gran importancia práctica. Se trata del problema de su costo. En efecto, el levantamiento de los protestos supone una actuación de unos funcionarios determinados, a los que es preciso retribuir, y la retribución suele ser proporcionada a la cualificación profesional del funcionario. Por ello, el problema del costo del protesto suele plantearse en aquellos países en los cuales sólo están autorizados para protestar letras funcionarios altamente cualificados. Se pone de manifiesto, en especial, la importancia del tema por la circulación cada vez mayor de letras de pequeños importes, respecto de las cuales el costo del protesto es proporcionalmente más elevado y, en ocasiones, claramente desproporcionado”. **La reforma del protesto**. p. 29-30.

⁹⁴⁹ Cuja epígrafe tem a seguinte redação: “Regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro”.

⁹⁵⁰ “Art. 2º Para a fixação do valor dos emolumentos, a Lei dos Estados e do Distrito Federal levará em conta a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro, atendidas ainda as seguintes regras: I – os valores dos emolumentos constarão de tabelas e serão expressos em moeda corrente do País; [...] III – os atos específicos de cada serviço serão classificados em: [...] b) atos relativos a situações jurídicas, com conteúdo financeiro, cujos emolumentos serão fixados mediante a observância de faixas que estabeleçam valores mínimos e máximos, nas quais enquadrar-se-á o valor constante do documento apresentado aos serviços notariais e de registro”.

⁹⁵¹ Ao tratar da gratuidade de atos registrários, no julgamento da **Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.800**, o Ministro Marco Aurélio Mello, do Colendo Supremo Tribunal Federal, afirmou que: “o serviço deve ser exercido e sabemos que existem despesas; sabemos que, no caso, os Cartórios devem contratar empregados, devem funcionar em um certo local e, portanto, têm despesas a serem executadas. Indispensável é que haja uma fonte de receita. O Estado, pela simples circunstância de lançar mão da delegação, não pode, sob pena de desrespeitar-se o texto da própria Carta da República, chegar ao ponto de inviabilizar o serviço que esta delegação visa a alcançar”. Disponível em <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 30 nov. 2011.

Na legislação paulista há outro aspecto positivo. Com efeito, apesar da previsão da Lei Federal nº 9.492/1997, que possibilita a exigência de depósito prévio, com reembolso ao apresentante na hipótese de pagamento,⁹⁵² a vigente Lei Estadual expressamente dispensou esse depósito.⁹⁵³ Ou seja, o protesto não tem nenhum custo para o apresentante.

Esse mecanismo é extremamente interessante, pois atribui ao devedor a responsabilidade pelo pagamento dos emolumentos e despesas, o que é uma medida justa, visto que onera o responsável pelo inadimplemento e não o credor. Por outro lado, a experiência do Estado de São Paulo indica que a dispensa legal do depósito, desde que precedida de prévia análise dos impactos na receita e eventual revisão das tabelas de emolumentos, não compromete a viabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro da delegação, haja vista o elevado percentual de pagamentos, desistências e cancelamentos de protesto, que se verifica em nosso país.

Feita a análise de algumas experiências já adotadas em algumas localidades e Unidades da Federação, seguem algumas ideias que podem contribuir para a diminuição de demandas junto ao Poder Judiciário, por meio da extrajudicialização de alguns procedimentos,⁹⁵⁴ com o melhor aproveitamento da estrutura existente nos tabelionatos de protesto do país.

Inicialmente, é interessante observar que a sustação de protesto depende, necessariamente, de uma ordem judicial.⁹⁵⁵ A legislação poderia, no entanto, contemplar a possibilidade de oferecimento de uma caução elisiva, pelo devedor, para evitar o protesto.⁹⁵⁶

⁹⁵² “Art. 37. [...] § 1º Poderá ser exigido depósito prévio dos emolumentos e demais despesas devidas, caso em que, igual importância deverá ser reembolsada ao apresentante por ocasião da prestação de contas, quando ressarcidas pelo devedor no Tabelionato”. Referida disposição tem relação com o disposto no Código Civil, segundo o qual: “Art. 395. Responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa, mais juros, atualização dos valores monetários segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado”.

⁹⁵³ De acordo com a Nota explicativa nº 6 da Tabela IV anexa à Lei Estadual nº 11.331, de 26 de dezembro de 2002: “A apresentação a protesto, de títulos, documentos de dívidas e indicações, independe de prévio depósito dos valores dos emolumentos e de qualquer outra despesa, cujos valores serão pagos pelos respectivos interessados no ato elisivo do protesto ou, quando protestado o título, no ato do pedido do cancelamento do respectivo registro ou no da sustação judicial definitiva de seus efeitos, salvo na sustação judicial do protesto que serão cobrados do sucumbente quando tornada em caráter definitivo”.

⁹⁵⁴ O assunto foi tratado no Capítulo sobre o panorama atual do protesto notarial no Brasil.

⁹⁵⁵ De acordo com a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997: “Art. 17. Permanecerão no Tabelionato, à disposição do Juízo respectivo, os títulos ou documentos de dívida cujo protesto for judicialmente sustado”.

⁹⁵⁶ A ideia foi apresentada pelo autor durante a audiência pública realizada em 26 de março de 2010, no auditório do Tribunal de Justiça de São Paulo, como relatado no **Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil**, nos seguintes termos: “previsão de forma alternativa a ser feita pelo tabelião, de modo a evitar o protesto, como caução elisiva, para evitar as cautelares. Também pode-se pensar a possibilidade de encaminhamento de questionamentos ao próprio tabelião antes de efetivação do protesto”. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

Com efeito, o oferecimento de caução, em dinheiro ou cheque de emissão de estabelecimento bancário, afasta o inadimplemento que o protesto visa comprovar, ao mesmo tempo em que evita medidas de cunho meramente procrastinatório.

A regulamentação do procedimento poderia ser feita da seguinte forma: ao oferecer a caução elisiva, o devedor deve apresentar alegação, com a indicação de relevante razão de direito. E, considerando-se que a atuação notarial se situa no campo da prevenção de litígios, inexistindo a possibilidade de valoração das alegações, mas apenas de acolhimento de manifestações volitivas, o tabelião deve se limitar a cientificar o apresentante do teor das alegações oferecidas.

Ao ser cientificado, o apresentante pode, no prazo de dez dias, desistir do protesto; pleitear a omissão dos dados do devedor, quando o ato seja necessário para o exercício do direito de regresso, com o consequente levantamento da caução pelo devedor; ou prestar seus esclarecimentos, apresentando documentos, caso em que o devedor será cientificado do teor desses esclarecimentos, podendo autorizar a conversão do depósito em pagamento ou admitir a lavratura do protesto, levantando a caução. Em todas essas situações, aliás, as partes envolvidas podem, mediante autocomposição, definir eventualmente pela desistência ou pela conversão do depósito em pagamento, fato que a prática revela já ocorrer com alguma frequência no tríduo.

Caso não tenha sido adotada nenhuma das referidas medidas, cabe ao devedor promover a sustação judicial do protesto, dentro do prazo de trinta dias contados da prestação da caução, sob pena de conversão do depósito em pagamento.

Cumprido frisar, por fim, que a previsão de caução elisiva do protesto não afasta a possibilidade de sustação judicial no prazo legal. Dessa forma, a proposta pretende apenas oferecer ao devedor mais uma opção, quando houver relevante razão de direito, por meio de um procedimento conduzido em âmbito não litigioso, sob a imparcial supervisão do tabelião de protesto. Para o apresentante essa possibilidade também é interessante, pois permite conhecer as razões invocadas pelo devedor antes da lavratura do protesto ou da propositura da medida judicial, e decidir quanto à providência mais adequada no caso, segundo seu prudente critério.

Enfim, a proposta visa estimular a autocomposição das partes, em âmbito não litigioso, conferindo ao tabelião de protesto um relevante papel na prevenção de litígios.

Existe, ademais, a possibilidade do tabelião de protesto colaborar, de forma mais efetiva, no processo de execução, o qual clama por reformas, há muito tempo, no Brasil.⁹⁵⁷

Pois bem. Na experiência europeia, a execução é de incumbência de agentes profissionais que realizam todas as diligências do processo executivo.⁹⁵⁸ A intervenção judicial somente se verifica em algumas circunstâncias, como na apreciação das alegações do executado.

Esse modelo tem sido seguido por diversos ordenamentos. Como anteriormente mencionado, houve, no ano de 2005, uma profunda reforma na legislação da Croácia, a qual previu, de forma peculiar, a participação do tabelião no processo de execução.⁹⁵⁹

A vigente lei croata⁹⁶⁰ prevê, inicialmente, a possibilidade de submeter a um notário, de livre escolha do credor, a solicitação de expedição de uma ordem de execução contra o devedor, com base em *trustworthy documents*,⁹⁶¹ como cheques e letras de câmbio.⁹⁶²

O notário faz então uma prévia qualificação do documento apresentado e, não verificando irregularidade, expede ordem de execução, encaminhando-a ao credor e ao devedor. Caso contrário, submete o caso à apreciação do juízo competente.⁹⁶³

⁹⁵⁷ Nesse sentido, aliás, constou do relatório do Banco Mundial, denominado *Doing Business in Brazil*, elaborado no ano de 2006, que: “Encourage private enforcement of judgments. Leaving debt collection to the courts is a generally inefficient practice, as noted in the average enforcement time across states of more than 1 year. This time could be significantly reduced if execution of judgments were left to private enforcement specialists, as in Colombia or France”. Disponível em <<http://www.doingbusiness.org>>. Acesso em: 2 dez. 2011.

⁹⁵⁸ Observe-se que, tanto na Itália, como na França, esses agentes (*ufficiali giudiziari* e *huissiers*, respectivamente) têm, assim como os notários, competência para o protesto.

⁹⁵⁹ De acordo com a versão, na língua portuguesa, do relatório *Doing Business 2007*, elaborado pelo Banco Mundial: “A Croácia fez uma reforma [...] em 2005, permitindo que os credores apresentassem reclamações incontestáveis diretamente perante um tabelião público e solicitassem uma ordem de execução”. Disponível em <<http://www.doingbusiness.org>>. Acesso em: 2 dez. 2011.

⁹⁶⁰ Para elaboração desta dissertação foi utilizada a versão, na língua inglesa, da Lei de Execução, denominada *Ovršni zakon*, compilada pela Suprema Corte da República da Croácia. Referido diploma legal trata da participação do notário na execução no artigo 252 a e seguintes. Disponível em <<http://www.vshr.hr>>. Acesso em: 2 dez. 2011.

⁹⁶¹ “*Submitting the Motion for Execution to the Notary Public*. Article 252 b. (1) The execution creditor can submit a motion for execution on the basis of a trustworthy document to the notary public of his choice and seek that he passes a writ of execution on the basis of this document”.

⁹⁶² A lei distingue entre os *enforcement title documents* e os *trustworthy documents*; estes somente produzem efeitos executivos, em relação a terceiros, após o decurso de um certo prazo, contado da prévia ciência ao devedor.

⁹⁶³ “*Procedure Upon the Motion*. Article 252 d. (1) If the notary public assesses that the motion for execution is permitted and founded, he shall pass a writ of execution on the basis of a trustworthy document and serve it on the parties. (2) If the notary public assesses that the motion for execution on the basis of a trustworthy document is not permitted, is not in order (Article 35, paragraph 3) or founded, he shall forward the case to the competent court (Article 252 j) to pass a decision. (3) In the case referred to in paragraph 2 above the court shall order execution on the basis of a trustworthy document if it assesses that the motion for execution is permitted, in order and founded”.

O devedor, após ser cientificado, pode eventualmente formular objeção, hipótese em que o pedido é remetido ao juízo competente, para decisão.⁹⁶⁴ Mas, não havendo objeção no prazo legal, o tabelião expede a certidão respectiva, com força executiva.⁹⁶⁵ Com base nesse documento, o credor pode solicitar o débito da quantia respectiva em conta bancária do devedor ou, observando-se o limite definido em lei, o desconto, em folha de pagamento, do salário.⁹⁶⁶

Por fim, caso não tenha obtido êxito, o credor pode solicitar ao juízo competente a satisfação do crédito por outros meios, seguindo-se o procedimento comum.⁹⁶⁷

⁹⁶⁴ “*Objection Against a Writ of Execution on the Basis of a Trustworthy Document*. Article 252 e. (1) The execution debtor can lodge an objection against the writ of execution on the basis of a trustworthy document to the notary public who has issued it. (2) A notary public who has received an untimely or unpermitted objection against the writ of execution issued by him, shall forward the file for the passing of a decision on the objection to the competent court (Article 252 j) that shall pass the ruling on dismissal of such objection. (3) A notary public to whom a timely and permitted objection against a ruling issued by him is lodged shall forward the file to the competent court to carry out the procedure upon the objection (Article 252 j) that shall, upon such objection, pass the decisions referred to in Articles 53 and 54 hereof”.

⁹⁶⁵ “*Certificate of Legal Effectiveness and Enforceability*. Article 252 f. (1) A notary public shall, at the execution creditor’s request, affix the certificate of legal effectiveness and enforceability on the writ of execution passed by him, if he does not receive an objection within eight days from the expiry of the time limit for lodging an objection. (2) A notary public can affix the certificate of legal effectiveness and enforceability on the writ of execution referred to in paragraph 1 above, even when the objection is lodged within the time limit of eight days from the expiry of the time limit for lodging an objection, if he assesses that it is obviously not timely. (3) In the case referred to in paragraph 2 above the notary public shall act in accordance with the provision of Article 252 e, paragraph 2 of this Act. (4) The notary public shall hand over the writ of execution with the certificate of legal effectiveness and enforceability to the execution debtor”.

⁹⁶⁶ “*Out of Court Execution*. Article 252 g. (1) An execution creditor may, on the basis of a legally effective and enforceable writ of execution (Article 252 f, paragraph 1) by which execution is ordered on claims against an account with a bank or in general on the execution debtor’s assets, directly ask the bank that keeps the main account of an execution debtor who is a legal person (Article 207) or the account of an execution debtor who is a natural person to pay from the execution debtor’s account the amount necessary to settle his claim, for the realisation of which the execution was ordered. (2) An execution creditor may, on the basis of a legally effective and enforceable writ of execution (Article 252 f, paragraph 1) by which execution is ordered on the execution debtor’s permanent monetary income or in general on his assets, directly ask the employer or other payer of the permanent monetary income to pay to him the amount necessary to settle his claim, for the realisation of which the execution was ordered. The payer of the permanent monetary income shall, when acting in compliance with the writ of execution, pay attention that the rules on the limits of execution on wages are observed. (3) The execution creditor shall, by handing over the writ of execution to the bank, i.e. the payer of the permanent monetary income, obtain a lien on the execution debtor’s claim against an account with a bank, i.e. his claim against the payer of the permanent monetary income. (4) The bank and the payer of the permanent monetary income shall, on the basis of a writ of execution referred to in paragraphs 1 and 2 above, act as they would on the basis of a writ of execution delivered to them by the court”.

⁹⁶⁷ “*Court Execution*. Article 252 h. (1) On the basis of a legally effective and enforceable writ of execution by which the execution is ordered on another object and not a claim against an account with a bank or on the permanent monetary income, an execution creditor can ask the court with jurisdiction (Article 252 j) to implement execution on this other object. (2) An execution creditor may, on the basis of a legally effective and enforceable writ of execution by which execution is ordered on claims against an account with a bank or on permanent monetary income, i.e. in general on the execution debtor’s assets, ask the court with subject matter jurisdiction (Article 33 a, paragraph 2, subparagraph 3) to order execution on an object of execution on which out-of-court execution can not be sought. In this case the court shall act as if it was asked to order execution by different means and on a different object of execution (Article 5, paragraph 3)”.

A ideia poderia, com algumas adaptações, ser implantada no Brasil, especialmente para títulos de menor valor, como uma alternativa ao exequente,⁹⁶⁸ o que poderia contribuir para a diminuição de demandas junto ao Poder Judiciário.

Assim, o tabelião de protesto⁹⁶⁹ poderia participar da fase inicial da execução,⁹⁷⁰ que abrange a análise do título executivo e a cientificação do devedor, ao qual se concede oportunidade para pagamento ou oposição de embargos.

Dada a nítida semelhança entre a fase inicial da execução e o procedimento de protesto, poder-se-ia pensar em um “protesto especial para fins de execução”. Esse ato teria algumas características distintas, como a autorização pelo credor de pagamento parcelado; prazos mais dilatados; e regras diferenciadas para intimação. Na hipótese do devedor opor embargos, haveria a sustação judicial do protesto especial.

Ao final do procedimento, com o decurso do prazo sem pagamento, desistência ou sustação judicial, é lavrado o instrumento de protesto especial, documento hábil para a penhora de imóveis, veículos automotores e dinheiro em depósito em instituições financeiras. Ressalte-se que a expropriação de bens, no entanto, ficaria a cargo do Poder Judiciário.

Essa medida certamente contribuiria para aprimorar o ambiente institucional em nosso país, dando maior utilidade a uma estrutura consolidada e composta de profissionais imparciais, sujeitos à fiscalização do Poder Judiciário, com remuneração definida em lei.

É o que se sugere, por derradeiro, para fins de estudo, discussão e aprimoramento.

⁹⁶⁸ Seguindo-se o modelo facultativo da Lei nº 11.441/2007, sobre divórcios e inventários por escritura pública.

⁹⁶⁹ O tabelião de protesto é um profissional do Direito cuja atividade tem maior afinidade com a execução, especialmente pela relação existente entre protesto e execução, anteriormente tratada. Há outros aspectos que podem ser indicados, como a estrutura existente para os serviços de protesto do Brasil, que contempla a distribuição; a prévia qualificação dos títulos executivos; o procedimento de protesto, com a intimação, o esgotamento dos meios de localização do devedor e o recebimento de pagamento; e a praxe da sustação judicial.

⁹⁷⁰ Como sugerido por Dalmo Vieira Pedrosa, segundo o qual: “Dada a especificidade de suas atribuições, os tabelionatos de protesto se mostraram tecnicamente aptos à processarem os feitos executivos enquanto não demandassem atos decisórios, na medida em que aos respectivos tabeliães já se atribui a análise de títulos executivos para fins de protesto, os quais vêm a ser objeto das ações de execução por quantia certa. A partir daí foi possível sugerir a bipartição do processo de execução por quantia certa em duas fases, uma a correr no âmbito do tabelionato de protestos, passível de transcorrer até a própria extinção do feito pelo pagamento e, ou, até o recebimento dos embargos e respectiva impugnação, ao final do que, seria o feito remetido ao Judiciário para fins de decisão dos embargos, produção de provas e ou, início da fase expropriatória”. **Da possibilidade de se processar a execução por quantia certa nos tabelionatos de protesto de títulos**, p. 63-64.

7 – CONCLUSÕES

O objetivo proposto para o desenvolvimento deste trabalho foi a análise do protesto notarial de títulos e outros documentos de dívida, a partir de uma abordagem histórica e de Direito Comparado, seguida do panorama atual do instituto no Brasil e de reflexões sobre o tema.

No início do trabalho, viu-se que, no Brasil, o protesto está incluído no âmbito dos serviços notariais e de registro, os quais são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, sendo que o ingresso na atividade depende de aprovação em concurso público de provas e títulos. A função notarial atende à necessidade de segurança jurídica, com a intervenção do tabelião, profissional do Direito dotado de fé pública, em uma série de atos, sob a permanente fiscalização do Poder Judiciário.

Observou-se, ainda, que o protesto, como muitos institutos do Direito Comercial, não foi uma criação da lei, mas fruto da reiteração dos usos do comércio, especialmente a partir do Século XIV, com a evolução e consolidação da letra de câmbio no continente europeu. Inicialmente, o protesto era regido pela praxe tabelioa, sem que houvesse uma uniformidade de procedimentos, nem mesmo qualquer imposição legal para a prática do ato. Posteriormente, o assunto passou a ser disciplinado pela legislação, com nítida tendência à simplificação dos procedimentos, decorrente do significativo aumento na quantidade de atos. A partir de 1930, com a edição da Lei Uniforme de Genebra sobre letras de câmbio, que previu, dentre outras medidas, a possibilidade de dispensa do protesto, referido ato notarial passou a ser utilizado com menor frequência em alguns países, especialmente pela difusão do uso da cláusula “sem protesto”.

Pela análise da legislação estrangeira, concluiu-se que existe, nos diversos ordenamentos, uma série de elementos comuns em relação ao protesto, sendo que esse núcleo essencial tem permanecido inalterado ao longo da história e além das fronteiras nacionais. Assim, referido ato jurídico é, em regra, atribuído a um oficial público imparcial, que segue procedimento definido em lei, com a ciência do devedor, ao qual se faculta o oferecimento de resposta, e a lavratura, ao final, de um instrumento, que é entregue ao interessado, para fins de prova. Mas, por outro lado, apontou-se a variedade de sistemas em relação à publicidade dos protestos.

Em seguida, mencionou-se que o protesto sempre teve notória aplicabilidade no Brasil, devido a uma série de fatores econômicos, sociais, culturais e jurídicos. Ao longo da história, o instituto foi aperfeiçoado em nosso país, tanto pelo legislador, como pela jurisprudência.

Feito o relato da evolução histórica do protesto no Brasil, indicou-se a importância de alguns diplomas para sua disseminação, especialmente da legislação falimentar e sobre duplicatas. Viu-se que a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 8.935/1994 representaram um significativo marco para a função notarial e de registro, introduzindo um novo modelo no país. Ressaltou-se, além disso, a importância da Lei nº 9.492/1997, que disciplinou de forma sistemática a atividade de protesto, incorporando inúmeras práticas e regras então existentes, resultado de um longo processo de desenvolvimento do instituto no país. O relato histórico evidenciou a sensível ampliação do campo de aplicação do protesto que, embora costumeiramente atrelado ao direito cambiário, se irradiou para obrigações tipicamente tratadas no âmbito civil, razão pela qual se propôs a utilização da expressão protesto notarial, mais abrangente e atual, ao invés da tradicional expressão protesto cambiário.

Passou-se, então, ao panorama atual do protesto no Brasil, iniciado pelo estudo do procedimento e suas diversas etapas, com ênfase à qualificação formal dos títulos e documentos de dívida e à resposta do devedor, que não tem o condão de obstar o ato notarial. Verificou-se que algumas questões refogem da apreciação do tabelião, devendo ser dirimidas no âmbito jurisdicional, sujeito ao contraditório, com a consequente determinação de sustação ou cancelamento do protesto. Foi também analisada a possibilidade de suspensão dos efeitos do protesto, providência que tem sido concedida como antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, haja vista a publicidade que reveste o protesto, a qual inclui a remessa de informações, quando solicitadas, às entidades de proteção ao crédito.

Ao longo do estudo, concluiu-se ainda que, no atual panorama da legislação brasileira, especialmente após a edição das Leis nº 8.935/1994 e nº 9.492/1997, a possibilidade de protesto notarial não se restringe aos títulos executivos, estendendo-se a quaisquer títulos ou documentos, revestidos das formalidades legais, que consubstanciem prova literal de dívida representativa de obrigação positiva e líquida, exigindo-se, por fim, o decurso do eventual termo previsto para o respectivo cumprimento.

Na parte final do trabalho, foram apresentadas reflexões do autor sobre o assunto.

Primeiramente, demonstrou-se que, além de seus efeitos jurídicos, o protesto exerce relevante função econômica no Brasil, não apenas por se caracterizar como confiável parâmetro para a concessão de crédito no mercado, mas também por servir de estímulo à pontualidade no cumprimento das obrigações. Além disso, tem se revelado como um meio célere e eficaz para a recuperação de crédito. Dessa forma, o instituto tem contribuído para a construção de um ambiente negocial favorável ao desenvolvimento da atividade econômica em nosso país.

Verificou-se, ademais, que a disciplina do protesto no Brasil coincide, em inúmeros aspectos, com aquela existente em outros países. Mas, no que concerne à publicidade do protesto, o Brasil seguiu o modelo italiano, de ampla publicidade, no qual a utilidade do instituto se torna mais evidente. Diante da larga aplicabilidade do protesto em nosso país, verificou-se um processo histórico de aperfeiçoamento do instituto, culminando com a edição da Lei nº 9.492/1997, que sistematizou a matéria.

Posteriormente, foram analisados os atuais desafios relativos ao protesto notarial no Brasil, as iniciativas que têm sido adotadas e as perspectivas quanto ao tema. Apesar de alguns avanços verificados, foram sugeridas medidas para a uniformização de entendimentos e procedimentos, a facilitação do acesso ao serviço e a sua modernização.

No encerramento, foram apresentadas ideias que podem contribuir para a diminuição de perante o Poder Judiciário, por meio da extrajudicialização de alguns procedimentos, com o melhor aproveitamento da estrutura existente nos tabelionatos de protesto do país.

Enfim, o autor espera que o presente trabalho venha contribuir, de alguma forma, para melhor compreensão do assunto e, principalmente, sirva de estímulo para novas pesquisas, novas reflexões e novas discussões.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABELLA, Adriana. **Derecho Notarial**. Buenos Aires: Zavalía, 2005.

ABRÃO, Carlos Henrique. **Do protesto**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Liv. e Ed. Universitária de Direito, 2002.

ABRÃO, Nelson. Cibernética e títulos de crédito. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 19, p. 95-97, 1975.

_____. **Direito Bancário**. 9. ed. rev. e atual. por Carlos Henrique Abrão. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Duplicata sem aceite. Executividade. Falência**. São Paulo: Liv. e Ed. Universitária de Direito, 1975.

_____. Falência – avalista de cambial – deve ser pessoalmente notificado do protesto do título – comentário. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 15/16, p. 113-116, 1974.

_____. O protesto cambiário. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 387, p. 23-40, 1968.

_____. Pagamento do título após o protesto. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 17, p. 109-110, 1975.

_____. Protesto e direito de regresso. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 18, p. 113-115, 1975.

ADAMEK, Marcelo Vieira von. Do endosso-mandato (Código Civil, art. 917). **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 142, p. 108-140, 2006.

_____. Títulos de crédito incompletos (títulos típicos e atípicos). O art. 891. In: PENTEADO, Mauro Rodrigues. (Coord.). **Títulos de crédito: teoria geral e títulos atípicos em face do novo Código Civil (análise dos artigos 887 a 903); títulos de crédito eletrônicos (alcance e efeitos do art. 889, 3º e legislação complementar)**. São Paulo: Editora Walmar, 2004. p. 265-313.

ALFONSO, Benito Celorio Y. **Las actas de protesto**. Habana: Cervantes, 1924.

ALMEIDA, Amador Paes de. **Teoria e prática dos títulos de crédito**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ALMEIDA JUNIOR, João Mendes de. **Direito Judiciário brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1940.

_____. **Órgãos da fé pública**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1963.

ALVARENGA, Luiz Carlos. O aperfeiçoamento da intimação do devedor no protesto cambial para fim falimentar. **Ciência Jurídica**, Belo Horizonte, v. 138, p. 327-333, 2007.

ALVES, José Carlos Moreira. A unificação do direito privado brasileiro – de Teixeira de Freitas ao novo Código Civil. In: AZEVEDO, Antonio Junqueira de; TÔRRES, Heleno Taveira; e CARBONE, Paolo (Coords.). **Princípios do novo Código Civil brasileiro e outros temas. Homenagem a Tullio Ascarelli**. São Paulo: Quartier Latin, 2008. p. 363-385.

ALVIM, Agostinho. **Da inexecução das obrigações e suas consequências**. 4. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1972.

AMADEI, Vicente de Abreu. O serviço de protesto de títulos deve ser extinto? In: DIP, Ricardo Henry Marques (Coord.). **Registros públicos e segurança jurídica**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1998. p. 103-120.

_____. Princípios de protesto de títulos. In: DIP, Ricardo (Coord.). In: **Introdução ao Direito Notarial e Registral**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2004. p. 69-113.

AMARAL, Paulo Afonso de Sampaio. Alguns aspectos jurídicos do protesto cambiário. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 21-22, p. 57-63, 1976.

AMENDOLARA, Cesar. Alienação fiduciária como instrumento de fomento à concessão do crédito. In: FONTES, Marcos Rolim Fernandes; WAISBERG, Ivo (Coords.). **Contratos bancários**. São Paulo: Quartier Latin, 2006. p. 155-194.

AMERICANO, Jorge. **Comentários ao Código do Processo Civil do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1942. v. 3º: Arts. 675 a 807.

ANGELONI, Vittorio. **La cambiale e Il vaglia cambiario**. 4ª ed. Milano: Giuffrè, 1964.

ARNOLDI, Paulo Roberto Colombo. Duplicatas e facturas de crédito – confrontos e comparações. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 108, p. 63-68, 1997.

ASCARELLI, Tullio. O desenvolvimento histórico do Direito Comercial e o significado da unificação do Direito Privado. Tradução de Fábio Konder Comparato in *Saggi di Diritto Commerciale*, Milão, Giuffrè. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 114, p. 237-252, 1999.

_____. Origem do Direito Comercial (Capítulo 1º do *Corso di Diritto Commerciale – Introduzione e Teoria dell'Impresa*, 3ª ed., Milão, Giuffrè, 1962, de Tullio Ascarelli). Tradução de Fábio Konder Comparato. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 103, p. 87-100, 1996.

_____. **Problemas das sociedades anônimas e Direito Comparado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1969.

_____. **Teoria geral dos títulos de crédito**. Tradução de Nicolau Nazo. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1969.

ASSIS, Araken de. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2004. v. VI: Arts. 566 a 645.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio Jurídico. Existência, validade e eficácia**. 4. ed. atual. de acordo com o novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10-1-2002). São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. O Direito pós-moderno e a codificação. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, n. 33, p. 123-129, 2000.

AZEVEDO, Paulo Furquim de. Contratos – uma perspectiva econômica. In: SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio. (Coords.). **Direito & Economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 112-136.

BAJARLIA, Samuel. **El protesto y la ley mercantil**. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1968.

BALDASSERONI, Pompeo. **Leggi e costumi del cambio**: ossia Trattato sulle lettere di cambio. 2ª ed. italiana con agg. Firenze: Bonducciana, 1796.

BARBI FILHO, Celso. Execução judicial de duplicatas sem os originais dos títulos. Comentários ao recurso especial 40.078 (93/0029857-7)-RS. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 115, p. 171-183. 1999.

_____. Protesto de duplicata simulada e procedimentos judiciais do sacado. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 110, p. 172-195, 1998.

_____. Questões jurídicas sobre a inadimplência no pagamento do cheque. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 115, p. 104-119, 1999

BARIONI, Roberto Caldeira. Aspectos atuais da duplicata. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 118, p. 159-166, 2000.

BARRETO, Lauro Muniz. **O direito novo da duplicata**. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 1974.

_____. **O novo direito do cheque em face da Convenção de Genebra**. São Paulo: Liv. e Ed. Universitária de Direito, 1973. 2 v.

BARRETO FILHO, Oscar. Aspectos atuais da letra de câmbio. A introdução das normas da Convenção de Genebra em nosso direito cambial. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 15/16, p. 11-21, 1974

_____. Síntese da evolução histórica do Direito Comercial brasileiro. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 24, p. 23-27, 1976.

BATTAGLINI, Mario. **Il protesto**: dottrina, legislazione, giurisprudenza. 3ª ed. Milano: Giuffrè, 1960.

BENÍCIO, Hercules Alexandre da Costa. **Responsabilidade civil do estado decorrente de atos notariais e de registro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

BERTOLDI, Marcelo M. Aspectos atuais do contrato de câmbio. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 115, p. 88-103, 1999.

BESSA, Leonardo Roscoe. **O consumidor e os limites dos bancos de dados de proteção ao crédito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. (Biblioteca de Direito do Consumidor, v. 25).

BEVILAQUA, Clovis. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**: Comentado. 11. ed. atual. por Achilles Bevilacqua e Isaias Bevilacqua. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, 1958. v. IV.

BLUM, Renato Müller da Silva Opice; GONÇALVES, Sérgio Ricardo Marques. As assinaturas eletrônicas e o Direito brasileiro. In: SILVA JUNIOR, Ronaldo Lemos da; WAISBERG, Ivo (Coords.). **Comércio eletrônico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. p. 295-382.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. Tradução de Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. 4. ed. rev. Bauru: Edipro, 2008.

BOITEUX, Fernando Netto. **Títulos de crédito**: em conformidade com o novo Código Civil. São Paulo: Dialética, 2002.

BONAINI, Francesco. **Statuti inediti della città di Pisa**: dal XII al XIV Secolo. Firenze: G. P. Vieusseux, 1857. v. III.

BONELLI, Gustavo. **Della cambiale, dell'assegno bancario e del contratto di conto corrente**: dal commentario al Codice di Commercio. Milano: Dottor Francesco Vallardi, 1930.

BORGES, João Eunápio. Protesto cambial: abusos e preconceitos. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. CXXIV, p. 605-608, 1949.

_____. **Títulos de crédito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

BORTZ, Marco Antonio Greco. A desjudicialização – um fenômeno histórico e global. **Revista de Direito Notarial**, São Paulo, v. 1, p. 75-110, 2009.

BRANDELLI, Leonardo. Atuação notarial em uma economia de mercado. A tutela do hipossuficiente. **Revista de Direito Imobiliário**, São Paulo, n. 52, p. 165-208, 2002.

_____. (Coord.). **Ata notarial**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2004.

_____. **Teoria geral do Direito Notarial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BROOKE, Richard. **Brooke's Notary**. 13th ed. by N. P. Ready. London: Sweet & Maxwell, 2009.

BUECHELE, Paulo Armínio Tavares. Os títulos de crédito no projeto de Código Civil Brasileiro. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 78, p. 61-75, 1990.

BUENO, Sérgio Luiz José. **O protesto de títulos e outros documentos de dívida**: aspectos práticos. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2011.

BULGARELLI, Waldirio. As vicissitudes da duplicata no Brasil. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 21/22, p. 19-32, 1976.

_____. A cédula de produto rural. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 97, p. 114-118, 1995.

_____. **Contratos mercantis**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1995. (Coleção Direito Comercial).

_____. **Direito Comercial**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1995. (Coleção Direito Comercial).

_____. Execução de cheque sem fundo. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 61, p. 55-60, 1986.

_____. **Manual das sociedades anônimas**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1998. (Coleção Direito Comercial).

_____. **Sociedades comerciais**: sociedades civis e sociedades cooperativas; empresas e estabelecimento comercial; estudo das sociedades comerciais e seus tipos, conceitos modernos de empresa e estabelecimento, subsídios para o estudo de direito empresarial, abordagem às sociedades civis e cooperativas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998. (Coleção Direito Comercial).

_____. **Títulos de crédito**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1998. (Coleção Direito Comercial).

BURANELLO, Renato M. Novos títulos para financiamento do agronegócio. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 137, p. 159-169, 2005.

_____. **Sistema privado de financiamento do agronegócio – regime jurídico**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

CAMINHA, Uinie. **Securitização**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

CAPALBO, Angelo; CICCIA, Antonio. **L'atto di protesto e la cancellazione**: aspetti giuridici ed operativi. Matelica: Halley Editrice, 2005.

CARMONA, Carlos Alberto. Novidades sobre a execução civil: observações sobre a Lei 11.232/2005. In: RENAULT, Sérgio Rabello Tamm; BOTTINI, Pierpaolo Cruz (Coords.). **A nova execução dos títulos judiciais**: comentários à Lei n. 11.232/05. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 55-78.

CARNELUTTI, Francesco. La figura giuridica del notaro. **Rivista trimestrale di Diritto e Procedura Civile**, Milano, anno IV, p. 921-930, 1950.

_____. **La prova civile**. 2ª ed. Roma: Dell'Ateneo, 1947.

CARVALHO, Affonso de. **Protesto das duplicatas**. São Paulo: J. Rossetti, 1924.

CARVALHO, Lénard Vieira de. O protesto extrajudicial: uma alternativa para os executivos fiscais de pequeno valor. **Justilex**, Brasília, Ano IV, n. 50, p. 40, 2006.

CARVALHOSA, Modesto; EIZIRIK, Nelson. **A nova lei das sociedades anônimas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CASTRO, Raphael Velly de. Notas sobre a circulação e a literalidade nos títulos de crédito eletrônicos. In: PENTEADO, Mauro Rodrigues. (Coord.). **Títulos de crédito**: teoria geral e títulos atípicos em face do novo Código Civil (análise dos artigos 887 a 903); títulos de crédito eletrônicos (alcance e efeitos do art. 889, 3º e legislação complementar). São Paulo: Editora Walmar, 2004. p. 381-404.

CENEVIVA, Walter. **Lei dos notários e registradores comentada**: Lei n. 8935/94. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **Lei dos registros públicos comentada**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

CESARIO, Erminia. I sistemi di informazioni creditizie e la tutela del consumatore. In: LOBUONO, Michele; LORIZIO, Marilene (a cura di). **Credito al consumo e sovraindebitamento del consumatore**: Scenari economici e profili giuridici. Torino: G. Giappichelli, 2007. p. 83-100.

CHAVES, Carlos Fernando Brasil; REZENDE, Afonso Celso F. **Tabelionato de notas e o notário perfeito**. 6. ed. Campinas: Millennium, 2010.

CHÉRUEL, A. **Histoire de Rouen**: pendant l'époque communale (1150-1382). Rouen: Nicéas Periaux, 1844. t. II.

CIARCIÀ, Michele. **Protesto cambiario e responsabilità del pubblico ufficiale**. 2ª ed. agg. da Sergio Guastella. Padova: Dott. Antonio Milani, 2009.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 26. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2010.

COBOS, Rafael Gimeno-Bayón; ESPA, Luis Garrido. **Derecho Cambiario**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2003.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**: Direito de empresa. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 1.

_____. **Manual de Direito Comercial**. 17. ed. rev. e atual. de acordo com a nova Lei de falências. São Paulo: Saraiva, 2006.

COMASSETTO, Míriam Saccol. **A função notarial como forma de prevenção de litígios**. Porto Alegre: Norton, 2002.

COMPARATO, Fábio Konder. A mora no cumprimento de obrigações contratuais pecuniárias e suas conseqüências. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 74, p. 78-82, 1989.

_____. A regulamentação judiciário-administrativa do protesto cambial. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 83, p. 79-83, 1991.

_____. **Aspectos jurídicos da macro-empresa**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1970.

_____. Factoring. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 6, p. 59-66, 1972.

_____. **O seguro de crédito**: estudo jurídico. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.

_____. Projeto de Código Civil. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 17, p. 173-179, 1975.

COOTER, Robert; ULEN, Thomas. **Law & Economics**. 5th ed. Boston: Pearson, 2008. (The Addison-Wesley series in economics).

COSTA, Alfredo de Araújo Lopes da. **A administração pública e a ordem jurídica privada**: jurisdição voluntária. Belo Horizonte: Bernardo Álvares; São Paulo: Sugestões Literárias, [196-?].

COSTA, Carlos Celso Orcesi da. Cheques aparentemente prescritos. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 61, p. 49-54, 1986.

COSTA, Philomeno J. da. Cheque: emissão – formas. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 69, p. 5-14, 1988.

COSTA, Wille Duarte. **Títulos de crédito**. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

COTRIM NETO, Alberto Bittencourt. Notariado – I. In: FRANÇA, R. Limongi (Coord.). **Enciclopédia Saraiva do Direito**. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 55. p. 1-7.

COUTO E SILVA, Clóvis V. do. **A obrigação como processo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

COUTURE, Eduardo J. **El concepto de fe pública**: Introduccion al estudio del Derecho Notarial. Montevideo: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Montevideo, 1947.

DAROLD, Ermínio Amarildo. **Protesto cambial**. 3. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2006.

DELLA GIUSTINA, Bianca Sant' Anna. **Responsabilidade do estado por atos de serventuários extrajudiciais**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Execução civil**. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 1997.

DIP, Ricardo. Da responsabilidade civil e penal dos oficiais registradores. **Revista de Direito Imobiliário**, São Paulo, n. 53, p. 81-92, 2002.

_____. O estatuto profissional do notário e do registrador. **Revista de Direito Imobiliário**, São Paulo, n. 53, p. 127-137, 2002.

_____. **Registros públicos**: trilogia do camponês de Andorra. Campinas: Millennium, 2003.

DOMINGUEZ, Manuel Serra. **Intervencion exclusiva de los notarios en el protesto cambiario**. Barcelona: Colegio Notarial de Barcelona, 1985.

EBERLE, Simone. Do universo cambiário para o universo obrigacional: viabilidade e requisitos do protesto de documentos de dívida. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 147, p. 117-143, 2007.

EIZIRIK, Nelson; GAAL; Ariádna B.; PARENTE, Flávia; HENRIQUES, Marcus de Freitas. **Mercado de capitais**: regime jurídico. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

ELLIOTT, Nicholas; ODGERS, John; PHILLIPS, Jonathan Mark. **Byles on bills of exchange and cheques**. 28th ed. London: Sweet & Maxwell, 2007.

EMERSON, Robert W. **Business Law**. 5th ed. New York: Barron's, 2009.

ERPEN, Décio Antonio. Protesto cambial frente a terceiros. **Revista Brasileira de Direito Processual**, Rio de Janeiro, v. 43, p. 25-36, 1984.

EVANGELISTI, Ugo. **I titoli di credito ed il protesto cambiario**: Manuale teorico-pratico corredato di formule e modelli. Firenze: Nocchioli Editore, 1968.

FAERBER, Charles N. **2000-2001 U.S. notary reference manual**. Chatsworth: National Notary Association, 1999.

FARIA, José Eduardo. **O Poder Judiciário no Brasil: paradoxos, desafios e alternativas**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 1995. (Série Monografias do CEJ, v. 3).

FARIA, Werter R. Os títulos de crédito e o Código Civil. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 135, p. 69-75, 2004.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Duplicatas**: legislação, doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2009.

FERNANDES, Jean Carlos. O protesto de boletos bancários. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 128, p. 66-74, 2002.

_____. Títulos de crédito: uma análise das principais disposições do novo Código Civil. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 133, p. 150-156, 2004.

FERRAZ JR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do Direito**: técnica, decisão, dominação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Teoria da norma jurídica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

FERREIRA, João Figueiredo. Para onde vão os cartórios? **Revista de Direito Imobiliário**, São Paulo, n. 48, p. 125-133, 2000.

FERREIRA, Paulo Roberto Gaiger; RODRIGUES, Felipe Leonardo. **Ata notarial**: doutrina, prática e meio de prova. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

FERREIRA, Waldemar. **Tratado de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva, 1962. v. 8.

FERRI, Giuseppe. **I titoli di credito**. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1950. (Trattato di diritto civile italiano, v. VI, tomo III).

FIGUEIREDO, Marcelo. Análise da importância da atividade notarial na prevenção de litígios e dos conflitos sociais. **Revista de Direito Notarial**, São Paulo, v. 2, p. 11-124, 2010.

FIORUCCI, Fabio. **Il protesto illegittimo**: cancellazione, forme di responsabilità e tutela d'urgenza ex art. 700 C.P.C. Milano: Giuffrè, 2005.

FISCHER, José Flávio Bueno; ROSA, Karin Regina Rick. Função notarial criadora de direito. **Revista de Direito Imobiliário**, São Paulo, n. 52, p. 209-263, 2002.

FIUZA, Ricardo (Coord.). **Novo Código Civil comentado**. São Paulo: Saraiva, 2002.

FORGIONI, Paula Andrea. **A evolução do Direito Comercial brasileiro**: da mercancia ao mercado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. A interpretação dos negócios empresariais no novo Código Civil brasileiro. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 130, p. 7-38, 2003.

_____. Apontamentos sobre aspectos jurídicos do “e-commerce”. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 119, p. 68-85, 2000.

_____. **Teoria geral dos contratos empresariais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

FORMICOLA, Tullio. O notariado no Brasil e no mundo. **Revista de Direito Imobiliário**, São Paulo, n. 48, p. 85-92, 2000.

FRANCIULLI NETO, Domingos. Protesto cambiário: conceito, histórico e natureza jurídica. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 503, p. 29-36, 1977.

_____. Protesto cambiário no Direito Comparado. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 495, p. 16-19, 1977.

FRANCO, J. Nascimento. **Condomínio**. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

FRANCO, Vera Helena de Mello. **Manual de Direito Comercial**, 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. v. 1.

FREITAS, Augusto Teixeira de. **Formulario dos contractos, testamentos, e de outros actos do tabellionato**: renova-se para o Brazil, ate o corrente anno de 1881, o conhecido manual do tabellião, ou ensaio de jurisprudencia eurematica, do jurisconsulto Jose Homem Correa Telles. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1881.

FRONTINI, Paulo Salvador. A instituição do “jeito” e o cancelamento do protesto. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 23, p. 159-162, 1976.

_____. Cédula de crédito bancário. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 119, p. 52-67, 2000.

_____. Cédula de crédito comercial e nota de crédito comercial: dois novos títulos de crédito. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 40, p. 154-159, 1980.

_____. Cédula de produto rural – CPR – novo título circulatório (lei 8.929/94). **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 99, p. 121-126, 1995.

_____. Títulos de crédito e títulos circulatórios: que futuro a informática lhes reserva? **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 730, p. 50-67, 1996.

GADEA, Enrique. **Los títulos-valor**: Letra de cambio, cheque y pagaré. 2. ed. rev. puesta al día. Madrid: Dykinson, 2007.

GALGANO, Francesco. **Diritto commerciale**: L' imprenditore. Impresa. Contratti di impresa. Titoli di credito. Fallimento. 12ª ed. agg. Bologna: Zanichelli, 2008.

_____. **Lex mercatoria**. Bologna: Il Mulino, 2007. (Universale paperbacks il Mulino, 344).

GAMA, Affonso Dionysio. **Manual prático dos tabelliães de notas**. 2. ed. atual. por J. do Amaral Gurgel. São Paulo: Saraiva, 1938.

GARCIA, Rubem. **Protesto de títulos**: procedimento – incidentes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

GARDINO, Adriana Valéria Pugliesi. Títulos de crédito eletrônicos: noções gerais e aspectos processuais. In: PENTEADO, Mauro Rodrigues. (Coord.). **Títulos de crédito**: teoria geral e títulos atípicos em face do novo Código Civil (análise dos artigos 887 a 903); títulos de crédito eletrônicos (alcance e efeitos do art. 889, 3º e legislação complementar). São Paulo: Editora Walmar, 2004. p. 1-24.

GATTARI, Carlos Nicolás. **Manual de Derecho Notarial**. 2. ed. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 2008.

GAVALDA, Christian; STOUFFLET, Jean. **Instruments de paiement et de crédit**: effets de commerce; chèque; carte de paiement; transfert de fonds. 7ème ed. par Jean Stoufflet. Paris: Lexis Nexis Litec, 2009.

GELPI, Rosa-Maria; JULIEN-LABRUYÈRE, François. **Histoire du crédit à la consommation**: doctrines et pratiques. Paris: La Découverte, 1994. (Textes à l'appui/série économie).

_____; _____. **História do crédito ao consumo**: doutrinas e prática. Tradução de Carlos Peres Sebastião e Silva. São João do Estoril: Principia, 2000.

GIANNETTI, Eduardo. **O valor do amanhã**: ensaio sobre a natureza dos juros. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GILLES, Peter. **Business Law**. 12th ed. Sydney: The Federation Press, 2004.

GIRON, Miguel G. **Regimen legal del protesto**. Buenos Aires: Minerva, 1961.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **Função social do contrato**: Os novos princípios contratuais. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. Poder Judiciário e a delegação dos serviços notariais e de registros. In: FREITAS, Vladimir Passos de (Coord.). **Corregedorias do Poder Judiciário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. p. 251-276.

GOLDSCHMIDT, Levin. **Storia universale del Diritto Commerciale**. Traduzione a cura di Vittorio Pouchain e Antonio Scialoja. Torino: UTET, 1913.

GOMES, Oscar Martins. Contra quem deve ser protestado o título cambial. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. CXXXII, p. 356-358, 1950.

GOMES, Orlando. Duplicata. Protesto cambiário e protesto falimentar. Uso irregular de via legal. In: _____. **Questões de Direito Civil**: pareceres. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1988. p. 455-467.

GONTIJO, Vinícius José Marques. Interrupção da prescrição pelo protesto cambial. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 134, p. 66-71, 2004.

_____. O protesto de título de crédito em que concordatária figura como devedor direto. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 132, p. 64-76, 2003.

GRAU, Eros Roberto. **Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2009.

GRINBERG, Mauro. O avalista face ao protesto. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 26, p. 153-160, 1977.

_____. **Protesto cambial**. São Paulo: Saraiva, 1983.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Cumprimento da sentença. In: RENAULT, Sérgio Rabello Tamm; BOTTINI, Pierpaolo Cruz (Coords.). **A nova execução dos títulos judiciais**: comentários à Lei n. 11.232/05. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 1-13.

_____. [et al.]. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor**: comentado pelos autores do anteprojeto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

GUIDI, Paolo. **Teoria giuridica del documento**. Milano: Giuffrè, 1950.

GUIMARÃES, Maria Celeste Moraes. Do pedido e do processamento da recuperação judicial. In: CORRÊA-LIMA, Osmar Brina; LIMA, Sérgio Mourão Corrêa (Coords.). **Comentários à nova lei de falência e recuperação de empresas**: Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 364-382.

HESS, Heliana Coutinho. **Acesso à justiça por reformas judiciais**: (comparativo entre as reformas judiciais do Brasil e da Alemanha). Campinas: Millennium, 2004.

JACOMINO, Sérgio. Vésperas do notariado brasileiro. Um passeio histórico às fontes medievais. **Revista de Direito Imobiliário**, São Paulo, n. 53, p. 184-231, 2002.

JARDIM, Mônica. A “privatização” do notariado em Portugal. **Revista de Direito Imobiliário**, São Paulo, n. 58, p. 278-300, 2005.

JUNQUEIRA, José de Mello; BRACCIO, Silvério Paulo. **Protesto de títulos**: Manual prático de orientação para o protesto, cancelamento de títulos e pedido de certidões. São Paulo: Instituto de Estudos de Protesto de Títulos, 1998.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Tradução de João Baptista Machado. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KLEE, Antonia Espíndola Longoni. A unificação do direito privado e as relações entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 144, p. 175-193, 2006.

LACERDA, Paulo de. **A cambial no direito brasileiro**: Lei n. 2044 de 31 de dezembro de 1908. Rio de Janeiro: J. Ribeiro dos Santos, [entre 1908 e 1913].

LACERDA, Paulo Maria de. **Da fallencia no direito brasileiro**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1931.

LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. A disciplina do direito de empresa no novo Código Civil brasileiro. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 128, p. 7-14, 2002.

_____. O conceito de “security” no direito norte-americano e o conceito análogo no direito brasileiro. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 14, p. 41-60, 1974.

LEAL, Antonio Luiz da Camara. **Código do Processo Civil e Commercial do Estado de São Paulo**: Commentado. São Paulo: Saraiva, 1930. v. II: Arts. 262 a 449.

LEO, Osvaldo R. Gómez. **Nuevo manual de Derecho Cambiario**. 3. ed. Buenos Aires: Lexis Nexis Argentina, 2006.

_____. **Tratado de los cheques**. Buenos Aires: Lexis Nexis, 2004.

_____. **Tratado del pagaré cambiario**. 2. ed. ampl. e atual. Buenos Aires: Depalma, 2004.

LIEBMAN, Enrico Tullio. Execução e ação executiva. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. XCIV, p. 214-227, 1943.

LISBOA, José da Silva. **Princípios de Direito Mercantil e Leis de Marinha**. 6. ed. atual. por Candido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro: Typographia Acadêmica, 1874. t. II.

LOBO, Jorge. **Direito concursal**: direito concursal contemporâneo, acordo pré-concursal, concordata preventiva, concordata suspensiva, estudos de direito concursal. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

LOPES, Mauro Brandão. A contribuição de Tullio Ascarelli à doutrina dos títulos de crédito. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 38, p. 27-35, 1980.

_____. **Cambial em moeda estrangeira**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

_____. **Natureza e regime legal do cheque bancário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

_____. Natureza jurídica do “leasing”. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 14, p. 35-39, 1974.

LORENZETTI, Ricardo L. **Comércio eletrônico**. Tradução de Fabiano Menke; com notas de Cláudia Lima Marques. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

LOULO, Mirta Morales. As atas notariais no exercício da prática uruguaia. In: BRANDELLI, Leonardo (Coord.). **Ata notarial**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2004. p. 253-269.

LUCCA, Newton de. **A cambial-extrato**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

_____. **A faturização no direito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

_____. Análise do crédito ao consumidor no direito brasileiro. In: _____. **Direito do consumidor**: aspectos práticos. Perguntas e respostas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. p. 144-161. (Biblioteca de direito do consumidor, v. 10).

_____. **Aspectos da teoria geral dos títulos de crédito**. São Paulo: Pioneira, 1979.

_____. **Aspectos jurídicos da contratação informática e telemática**. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. Cancelamento de protesto de título quitado – Impossibilidade, dada a inexistência de norma legal que o autorize – Recurso Extraordinário conhecido mas improvido – Comentário. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 27, p. 105-115, 1979.

_____. Comentários sobre o Projeto de Lei n. 1.734, de 1979, do Dep. Federal Jorge Arbage. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 39, p. 203-212, 1980.

_____. **Direito do consumidor**: Teoria geral da relação jurídica de consumo. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

_____. DOMINGUES, Alessandra de Azevedo (Coord.). **Direito recuperacional**: aspectos teóricos e práticos. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

MACARIO, Francesco. Le forme di tutela del consumatore debitore. In: LOBUONO, Michele; LORIZIO, Marilene (a cura di). **Credito al consumo e sovraindebitamento del consumatore**: Scenari economici e profili giuridici. Torino: G. Giappichelli, 2007. p. 191-259.

MACHADO, Joaquim de Oliveira. **Novíssima guia prática dos tabelliães**: ou o notariado no Brasil e a necessidade de sua reforma. 2. ed. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier, 1904.

MALTA, Nancy Raquel Felipetto. **A legitimidade do protesto e da execução do boleto bancário**: protesto, assinatura digital e ação de execução de duplicata virtual. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2005.

MALUFE NETO, Miguel Alfredo. **Protesto cambial**. 1978. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

MAMEDE, Gladston. **Títulos de crédito**: de acordo com o novo Código Civil, Lei nº 10.406, de 10-1-2002. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCATO, Antônio Carlos (Coord.). **Código de Processo Civil interpretado**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARINONI, Luiz Guilherme. A tutela antecipatória nas ações declaratória e constitutiva. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 741, p. 77-87, 1997.

MARQUES, Cláudia Lima. **Confiança no comércio eletrônico e a proteção do consumidor**: um estudo dos negócios jurídicos de consumo no comércio eletrônico. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. **Contratos no código de defesa do consumidor**: o novo regime das relações contratuais. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998. (Biblioteca de direito do consumidor, v. 1).

MARQUES, José Frederico. **Ensaio sobre a jurisdição voluntária**. Rev., atual. e complem. por Ovídio Rocha Barros Sandoval. Campinas: Millennium, 2000.

MARREY NETO, José Adriano. A sustação liminar do protesto cambial e o depósito do valor do título. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 583, p. 27-37, 1984.

MARTINS, Alexandre de Soveral. **Títulos de crédito e valores mobiliários**. Coimbra: Almedina, 2008. 1º v.: Títulos de crédito.

MARTINS, Cláudio. **Teoria e prática dos atos notariais**. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

MARTINS, Fran. **Contratos e obrigações comerciais**. 14. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

_____. **Títulos de crédito**. Atualizada por Joaquim Penalva Santos. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

MARTINS-COSTA, Judith. **Comentários ao novo Código Civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. v. V, t. II: do inadimplemento das obrigações. Artigos 389 a 420.

_____. O Direito Privado como um “sistema em construção”: as cláusulas gerais no Projeto do Código Civil brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, n. 139, p. 5-22, 1998.

_____; BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **Diretrizes teóricas do novo Código Civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MATTOS FILHO, Ary Oswaldo de. O conceito de valor mobiliário. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 59, p. 30-55, 1985.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

MENDES, João. Sustação de protesto através do processo cautelar. **Justitia**, São Paulo, v. 50, p. 163-166, 1965.

MENKE, Fabiano. **Assinatura eletrônica**: aspectos jurídicos no Direito brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo brasileiro**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

MELO JUNIOR, Regnoberto Marques de. O notariado na antiguidade, no Direito Canônico e na Idade Média. **Revista de Direito Imobiliário**, São Paulo, n. 48, p. 93-124, 2000.

MENDONÇA, José Xavier Carvalho de. **Tratado de Direito Comercial brasileiro**. 6. ed. atual. por Roberto Carvalho de Mendonça. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1960. v. I; v. V, Parte II; v. VII.

MENEZES, Joyceane Bezerra de; CAMINHA, Uinie. Responsabilidade civil por dano decorrente da prática de ato ilícito: o dano emergente do protesto cambiário. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 149/150, p. 172-186, 2008.

MERCADO JÚNIOR, Antonio. Algumas questões sobre a forma de protesto de títulos cambiários. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 1, p. 157-162, 1971.

_____. Observações sobre o anteprojeto de Código Civil, quanto à matéria “dos Títulos de Crédito”, constante da Parte Especial, Livro I, Título VIII. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 9, p. 113-137, 1973.

MESSINEO, Francesco. **I titoli di credito**. 2ª ed. rinn. Padova: Dott. Antonio Milani, 1934. 2 v.

MILLER, Margareth J. **Credit reporting systems and the international economy**. Cambridge: The MIT Press, 2003.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de Direito Cambiário**. Atualizado por Vilson Rodrigues Alves. 2. ed. Campinas: Bookseller, 2001. 4 v.

_____. **Tratado de Direito Privado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1970. Parte Geral, t. III: Negócios jurídicos. Representação. Conteúdo. Forma. Prova.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. 31. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1993. v. 1: Parte geral.

_____. **Curso de Direito Civil**. 27. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1994. v. 4: Direito das obrigações. 1ª Parte.

_____. **Curso de Direito Civil**. 28. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1995. v. 5: Direito das obrigações. 2ª Parte.

MONTEIRO NETO, Nelson. Protesto de sentença. **Revista Dialética de Direito Processual**, São Paulo, n. 79, p. 82-88, 2009.

MORAES, Emanuel Macabu. **Protesto extrajudicial**: Direito Notarial. São Paulo: Lumen Juris, 2004.

MOTA, Pedro Vieira. **Sustação do protesto cambial**. 6. ed., aum. e melh. São Paulo: Saraiva, 1984.

MÜLLER, Célia. **Protesto notarial**: a descartularização da duplicata mercantil no protesto por indicações e outros aspectos atuais e relevantes. São Paulo: BH Editora, 2006.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. Do procedimento de recuperação judicial. In: SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de; PITOMBO, Antônio Sérgio A. de Moraes (coords.). **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência**: Lei 11.101/2005 – artigo por artigo. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 270-319.

NALINI, José Renato. Rumo à perfectibilidade: prefácio à 6ª edição. In: CHAVES, Carlos Fernando Brasil; REZENDE, Afonso Celso F. **Tabelionato de notas e o notário perfeito**. 6. ed. Campinas: Millennium, 2010. p. XIII-XVI.

NÓBREGA, Maílson da. Brasil: um novo horizonte. In: SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio. (Coords.). **Direito & Economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 284-309.

OLIVEIRA, Edison Josué Campos de. Cancelamento de protesto de títulos – o Direito desuniforme. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 10, p. 149-55, 1973.

_____. **Protesto de títulos e seu cancelamento**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1971.

_____. **Sustação de protesto de títulos**. 2. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

ORLANDI NETO, Narciso. Serviços notariais e de registros. In: FREITAS, Vladimir Passos de (Coord.). **Corregedorias do Poder Judiciário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. p. 332-373.

_____. Atividade notarial – noções. In: DIP, Ricardo (Coord.). **Introdução ao Direito Notarial e Registral**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2004. p. 11-26.

OTTOLENGHI, G. **La cambiale nel diritto internazionale**. Torino: Unione Tipografico-Editrice, 1902.

PACHECO, Cláudio. **História do Banco do Brasil**: História financeira do Brasil desde 1808 até 1951. Brasília: Banco do Brasil, 1979.

PACHECO, José da Silva. **Processo de falência e concordata**: Comentários à lei de falências: doutrina, prática e jurisprudência. 7 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

PALERMO, Alfredo; PALERMO, Carlos Eduardo C. **Protesto de títulos**: sustação e cancelamento. 4. ed. São Paulo: Lemos & Cruz, 2006.

PATRIAU, Charles. **Du protêt faute de paiement**. Paris: A. Pedone, 1896.

PARIZATTO, João Roberto. **Protesto de títulos de crédito**: de acordo com a lei 9.492/97 e alterações. 4. ed. Leme: Editora Parizatto, 2004.

PEDROSA, Dalmo Vieira. Da possibilidade de se processar a execução por quantia certa nos tabelionatos de protesto de títulos. **Autêntica**: Revista dos Notários e Registradores, Belo Horizonte, ed. 7, p. 39-65, 2010.

PEIXOTO, Carlos Fulgêncio da Cunha. **O cheque**: doutrina, jurisprudência, legislação e prática. Rio de Janeiro: Forense, 1952. 2 v.

PELOSI, Carlos A. **El documento notarial**. Buenos Aires: Astrea, 2006.

PENTEADO, Mauro Rodrigues. Considerações sobre o Projeto e notas acerca do Código Civil de 2002, em matéria de títulos de crédito. In: _____ (Coord.). **Títulos de crédito**: teoria geral e títulos atípicos em face do novo Código Civil (análise dos artigos 887 a 903); títulos de crédito eletrônicos (alcance e efeitos do art. 889, 3º e legislação complementar). São Paulo: Editora Walmar, 2004.

_____. **Consórcio de empresas**. São Paulo: Pioneira, 1979. (Biblioteca Pioneira de Direito Empresarial).

_____. **Dissolução e liquidação de sociedades**. Brasília: Livraria e Editora Brasília Jurídica, 1995.

_____. Duplicata – Direito de regresso – A nova Lei das Duplicatas, ao fixar o prazo único de 30 dias corridos, no § 4º de seu art. 13, não se contenta com a simples apresentação de título a protesto dentro do referido prazo com vistas à preservação do direito de regresso. Exige, também, que o protesto seja tirado dentro do mesmo prazo e “em forma regular”, para que o portador garanta o seu direito contra o endossante e os respectivos avalistas – Na espécie, sete duplicatas tiveram o seu protesto tirado após o decurso do prazo de 30 dias, havendo perda do direito de regresso contra o endossante e avalistas – Recurso extraordinário provido. Comentário. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 44, p. 97-114, 1981.

_____. Nota prévia. In: PENTEADO, Mauro Rodrigues (Coord.). **Títulos de crédito**: teoria geral e títulos atípicos em face do novo Código Civil (análise dos artigos 887 a 903); títulos de crédito eletrônicos (alcance e efeitos do art. 889, 3º e legislação complementar). São Paulo: Editora Walmar, 2004.

_____. Títulos de crédito eletrônicos. In: GOZZO, Débora; ALVES, José Carlos Moreira; REALE, Miguel (Coords.). **Principais controvérsias no novo Código Civil**: textos apresentados no II Simpósio Nacional de Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 159-175.

_____. Títulos de crédito no projeto de Código Civil. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 100, p. 24-48, 1995.

PESSOA, Ana Paula Gordilho. Breves reflexões sobre os títulos de crédito no novo Código Civil. In: PENTEADO, Mauro Rodrigues. (Coord.). **Títulos de crédito**: teoria geral e títulos atípicos em face do novo Código Civil (análise dos artigos 887 a 903); títulos de crédito eletrônicos (alcance e efeitos do art. 889, 3º e legislação complementar). São Paulo: Editora Walmar, 2004. p. 25-49.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

PILLEBOUT, Jean-François; YAIGRE, Jean. **Droit professionnel notarial**. 8ème ed. Paris: Lexis Nexis Litec, 2009. (Collection de L'Institut National de Formation Notariale).

PINHEIRO, Armando Castellar; SADDI, Jairo. **Direito, Economia e mercados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PINHEIRO, Flávio César de Toledo. “Comissão de permanência” em títulos de crédito não resgatados no vencimento – Impossibilidade de sua cobrança pelo oficial de protesto de títulos. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 6, p. 135-137, 1972.

PINHO, Themistocles; VAZ, Ubirayr Ferreira. **Protesto de títulos e outros documentos de dívida**. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2007.

PINTO, Ligia Paula Pires. Títulos de crédito eletrônicos e assinatura digital: análise do art. 889, § 3º, do Código Civil de 2002. In: PENTEADO, Mauro Rodrigues. (Coord.). **Títulos de crédito**: teoria geral e títulos atípicos em face do novo Código Civil (análise dos artigos 887 a 903); títulos de crédito eletrônicos (alcance e efeitos do art. 889, 3º e legislação complementar). São Paulo: Editora Walmar, 2004. p. 187-205.

PIRES, José Paulo Leal Ferreira; PIRES, Ieda Maria Ferreira. **Comentários à nova lei de protesto cambial e de documentos de dívida**: Lei 9.492, de 10.9.97. São Paulo: Malheiros, 1998.

_____; com a colaboração de PIRES, Ieda Maria Ferreira. **Títulos de crédito**: letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata, títulos da dívida pública e exceção de pré-executividade. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2001.

POISL, Carlos Luiz. **Em testemunho da verdade**: Lições de um notário. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2006.

POSNER, Richard A. **Economic analysis of law**. 8th ed. New York: Aspen, 2011.

POZZA, Pedro Luiz. Algumas linhas sobre a lei nº 9.492/97. **Revista da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 73, p. 360-363, 1998.

_____. Considerações sobre o protesto por indicação. **Revista da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 69, p. 403-405, 1997.

PRADO FILHO, José Inacio Ferraz de Almeida. A teoria do inadimplemento eficiente (*efficient breach theory*) e os custos da transação. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 151/152, p. 240-255, 2009.

PUGLIESE, Roberto J. **Direito Notarial brasileiro**. São Paulo: Liv. e Ed. Universitária de Direito, 1989.

PUJOL, Alfredo; RIBEIRO, Clovis. **Do protesto das duplicatas**: parecer. São Paulo: Associação Comercial de São Paulo, 1924.

RABELLO, Bruno Resende. Da necessidade de se repensar a praxe da duplicata mercantil. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 128, p. 75-90, 2002.

RÁO, Vicente. **O direito e a vida dos direitos**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

REALE, Miguel. **História do novo Código Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____. **Lições preliminares de direito**. 20. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1993.

RÊGO, Paulo Roberto de Carvalho. **Registros públicos e notas**: Natureza jurídica do vínculo laboral de prepostos e responsabilidade de notários e registradores. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2004.

RENAULT, Sérgio Rabello Tamm; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. O contexto da reforma processual civil. In: _____. (Coords.). **A nova execução dos títulos judiciais**: comentários à Lei n. 11.232/05. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 1-13.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. 26. ed. atual. por Rubens Edmundo Requião. São Paulo: Saraiva, 2005. v. 1.

_____. **Curso de Direito Comercial**. 24. ed. atual. por Rubens Edmundo Requião. São Paulo: Saraiva, 2005. v. 2.

_____. Projeto de Código Civil. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 17, 1975. p. 133-173.

RESTIFFE NETO, Paulo; RESTIFFE, Paulo Sérgio. **Lei do cheque**: anotações à nova lei do cheque nacional, conjugada com a Lei Uniforme de Genebra. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

_____. **Novos rumos da duplicata**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.

RIBEIRO, Luís Paulo Aliende. **Regulação da função pública notarial e de registro**. São Paulo: Saraiva, 2009.

RICHTER, Luiz Egon. Da qualificação notarial e registral e seus dilemas. In: DIP, Ricardo (Coord.). **Introdução ao Direito Notarial e Registral**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2004. p. 185-223.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. Protesto de títulos pelo Poder Público. **Fórum de Gestão e Contratação Pública – FCGP**, Belo Horizonte, ano 6, n. 66, p. 10-19, 2007.

RIPERT, Georges; ROBLOT, René. **Traité de droit commercial**. 15ème ed. par Philippe Delebecque et Michel Germain. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1996. t. 2.

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos de crédito bancário**. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

_____. **Factoring**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

ROBLOT, René. **Les effets de commerce**. Paris: Sirey, 1975.

ROCHA, Carlos Alberto. **Do protesto**. [197-?]. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, [197-?].

ROCHA, João Luiz Coelho da; LIMA, Marcelle Fonseca. Os valores mobiliários como título de crédito. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 119, p. 137-154, 2000.

RODRIGUES, Nuno Madeira. **Das letras: aval e protesto**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2005.

RODRIGUEZ-CANO, Alberto Bercovitz. **La reforma del protesto**. Madrid: Editorial Moneda y Credito, 1970.

ROELKER, Bernard. **A manual for the use of notaries public and bankers**. 4th ed. New York: Bankers' Magazine, 1864.

ROSA JR., Luiz Emygdio F. da. **Títulos de crédito**. 4. ed. rev. e atual. de acordo com o Novo Código Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

ROSADO, Maria do Céu Marques. Duplicata não aceita – Execução – Protesto. Comentário. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 94, p. 130-134, 1994.

ROSSI, Livia. Considerações gerais sobre os títulos de crédito à luz do novo Código Civil: o art. 889. In: PENTEADO, Mauro Rodrigues. (Coord.). **Títulos de crédito**: teoria geral e títulos atípicos em face do novo Código Civil (análise dos artigos 887 a 903); títulos de crédito eletrônicos (alcance e efeitos do art. 889, 3º e legislação complementar). São Paulo: Editora Walmar, 2004. p. 207-233.

RUBIO, José Maria Viguera. **La notificacion del protesto**. Madrid: Editorial Montecorvo, 1977. (Colección de derecho mercantil).

SABINA, Fabrício Gonçalves de Souza. Da execução cambial sem cópia original na hipótese de pagamento parcial de títulos de crédito. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 140, p. 99-109, 2005.

SACCO, Rodolfo. **Introdução ao Direito Comparado**. Tradução de Véra Jacob de Fradera. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

SADDI, Jairo. **Crédito e Judiciário no Brasil**: uma análise de Direito & Economia. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

SALLES, Marcos Paulo de Almeida. Mercado de valores mobiliários e Comissão de Valores Mobiliários: Comentários à Lei 6.385/76. In: VIDIGAL, Geraldo de Camargo; MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coords.). **Comentários à Lei das sociedades por ações**: Lei 6.404/76. São Paulo: Instituto dos Advogados de São Paulo; Resenha Universitária, 1980. v. 3.

_____. **O consumidor e o sistema financeiro**: um comentário à Lei 8.078/90. São Paulo: Acadêmica, 1991.

SALOMÃO NETO, Eduardo. **Direito Bancário**. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Claudio. Do protesto dos títulos de crédito. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 678, p. 14-22, 1992.

SANTOS, Flauzilino Araujo dos. Sobre a responsabilidade civil dos notários e registradores. **Revista de Direito Imobiliário**, São Paulo, n. 49, p. 11-30, 2000.

SANTOS, Gilseu Batista dos. **A intimação do protesto e o monopólio postal**. 2009. Monografia (Especialização em Direito Notarial e Registral) – Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL; Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes – Rede LFG, São Paulo, 2009.

SANTOS, Joaquim Antonio Penalva. **Títulos de crédito e o Código Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

SANTOS, Theophilo de Azeredo. Observações sobre o protesto cambial. **Carta Mensal**, Rio de Janeiro, n. 630, p. 3-15, 2007.

_____. Observações sobre o protesto de títulos e documentos. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 346, p. 161-163, 1999.

SARAIVA, José A. **A cambial**. Rev. ampl. atual. por Osny Duarte Pereira. Rio de Janeiro: José Konfino, 1947. 3 v.

SARMENTO FILHO, Eduardo Sócrates Castanheira. O protesto de quota condominial. **ADV – Advocacia Dinâmica: Seleções Jurídicas**, Rio de Janeiro, p. 1-3, mai. 2005.

SAVARY, Jacques. **Le parfait negociant**. 8ème ed. rev. corr. augm. par Jacques Savary Des Bruslons. Amsterdam: Jansons a Waesberge, 1726.

SAY, Jean-Baptiste. **Traité D'Économie Politique**: ou simple exposition de la manière dont se forment, se distribuent et se consomment les richesses. 2ème ed. Paris: Antoine-Augustin Renouard, 1814. t. II.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Juros no Direito brasileiro**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

SEGOVIA, Francisco Martinez. **Función notarial**. Prologo de Eduardo Victor Cursack. Paraná: Delta, 1997.

SEMO, Giorgio de. **Diritto Cambiario**. Milano: Giuffrè, 1953.

SHIGUEMATSU, Plínio José Lopes. O uso de duplicatas para a cobrança dos serviços prestados pelos concessionários de serviço público. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 119, p. 155-167, 2000.

SIDOU, J. M. Othon. **Do cheque**: doutrina – legislação – jurisprudência. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

SILVA, Antonio Augusto Firmo da. **Compêndio de temas sobre Direito Notarial**. São Paulo: Bushatsky, 1979.

SILVA, João Teodoro da. Ata notarial. In: BRANDELLI, Leonardo (Coord.). **Ata notarial**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2004. p. 11-35.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional positivo**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

SILVA, Luiz Ricardo da. **O protesto de documentos de dívida**: Um novo aspecto dentro da Lei 9.492, de 10 de setembro de 1997. Porto Alegre: Norton Livreiro, 2004.

SILVA FILHO, Elvino. Formação jurídica do cartório. In: NALINI, José Renato (Coord.). **Formação jurídica**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 37-64.

SILVEIRA, André Bueno da [et al.]. A relação entre o novo SPB e os títulos de crédito. Consequências jurídicas, políticas e sociais. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 127, p. 215-228, 2002.

SOLARI, Osvaldo S. **El protesto**. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1965.

SORANI, Ugo. **Della cambiale e dell'assegno bancario**: commento teorico-pratico. Roma: Dante Alighieri, 1902. v. II.

SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de; PITOMBO, Antônio Sérgio A. de Moraes (Coords.). **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência**: Lei 11.101/2005 – artigo por artigo. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

STRANZ, J. Ein protest gegen den Wechselprotest. In: **Festgabe der juristischen Gesellschaft zu Berlin zum 50 jährigen Dienst-jubiläum ihres Vorsitzenden, des Wirklichen Geheimen Rats Dr. Richard Koch**. Berlin: Otto Liebmann, 1903. p. 342-378.

SZTAJN, Rachel. Externalidades e custos de transação: a redistribuição de direitos no novo Código Civil. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 133, p. 7-31, 2004.

_____; VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. A disciplina do aval no novo Código Civil. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 128, p. 33-40, 2002.

_____; ZYLBERSZTAJN, Decio. Economia dos direitos de propriedade. In: _____. (Coords.). **Direito & Economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 84-91.

TARGA, Maria Inês Corrêa de Cerqueira César. O protesto extrajudicial de sentença trabalhista, determinado pelo Magistrado ex officio. Um contrassenso? **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, Campinas, n. 34, p. 67-76, 2009.

TEIXEIRA, Egberto Lacerda. **A nova lei brasileira do cheque**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

_____. Intimação restrita ao emitente de promissórias e ao aceitante da letra de câmbio: posição dos avalistas. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 1, p. 162-170, 1971.

TEIXEIRA, Tarcisio. Inadimplemento nos contratos empresariais: um estudo sobre a mora e as perdas e danos no Código Civil de 2002. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 141, p. 263-274, 2006.

TELLES, José Homem Correa. **Manual do tabellião**: ou ensaio de jurisprudencia eurematica. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842.

TEPEDINO, Gustavo (Coord.). **A parte geral do novo Código Civil**: Estudos na perspectiva civil-constitucional. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

_____; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. **Código Civil interpretado conforme a Constituição da República**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. v. 1: Parte geral e obrigações (arts. 1º a 420).

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Processo cautelar**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Liv. e Ed. Universitária de Direito, 2008.

_____. **Processo de execução**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Liv. e Ed. Universitária de Direito, 2005.

TOLEDO, Paulo F. C. Salles de; ABRÃO, Carlos Henrique (Coords.). **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência**. São Paulo: Saraiva, 2005.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. **A capital da solidão**: uma história de São Paulo das origens a 1900. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

TORRES, Margarino. **Nota promissória**: Estudo da lei, da doutrina e da jurisprudência cambial brasileira. 7. ed. acresc. e atual. por Osny Duarte Pereira. Rio de Janeiro: Forense, 1969. 2 v.

TRIOLA, Roberto. **Il protesto per mancato pagamento**. Milano: Giuffré Editore, 1989. (Teoria e pratica del diritto, Sez. II – 8. Diritto commerciale).

TUTIKIAN, Cláudia Fonseca. O protesto da sentença cível no tabelionato de protesto. **Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil**, São Paulo, n. 43, p. 122-125, 2006.

VALVERDE, Trajano de Miranda. **Comentários à Lei de Falências**. Rio de Janeiro: Forense, 1948. v. I.

VANDONE, Daniela. **Il credito al consumo in Europa**: mercati, intermediari e consumatori. Torino: G. Giappichelli, 2008.

VASSEUR, Michel. **La lettre de change-relevé**: de l'influence de l'informatique sur le droit. Paris: Sirey, 1976.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. A elaboração do Código Comercial de 1850. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 23, p. 53-63, 1976.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. v. 1: Parte geral.

_____. **Direito Civil**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008. v. 2: Teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos.

_____. **Direito Civil**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. v. 3: Contratos em espécie.

_____. O protesto de documentos de dívida. In: HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes (Coord.). **Novo Código Civil**: interfaces no ordenamento jurídico brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 123-125.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. A cédula de crédito bancário (Medida Provisória 1.925, de 14.10.1999). **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 116, p. 129-135, 1999.

_____. A CVM e os contratos de investimento coletivo (“boi gordo” e outros). **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 108, p. 91-100, 1997.

_____. **Curso de Direito Comercial**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. v. 1: Teoria geral do Direito Comercial e das atividades empresariais mercantis. Introdução à teoria geral da concorrência e dos bens imateriais.

_____. **Curso de Direito Comercial**. São Paulo: Malheiros, 2006. v. 2: Teoria geral das sociedades. As sociedades em espécie do Código Civil. v. 3: A sociedade por ações. A sociedade anônima. A sociedade em comandita por ações.

_____. Desconto de duplicata não aceita – responsabilidade do banco endossatário por indenização decorrente de ação de sustação de protesto, uma vez devolvida a mercadoria pelo endossante-sacado. Comentários ao acórdão do recurso especial 185.269-SP. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 122, 2001. p. 203-210.

_____. Duplicata simulada. Comentários ao acórdão do recurso ordinário em *habeas corpus* 79.784-9-GO. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 119, p. 177-187, 2000.

_____. O contrato de câmbio. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 42, p. 23-38, 1981.

VIANA, Rui Geraldo Camargo. **A novação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.

VIDIGAL, Geraldo de Camargo. **Teoria geral do direito econômico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

VILLELA, João Baptista. *Inadimplência e descumprimento?* A propósito do art. 1º da Lei nº 9.492/97. **Repertório IOB de Jurisprudência**, São Paulo, n. 3/98, Caderno 3, p. 68-69. Fev. 1998.

VIVANTE, Cesare. **Tratatto di diritto commerciale**. 4ª ed. riv. ampl. Milano: Francesco Vallardi, 1914. v. III

WHITAKER, José Maria. **Letra de câmbio (Decreto n. 2.044 de 31 de Dezembro de 1908):** Criação – circulação – realização. 6. ed. rev. e aum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961.

WOLFFENBÜTTEL, Míriam Comassetto. **O protesto cambiário como atividade notarial:** aspectos inovadores da Lei nº 9.492, de 10 de Setembro de 1997. São Paulo: Labor Juris, 2000.

ZAGAMI, Raimondo. Assinaturas eletrônicas e certificação das chaves dos notários na legislação italiana. Tradução de Roberta Barni. **Revista de Direito Imobiliário**, São Paulo, n. 54, p. 230-257, 2003.

ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo de execução:** parte geral. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. (Coleção estudos de direito de processo Enrico Tullio Liebman, 42).